

Caderno de
Formação e
Navegação Social

PROJETO CABORÉ VOLUME II:

ESCRITOS DE RUA

COORDENAÇÃO


Projeto Axé

ORGANIZAÇÃO

Bruno Santos-Cerqueira

Emanuelle Santos Silva

Lucas Vezedek



O **Projeto Axé** desde 1990 desenvolve ações a partir da realidade social que se apresenta e das demandas que emanam da população com a qual trabalha. Este princípio tem se efetivado na oferta de um atendimento arteducativo para crianças, adolescentes, jovens e suas famílias em situação de extrema vulnerabilidade, vulneração e risco, garantido por um processo de formação permanente para os(as) profissionais que trabalham com esses sujeitos. A fonte do processo formativo está no ato crítico e sistemático de tomar a experiência concreta e submetê-la a uma análise da prática permanente (prática – teoria) e institucionalizá-la em um sistema de gestão de conhecimento.



Caderno de Formação e Navegação Social

Projeto Caboré Volume II:
ESCRITOS DE RUA

**CENTRO PROJETO AXÉ DE DEFESA
E PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO
ADOLESCENTE**

Presidenta
Ená Pinto Benevides

Coordenador Geral
Helmut Schned

Coordenador de Arteducação
Marcos Antonio Candido Carvalho

Assistente da Coordenação de
Arteducação
Angela Maria Gonçalves

Técnicas em Atividades Educacionais
Carmélia Sampaio Cunha Neta
Lívia Mendes
Lucas Vezedek

Gerente de Produção e Comunicação
Regina Moura

Supervisor de Administração
Paulo Oliveira

Assessora Jurídica
Virgínia Pimentel Santos Custódio

Gerente da Unidade de Arteducação
do Pelourinho
Luciana Xavier dos Santos

Gerente da Unidade de Arteducação
Augusto Omolu de Dança e Capoeira
Cristiane Santana Oliveira

Gerente de Ações de Fortalecimento à
Família, Juventude e Comunidade
Elaine Lubarino de Jesus

Gerente de Educação de Rua
Bruno Santos-Cerqueira

**SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL,
COMBATE À POBREZA, ESPORTES E
LAZER - SEMPRE**

Secretário
Kiki Bispo

Subsecretário
José Acácio Ferreira

Diretor Administrativo Financeiro
Alan Rocha

Diretora de Políticas Sobre Drogas
Juliana Guimarães Portela

Diretora de Proteção Social Básica
Emanuele Rodvalho

Diretora de Proteção Social Especial
Kelly Morais

Diretor de Esportes e Lazer
Felipe Lucas

Gerente de Gestão do Sistema Único de
Assistência Social
Marcelo Tourinho

Gerente de Gestão do Cadastro Único,
Bolsa Família e Benefícios
Tiago Batista

Diretor da Unidade de Políticas Públicas
para Pessoa com Deficiência
Wagner Andrade

Gerente de Descentralização
Dannielle Andrade

Gerente de Manutenção
Scheilla Caires



Secretaria de
Promoção Social,
Combate à Pobreza,
Esportes e Lazer



Coordenador de Segurança Alimentar e
Nutricional
Gabriel Falcetta

Gestor do Núcleo de Tecnologia da
Informação
Elvio Machado Júnior

**CONSELHO MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SALVADOR
– CMASS**

Mesa Diretora – 2021 e 2022

Presidente
Rodrigo Alves da Silva
Erica Cristina Silva Bowes

Vice-Presidente
Marcelo Tourinho de Garcia Soares

1ª Secretária
Erica Cristina Silva Bowes
Rodrigo Alves da Silva

2ª Secretária
Milena Cerqueira Britto



**EQUIPE TÉCNICA DO TERMO DE
COLABORAÇÃO Nº 009/2020**

**SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL,
COMBATE À POBREZA, ESPORTES E
LAZER – SEMPRE**

Gestora de Parceria
Isabela Souza Fagundes Sales

Supervisora Técnica do Serviço
Especializado em Abordagem Social
Carina de Santana Alves

**CENTRO PROJETO AXÉ DE DEFESA
E PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO
ADOLESCENTE**

Coordenador Geral
Helmut Schned

Coordenador de Arteducação
Marcos Antonio Candido Carvalho

Assistente da Coordenação de
Arteducação
Angela Maria Gonçalves

Técnicas em Atividades Educacionais
Lívia Mendes
Lucas Vezedek

Técnica Contábil
Carla da Costa Borges

Técnica Financeira
Willka Anes de Araújo

Assessora Jurídica
Virgínia Pimentel Santos Custódio

Técnicas Nível Médio
Joabe Oliveira de Jesus
Luciano Ribeiro Santana
Maria Tânia de Souza Castilho
Sonia Regina Homem Silveira dos Santos

Motoristas
Marival de Jesus Noia
Ricardo Luiz Campos

Gerente de Educação de Rua
Bruno Santos-Cerqueira

Educadoras(es) de Rua
Aline Almeida Conceição
Anderson Gois Moreira
Andressa Caroline Lopes Santana
Antônio José Oliveira Lopes
Caio Oliveira do Espírito Santo Mendonça
Camila Mendes
Carlos Jodson Nascimento Ferreira
Daniele da Silva Barreto
Débora dos Santos de Jesus
Driele de Oliveira Santos (Driele Amunã)
Edenilda Rangel Costa
Hamilton Santos de Jesus
Hosana Luciana Valadares Reis
Josemeire de Jesus
Lana Benevides Lee
Leomar dos Santos Oliveira
Lorena Silva Moreira
Maria Sueli Sobral Oliveira
Michelle Saimon Oliveira Carvalho



**Secretaria de
Promoção Social,
Combate à Pobreza,
Esportes e Lazer**



Naiara Lima Souza
Raimunda Gonçalves Neris Silva
Roger Alves Souza Batista dos Santos
Roque Wilson dos Santos Filho
Tailde de Jesus Nascimento (Bel
Nascimento)
Tamires Carvalho Ferreira
Tatiana Sousa Vaz

Estagiárias(os)
Crislane França Torres Gomes
Daiane de Jesus Oliveira
Maximiliano Sales Otremba



2022 by Projeto Axé.
Direitos dessa edição cedidos ao Projeto Axé.
Feito o Depósito Legal.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009. Permite-se a reprodução desta publicação, em parte ou no todo, sem alteração do conteúdo, desde que citada a fonte e sem fins comerciais.

Capa

Os grafismos aplicados neste Caderno (capa e separatrizes) foram produzidos por educandos(as) do Projeto Axé no âmbito da Oficina de Experimentação em Artes Visuais (O.E.A.V.), resultado do projeto Anarquistas da Imaginação, 2019.

Marca do Projeto Caboré
Carlos Victor Pereira

Projeto Gráfico e Diagramação
Ana Luísa Freitas
Igor Queiroz

Organização e Revisão
Bruno Santos-Cerqueira
Emanuelle Santos Silva
Lucas Vezedek

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Caderno de forma-ação e navegação social [livro eletrônico] : projeto Caboré : volume II : escritos de rua / organização Bruno Santos-Cerqueira, Emanuelle Santos Silva, Lucas Vezedek ; coordenação Projeto Axé. Salvador, BA : Centro Projeto Axé, 2022. (Projeto Caboré ; 2) PDF.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN: 978-65-992797-1-3

1. Arte 2. Assistência social - Brasil 3. Bem-estar social 4. Direitos humanos 5. Educação 6. Pessoas em situação de rua - Assistência I. Santos-Cerqueira, Bruno. II. Silva, Emanuelle Santos. III. Vezedek, Lucas. IV. Projeto Axé. V. Série.

22-117221

CDD-370 . 1

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação e arte 370 . 1

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Versão digital [Ebook] disponível em: www.projetoaxe.org/brasil/axemedia

CENTRO PROJETO AXÉ DE DEFESA E PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Av. Estados Unidos, nº161, Ed. Suerdieck, 9º e 10º Andares, Comércio
Salvador - Bahia - CEP 40.010-020 | +55 (71) 3242-5912
www.instagram.com/projetoaxe/ | www.projetoaxe.org/brasil

COORDENAÇÃO

PROJETO AXÉ

ORGANIZAÇÃO

Bruno Santos-Cerqueira

Emanuelle Santos Silva

Lucas Vezedek



Caderno de
Formação e
Navegação Social
Volume II

ESCRITOS DE RUA

Salvador, 2022

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO ————— 12

Kiki Bispo

APRESENTAÇÃO - Rua Espaço Educativo ————— 14

Ená Pinto Benevides

INTRODUÇÃO ————— 17

Bruno Santos-Cerqueira • Emanuelle Santos Silva • Lucas Vezedek

PARTE I - RUAS

1. Educação de Rua, Arteducação e Projeto Axé: Relatos de Uma Prática Cotidiana ————— 26

Lucas Vezedek • Lívia Mendes • Angela Maria Gonçalves
Marcos Antonio Candido Carvalho

2. O Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS/SEMPRE/PMS) ————— 56

Carina de Santana Alves

PARTE II - ENCRUZILHADAS

[ENCRUZA 1] EDUCADOR(A)

3. Entre Vielas e Encruzilhadas: Desafios e Possibilidades de Educar na Rua ————— 64

Driele Amunã • Bruno Santos-Cerqueira

4. De Educanda à Educadora: Relatos de Vida ————— 80

Bel Nascimento

5. "Diga aí, Resistência!" ————— 84

Roger Alves Souza Batista dos Santos

6. As Encruzilhadas de uma Educadora de Rua ————— 96

Edenilda Rangel Costa

[ENCRUZA 2] RUA

7. Salvador Multicêntrica: o Bairro da Calçada como Reduto de Vidas e Território de Resistência da População em Situação de Rua — — 102

Edenilda Rangel Costa • Leomar Oliveira • Bruno Santos-Cerqueira

8. Contribuições da Educação de Rua para o Fortalecimento das Políticas Públicas e Garantia de Direitos da População em Situação de Rua — — — — — 110

Lana Benevides Lee • Luisa Lopes Cardoso Lacerda • Lorena Silva Moreira
Rodrigo Caldas Pereira • Tatiana Sousa Vaz

9. Caminhos Coletivos: Uma Luta em Movimento — — — — — 134

Maria Sueli Sobral Oliveira

[ENCRUZA 3] EDUCANDO(A)

10. "É Tiro?" - O Impacto da Guerra às Drogas para as Infâncias, Adolescências e Juventudes: Relato de Experiência nos Territórios de Atuação do Projeto Axé — — — — — 138

Daniele da Silva Barreto • Caio Oliveira do Espírito Santo Mendonça

11. Brincadeira como Forma de Enfrentamento às Vulnerabilidades e Vulnerações da Rua: Breves Relatos da Atuação com Práticas Arteducativas — — — — — 156

Rodrigo Caldas Pereira • Naiara Lima Souza

12. Maternidade e Maternagem em Situação de Rua — — — — — 170

Débora dos Santos de Jesus

13. Colorindo a Rua: A Visibilização das Questões de Gênero e Sexualidades no Trabalho da Educação de Rua — — — — — 186

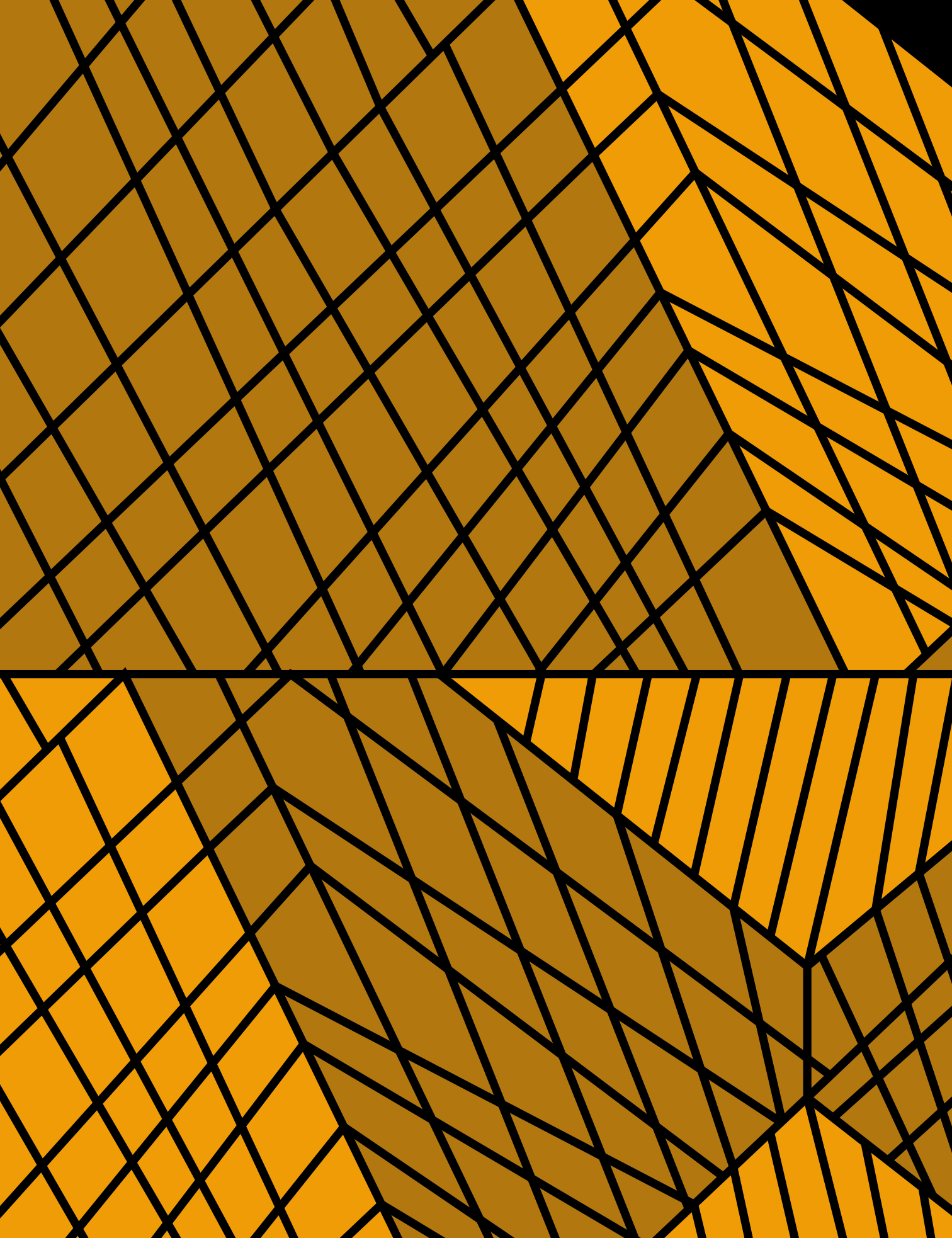
Luisa Lopes Cardoso Lacerda • Bruno Santos-Cerqueira • Lucas Vezedek

14. A Pessoa Idosa em Situação de Rua e sua Contribuição no Fortalecimento e na Proteção das Infâncias e Adolescências na Rua: Contos de Rua — — — — — 216

Lana Benevides Lee • Daniele da Silva Barreto • Caio Oliveira do Espírito Santo Mendonça

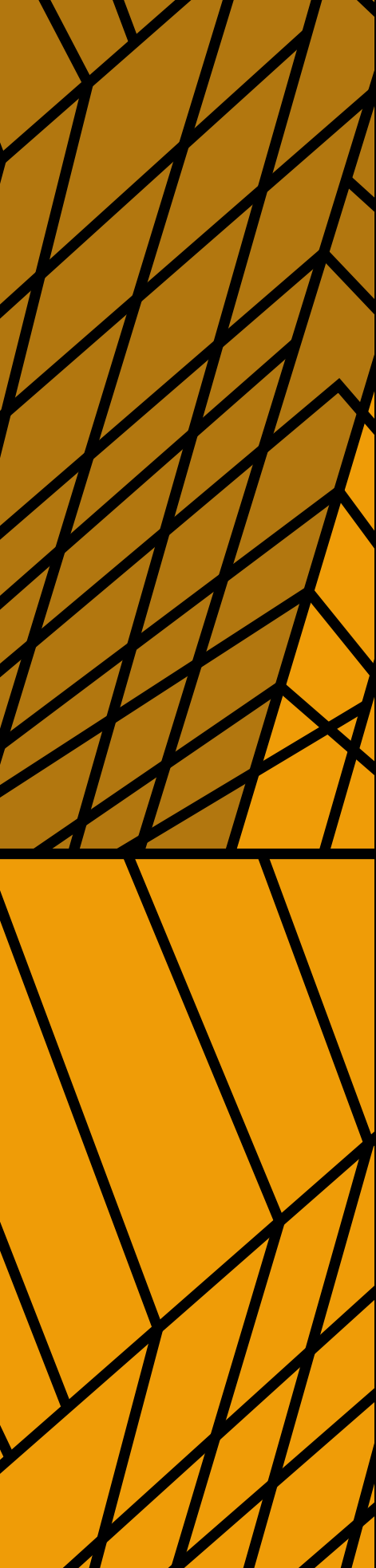
SOBRE OS(AS) AUTORES(AS) — — — — — 227

ANEXOS — — — — — 235





APRESENTAÇÃO



APRESENTAÇÃO

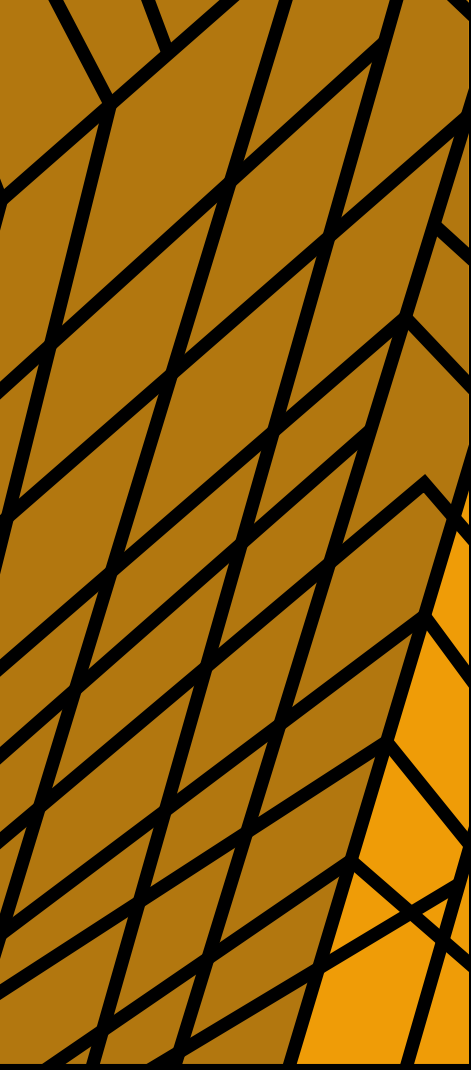
Kiki Bispo

Secretário de Promoção Social, Combate à
Pobreza, Esportes e Lazer (SEMPRE)

Enquanto Órgão Público integrante da Prefeitura Municipal de Salvador, a Secretaria Municipal de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esportes e Lazer-SEMPRE vem se aperfeiçoando cotidianamente na execução do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, através da busca de estratégias criativas, inovadoras e humanizadas que garantam a efetivação da Política da Assistência Social, tendo como objetivo fomentar e fortalecer os serviços socioassistenciais ofertados no município, definindo propostas que respondam às vulnerabilidades e às potencialidades, sonhos e expectativas de reconstrução de projetos de vida, beneficiando toda a população que desta Política necessite.

Este Caderno representa o esforço coletivo de atores comprometidos com os diversos segmentos que compõem a Rede de Proteção Social do Município, buscando a materialização e a tradução na prática, de objetivos a serem atingidos através da relação de parceria e compromisso social entre o Poder Público e a Sociedade Civil. Representa parte das intervenções realizadas no cotidiano dos territórios metropolitanos, a partir de um valoroso trabalho social, na direção de uma cidade cada vez mais humana.

Vale ressaltar que o Poder Público detém o papel articulador entre as necessidades apresentadas pela população mais vulnerável e os mecanismos de inclusão que garantam a compreensão e concepção da Assistência Social como Política de Direitos.



APRESENTAÇÃO

Rua Espaço Educativo



Ená Pinto Benevides

Presidenta do Projeto Axé

Para falar da rua como espaço educativo temos que retomar aos anos 1980, momento em que se destacavam no Brasil, os movimentos voltados para a garantia dos direitos das crianças e adolescentes que estavam vivendo na rua, sem nenhuma perspectiva de vida, sem uma proposta que estimulasse sua saída, sem obrigatoriedade.

Esses movimentos foram crescendo no Brasil e alguns estados já vinham fazendo algo na área, como República do Pequeno Vendedor de Belém, que contava com os educadores sociais, como eram chamados naquele momento, e tinha espaços para o descanso desses meninos(as) em vários pontos da cidade. Em São Paulo também os educadores sociais da Praça da Sé ficavam durante o dia com os(as) meninos(as). Em Salvador tivemos neste momento, o projeto que envolvia a escola Oficina em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, que tinha como objetivo incentivar os meninos(as) que vendiam fichas de telefone na Estação da Lapa, fazendo da rua esse espaço de sobrevivência, a estudar. Em um turno vendiam e no outro iam para a escola, contando com um ponto de apoio para banho. Porém, essas iniciativas que surgiam não pensavam ainda em uma proposta nova de vida para essas crianças, adolescentes e jovens.

Crescia o número de propostas e movimentos em torno da criança e adolescente e com isso Cesare de Florio La Rocca, através do Unicef promoveu alguns encontros desses grupos, com o objetivo de trocarem experiências em todo Brasil, surgindo nesse período o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. O movimento veio para uma ampla discussão em torno da criança.

Nesse contexto, eis que surge Cesare de Florio La Rocca com uma proposta inovadora e revolucionária sobre como atender os meninos(as) que estavam na rua. Surge então, em 1990, o Projeto Axé como algo muito novo. Cesare propôs inicialmente, uma contagem e mapeamento dos locais onde tinham mais concentração de meninos(as), porque queríamos saber quem eram os(as) meninos(as), o que faziam e onde estavam.¹

Após o resultado da contagem, o Axé fez uma seleção para educadores(as) de rua com uma formação que trazia uma proposta inédita para atuação na rua. E assim surge essa figura positiva de adulto. O

1. PROJETO AXÉ. Levantamento de crianças de rua de Salvador – IBASE – Axé (1990). Projeto Axé. Relatório de Pesquisa, 1990.

PROJETO AXÉ. Meninos que vivem nas ruas de Salvador: mapeamento e contagem (1993). Projeto Axé. Relatório de Pesquisa, 1993.

educador de rua veio para estimular o menino e a menina a sonhar, desejar e encontrar seus sentidos. Uma categoria profissional nova que veio para ficar. Hoje, com 32 anos de trabalho, se torna cada vez mais experiente.

A rua não é simplesmente um logradouro público, mas um espaço educativo para uma nova vida. "Educar na rua é possível".



INTRODUÇÃO



INTRODUÇÃO



Bruno Santos-Cerqueira

Emanuelle Santos Silva

Lucas Vezedek

INTRODUÇÃO

O Caderno de Formação e Navegação Social Projeto Caboré Volume II: ESCRITOS DE RUA, é um presente da Rua para Educadores(as), Gestores(as), pesquisadores(as) e os diversos atores sociais que atuam na atenção e cuidado à população em situação de rua, em especial, as crianças e adolescentes.

Pedimos licença ao Povo e ao Dono da Rua, Laroyê, Exu! Que com seu Axé, abriu os caminhos para a produção dessa obra. Esta publicação é mais um dos frutos da parceria do Projeto Axé com a Prefeitura Municipal de Salvador (PMS), através da Secretaria de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esportes e Lazer (SEMPRE), incluindo o Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS).

O Caderno tem o objetivo de apresentar e analisar, a partir da reflexão crítica dos seus Educadores(as) envolvidos(as), os desafios e possíveis caminhos para a promoção da garantia de direitos da população em situação de rua, em especial, crianças e adolescentes, que atravessam o fazer dos(as) Educadores(as) de Rua do Axé.

Para produção desta publicação, os(as) Educadores(as) de Rua do Projeto Axé ou Palavreiros(as)¹ da Rua, esta última nomeação oferecida durante o processo de reflexão, experimentação e escrita, foram convocados(as) a escrever sobre os Encontros com as Ruas e Encruzilhadas de Salvador. Essa convocação não intentou alcançar a produção de textos meramente conteudistas e/ou com estatuto de verdade absoluta que, por vezes, encerram sentidos e não permitem a abertura e revisitação do conhecimento produzido. Por outra via, neste Ser, Fazer e Traduzir a Educação de Rua do Projeto Axé, os(as) Palavreiros(as) da Rua, foram desafiados(as) a mostrar “a rua”, a partir dos seus olhares, sentimentos e experiências, registrando-as a partir da produção intelectual nas suas mais diversas linguagens textuais: artigos, relatos de experiência, poesias, músicas, ensaios, dentre outros.

Nas oficinas de escrita, organizadas em momentos de orientação individual e em grupo, os(as) Palavreiros(as) da Rua tiveram seus corpos e mentes provocados(as) para a tradução das práticas cotidianas do Projeto Axé nas ruas de Salvador. Adotamos como estratégia metodológica, oficinas de produção de texto com bastante espaço para

1. Palavreiro, termo utilizado pela Poetisa Negra, brasiliense, Tatiana Nascimento.

experimentações, sendo que nesses encontros, além de contemplar as regras gramaticais, tipologias textuais e gêneros literários, os(as) Palavreiros(as) da Rua foram encorajados(as) a realizar deslocamentos e fluxos imaginativos, a se verem como produtores(as), intercambistas e disseminadores(as) de saberes que se entrelaçam entre as universidades, coletivos, movimentos sociais, órgãos públicos e a Rua.

Estes(as) Palavreiros(as) resgataram as memórias das praças, becos, encruzas e vielas de cada passo e mão ofertada à "rua"; acionaram as teorias e as memórias de suas experiências de vida, tendo em vista, que muitos já estiveram em contextos parecidos com os das pessoas que atendem e acompanham cotidianamente.

Durante as oficinas de escrita para a produção dos capítulos que você lerá a seguir, diversos(as) autores(as) foram apresentados(as) e tomados(as) como referências e inspirações para os(as) Palavreiros(as) da Rua, preciosidades como: a escritora, Carolina Maria de Jesus; o líder indígena, Ailton Krenak; a teórica, Gloria Anzaldúa; a escritora negra americana, bell hooks; a líder do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), Maria Lúcia Silva Pereira; a poetisa e redutora de danos, Sheila Maloca; o poeta e redutor de danos, Sergio Pinho e tantos outros(as) que aquecem e fazem pulsar nossas inteligências.

Assim, a escrita dessa obra tem uma linguagem objetiva e direta, mas também sensível, evitando os termos academicistas, sempre que possível, mas sem perder o rigor. Essa estratégia linguística se deu na tentativa de envolver os diversos sujeitos com os quais o Projeto Axé atua, como: educadores(as) públicos e populares, gestores públicos e de organizações da sociedade civil, lideranças comunitárias, ativistas de direitos humanos, técnicos, pesquisadores(as) e as diferentes populações vulneráveis, principalmente, a população em situação de rua.

Este Caderno inclui duas apresentações institucionais, SEMPRE e Projeto Axé, e está organizado em 14 capítulos, além de uma seção Sobre os(as) Autores(as) e três Anexos que tratam dos instrumentos de registro do trabalho da Educação de Rua. A **PARTE I – RUAS** é composta de dois capítulos, sendo que no primeiro, a Coordenação de Arteducação do Projeto Axé apresenta os resultados do trabalho realizado pela equipe de Educação de Rua em parceria com a SEMPRE/PMS, além de relatar

sua prática cotidiana, destacando os aspectos teóricos e metodológicos da Educação de Rua e dos seu fazer Arteducativo. Já no capítulo 2, a coordenação do SEAS/SEMPRE/PMS apresenta os resultados do trabalho e a tipificação do Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS).

A **Parte II** da publicação se abre em **ENCRUZILHADAS**. Na “**Encruza 1 – Educador(a)**” iniciamos com o capítulo 3, no qual são abordadas as possibilidades de se educar na rua, onde os educadores(as) refletem sobre os desafios de ser Educadora Social no espaço da rua. No capítulo 4, somos apresentados(as) a um relato da história de vida de uma educadora e sua trajetória de Educanda à Educadora do Projeto Axé. Seguindo essa linha de relato de experiência, o capítulo 5, a partir da linguagem de texto para programas de rádio, nos dá acesso às transformações de vida e resistência de um Educador Popular que também teve a experiência de ser um educando em projetos sociais. Para fechar essa encruza, o capítulo 6 nos brinda com o relato das encruzilhadas de desafios e aprendizados de Ser Educadora de Rua e atuar na promoção de direitos, com destaque para um rol de experiências de vida transformadas pela metodologia de trabalho do Projeto Axé.

O capítulo 7 abre a “**Encruza 2 – Rua**” e com ele temos a honra de acolher as partilhas e reflexões dos(as) Palavreiros(as), em relação às temáticas que atravessam o trabalho dessa equipe de Rua, onde os textos são escritos a partir de uma perspectiva ética, rigorosa, mas também estética e sensível. Dessa forma, o sétimo capítulo de modo poético nos apresenta a perspectiva da cartografia, através das andanças e encontros realizados pela equipe de arteducadoras de rua do Projeto Axé e seus atendimentos à população em situação de rua.

No capítulo 8, lançando mão do método epistolar, os(as) Palavreiros(as) misturam ficção e realidade em cartas recheadas de reflexões críticas sobre as contribuições da Educação de Rua para o fortalecimento das políticas públicas e garantia de direitos da população em situação de rua, onde entenderemos como a metodologia do Projeto Axé de forma intersetorial, promove a garantia de direitos à saúde, educação e assistência social dos sujeitos atendidos.

Já no capítulo 9, que fecha essa encruza, Maria Sueli Sobral Oliveira, liderança do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), Educadora

de Rua e Palavreira, nos convoca a reflexão para a importância da atuação dos diversos agentes sociais e públicos para a garantia de direitos da população em situação de rua, com especial reconhecimento *in memoriam* de Maria Lúcia Silva Pereira e a parceria do Projeto Axé com o MNPR.

A “**Encruza 3 – Educando(a)**” abarca os cinco últimos capítulos do Caderno de Forma-ção e Navegação Social Projeto Caboré Volume II: ESCRITOS DE RUA. Seguindo a metodologia de relato de experiência, os(as) Palavreiros(as) utilizam no capítulo 10 um misto de tipos textuais, onde a partir de um relato de experiência, comentários fundamentados em teorias e conceitos, marcos legais no campo das políticas sobre drogas, dados estatísticos, música e poesia discutem o impacto da guerra às drogas para as Infâncias, Adolescências e Juventudes.

O capítulo 11 aborda o brincar na rua como uma estratégia de proteção e garantia do direito à infância digna para crianças expostas a vulnerabilidades e vulnerações inerentes à situação de rua, sobretudo, a exploração do trabalho infantil. Para isso, utilizam referências bibliográficas e experienciais através de diários de campo, reconhecendo a brincadeira como produção cultural das crianças.

No capítulo 12, a partir das vivências de cuidado junto às mulheres, mães e negras que vivem em situação de rua, a Palavreira apresenta relatos de casos que acompanhou, descrevendo e analisando, à luz das teorias do Feminismo Negro, os desafios para realizar o acompanhamento e garantir o direito à maternidade e maternagem dessas mulheres.

Trilhando os caminhos de temas interseccionais que atravessam a rua, o capítulo 13 evidencia, a partir das cartografias realizadas nas áreas de atuação dos(as) Palavreiros(as), os aspectos da metodologia de atuação da Educação de Rua do Projeto Axé e o esforço em visibilizar as questões de gênero e sexualidade e acolhimento dos sujeitos LGBTIA+, refletindo sobre as complexas adversidades relacionadas a LGBTIA+fobia junto às crianças, adolescentes, jovens e seus familiares que vivem em situação de rua.

E por fim, no capítulo 14, fechando essa encruza, os(as) Palavreiros(as), a partir da poesia e de teorias, como racismo estrutural e o marco legal

INTRODUÇÃO

das políticas de proteção à pessoa idosa, tecem uma discussão sobre esse segmento etário nas ruas e suas especificidades, destacando sua contribuição no fortalecimento e na proteção das infâncias e adolescências na rua.

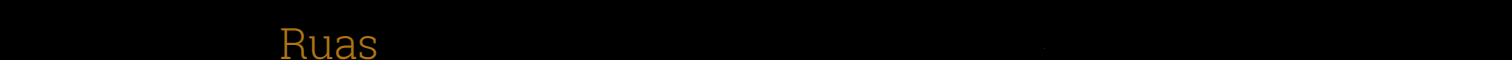
E assim, embalados(as) por tamanha inventividade, desejamos uma ótima leitura e que os aprendizados e saberes das ruas, becos, vielas e encruzilhadas registrados nesta publicação, lhes leve para uma reflexão crítica que possa reverberar na concepção e implantação de políticas e práticas reflexivas que promovam a garantia de direitos para a população em situação de rua, em especial, para crianças e adolescentes. E que seu fazer, seja na rua, na sala de aula, nas salas de reuniões e universidades, sejam pautados por caminhos e posições antirracistas, feministas, anti-LGBTIA+fóbicas e anticapacitistas.

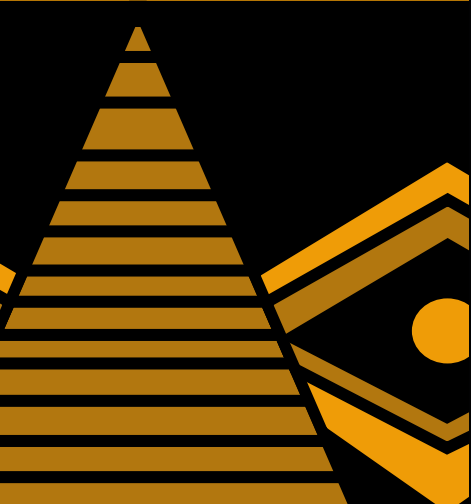
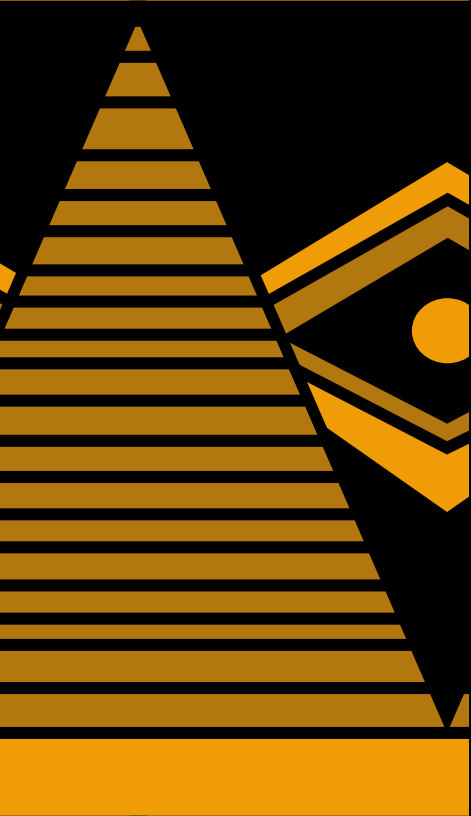
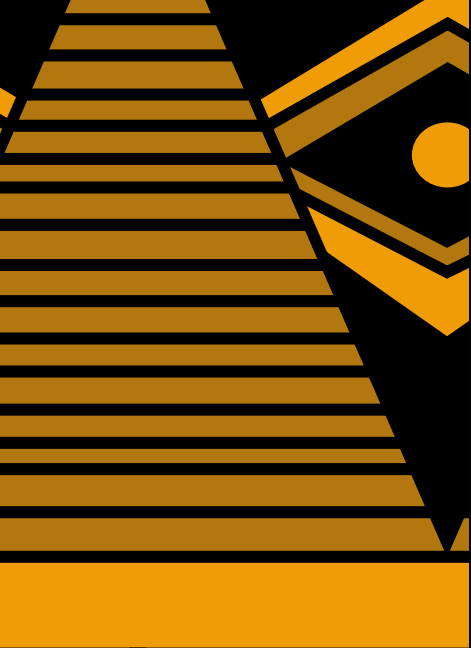
Boa Leitura!



PARTE I

Ruas





1

EDUCAÇÃO DE RUA,
ARTEDUCAÇÃO E PROJETO
AXÉ: RELATOS DE UMA
PRÁTICA COTIDIANA

Lucas Vezedek

Lívia Mendes

Angela Maria Gonçalves

Marcos Antonio Candido Carvalho

INTRODUÇÃO

O propósito deste capítulo inicial é apresentar os resultados do trabalho realizado pela equipe de Educação de Rua do Projeto Axé em parceria com a Prefeitura Municipal de Salvador (PMS), através da Secretaria de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esportes e Lazer (SEMPRE), envolvendo o Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS), entre os anos de 2018 e 2021. Trata-se de um esforço de síntese de quatro anos de trabalho atravessados por muitos encontros, atendimentos, avanços, acompanhamentos, construções, formações e também uma pandemia que tem nos exigido enormemente em vários sentidos. Nessa perspectiva, seguimos construindo e solidificando práticas de cuidado, tanto para os sujeitos em situação de vulneração e risco com os quais trabalhamos, quanto para educadores(as) que vão às ruas diariamente ao encontro de crianças, adolescentes, jovens e suas famílias.

Inicialmente faremos uma breve imersão sobre a proposta de trabalho do Projeto Axé, enfocando os aspectos políticos e metodológicos da Educação de Rua, de modo a situar essa tecnologia social posta em prática nas ruas de Salvador desde sua idealização em 1990. A seguir, iremos contextualizar a proposta de parceria com a SEMPRE-PMS a partir dos Termos de Colaboração realizados no período, considerando seus principais objetivos e metas propostas. Por fim, tendo em vista a abrangência das ações, os avanços e aprofundamentos metodológicos alcançados, apresentaremos os principais resultados obtidos ao longo de cada ano de trabalho nas ruas, buscando avaliar os impactos dessa parceria tão importante entre o poder público municipal e a sociedade civil organizada, que se ancora na Lei Federal 13.019/2014 (BRASIL, 2014), que trata do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), bem como no Decreto 29.129/2017 (SALVADOR, 2017).

“AXÉ”, SUSSURREI, “PROJETO AXÉ”¹

Em ação e movimento desde 01 de junho de 1990, o Centro Projeto Axé de Defesa e Proteção à Criança e ao Adolescente é uma Organização da Sociedade Civil (OSC), de natureza não governamental e sem fins

1. Trecho extraído do texto “É tempo de recordar”, escrito por Cesare de Florio La Rocca, fundador-presidente do Projeto Axé, para o livro “Plantando Axé: uma proposta pedagógica” (2000, Bianchi, Org.), no qual ele narra a inspiração para nomear o Projeto Axé ““No candomblé da Bahia”, expliquei, “o axé é o princípio vital, a energia que permite que todas as coisas existam. Nominando o projeto de Axé, não estamos apenas prestando homenagem à religiosidade e à cultura afro-brasileira. Estamos também afirmando que a criança é o axé mais precioso de uma nação”” (p.12-13).

lucrativos, que busca constituir, em interação com outras organizações governamentais e não governamentais, um Sistema de Garantia de Direitos (SGD) para crianças, adolescentes, jovens e suas famílias na cidade de Salvador. Trata-se de uma proposta arteducativa que oferece espaços dignos de convivência familiar e comunitária a sujeitos em situação de extrema vulnerabilidade social, visando que esses possam se situar de forma crítica e produtiva na sociedade brasileira.

Sua fundação e consolidação está diretamente ligada ao contexto histórico de redemocratização do Brasil, e também a um amplo debate sobre as infâncias, seja numa esfera internacional, a partir da Convenção das Nações Unidas pelos Direitos da Criança (1990), seja numa esfera nacional, com o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (1990). O fundador do Projeto Axé, o italiano Cesare de Florio La Rocca, tendo uma significativa experiência de trabalho no Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) no Brasil, participou ativamente dos processos de mobilização e luta por direitos, tornando-se um importante aliado de movimentos e organizações.

Desse modo, em articulação com organizações e movimentos internacionais, nacionais e locais ele propôs a criação de um Projeto de Educação que colocaria em ação os pressupostos do ECA (1990), visando assim concretizar a esperança de alteração do cenário de aguda desigualdade social que punha em risco a integridade biopsicossocial de crianças, adolescentes e jovens. Assim feito, o trabalho se iniciou nas ruas de Salvador e desde então, o Projeto Axé tem sido presença permanente e constante no atendimento e acolhimento de crianças, adolescentes, jovens e suas famílias, produzindo cuidado e cidadania pela via da Arteducação, tanto nas ruas, quanto em suas unidades arteducativas, bem como fazendo enfrentamento às diversas violações de direitos e demais estruturas de violência e opressão.

O Projeto Axé ratifica em seu Estatuto Social a missão de “Ir ao encontro de crianças, adolescentes, jovens e suas famílias em situação existencial de rua, destituídos de seus direitos; acolhendo-os em nossas Unidades, propondo e executando atividades de Arteducação, na permanente estimulação dos Sonhos e Desejos desses Sujeitos, a fim de que construam sua própria cidadania. O Projeto Axé trabalha em contínuo diálogo com a sociedade civil e os poderes públicos” (PROJETO AXÉ, 2011). Nessa

perspectiva, é fundamental destacar que o método de trabalho sempre parte da escuta das demandas dos sujeitos atendidos, tendo em vista os princípios da Arteducação e da Pedagogia do Desejo (CARVALHO, 2000).

Assim sendo, tem-se como princípios guias no Projeto Axé: 1) a Ética como vida e exemplo a oferecer; 2) a Estética como aprendizado e apreciação do belo e como direito fundamental de cada criança, adolescente e jovem; 3) a Arteducação na construção da cidadania e defesa dos Direitos Humanos; 4) os referenciais teóricos da Psicanálise sobre o Desejo, entendido como a energia vital na transformação do Sujeito em seu percurso criativo como criador(a) da sua própria trajetória singular e social; e, 5) a Educação como “ato político emancipatório”, como “prática de liberdade” (FREIRE, 2014), no sentido de promover um processo formativo contínuo que estimule o exercício da cidadania, da responsabilidade e consciência crítica de si e do outro. Sendo assim, a Formação para pensar e agir: Arte é Educação; e o fruir e produzir arte para fortalecer a cultura afro-brasileira e a construção da identidade.

O Axé se estrutura como um sistema lógico, sequencial e processual de atendimento e acolhimento a crianças, adolescentes, jovens e suas famílias, sendo o trabalho organizado a partir de duas bases fundantes: uma **1) Base Conceitual**, através da qual a dimensão da integralidade ganha profundidade e se complexifica com o processo de ida ao encontro dos sujeitos com os quais trabalhamos, partindo do princípio que estes são sujeitos de direitos, conhecimento e desejo (tríplice subjetividade); e uma **2) Base Procedimental**, que se materializa a partir de um conjunto de ações articuladas em três pilares fundamentais, considerando as especificidades dos sujeitos que acolhemos e cuidamos, sendo estas a Educação de Rua, a Formação Arteducativa e as Ações de Acompanhamento e Fortalecimento à Família, Juventude e Comunidade.

De um ponto de vista estratégico e político, a nível macro, as ações do Projeto Axé podem ser caracterizadas em quatro elementos referenciais: o **primeiro**, é a **Produção de Discursos e Teorias**, que visa construir e validar outras narrativas sobre à infância, adolescência e juventude que tem seus direitos violados, considerando a interseccionalidade das questões classe, gênero, raça e sexualidade; o **segundo** elemento é a **Produção de Imagens**, tendo em vista a dimensão estética e de apresentação do trabalho realizado nas mais diversas plataformas e mídias

que dialogam com a sociedade em geral e alteram as representações sociais e políticas desses segmentos; seguido pelo **terceiro** elemento, a **Produção de Práticas**, que sustentam e validam o trabalho ao passo que nomeiam e operacionalizam cada procedimento desenvolvido através da sistematização e difusão de metodologias e tecnologias sociais de cuidado; e por fim, o **quarto** elemento que é a **Produção de Articulações Políticas**, que solidificam e fortalecem o trabalho e cuidado em rede para a promoção, defesa e garantia de direitos. Dessa forma, essa organização sistêmica e integrada possibilita o desenvolvimento físico, intelectual, emocional, social e cultural das crianças, adolescentes, jovens e também de suas famílias durante todo o percurso, em cada momento em que o Axé encontra, acolhe e acompanha cada sujeito.

EDUCAÇÃO DE RUA: A “ESPINHA DORSAL DO PROJETO AXÉ”²

Desde 1990, o Projeto Axé vai às ruas de Salvador fazer Educação de Rua. Este trabalho tem como princípio garantir o direito à educação através da escuta, estimulação de desejos e a construção de projetos de vida. Este é o início de um processo formativo e contínuo para a construção da cidadania e o desenvolvimento da consciência crítica.

Também chamada de Pedagogia Social de Rua (Graciani, 2005), a Educação de Rua se baseia no entendimento de que crianças, adolescentes e jovens são sujeitos de direitos e dada a condição em que se encontram, para que seus direitos sejam garantidos, é preponderante que o atendimento a estes sujeitos se inicie no local onde vivem e se referenciam: **as ruas**. “O processo educativo, começando nas ruas, está baseado nas lições de Piaget, Emília Ferreiro, Paulo Freire, noções e princípios de Psicanálise e da própria experiência acumulada [do Projeto Axé]” (Almeida, 2003, p. 50).

Dessa forma, a Educação de Rua, pode ser definida como uma Pedagogia de Direitos, ou ainda como uma “Pedagogia de Integração, contrariando a prática maior do sistema [...]”, como defende Fernanda M^a Gonçalves Almeida, em seu livro “De olho na rua: O Axé integrando crianças em situação de risco” (2003). A autora destaca ainda que, no trabalho do Axé

2. Referência direta ao modo como Cesare de Florio La Rocca, fundador-presidente do Projeto Axé, refere-se à Educação de Rua em momentos diversos, destacando a importância fundamental desta para a motivação do trabalho arduo desenvolvido pelo Projeto Axé.

nas ruas, a atitude primeira é a de considerar a criança, o adolescente e o jovem em risco como sujeito social e político, sendo assim “passível de coparticipação no processo educacional” (p.50), algo que se observa a partir da construção conjunta de ações e atividades entre educadores(as) e sujeitos atendidos.

Na sua forma mais complexa, a Educação de Rua se configura como uma espécie de etnometodologia de pesquisa-ação que obedece a alguns passos (Carvalho, 1993; Carvalho e Wridt, 2001): 1) Observação do cotidiano das crianças, adolescentes e jovens em situação de rua; 2) Enquanto se observa se produzem os primeiros contatos visuais com estes; 3) Estas observações são transformadas em cartografias que mapeiam as práticas de sobrevivência e relações sociais desta população ao mesmo tempo em que se constituem os primeiros laços sociais entre as crianças, adolescentes, jovens e educadores(as) de rua; 4) Frutos destes laços sociais, organizam-se ações de convivência mais sustentáveis (exemplos: oficinas/atividades arteducativas na rua, aquisição de documentação, contatos mediados pelos(as) educadores(as) com as famílias, diálogos educativos (que visam estimular, sobretudo, uma posição reflexiva sobre as condições de produção de vida na rua), jogos que promovem a ludicidade, etc.) que resultam na construção de um projeto de vida pessoal e social por parte destes sujeitos e a conseqüente saída da rua; 5) Com a saída da rua se instaura um processo de fortalecimento e retomada da convivência familiar e comunitária, à escola, e a substituição das atividades de risco pela participação em atividades mais adequadas ao desenvolvimento físico, psíquico, e social destes.

O **método de trabalho da Educação de Rua** se inicia com a presença diária de educadores(as) organizados(as) em duplas ou trios em diferentes áreas da cidade com incidência de pessoas em situação de rua, de segunda à sexta-feira. A partir do processo de observação das situações vivenciadas por esses sujeitos, no qual são mapeadas suas dinâmicas de sobrevivência e de relações com pares e com o próprio espaço da rua, são realizados os primeiros contatos (**Paquera Pedagógica**). Com o aumento dos encontros desses sujeitos com a equipe de educadores(as), são estabelecidos laços que vão se fortalecendo com o convívio, com o estabelecimento de relações de transferência, realização de escutas, diálogos e atividades arteducativas que tem o intuito de estimular a sensibilidade e produzir

reflexões críticas acerca das situações que vivenciam nas ruas, de modo a gerar movimentos e possíveis deslocamentos, respeitando o tempo e a singularidade de cada sujeito (**Namoro Pedagógico**).

Cabe destacar que a equipe de educadores(as) conta com o apoio de dois equipamentos arteducativos específicos que funcionam como meios mobilizadores e geradores de encontros e relações, criando um **espaço transicional** entre a rua e os serviços e organizações, sendo estes:

1) **AXÉBUZU** – “*Um bonde chamado Desejo*” – Trata-se da Unidade Móvel de Atendimento equipada com biblioteca multimídia, brinquedos, jogos e materiais Arteducativos que viabilizam atividades de fruição e produção artística. A estética e a beleza registradas na plotagem de toda área externa é criação do consagrado artista plástico baiano Juarez Paraíso e valoriza a iconografia afro-brasileira que integra nosso cotidiano.



2) **AXÉ IN ITINERE** – “*Arteeducação em Movimento*” – Equipamento pedagógico concebido pelos(as) educadores(as) na prática Arteducativa nas ruas, o carrinho itinerante é equipado com diversos materiais lúdicos com o propósito de qualificar os recursos de atendimento dos(as) educadores(as) aos Sujeitos atendidos nas praças e ruas da cidade de Salvador.



É através dessa presença constante, da construção de laços e relações de cuidado que os(as) educadores(as) acompanham, identificam e também encaminham demandas diversas junto aos sujeitos atendidos, seja para as instituições e serviços que compõem a rede de assistência social, saúde, educação e do Sistema de Garantia de Direitos (SGD), seja para as próprias unidades arteducativas³ do Projeto Axé (**Aconchego Pedagógico**), nas quais é oferecida uma ampla formação artística em diversas linguagens como Iniciação às Artes (Canteiro dos Desejos), Artes Visuais (Experimentação, Moda e Estampa), Música (Percussão, Cordas, Sopro e Canto), Dança, Capoeira e Percussão para a Dança.

Nas unidades arteducativas são asseguradas a alimentação e o transporte dos educandos(as) atendidos(as) com idades entre seis e vinte e cinco anos, bem como o acompanhamento nutricional, escolar, familiar e construção de parcerias com serviços e instituições diversas de esporte,

3. Unidade de
Arteeducação do
Pelourinho e Unidade
de Arteeducação
Augusto Omolu de
Dança, Capoeira e
Percussão.

lazer, saúde, profissionalização, dentre outras. As Ações de Fortalecimento à Família, Juventude e Comunidade se iniciam ainda na Educação de Rua e continuam durante todo o período que o(a) educando(a) for acolhido(a) pelo Projeto Axé. As ações visam fortalecer os laços familiares e comunitários a partir do acolhimento, da participação das famílias no processo arteducativo e do encaminhamento e acompanhamento de demandas diversas em saúde, assistência social, educação e SGD.

São realizados também acompanhamentos familiares com visitas ao domicílio; escutas; mediação de conflitos; atividades formativas como encontros temáticos e trocas de experiências; além de encaminhamentos para benefícios socioassistenciais. Destaca-se aqui o Auxílio Mobilidade Física e Social (AMO), criado pelo Projeto Axé, através da parceria com a Conferenza Episcopale Italiana (CEI) e Fondazione San Zeno, que prevê o pagamento de R\$ 120,00 reais mensais por educando(a) acolhido(as) e frequentante (via Vale Alimentação), além da participação nos encontros temáticos mensais com as famílias, sejam responsáveis e/ou educandos(as) com mais de 18 anos (Escola de Mães).

A Educação de Rua como a “espinha dorsal do Projeto Axé”, vai além do fato desta ser a ação privilegiada desse primeiro encontro com crianças, adolescentes, jovens e suas famílias nas ruas, implica, sobretudo, compreendê-la não só como aquela que motiva o trabalho arteducativo do Projeto Axé, mas também como um movimento contínuo de “voltar-se às ruas”, considerando sua pluralidade, contradições e diferentes presenças, como esse espaço social extenso onde também se produz cuidado, acolhimento e luta por direitos.

TECENDO PARCERIAS PARA O CUIDADO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: PROJETO AXÉ E PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR

O Projeto Axé desde a sua fundação fomenta e constrói práticas, intervenções e pesquisas que culminam na geração de conhecimento e políticas públicas em defesa da população em situação de rua, sobretudo, de crianças, adolescentes, jovens e suas famílias. Isso se relaciona diretamente aos quatro elementos referenciais do trabalho do ponto

de vista estratégico e político, citados anteriormente neste capítulo, a Produção de Discursos e Teorias, Produção de Imagens, Produção de Práticas e Produção de Articulações Políticas. Nesse sentido, o diálogo, o estabelecimento de parcerias e ações conjuntas entre o Projeto Axé e a Prefeitura Municipal de Salvador (PMS) tem uma historicidade importante, sobretudo na atenção e cuidado à população em situação de rua.

Em 2016 e 2017 o Projeto Axé realizou a pesquisa “Cartografias dos desejos e direitos: mapeamento, contagem, estimativa e caracterização da população em situação de rua na cidade de Salvador”⁴, em parceria com o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) e o Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia (IPS/UFBA). Os resultados desse estudo mobilizaram discussões, agentes sociais e públicos, além do SGD como um todo, seja nacional, seja localmente, incluindo a Prefeitura Municipal de Salvador, que na época, vale salientar, colaborou com a coleta de dados em seus espaços institucionais de atendimento à população em situação de rua.

De modo geral, foi esse o contexto de diálogo que resultou no estabelecimento do **Termo de Colaboração Nº 022/2018 (Projeto Acolher Cidadão)**, realizado entre março de 2018 e março de 2019, com duração de 12 meses. A proposta de trabalho teve como foco “Crianças e Adolescentes jovens e adultos em situação de rua e suas famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, submetidos à riscos de exploração sexual, trabalho infantil, mendicância, aliciamento pelo tráfico de drogas, uso abusivo de substâncias psicoativas, etc.”, tendo como justificativa também os dados produzidos pela pesquisa, sendo o Termo uma ação concreta de intervenção por parte da PMS, através da SEMPRES.

Cabe destacar que o Termo 022/2018 visava, sobretudo, estabelecer uma parceria para atuação conjunta entre o Projeto Axé e o Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS), executado diretamente pela SEMPRES. O Plano de Trabalho teve como objeto a realização de busca ativa a 800 crianças, adolescentes, jovens e suas famílias em situação de rua, em áreas predeterminadas no território do município de Salvador com incidência desse público, utilizando a metodologia da Educação de Rua, desenvolvida e validada pelo Projeto Axé, considerando sua expertise

4. Agências Financiadoras: UNESCO/ Criança Esperança 30 anos (1ª etapa) / Defensoria Pública do Estado da Bahia (2ª etapa).

no atendimento a esses sujeitos. Previa ainda a atuação de equipe de educadores(as) de rua com o suporte da Unidade Móvel de Atendimento, o AXÉBUZU, no sentido de encaminhar os sujeitos atendidos, conforme demanda, para as Unidades Arteducativas do Projeto Axé, Instituições parceiras e para os serviços das Políticas Públicas Setoriais e Órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

O **Termo 022/2018 foi organizado em duas metas**, considerando os objetivos estabelecidos e quantitativos previstos:

1) Educação de Rua, visando atender a 800 crianças e adolescentes em situação de rua, no período de um ano e 1200 observações – Desta meta cabe destacar a realização da cartografia da dinâmica de vida dos sujeitos atendidos, a partir das observações (1.200 observações/ano) (considerando a metodologia validada pela pesquisa realizada em 2016 e 2017), possibilitando a construção de um mapeamento das áreas de atendimento, com dados descritivos das características das áreas e as principais violações de direitos presentes em cada território de atuação; além disso, destaca-se também a caracterização dos sujeitos atendidos (800 sujeitos/ano), a realização das atividades arteducativas no Axébuзу (48 oficinas/ano), colóquios/escutas (72 colóquios/ano), diagnósticos (120 diagnósticos/ano) e encaminhamentos (150 encaminhamentos/ano);

2) Formação qualificada de 54 agentes públicos e sociais no Centro de Formação, considerando 15 indicados pelo Projeto Axé (14 educadores de rua e um gerente) e 39 pela SEMPRES – Destaca-se a experiência de trocas entre as equipes da Educação de Rua e do SEAS nos encontros formativos (4 encontros/ano de 4 horas cada), e a identificação de demandas de formação, acompanhamento e supervisão em campo que extrapolavam a oferta de espaços e momentos dessa natureza.

Ao fim da execução do Termo 022/2018 foi realizado um **Termo Aditivo**, de mais 12 meses, para execução entre março de 2019 e março de 2020. O Termo Aditivo significou a ampliação de algumas ações, bem como a criação de uma submeta no eixo de formação e uma meta voltada para o atendimento às famílias em situação de rua, considerando os resultados alcançados no primeiro ano de parceria, sobretudo, ao que se refere a identificação de demandas de formação e de ampliação de

áreas de atendimento.

Dessa forma, as **metas do Termo Aditivo** ao Termo de Colaboração 022/2018 foram organizadas da seguinte maneira:

1) *Educação de Rua, visando atender a 800 crianças e adolescentes em situação de rua, no período de um ano e 1500 observações* – Destaque para a ampliação da meta de observações (1.500 observações/ano), caracterização dos sujeitos atendidos (800 sujeitos/ano), números de atendimentos/encontros diários (3.000 atendimentos/ano), a realização das atividades arteducativas no Axébuzu (48 oficinas/ano), colóquios/escutas (72 colóquios/ano), diagnósticos (120 diagnósticos/ano) e encaminhamentos (160 encaminhamentos/ano); outro destaque foi a proposição por parte da equipe de educadores(as) da criação do Axé In Itinere, ferramenta arteducativa que qualificou ainda mais a realização de atividades nas ruas junto às crianças, adolescentes e jovens;

2) *Formação qualificada de agentes públicos e sociais no Centro de Formação Carlos Vasconcelos, espaço de estudo e de transferência de conhecimento, em duas perspectivas:*

2.1) *Qualificação e encontros pedagógicos - formação continuada dos Educadores de Rua, totalizando 57 agentes públicos e sociais, sendo 18 indicados pelo Projeto Axé (17 educadores de rua e um gerente) e 39 pela SEMPS* – destaque para formação e supervisão conjunta das equipes da Educação de Rua e do SEAS (4 encontros/ano de 4 horas cada);

2.2) *Formação continuada de 100 operadores dos serviços que constituem a rede socioassistencial de atenção à população em situação de rua, no município de Salvador, indicados pela SEMPS* – Submeta incluída no eixo formação como forma de sanar a demanda por formação na rede de atendimento à população em situação de rua identificada no primeiro ano de parceria. A ação ganhou proporções maiores do inicialmente previsto (100 cursistas/ano), conforme será apresentado na próxima seção, tendo sido organizada em formato de módulos e com geração de um caderno de formação como produto final do

“Projeto Caboré de Forma-ção e Navegação social: Diagnóstico, Capacitação, Assistência Técnica, Monitoramento e Difusão de Conhecimentos”. Também estavam previstas a realização de visitas técnicas (7 visitas/ano) e entrevistas com profissionais (7 entrevistas/ano);

3) *Apoio e fortalecimento familiar a 100 famílias, considerando um universo de 500 pessoas (5 membros por família x 100 famílias)* – destaque para a realização de acompanhamentos familiares (100 famílias/ano), construção de históricos familiares (100 históricos/ano), colóquios/escutas com famílias (60 colóquios/ano), visitas a domicílio (80 visitas/ano) e encaminhamentos diversos para SGD (100 encaminhamentos/ano).

Após dois anos de parceria exitosa entre o Projeto Axé e a SEMPRES/PMS, a partir de uma avaliação técnica e diálogo para continuidade das ações de atendimento à população em situação de rua, foi celebrado o **Termo de Colaboração Nº 009/2020 (Projeto Cidade Cidadã)**, com duração total de 36 meses, organizados em metas anuais, sendo o Ano I – 2020 (seis meses, de julho a dezembro); Ano II – 2021 (12 meses, de janeiro a dezembro); Ano III – 2022 (12 meses, de janeiro a dezembro); e, Ano IV – 2023 (seis meses, de janeiro a junho).

O **Termo de Colaboração Nº 009/2020** ampliou significativamente as ações realizadas pela Educação de Rua em parceria com o SEAS/SEMPRE, seja na abrangência das áreas de atendimento, ampliação da equipe, bem como as **metas pactuadas**⁵, que foram organizadas como disposto a seguir:

1) *Abordagem/busca ativa e Educação Social de Rua, visando atender crianças, adolescentes, jovens e suas famílias em situação de rua* – Observações (1.800 observações/ano), caracterização dos sujeitos atendidos (1.056 sujeitos/ano), números de atendimentos/encontros diários (7.020 atendimentos/ano), a realização das atividades arteducativas no Axébuzu (84 oficinas/ano), colóquios/escutas (144 colóquios/ano), diagnósticos (180 diagnósticos/ano) e encaminhamentos (1.380 encaminhamentos/ano);

5. As metas apresentadas se referem ao parâmetro anual, sendo que o Ano I e o Ano IV, ambos com duração de seis meses, essas metas são proporcionais a quantidade de meses.

2) *Encontros de acompanhamento e monitoramento/supervisão em serviço, visando qualificar e integrar equipes que atuam com a educação social de rua e atendem a população em situação de rua, totalizando 28 encontros anuais, por um período de três anos – com destaque para realização de colóquios/diálogos de acompanhamento e supervisão de educadores(as) (16 colóquios/ano), encontros de multivisão e análise da prática (8 encontros/ano) e reuniões técnicas de acompanhamento, monitoramento e avaliação (4 reuniões/ano);*

3) *Atendimento às famílias acompanhadas de crianças, adolescentes e jovens em situação de rua – destaque para a realização de acompanhamentos familiares (156 famílias/ano), colóquios/escutas com famílias (84 colóquios/ano) e visitas a domicílio (84 visitas/ano).*

SÍNTESE DOS RESULTADOS ALCANÇADOS NO ÂMBITO DA PARCERIA PROJETO AXÉ E SEMPRE/PMS ENTRE OS ANOS DE 2018 E 2021

Nesta seção são apresentados os principais resultados do trabalho realizado pela equipe de Educação de Rua do Projeto Axé em parceria com a Prefeitura Municipal de Salvador (PMS), através da Secretaria de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esportes e Lazer (SEMPRE), envolvendo o Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS), entre os anos de 2018 e 2021. Esses dados são fruto de um esforço coletivo que envolve educadores(as) de rua, gerentes, técnicos(as), coordenadores(as) e, sobretudo, cada sujeito atendido, visto que o registro e análise desse trabalho minucioso e complexo que é ir ao encontro de crianças, adolescentes, jovens e suas famílias nas ruas de Salvador vai muito além de motivações burocráticas (relatórios, prestações de contas, etc.). Ele faz sentido e se justifica do ponto de vista de uma prática reflexiva, como se propõe na Educação de Rua do Projeto Axé.

O cuidado com o registro do trabalho (instrumentos, questionários, relatórios, dentre outros), “no âmbito de uma prática reflexiva é uma estratégia de retroalimentação que fortalece e qualifica a atuação profissional” (Santana & Vezedek, 2020). Nesse sentido, o esforço aqui empreendido de sintetizar os resultados de quatro anos de trabalho, visa

caracterizar, avaliar e, sobretudo, qualificar os processos de trabalho que buscam a produção de cuidado e proteção a cada sujeito atendido pela Educação de rua, bem como pelo SEAS.

Os **resultados estão organizados em três eixos**, sendo **1) Sujeitos Atendidos; 2) Atendimentos e encaminhamentos; e, 3) Ações Formativas** – que dialogam, em certa medida, com os parâmetros de avaliação e metas pactuadas em cada Termo de Colaboração celebrado entre a SEMPRES/PMS e o Projeto Axé (Termo de Colaboração Nº 022/2018; 1º Termo Aditivo ao Termo de Colaboração Nº 022/2018; e, Termo de Colaboração Nº 009/2020). Para melhor compreensão, em cada eixo, são apresentados os resultados alcançados em cada ano, considerando que os quantitativos previstos podem ser verificados na seção anterior deste capítulo.

1) SUJEITOS ATENDIDOS

Neste primeiro eixo são apresentadas as áreas de abrangência da Educação de Rua, bem como as principais características de ocupação dessas áreas considerando o mapeamento das dinâmicas de vida dos sujeitos registradas a partir das observações diárias. Além disso, são apresentados também os quantitativos de sujeitos atendidos entre 2018 e 2021, bem como sua caracterização quanto a categorias de idade (grupo geracional), gênero, raça/cor e situação de rua observada.

1.1) Áreas de Abrangência da Educação de Rua e Dinâmica de Ocupação (Observações)

A descrição dos itinerários das áreas de abrangência da Educação de Rua (**ANEXO 1**) inclui as localidades e bairros abrangidos pelas ações realizadas, considerando tanto os percursos realizados pelos(as) educadores(as) de rua nas ações cotidianas de mapeamento, atendimento, acompanhamento, monitoramento e encaminhamentos, quanto os pontos de referência de articulação em rede, dentre outros. Tendo em vista que entre 2018 e 2021 as áreas de abrangência foram reorganizadas e também ampliadas a cada ano, de um modo geral, o escopo de ações da Educação de Rua incluem as seguintes **áreas/localidades**: Barra, Rio Vermelho,

Calçada, Água de Meninos, Mares, Comércio, Pilar, Gamboa, Mercado do Peixe, Pelourinho, Centro Histórico, Barroquinha, Gravatá, Campo da Pólvora, Piedade, Dois de Julho, Orixás Center, Barris, Avenida 7 de Setembro, Campo Grande, Pituba, Boca do Rio e Itapuã.

O registro das observações diárias das diversas situações de rua vividas por crianças, adolescentes, jovens e suas famílias é realizado a partir da FICHA DE OBSERVAÇÃO – EDUCAÇÃO DE RUA (ANEXO 2). A equipe também conta com uma ferramenta de digitação das observações realizadas na plataforma Google Formulários, que permite uma melhor visualização dos dados, atualização instrumental feita em 2019.

As observações são registradas em consonância com o método observacional construído e validado pelo Projeto Axé em pesquisas anteriores de Mapeamento e Contagem da população em situação de rua (CARVALHO, SANTANA & VEZEDEK, 2017; CARVALHO, SANTANA, PEREIRA & VEZEDEK, 2017). Os registros são feitos, geralmente, na segunda semana de cada mês, considerando a dinâmica das atividades realizadas em cada área (escutas, atendimentos, encaminhamentos e acompanhamentos a serviços, dentre outros).

Tendo em vista a complexa dinâmica de trabalho, os dias de observações foram alterados no período: em 2018 ocorriam em cinco dias no mês na mesma semana; em 2019 passaram a ocorrer em três dias fixos (segunda, quarta e sexta-feira); já em 2020 e 2021 com a pandemia da COVID-19, passaram a ocorrer em dois dias fixos (segundas e sextas-feiras). O registro sistemático e rigoroso de observações das diversas situações de rua culmina na produção de um material rico que subsidia a construção das cartografias dos modos de vida da população em situação de rua e dos espaços que compreendem as áreas de abrangência, gerando os itinerários, etc. O intuito é registrar e monitorar o processo de ocupação dos espaços da rua pelas crianças, adolescentes, jovens e famílias/responsáveis/adultos de referência, tornando possível, assim, avaliar e planejar intervenções, acompanhamentos, monitoramento, além de articulação em rede.

Salienta-se que no cenário de pandemia da COVID-19, instalado desde março de 2020, com a realização das cartografias das áreas, identificou-se cinco áreas de abrangência com maior incidência da

população em situação de rua, principalmente, pelo fato de que nessas áreas funcionaram serviços e ações voltados para a população em situação de rua, gerando assim grande concentração desses sujeitos. Dessa forma, a partir da construção do Protocolo de Atendimento da Educação de Rua às Crianças, Adolescentes, Jovens e Familiares durante a Pandemia da COVID-19⁶, buscou-se focar, num primeiro momento, na cobertura estratégica dessas áreas de abrangência (Calçada, Comércio, Pelourinho, Piedade e Pituba) que incluem diversos bairros e localidades. Todas as ações da Educação de Rua seguiram os protocolos e orientações sanitárias, de modo a adaptar os procedimentos de trabalho, garantindo assim tanto o respeito a tais orientações, quanto a preservação dos aspectos teóricos e metodológicos da Pedagogia do Desejo que orienta o trabalho.

Em relação ao quantitativo geral de observações realizadas, os dados são apresentados considerando os números totais e repetições registradas, a partir de uma composição das áreas de abrangência em cada ano.

Tabela 1. Número de observações diárias das situações de rua (Cartografia) realizadas nas diferentes áreas de abrangência / localidades / bairros / pontos de referência

ÁREA	ANO	Nº DIAS DE OBS.	Nº DE OBS.	Nº DE REPETIÇÕES
Barra / Rio Vermelho	2018	1	10	0
	2019	50	1.993	430
	2020	-	-	-
	2021	-	-	-
Calçada / Água de Meninos / Mares	2018	3	42	2
	2019	37	491	157
	2020	12	933	174
	2021	24	1.510	702

6. Disponível em <http://www.projetoaxe.org/brasil/covid-19/>.

ÁREA	ANO	Nº DIAS DE OBS.	Nº DE OBS.	Nº DE REPETIÇÕES
Comércio / Pilar / Gamboa / Mercado do Peixe	2018	136	744	562
	2019	59	854	558
	2020	12	734	327
	2021	24	1.797	914
Pelourinho / C. Histórico / Barroquinha / Gravata / C. da Pólvora	2018	131	712	455
	2019	49	1.318	1.068
	2020	12	799	573
	2021	24	2.083	1.422
Piedade/ 2 de Julho/ Orixás Center/ Barris / Av. 7 de Set. / C. Grande	2018	141	1.382	1.256
	2019	70	1.721	1.576
	2020	12	816	422
	2021	24	2.513	2.044
Pituba / Praça Nossa Senhora da Luz / Itaigara	2018	-	-	-
	2019	53	1.193	933
	2020	09	454	177
	2021	24	1.026	583

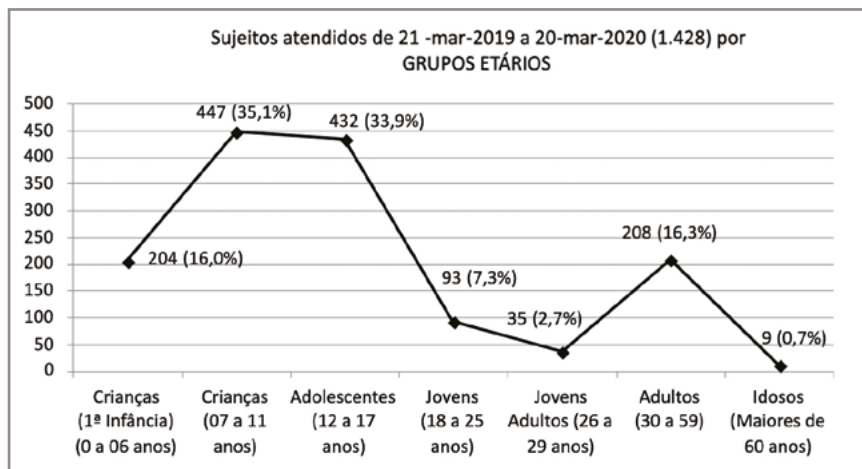
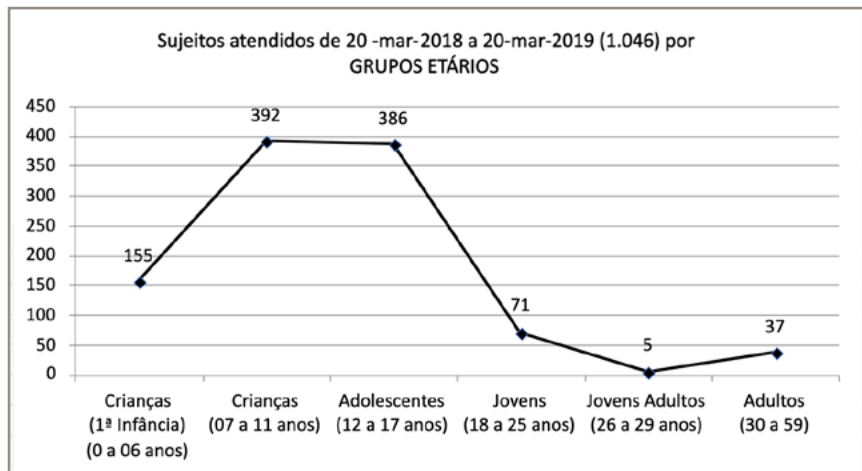
1.2) Sujeitos atendidos pela Educação de Rua

As crianças, adolescentes, jovens e suas famílias são atendidas diretamente pelos(as) educadores(as) de rua com o apoio do Axé in Itinere e do Axébuzu, conforme a metodologia própria da Educação de Rua. Entre 20 de março de 2018 e 20 de março de 2019 foram atendidos 1.046 sujeitos; já entre 21 de março de 2019 e 20 de março de 2020 o número de sujeitos atendidos chegou a 1.428. Entre julho e dezembro de 2020, durante o primeiro ano de pandemia da COVID-19 foram atendidos 638 sujeitos, sendo que em 2021, de janeiro a dezembro, esse número chegou a 1.071 sujeitos atendidos. O número total de sujeitos atendidos em cada período é obtido a partir da organização de uma lista nominal mensal, sendo subtraídas as pessoas atendidas mais de uma vez em cada área e mês de modo a garantir a não duplicidade de dados.

De cada período mencionado, são descritas as **caracterizações dos sujeitos atendidos entre crianças, adolescentes, jovens e famílias considerando quatro características destacadas: idade (grupo geracional), gênero, cor/raça e atividades realizadas na rua registradas durante os atendimentos.** Como forma de possibilitar possíveis comparações entre as principais características dos sujeitos atendidos pela Educação de rua, são apresentadas a seguir, os blocos comparativos de cada período de atendimento por cada categoria indicada:

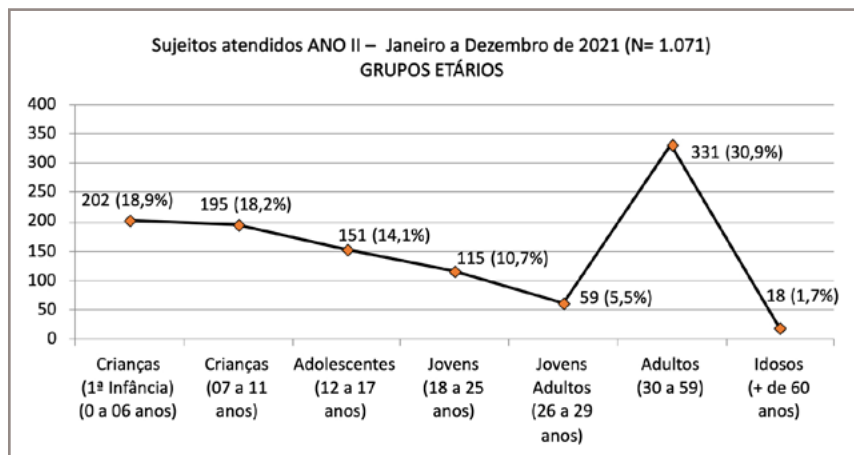
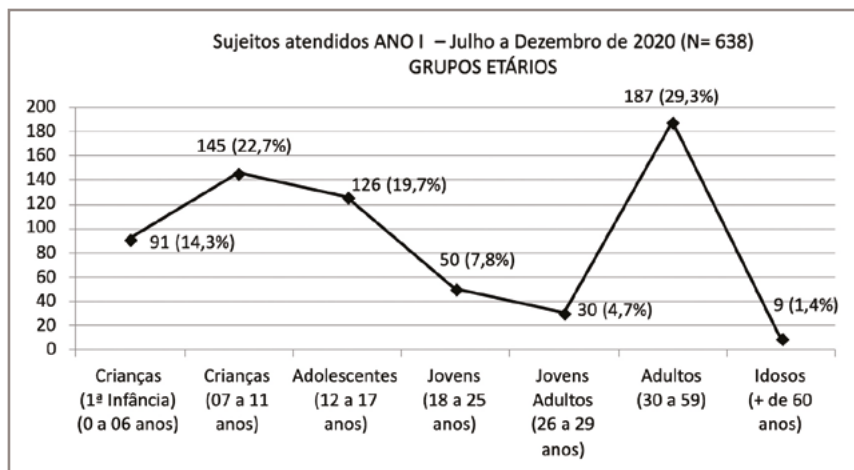
IDADE E GRUPOS ETÁRIOS

Figura 1. Sujeitos atendidos entre 2018 e 2021 – Por grupos etários⁷



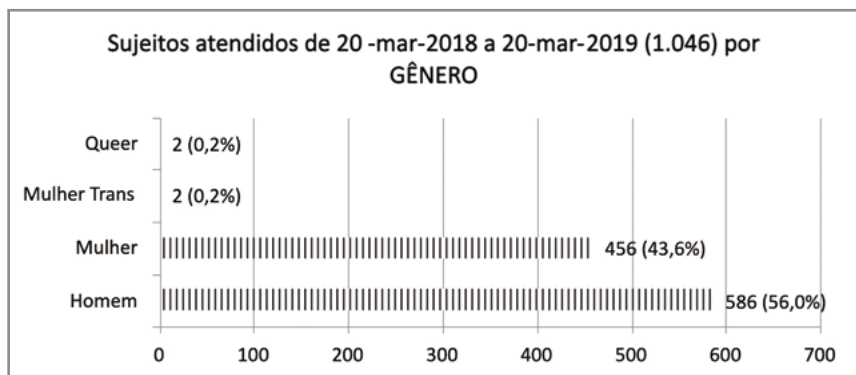
7. Ao observarmos os dados apresentados percebe-se o quanto o perfil geracional dos sujeitos atendidos foi se alterando ao longo do período, sendo acentuado o número de crianças de 0 a 11 anos, bem como de adolescentes de 12 a 17 anos, entre os anos de 2018 e 2019. Destaca-se que isso se altera no período pandêmico, momento em que se observou um aumento significativo de adultos, sobretudo mulheres com crianças nas ruas da cidade.

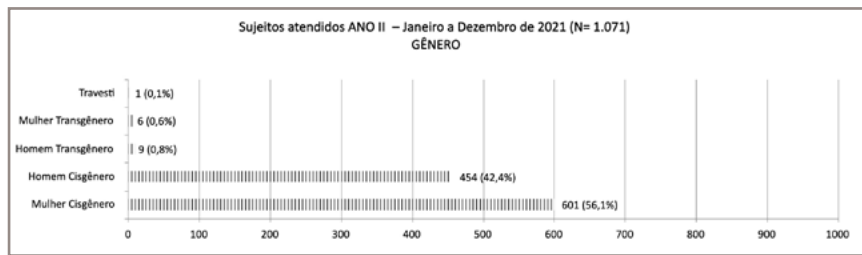
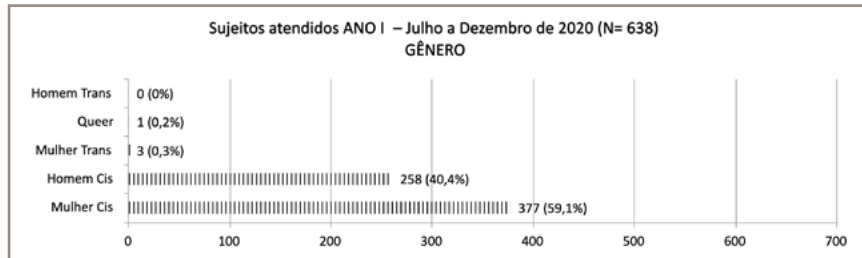
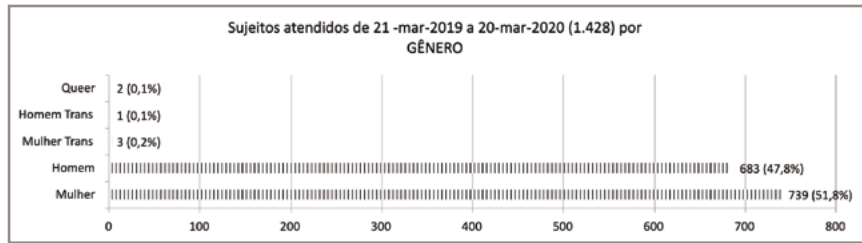
CAPÍTULO 1 . EDUCAÇÃO DE RUA, ARTEDUCAÇÃO E PROJETO AXÉ:
RELATOS DE UMA PRÁTICA COTIDIANA



GÊNERO

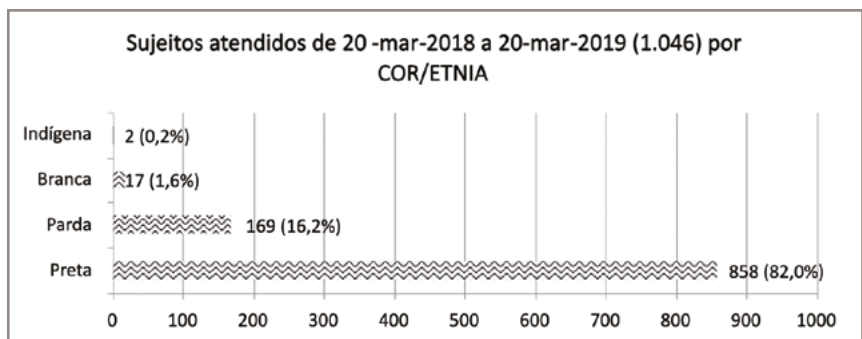
Figura 2. Sujeitos atendidos entre 2018 e 2021 – Por grupos gênero





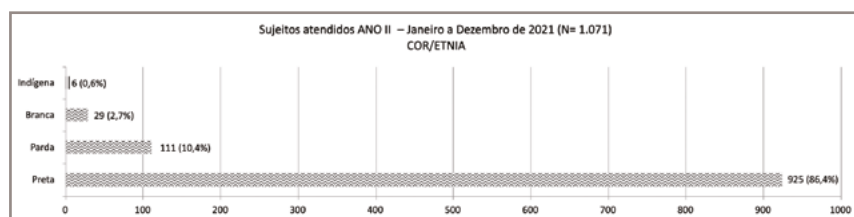
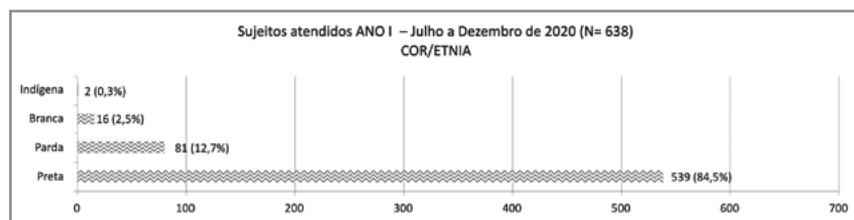
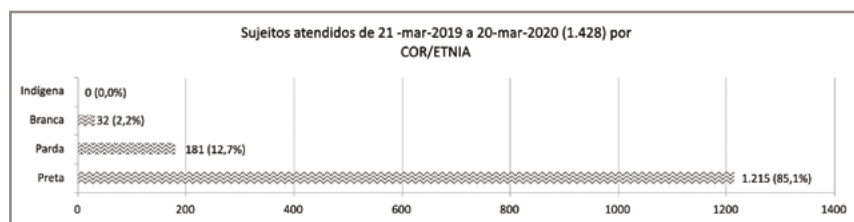
COR/ETNIA

Figura 3. Sujeitos atendidos entre 2018 e 2021 – Por grupos cor/etnia⁸



8. No que se refere a cor/raça, conforme referem pesquisas diversas a população em situação de rua é majoritariamente negra, reflexo direto do racismo estrutural e da extrema desigualdade social que é produzida pela cidade de Salvador.

CAPÍTULO 1 . EDUCAÇÃO DE RUA, ARTEDUCAÇÃO E PROJETO AXÉ: RELATOS DE UMA PRÁTICA COTIDIANA



ATIVIDADES REALIZADAS NA RUA⁹

O trabalho é uma das dimensões mais importantes para a população em situação de rua, considerando que a produção de renda é uma das principais estratégias de sobrevivência neste contexto. Tendo em vista a robustez dos dados dessa categoria, optou-se por descrever de modo mais geral as principais atividades realizadas pelos sujeitos atendidos, com destaque para algumas especificidades. Considerando os anos de 2018 a 2021, as atividades mais realizadas na rua são ocupações informais e, na maioria das vezes, precarizadas, como reciclagem, guardador(a) de carros, vendedor(a) ambulante e “bicos” no geral.

No que se refere à exploração do trabalho infantil, observou-se os seguintes números no período (116 em 2018; 185 em 2019; 06 em 2020; e, 177 em 2021). Ainda sobre o grupo de crianças e adolescentes, cabe destacar que uma das atividades mais realizadas é o brincar na rua, considerando os mais diversos tipos de brincadeiras. Em 2018 foram 483 sujeitos brincando, 737 em 2019, 168 em 2020 e 279 em 2021.

9. Salienta-se que cada sujeito atendido faz pelo menos uma das atividades descritas.

Destaca-se que em 2020, entre os meses de julho e dezembro, no ápice da pandemia da COVID-19, no qual o comércio se encontrou a maior parte do tempo fechado, observou-se um aumento expressivo de sujeitos esmolando e/ou pedindo comida nas ruas, incluindo famílias com crianças pequenas. O número de sujeitos que declaradamente estavam dormindo nas ruas foi de 45 em 2018; 48 em 2019; 40 em 2020; e, 90 em 2021. Cabe ressaltar que se tratam de sujeitos que confirmaram tal informação aos educadores(as), sendo que este é um dado sabidamente subnotificado.

Atividades ilícitas como venda de substâncias psicoativas, furtos, dentre outros não aparecem com frequência. Já atividades como fazer faxinas, vender rifas (principalmente entre mulheres) aparecem mais significativamente de maneira gradual no período.

2) ATENDIMENTOS E ENCAMINHAMENTOS

Neste segundo eixo são apresentados os quantitativos dos principais atendimentos e encaminhamentos realizados durante anos de 2018 e 2021, de acordo com a Tabela 2:

Tabela 2. Principais atendimentos e encaminhamentos realizados entre 2018 e 2021

Tipo de atendimento e/ou encaminhamento	20/3/2018-20/3/2019	21/3/2019-20/3/2020	Jul a Dez de 2020	Jan a Dez de 2021	Total
Atendimentos diretos aos sujeitos	8.263	10.324	3.160	9.584	31.331
Colóquios/escutas com crianças, adolescentes e jovens	59	79	117	197	452
Famílias acompanhadas	253	262	235	436	1.186
Colóquios/escutas com famílias/responsáveis	45	85	226	304	660
Acompanhamento familiar com visita à domicílio	224	206	53	128	611

CAPÍTULO 1 . EDUCAÇÃO DE RUA, ARTEDUCAÇÃO E PROJETO AXÉ:
RELATOS DE UMA PRÁTICA COTIDIANA

Diagnósticos de situação	152	237	137	348	874
Oficinas arteducativas de rua (Axébuzu/Axé in Itinere)	135	77	79	184	475
ENCAMINHAMENTOS DIVERSOS					
Documentação	301	409	205	652	1.567
Saúde	46	102	43	97	288
Sistema de Garantia de Direitos (SGD)	109	172	62	73	416
Assistência Social	26	89	151	179	445
Educação	39	56	167	61	323
Projeto Axé ¹⁰ (Visitas e acolhimentos nas unidades, articulação para retorno à família, escutas, dentre outros)	617	893	2.170	1.525	5.205

Os colóquios são sistematizados pela via dos “espaços – conversas”, das escutas, diálogos pedagógicos realizados a cada encontro diário/atendimento. Essa sistematização se apresenta como um estrato amostral da complexidade e robustez de todo conteúdo mobilizado nos atendimentos aos sujeitos, e auxiliam na descoberta e construção das histórias de vida destes. Esse material também impacta na qualificação do trabalho uma vez que geram atendimentos com maior grau de assertividade nos encaminhamentos e acompanhamentos dos casos.

Já os diagnósticos são ferramentas que auxiliam a equipe da Educação de Rua na localização e centramento de problemas mais diretos e/ou até estruturais, necessidades, mobilização de agentes, SGD, políticas públicas e outros para intervenção, encaminhamentos e apontamento de articulações com vistas ao tratamento, acompanhamento e a resolução de questões referentes aos sujeitos.

A partir da **Análise da Prática** cotidiana, discussões de casos e análise dos dados de trabalho, a equipe da Educação de Rua, construiu e aprimorou um instrumento que visa categorizar os temas presentes nas diversas escutas realizadas com crianças, adolescentes, jovens e suas famílias, bem como os diagnósticos oriundos desses atendimentos. São dois

10. Vale destacar que a partir de julho de 2020 a Educação de Rua intensificou as ações de educação em saúde, incluindo a distribuição de álcool 70%, máscaras protetivas, além de kits de higiene e limpeza e alimentação, quando direcionados a partir de doações e projetos voltados para essa finalidade.

formulários específicos, um voltado para Escutas (Colóquios) e o outro para Diagnósticos, sendo que ambos usam a mesma base categorial que se encontra detalhada no “Guia de orientações para preenchimento dos formulários de colóquios e diagnósticos” (ANEXO 3). Esses instrumentos, ao passo em que geram dados que possibilitam a construção do histórico de acompanhamento de cada sujeito, também orientam o trabalho da Educação de Rua, gerando conteúdo para Análise da Prática, construção e discussão de casos, planejamento e avaliação do trabalho.

3) AÇÕES FORMATIVAS

Já neste terceiro eixo são apresentadas as ações formativas da Educação de Rua no âmbito dos termos de colaboração e do Projeto Axé como um todo, tendo em vista que todas as ações da organização estão ancoradas num intenso, permanente e complexo fluxo de formações, diálogos, multivisões, análises da prática e cirandas literárias. As Multivisões e Análise da Prática ocorrem semanal e mensalmente, sobretudo, no contexto atual pandêmico, uma vez que as ações e acompanhamento do trabalho precisam observar rigorosamente as normativas técnicas e protocolos sanitários, além da própria complexidade dos conteúdos mobilizados no trabalho de atendimento e acompanhamento das crianças, adolescentes, jovens e famílias em situação de rua.

Os encontros de Multivisões/Análise da Prática são espaços aglutinadores de informações importantes e estratégicas acerca das situações e casos acompanhados pela equipe da Educação de Rua e demais educadores(as) do Axé. São oportunidades de reflexões, debates e intercâmbio de conhecimentos no sentido de construir alternativas de atendimento e cuidados cada vez mais amplas para o atendimento de crianças, adolescentes, jovens e suas famílias. Já as Cirandas Literárias são espaços de reflexão das diversas temáticas relacionadas seja ao trabalho como um todo, seja da conjuntura que perfaz as vidas de todos os sujeitos envolvidos nas variadas dimensões do trabalho e das relações onde se materializam ações e estratégias.

Durante os anos de 2018 e 2021, foram realizadas diversas **ações de natureza formativa**, sendo estas: a) 24 Reuniões Técnicas de Acompanhamento,

Monitoramento e Avaliação; b) 12 Encontros de Formação de agentes públicos e sociais (incluindo a participação do SEAS e profissionais de outros serviços), alcançando aproximadamente 130 profissionais; c) 363 Colóquios/diálogos individuais e/ou em grupos com educadores(as) e profissionais da rede/ Supervisão e acompanhamento; d) 01 Curso de Formação de 28 horas para operadores da rede socioassistencial da população em situação de rua¹¹, Projeto Caboré, que alcançou 209 pessoas; e) 108 Análises da Prática / Supervisão em campo Equipe Educação de Rua; f) 03 Grandes Formações Anuais do Projeto Axé com todos(as) os(as) trabalhadores(as); g) 74 Cirandas Literárias; h) 08 encontros formativos com outros parceiros da rede de atendimento à criança e ao adolescente (CAPS-ad, Fundação Cidade Mãe, dentre outros) e demais articulações (PMBA), projetos, dentre outros); e, i) 08 Atividades formativas virtuais (lives e webinars) com temas diversos e abertos ao público.

CONSIDERAÇÕES SOBRE OS CAMINHOS E ENCRUZILHADAS

O Projeto Axé atende cotidianamente crianças, adolescentes, jovens e famílias diversas, de quase totalidade negra, que tem, na maioria dos casos, mulheres como chefes de família. Trata-se de sujeitos que enfrentam violências, violações de direitos e a negação da cidadania; que são alvo do racismo estrutural, da violência de gênero, idadeísmo, da LGBTIA+fobia, bem como da exploração do trabalho; e que, em comum, experimentam a precariedade das condições de produção e manutenção da vida.

As ações e resultados alcançados descritos neste capítulo tratam de intervenções que buscam a produção do cuidado a estes sujeitos, num processo contínuo de análise da prática e avaliação, de modo a qualificar e fortalecer a defesa e a garantia dos direitos. As situações de vulneração, vulnerabilidades e violação de direitos vivenciadas por crianças, adolescentes, jovens e suas famílias, foram adensadas, sobretudo, pela pandemia da COVID-19, que instaurou uma crise sanitária desde março de 2020. Nesse cenário de grande sofrimento, o Projeto Axé ratificou seu compromisso com a justiça social e respeito à vida, planejando e implementando frentes de ação para garantir a continuidade do cuidado

11. Os resultados desta ação, além do curso de formação para profissionais da rede socioassistencial de Salvador, culminaram na publicação do “Caderno de formação e navegação social Projeto Caboré: diagnóstico, capacitação, assistência técnica, monitoramento e difusão de conhecimentos – Volume I” (2020, Gonçalves, Bastos & Vezedek, Orgs.). Disponível na versão impressa e ebook: http://www.projetoaxe.org/brasil/wp-content/uploads/2020/11/projeto-cabore_2020.pdf

e acolhimento das crianças, adolescentes, jovens e famílias, tanto na Educação de Rua, quanto nas suas unidades arteducativas.

Este é um trabalho que tem ressonância e incide na esfera pública, uma vez que inspira e dialoga com sujeitos e instituições públicas e privadas, buscando fomentar discussões e pautas que tem como culminância a criação e efetivação de políticas públicas, sobretudo na área da infância, adolescência, juventude e população em situação de rua. Isso também se materializa a partir da ocupação e participação do Projeto Axé nas mais diversas esferas (conselhos, comitês e articulações nos níveis municipal, estadual, nacional e internacional), seja no micro, em articulações locais, territoriais e diretas com os sujeitos e instituições, seja no macro, na relação e estabelecimento de parcerias importantes com o poder público e sociedade civil organizada, que de um modo geral, colaboram e mantêm as atividades desenvolvidas através de projetos e parcerias.

Produzir cuidado exige esforços compartilhados, uma maior interconexão de agentes, serviços, instituições e organizações. Requer que se estabeleçam, entre os diversos atores e atrizes envolvidos(as), laços horizontais de articulação e de complementaridade; requer ainda o entendimento de que as demandas sociais não serão sanadas com a intervenção de apenas uma política pública, reforçando a necessidade de interseccionalidade setorial e institucional, justamente por se tratar de situações complexas, que exigem atuação em rede, garantindo assim, a potencialização e o fortalecimento dos serviços e ações ofertadas.

É nesse sentido que a parceria entre o Projeto Axé e a Prefeitura Municipal de Salvador, através da SEMPRES e SEAS, se faz profícua e frutífera, uma vez que, tendo em vista os dados sistematizados e apresentados neste capítulo, tem conseguido promover o atendimento de qualidade a crianças, adolescentes, jovens e suas famílias em situação de risco, vulneração e rua, além de fomentar e realizar atividades cotidianas de formação para profissionais que atuam nas mais diversas frentes junto a esses sujeitos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. M. G. De olho na rua: o Axé integrando crianças em situação de risco. EDUFBA, 2003.

BRASIL. Lei N.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1990.

BRASIL. Lei N° 13.019, de 31 de julho de 2014. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015). Brasil, 2014. Disponível em <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=13019&ano=2014&ato=9f0EzYE9ENVpWTdfd>

CARVALHO, M. A. C. Pedagogia de rua: princípios extraídos de uma análise da prática. In: Grossi, E. P., & Bordin, J. (orgs). Construtivismo pós-piagetiano: um novo paradigma sobre aprendizagem, Petrópolis, Rj: Vozes, 1993.

CARVALHO, M. A. C. O desejo na pedagogia do desejo. In: Bianchi, A. (org). Plantando Axé: uma proposta pedagógica, São Paulo: Cortez Editora, 2000.

CARVALHO, M. A. C., SANTANA, J. P. S. & VEZEDEK, L. Sumário Executivo da Pesquisa Cartografias dos Desejos e dos Direitos: Mapeamento e Contagem da População em Situação de Rua na Cidade do Salvador, Bahia, Brasil. P. Axé, 2017. Disponível em http://www.projetoaxe.org/brasil/wp-content/uploads/2020/09/carvalho-santana-e-vezedek_2017_sum%C3%A1rio-executivo-etapa-1_-_pesquisa-cartografias-dos-desejos.pdf

CARVALHO, M. A. C., SANTANA, J. P., PEREIRA, M. L. S. & VEZEDEK, L. Cartografias dos desejos e direitos: Quem são as pessoas em situação de rua, afinal? – Sumário Executivo da Pesquisa-ação Caracterização das situações de violações de direitos vividas pela população em situação de rua – crianças, adolescentes, jovens e famílias – na cidade do Salvador. P. Axé, 2017. Disponível em http://www.projetoaxe.org/brasil/wp-content/uploads/2020/09/carvalho-santana-pereira-e-vezedek_2017_sumario-executivo-etapa-2-_pesq.-cartografias-dos-desejos-e-direitos.pdf

FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. Editora Paz e Terra, 2014.

GRACIANI, M. S. S. Pedagogia social de rua: análise e sistematização de uma experiência vivida. 5. ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2005. Coleção Prospectiva. v. 4, 2005.

GONÇALVES, A. M., BASTOS, A. C. G. & VEZEDEK, L. (Orgs.). Caderno de forma-ação e navegação social projeto Caboré: Diagnóstico, capacitação, assistência técnica, monitoramento e difusão de conhecimentos (1ª ed., pp. 54-67). Centro Projeto Axé, 2020.

LA ROCCA, C. de F. É tempo de recordar. In: Bianchi, A. (org). Plantando Axé: uma proposta pedagógica, São Paulo: Cortez Editora, 2000.

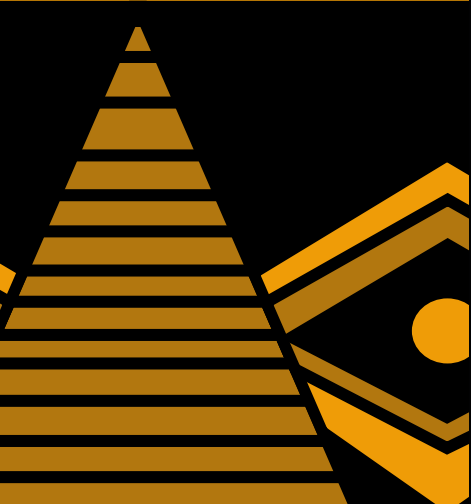
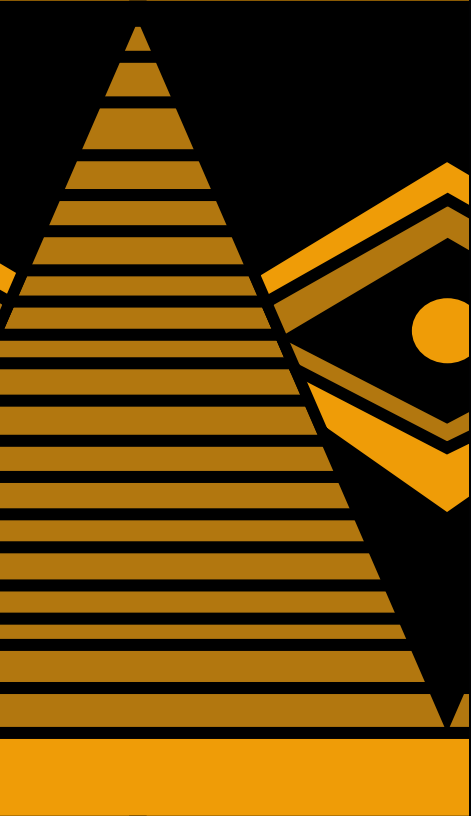
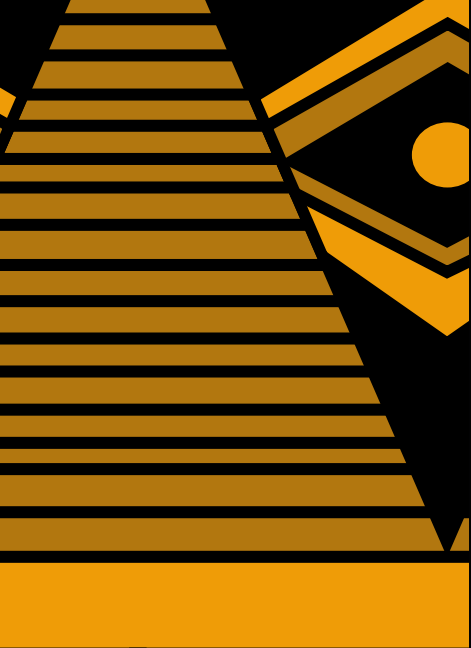
PROJETO AXÉ. 6ª Alteração do Estatuto Social do Centro Projeto Axé de Defesa e Proteção à Criança e ao Adolescente, 2011. Disponível em <http://www.projetoaxe.org/brasil/>

SALVADOR. Decreto Nº 29.129 de 10 de novembro de 2017. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública direta, autárquica e fundacional do Município do Salvador, as sociedades de economia mista e empresas públicas municipais prestadoras de serviço público com as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação, nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 2014. Salvador, 2017. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/decreto/2017/2912/29129/>

lei-organica-salvador-ba

SANTANA, J. P., & VEZEDEK, L. Sistematizando tecnologias de cuidado: O acolhimento e acompanhamento da população em situação de rua. In A. M. Gonçalves, A. C. G. Bastos & L. Vezedek (Orgs.), Caderno de formação e navegação social projeto Caboré: Diagnóstico, capacitação, assistência técnica, monitoramento e difusão de conhecimentos (1ª ed., pp. 54-67). Centro Projeto Axé, 2020.

WRIDT, P. and CARVALHO, M. A. C. Educating Brazilian Street Children [online]. In: Robertson, Margaret (Editor); Gerber, Rod (Editor). Children's Ways of Knowing: Learning through Experience. Camberwell, Vic.: ACER Press, 79-93, 2001.



2

O SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ABORDAGEM SOCIAL (SEAS/SEMPRE/PMS)

Carina de Santana Alves

O Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS) é previsto pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009), no âmbito do Sistema Único da Assistência Social (2005).

Na Política Municipal de Assistência Social em Salvador, regida pela Lei Municipal nº 9.502, de 28 de novembro de 2019, que dispõe sobre o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) no município, o SEAS está elencado entre os serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade, no artigo 12. O SEAS tem como objetivo ofertar, de forma continuada e programada, trabalho social de abordagem e busca ativa, nos territórios (praças, entroncamentos, espaços públicos, locais de grande circulação de pessoas, etc.), para identificação de incidência de trabalho infantil e exploração sexual de crianças e adolescentes e situação de rua.

No ano de 2021 o SEAS realizou, em média, 4.000 abordagens por mês e 150 acolhimentos institucionais. Além disso, são em média 2.500 encaminhamentos por mês, dentre os quais podemos destacar: condução para a rede de saúde e saúde mental, em nível de atenção básica ou urgência e emergência, emissão de documentação civil, CadÚnico/ Bolsa Família, Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), outros serviços socioassistenciais, como o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e retorno ao lar. Tais atividades viabilizam o acesso aos serviços e benefícios socioassistenciais e o atendimento das necessidades imediatas dos indivíduos encontrados em situação de risco social utilizando a rua como espaço de moradia e/ou sobrevivência.

Entre 2016 e 2017, foi realizada uma amostragem estratificada obtida em decorrência do processo da pesquisa “Cartografias dos desejos e direitos: mapeamento, contagem, estimativa e caracterização da população em situação de rua na cidade de Salvador” (CARVALHO, SANTANA & VEZEDEK, 2017; CARVALHO, SANTANA, PEREIRA & VEZEDEK, 2017), realizada pelo Projeto Axé, Universidade Federal da Bahia e Movimento Nacional da População de Rua. Esta pesquisa utilizou um método observacional para realizar a contagem e a partir dessa estratégia estimou que existiam naquele momento entre 14.513 e 17.357 pessoas em situação de rua na cidade de Salvador.

Os motivos pelos quais estas pessoas passam a vivenciar a situação de rua são diversos: desemprego, fragilização ou rompimento dos vínculos familiares e/ou comunitários, perda da moradia, uso abusivo de álcool e outras drogas, entre outros. Outro fator que deve ser considerado é o processo migratório de famílias e indivíduos que se deslocam para os grandes centros urbanos, sem nenhuma perspectiva, resultando em uma soma desordenada e crescente da população em situação de rua nestes municípios.

Atualmente o Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS), executado pela Secretaria de Promoção Social, Combate a Pobreza, Esportes e Lazer (SEMPRE), é composto por 01 Supervisão Técnica, 02 Coordenadoras, 08 técnicos de nível superior, 40 educadores(as) divididos em dois plantões, 02 administrativos e quatro veículos. O horário de funcionamento é das 07h às 19h, incluindo sábados, domingos e feriados, com uma equipe atuando em horário diferenciado, das 09h às 21h.

Com o objetivo de qualificar a prestação do serviço socioassistencial voltado para a população em situação de rua, o SEAS tem realizado parcerias com o Projeto Axé. A celebração de parcerias entre a administração pública do Município do Salvador e organizações da sociedade civil, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho, está ancorada no Decreto 29.129 de 10 de novembro de 2017, que por sua vez tem amparo legal na Lei Federal 13.019/2014 que institui o Marco Regulatório das Relações entre Estado e Sociedade Civil (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC).

De acordo com a Lei Federal 13.019/2014, no inciso VII do artigo 2º, o termo de colaboração é definido como instrumento por meio do qual são estabelecidas parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil para consecução de finalidades de interesse público. O termo de colaboração é o instrumento jurídico que rege a parceria entre o SEAS e o Projeto Axé para a oferta de serviço socioassistencial para a população em situação de rua em Salvador, especialmente crianças, adolescentes, jovens e suas famílias, por meio da Arteducação.

O termo de colaboração em vigência, nº 009/2020, tem como objetivo a realização de busca ativa para identificação e atendimento de crianças, adolescentes, jovens, adultos e famílias em situação de rua, no município de Salvador, fomentando e provocando um processo de acompanhamento e formação para cidadania com direcionamento para a conquista da autonomia dos sujeitos, bem como, estímulo à convivência familiar e comunitária, utilizando a metodologia social desenvolvida e validada pelo próprio Projeto Axé, tendo como princípios a arteeducação, a ética da diferença e dos direitos humanos.

A metodologia social do Projeto Axé para aproximação com os sujeitos em situação de rua se organiza em algumas etapas: a paquera pedagógica, que consiste na observação diária das situações de rua para produção de cartografia dos modos de vida da população em situação de rua, subsídio fundamental para uma aproximação consistente do ponto de vista da construção de vínculos; após a paquera acontecem os primeiros contatos e em seguida o namoro pedagógico, que consiste no aumento da frequência dos encontros entre os(as) educadores(as) de rua e a população em situação de rua, na construção de um processo de sensibilização quanto à condição na qual se encontram e construção de possíveis mudanças. Neste momento são realizadas atividades de arteeducação e oficinas de rua, além disso, são construídos diagnósticos acerca das necessidades sociais dos sujeitos participantes (saída das ruas, acesso à saúde, acesso à educação, fortalecimento de vínculo familiar, etc.). E por fim chega-se ao momento de aconchego pedagógico, onde é estabelecido um contrato didático com os sujeitos participantes que desejam construir a saída das situações de rua, a partir da construção de projetos de vida.

Assim concluímos que a parceria entre a SEMPRES e o Projeto Axé possui metodologia social consistente e exitosa, complementa e qualifica a atuação socioassistencial do Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS), na perspectiva da política pública e da garantia de direitos, voltada para a população em situação de rua no município de Salvador.

REFERÊNCIAS

BRASIL. LEI Nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015). Brasil, 2014. Disponível em <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=13019&ano=2014&ato=9f0EzYE9ENVpWTdfd>

CARVALHO, M. A. C., SANTANA, J. P. S. & VEZEDEK, L. Sumário Executivo da Pesquisa Cartografias dos Desejos e dos Direitos: Mapeamento e Contagem da População em Situação de Rua na Cidade do Salvador, Bahia, Brasil. P. Axé, 2017. Disponível em http://www.projetoaxe.org/brasil/wp-content/uploads/2020/09/carvalho-santana-e-vezedek_2017_sum%C3%A1rio-executivo-etapa-1-_-pesquisa-cartografias-dos-desejos.pdf

CARVALHO, M. A. C., SANTANA, J. P., PEREIRA, M. L. S. & VEZEDEK, L. Cartografias dos desejos e direitos: Quem são as pessoas em situação de rua, afinal? – Sumário Executivo da Pesquisa-ação Caracterização das situações de violações de direitos vividas pela população em situação de rua – crianças, adolescentes, jovens e famílias – na cidade do Salvador. P. Axé, 2017. Disponível em http://www.projetoaxe.org/brasil/wp-content/uploads/2020/09/carvalho-santana-pereira-e-vezedek_2017_sumario-executivo-etapa-2-_-pesq.-cartografias-dos-desejos-e-direitos.pdf

SALVADOR. DECRETO Nº 29.129 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública direta, autárquica e fundacional do Município do Salvador, as sociedades de economia mista e empresas públicas municipais prestadoras de serviço público com as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos

CAPÍTULO 2 . O SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ABORDAGEM SOCIAL
(SEAS/SEMPRE/PMS)

em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação, nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 2014. Salvador, 2017. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/decreto/2017/2912/29129/lei-organica-salvador-ba>

SALVADOR. LEI Nº 9.502/2019, 28 DE NOVEMBRO DE 2019. Dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social – SUAS no Município de Salvador e dá outras providências. Salvador, 2019. Disponível em http://www.dom.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6223:dom-7515&catid=1:dom



PARTE II

Encruzilhadas

[ENCRUZA 1] Educador(a)

[ENCRUZA 2] Rua

[ENCRUZA 3] Educando(a)



[ENCRUZA 1]

Educador(a)

3

ENTRE VIELAS E
ENCRUZILHADAS: DESAFIOS E
POSSIBILIDADES DE EDUCAR
NA RUA

Driele Amunã

Bruno Santos-Cerqueira

Refletir sobre os desafios de ser Educadora Social no espaço da rua não é tarefa fácil e suspeitamos ser quase impossível, pois que se estabelece como razão, a partir de objetivos ético-políticos diferentes para cada sujeita, sujeito e sujeito, que cumpre a função e a lida no campo de enfrentamento às opressões. Nesse sentido, trata-se, assim, de um espaço de convergências e divergências infindáveis, comuns às teorizações e práticas humanas sócio-históricas e às políticas que se ocupam da transformação social.

O trabalho aqui proposto não visa esgotar as discussões sobre os desafios e as possibilidades de tecê-lo na rua, mas é um convite para trilhar pelas ruas, vielas, encruzilhadas, becos e ladeiras em busca da experiência do processo educativo para e com crianças, adolescentes, jovens e seus familiares em situação de rua acompanhados pela equipe de Educação de Rua do Projeto Axé, na cidade de Salvador. Já que o nosso fazer nos espreita a cada esquina e, animado de espírito travesso, nos envolve numa brincadeira sem fim ao ser perseguido.

Cabe destacar que o uso do termo Educadora Social neste capítulo, no gênero feminino, é uma decisão política, no sentido em que seu uso enseja uma humanidade para além do masculino amplamente utilizado na linguagem normativa. Transbordar a norma é um ato emancipatório e aqui, entendemos o artigo e substantivo feminino como possibilidade de chamar atenção para outros horizontes linguísticos. Percebam, se o artigo masculino estivesse no título desse texto, tal justificativa não seria necessária. Tendo em vista que o olhar da sociedade está habituado por uma leitura patriarcal, onde o artigo “o” representa o poder, desse modo, objetiva-se assim conferir à humanidade o seu reconhecimento a partir do ser ela e, finalmente, por entendermos que, de tal maneira, fazemos contraposição ao machismo epistemológico.

Dessa forma, as reflexões a seguir objetivam contribuir e fortalecer um ethos (nesse caso, um senso) humano gerador da igualdade/equidade social, capaz de reconhecer cada vez mais as diferenças e ser construtor de liberdades. Os Escritos de Rua não são um resumo dessas encruzilhadas, mas sim um alerta para suas existências.

Antes de iniciarmos em nossas andanças nas ruas do saber, de aprender e ensinar – e no caso do Projeto Axé, em sua parceria mais recente com a SEMPRE/PMS no atendimento à população em situação de rua de Salvador, no que diz respeito ao fortalecimento e construção de políticas de defesa dessa população e de cumprirmos as “cartografias dos desejos” –, é importante que se atravessem as “sinaleiras da história da Pedagogia ou Educação Social” no Brasil, termo este, que concorre com o que chamamos também de Educação Popular. Traremos assim, de uma contextualização de onde se inicia o debate sobre as categorias, Pedagogia Social de Rua e Educadora Social, e as (dis)putas¹ travadas ao longo da história.

A Pedagogia, Educação Social ou ainda, Educação Popular, tem por semelhança arriscamos dizer, a proposta de, a partir das temáticas sociais que fundamentam a sociabilidade e uma determinada sociedade, criar caminhos e alternativas de ensino-aprendizagem. Além disso, produzir esferas de conscientização, de modo, que inclua sujeitas, sujeitos e sujeites nos percursos decisórios, em primeira instância, de suas vidas e, a partir destas, e na sociedade na qual participam da construção.

Sabemos que anterior ao aspecto citado acima, discutir onde se localizam as categorias, Pedagogia, Educação Social e Educação Popular, para o senso comum parecem sinônimos, mas abrigam suas diferenças e aqui, compreendermos cada uma dessas categorias é algo que não abrimos mão, já que nosso objetivo, para além de apenas entender o conceito, é refletir como cada uma dessas categorias/práxis contribuem e fundamentam uma educação a favor da vida, da sociedade e das relações estabelecidas em variados níveis.

Como previsto, passando pelas “sinaleiras” como quem atravessa nos últimos segundos antes de sua reabertura para o fluxo da história da Pedagogia e Educação Social no país, apoiadas nos estudos de Machado (2010), observamos que inicialmente a discussão em torno das terminologias deram-se:

A partir dos anos de 1960, a terminologia Educação Popular passa a ser relacionada a uma educação voltada para classes populares, principalmente jovens e adultos analfabetos, mas numa perspectiva diferente da anterior. Em um contexto de

1. O termo *putas*, derivado de “*putar*” que em sua etimologia (origem) significa: colocação, consideração, incluir ou ainda como algo grandioso e maravilhoso. Refere-se aqui ao que se inclui na discussão de maneira destituída de um juízo de valor, assim, permitindo que seja considerada todas as particularidades do todo com a qual se relaciona a pedagogia, educação social e sua profissional, a educadora social.

ditadura militar, a Educação Popular é voltada para processos educativos não-escolares e ganha maior abrangência em suas práticas, a partir da teoria de Paulo Freire, educador considerado o pai da Educação Popular. Já a terminologia Pedagogia Social que, pelos estudos realizados, não voltava a cena educacional desde o início do século, ressurgiu na realidade educacional brasileira a partir do ano de 2005, mas também com uma nova perspectiva: vinculada ao atendimento de uma demanda que busca a profissionalização de diversos educadores que atuam em diferentes espaços educativos, mas que não possuem uma formação específica. (MACHADO, 2010, p. 94-95)

Machado (2010), em seu trabalho de dissertação, reúne ainda, além da história da Pedagogia Social brasileira, elementos históricos de sua origem, ainda não devidamente situada na história da humanidade e as especificidades da pedagogia de tipo social, na Europa, em diferentes países. Além disso, as alterações sofridas ao longo do tempo e contextos pela qual atravessou a categoria, entre outros estudos acerca da temática, seja da Pedagogia e Educação Social e/ou da Educadora Social como profissional agente.

Pode-se notar que o autor nos chama a atenção para o fato de que num contexto de negação, no caso da ditadura militar em 1964 no Brasil, a Educação Popular ganha os espaços não escolares, ou da educação não formal como estratégia de instrumentalização das pessoas para sua mobilidade social e travessia do tempo austero. E no caso da Pedagogia Social, Machado (2010) nos coloca o seu ressurgimento sob outra perspectiva, a de profissionalização da mão de obra para o trabalho em diferentes espaços. Vale trazer à reflexão que para cada espaço no qual se insere a profissional, Educadora Social, as perspectivas de trabalho, dinâmicas e desafios se estabelecerão de maneiras diversas. Desse modo, requerendo cada vez mais qualificação em termos do conhecimento dos contextos e tudo mais que se inclui.

Já no campo das (dis)putas, Machado (2010) destaca a realização de encontros internacionais e nacionais, além dos movimentos sociais de educadores brasileiros e de instituições de educação como da Universidade de São Paulo e Universidade Estadual de Campinas. Além disso, enfatiza as produções de duas autoras: Sandra Maia Farias Vasconcelos e seu

trabalho “*Intervenção escolar em hospitais para crianças internadas: a formação alternativa re-socializadora (2006)*”; e, de Suely Guilherme de Souza Vieira e seu trabalho denominado “*As marcas de uma instituição: uma discussão acerca da identidade social de egressas de orfanato (2004)*”. Nesses trabalhos as autoras realizaram tentativas de definição do que deveria ser uma espécie de currículo ou eixo estruturante, seja do lugar da pedagogia social enquanto constituinte das ciências da Educação, seja da formação da profissional em questão.

Dentre várias discussões relevantes sobre a temática, a atividade que demarca o início da estruturação da Pedagogia Social no Brasil foi a aprovação da Carta da Pedagogia Social, em que ficam firmados três compromissos: 1. Consolidar a Pedagogia Social como a Teoria Geral da Educação Social, logo, como área de conhecimento das Ciências da Educação, o que implica em claras definições quanto ao seu objeto de estudo, seus métodos e técnicas, tanto de pesquisa quanto de trabalho, e a configuração do seu campo de atuação; 2. Modelar as propostas de formação do Educador Social e do Pedagogo Social em cursos de níveis técnico, graduação e pós-graduação; 3. Obter a regulamentação da Educação Social e da Pedagogia Social como profissão e, conseqüentemente, construir as instituições de representação profissional (MACHADO, 2010, p. 126).

De acordo com o disposto, os desafios de educar na rua somam-se, assim, à efervescência de um escopo ético-político que tanto precisa definir a Pedagogia Social em seu cerne como também o lugar de formação da Educadora Social. E portanto, a partir desse panorama, adensado pelas almas das ruas e suas diferenças, espraiam-se enormes e variados desafios e possibilidades.

Cumprida essa etapa, seguiremos com o estabelecimento do campo em que se dão as discussões por nós propostas, o da situação de rua, fenômeno resultante de variadas causas, mas que se origina, principalmente, por meio da sociabilidade consequente da produção e reprodução das relações sociais capitalistas e do racismo estrutural, esse último, componente estruturante da formação social brasileira, que dentre outros, são mantenedores do *status quo* da classe dominante e de seu projeto de dominação, operacionalizado principalmente, no campo da pobreza política, *lócus* privilegiado de trabalho da Educadora Social.

No que se trata de situação de rua, contexto em que pautamos a discussão, é necessário problematizar, como primeiro exercício, que o termo em questão com o qual classificamos a pessoa em situação de rua é uma condição situacional/existencial carregada de estigmas. Diremos a grosso modo, que está carregado de crenças sociais que negam na constituição do mesmo a propriedade de passagem, de circunstância a quem a ele está submetida:

Considerar que um sujeito é de rua seria o mesmo que considerar que alguém é de casa ou de apartamento. Vive-se em casas, apartamentos ou, no caso do segmento analisado, no espaço da rua, e esta pode ser uma situação contingente. Ver essa situação como estado e não como processo é um modo de reiterá-la, sem reconhecer a perspectiva do movimento de superação – e essa parece ser uma questão central. Estar em situação de rua ou habitar a rua é diferente de ser de rua. (PRATES, PRATES & MACHADO, 2011, p. 194)

Um corpo na rua é uma denúncia e um anúncio. Um grito que chama atenção para os processos de vulnerabilidade que são naturalizados pelas características daquele corpo. Pelo presente e futuro que comumente se atrela aos corpos pretos, dissidentes e fora da margem, os corpos marginais. Vivências transversalizadas por desigualdades sociais múltiplas, resultantes de um feroz sistema de negação de direitos básicos, onde carros ficam seguros em estacionamentos e pessoas dormem nas ruas. Dessa maneira, temos aqui a marca do racismo como cultura e o resultado das somas e objetivos de um sistema excludente e que se apropria não apenas de toda riqueza socialmente produzida, mas também da intelectualidade humana, a conformando para sua continuidade e alienação da sociedade como um todo.

A Política Nacional para a População em Situação de Rua foi instituída pelo Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009 e conceitua a população em situação de rua como um grupo populacional heterogêneo, composto por pessoas com diferentes realidades, mas que têm em comum a condição de pobreza absoluta, vínculos interrompidos e/ou fragilizados e a falta de habitação convencional regular, sendo compelidas a utilizar a rua como espaço de moradia e sustento, por caráter temporário ou de forma permanente.

E se consultarmos a Resolução Conjunta de N° 01 de 15 de dezembro de 2016 produzida pelos Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), temos como definição, também com base na Política Nacional e outras disposições, no caso das crianças e adolescentes em situação de rua em seu Art.º 01, como:

(...) crianças e adolescentes em situação de rua são sujeitos em desenvolvimento com direitos violados, que utilizam logradouros públicos, áreas degradadas como espaço de moradia ou sobrevivência, de forma permanente e/ou intermitente, em situação de vulnerabilidade e/ou risco pessoal e social pelo rompimento ou fragilidade do cuidado e dos vínculos familiares e comunitários, prioritariamente situação de pobreza e/ou pobreza extrema, dificuldade de acesso e/ou permanência nas políticas públicas, sendo caracterizados por sua heterogeneidade, como gênero, orientação sexual, identidade de gênero, diversidade étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, de nacionalidade, de posição política, deficiência, entre outros (BRASIL, 2016, p. 1).

Nota-se que a partir do disposto pela resolução supracitada, a situação de rua abrange, para além dos vínculos fragilizados e/ou interrompidos, de pobreza extrema, também a falta de moradia e a própria “heterogeneidade” humana, dadas às questões de identidade de gênero, de orientação sexual, diversidade étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, de nacionalidade, de posição política, deficiência, entre outras características inerentes à relação humana, ou seja, um verdadeiro caleidoscópio.

Segundo Graciani (2001), a situação de rua enquanto processo do “menino de rua” e mesmo da pessoa adulta é constituído por uma realidade multifatorial, que se torna determinante para os desafios que culminará na degradação humana do sujeito ao mesmo tempo que se funda uma “emancipação transitória” aos desafios. Se compreendermos que nesta circunstância cabe a presença da Educadora Social como alguém capaz de apontar e identificar seja a condição de vítima que incorpora a criança e o adolescente em situação de rua e seu estágio de fase de vida, assim como para um adulto, será possível para e com estes tecer uma proposta de projeto de vida.

Nesse sentido, a vida na rua determina um processo de degradação humana e, ao mesmo tempo, de emancipação transitória aos desafios presentes nela, e cada criança e adolescente vitimizado pessoal ou socialmente encontra-se em estágios e degraus diversos desse processo e as características constituem a essência do fenômeno menino de rua. (GRACIANI, 2001, p. 192)

É nessa perspectiva que na Educação de Rua do Projeto Axé se faz uma política de vida ancorada na Pedagogia do Desejo (CARVALHO, 1993; 2000), conceito difundido amplamente nas metodologias e na proposta pedagógica de atuação dessa organização da sociedade civil que desde 1990 compreende o seu fazer na rua como um ato político, como estado de atenção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes em situação de rua, partindo do princípio que estes são sujeitos de direitos, de conhecimento e de desejo.

“ONDE, ÀS VEZES, TERMINA A RUA”²: OS DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO EDUCAR NA RUA A PARTIR DE NOSSA PRÓPRIA EXISTÊNCIA

Elencar desafios e possibilidades, como já dissemos, no começo é uma tarefa que julgamos quase que impossível, ao considerarmos o tipo de relação que cada sujeita, sujeito e sujeite fará no exercício do ofício de Educadora Social. Mais precisamente falando, é essencial que diante da função, a trabalhadora se perceba capaz de enfrentar uma série de desafios que extrapolam a dimensão ético-política do ofício, que por si só é bastante complexa. Trata-se também de buscar se refazer todos os dias para o enfrentamento das expressões da pobreza e miserabilidade na qual tomam para si as matérias de trabalho, isto para além do acolher, como um ato dirigido aos sujeitos, sujeitas e sujeites de direitos no espaço da rua, onde tecemos a nossa própria existência.

Há que se dizer também, que assim como cada sujeita, sujeito e sujeite atendido, determinará, a partir de seus objetivos, a relação com o ofício. Dessa maneira, outros elementos como a natureza da organização que emprega a profissional, os princípios éticos e políticos do trabalho, a localidade e as características dos sujeitos atendidos, estarão presentes

2. Trecho retirado do livro "A alma encantadora das ruas" (2011) de João do Rio.

na relação com aquilo que é da profissional, um cenário de desafios e possibilidades inerentes.

Para orientar o fazer da Educadora Social, muitos são os documentos legislativos e orientadores produzidos pelos movimentos de conselhos nacionais, instituições e movimentos sociais que centradas no controle social guiam tanto as instituições estatais, privadas e da sociedade civil organizada no atendimento às crianças e adolescentes em situação de rua, assim como a população em situação de rua como um todo. Porém, apesar dessas orientações técnicas que conduzem o fazer profissional da Educadora Social, muitos dos desafios que se impõem à rotina não são previstos para a construção de estratégias e respostas.

Aqui está compreendido que por sua essência, as leis/políticas públicas e os documentos orientadores entre outros, expressam uma faixa temporal e capturam o estado das coisas na realidade sempre dinâmica, o que define como destino para a Educadora Social *decidir na incerteza e agir na urgência* diante das resultantes dadas por inúmeras variáveis sociais imanentes ao trabalho. Assim, dentre os desafios elencados em nossa experiência e, inferimos, na realidade vigente atrelada ao trabalho da Educadora de Rua, destacamos com base nas cartas legislativas, os seguintes:

a) a violação da proteção integral às crianças e adolescentes a partir da não atuação de uma rede ampla e indisponível à prestação de garantias – prioridade, preferência e destinação privilegiada na formulação de políticas correlatas à infância e juventude – como preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);

b) o não cumprimento e/ou insuficiente promoção de espaços formativos, de educação continuada para a Educadora de Rua; uma vez que elementos do tipo que materializam e atendem princípios próprios da Educação Social de Rua – como de metodologia para o trabalho considerando diretrizes, ações e ferramentas, como: observações qualificadas que incluem análises territoriais, relacionais e dos atores componentes dos cenários de riscos, vulnerabilidades e vulnerações, diagnósticos, relatórios, reuniões, visitas familiares, estudos de casos, articulações com a rede socio-

assistencial; estratégias de aproximação e encaminhamentos bem sucedidos; construção de relação com o sujeito atinente à política; execução de atividades junto ao público com a família e outros, bem como as ações nos territórios de atuação das trabalhadoras e de presença da população em situação de rua – ocupam na distribuição de tarefas da trabalhadora, o lugar de possibilidade e não de condição sem a qual a função não deve ser exercida, uma vez que o papel da Educadora Social se inscreve dentre tantos objetivos, nos de instrumentalização e educação para os direitos com vistas à produção e fortalecimento da cidadania.

Com especial importância, ressaltamos este último desafio como balizador do exercício de reflexão crítica da Educadora Social. Este, se não cuidado, impactará no reconhecimento da cidadania de crianças e adolescentes em situação de rua, bem como da população de outros segmentos geracionais também em condição existencial de rua.

Assim, o fazer da Educadora Social implicará no respeito à diversidade e no dever da não discriminação seja por condição socioeconômica, arranjo familiar, raça, etnia, religião, gênero, orientação sexual, deficiência, por conviver com o vírus HIV/AIDS e/ou outros; na valorização dos laços afetivos, familiares e outras relações socialmente construídas; no respeito à livre adesão, ao desejo e ao momento do sujeito para a realização do acompanhamento, encaminhamentos e outros; no respeito à temporalidade da ação educativa; no acesso e conhecimento do arcabouço legal e do funcionamento do Sistema de Garantias de Direitos (SGD), sobretudo, no que diz respeito a compreender o seu papel na constituição da relação com os sujeitos, assim como os seus limites de atuação; e ir às ruas despido de preconceitos, de olhares estereotipados, de saberes prontos e sem a ansiedade de procurar soluções sem o conhecimento da realidade local.

Priorizar a formação da Educadora Social é um elemento fundante de uma prática qualificada e uma ação efetiva do Estado, em expectativa do cumprimento do dever de ser o principal garantidor dos direitos. Dessa forma, é posto como princípio do ofício de Educadora Social contribuir e fortalecer um ethos humano gerador da igualdade/equidade social, capaz de reconhecer cada vez mais as diferenças e ser construtor de liberdades.

De acordo com Romans, Petrus & Trilla (2003):

O educador social se transforma muitas vezes no ponto de confluência das tensões vividas entre famílias e instituições, entre indivíduos e grupos, entre o processo de melhoria e o de deterioração de um indivíduo que se estanca em seu processo de socialização. A lentidão em alcançar resultados, a escassez de recursos nas entidades, as mudanças de orientações no trabalho devido a determinações políticas, as limitações pessoais e da equipe, as dúvidas sobre se o que se faz é correto e vale a pena fazê-lo podem converter se em um foco de contradições que dia a dia vão pesando no desempenho da profissão. (ROMANS, PETRUS & TRILLA, 2003, p.170)

Por tudo isto, tece-se assim algumas propostas de atuação para uma Educadora Social: **a primeira proposta**, trata da apropriação de leituras sobre os direitos das crianças e adolescentes, entendendo cada nuance social, priorizando teorias que apreendem as características e as realidades de sujeitas, sujeitos e sujeites na rua e na sua relação com a sociedade, tendo em vista que uma Educadora Social de Rua é também uma agente sociocultural e política (com formação multidisciplinar); e da promoção e fortalecimento dos processos de educação em direitos de toda ordem ao mesmo tempo em que, para a tessitura do projeto de vida, com e para crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos em situação de rua, tudo isso numa perspectiva de emancipação desses sujeitos, sujeitas e sujeites e da própria Educadora Social, uma vez que esta compartilha da realidade contemporânea destes e destas que são o foco de sua prática educativa. Assim, no Axé, como nos informa Cesare de Florio La Rocca, nosso fundador-presidente, “a grande verdade é que não se vive sem teorias e, portanto, essas são as teorias de que a ação político-pedagógica do Axé está impregnada. É aquilo que acreditamos e que anima dia após dia nossa ação educativa” (LA ROCCA, 2008, p. 18). Dessa forma, estando atentas e inspiradas no que ele sempre nos disse com intensa constância: **“É preciso FORMAÇÃO, FORMAÇÃO, FORMAÇÃO!”**.

Como **segunda proposta** temos a tomada da Arteducação como caminho criativo de possibilidades. A Arteducação como a própria educação e proponente de um pensar imaginativo não apenas no campo mesmo da Arteducação, como também no chão da imaginação, da inteligência

geradora de sentido com e para os sujeitos de direitos, conhecimento e desejo, sujeitos das políticas públicas, em nosso caso, em situação de rua. No Axé, a Arteducação ao se aliar à Pedagogia do Desejo – que inclui, especialmente, o respeito ao tempo de cada sujeito, sujeita e sujeito, um princípio da Educação de Rua –, nos apresenta como combatentes de uma cotidianidade em que fomos e somos educados(as) que é a naturalização do processo de "rualização", conceito difundido por Moacir Gadotti (GADOTTI, 2012), entendendo este como um resultado engendrado conscientemente e na via deliberada de um sistema econômico capitalista fundado na injustiça, que produz a marginalização, a pobreza, o povo em situação de rua; sendo este um sistema de "seletividade cruel", onde se faz um verdadeiro entulho do sistema escravocrata, onde um corpo preto na rua é "só mais um" pro imaginário social.

Já a **terceira proposta** é a de "educar a rua" ou educar na rua, ainda que reconhecidamente possa ser tomado o ato como uma prova de fogo, *um desafio*, para a Educadora Social. No entanto, este mesmo paradigma pode estar localizado em outro ponto de vista, o de *possibilidade*, como já pontuamos, onde no espaço do ir e vir dos carros; do abrir e fechar de portas; lugar de disputa da lei e do crime; do colorido mensageiro das sinaleiras; lugares que represam os rios de gentes; tudo pode ser usado para a educação, uma vez que contamos com a dimensão simbólica para nossa aprendizagem e relação, considerando então, que tudo é palavra e pode se tornar formas e símbolos figurando sua transcendência.

De acordo com João-Francisco Duarte Jr "tornamo-nos humanos, portanto, em decorrência de um processo educativo cujo principal veículo é a linguagem. Por ela aprendemos a ordenar o mundo numa estrutura significativa (...)" (DUARTE JR, 1988, p. 26). Nesse sentido, Paulo Freire também nos ensina que "Ninguém educa ninguém, ninguém se educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo" (FREIRE, 1987, p. 79). Tal entendimento do pressuposto pedagógico colocado por Paulo Freire nos traz luz diante da possibilidade do ato de educar na rua. É essa compreensão que permite o mergulho no exercício de educar nas vielas e encruzilhadas.

A rua como *lócus* do encontro e dos diferentes modos de tecer maneiras de sobreviver ao mundo, convoca ao trabalho, a Educadora Social, assim

como a própria rua para um processo de construção democrático e reflexivo sobre a condição existencial e/ou de situação de rua dos sujeitos, em contraponto ao status de coisa produzida por um sistema de caráter excludente, esvaziador das humanidades, que cimenta a biodiversidade, mercadológico, sistema que continuamente é requerente de lucro. Dentre as “possibilidades-propostas” importa ainda que mencionemos mais uma além das descritas neste capítulo, que é o chamado para *lutar*, posto na forma de *verbo* e *ação*, próprios de quem busca por melhores salários, regulamentação, processos formativos inerentes à atuação da Educadora Social na realidade, agência e reconhecimento nos espaços de controle social e político, participação social e desejo de mudança. Este é caminho a ser construído num mundo onde “a história da sociedade até os nossos dias é a história da luta de classes” (MARX, 1848/2015).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei N.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1990.

BRASIL. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009 – instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua e o seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Resolução Conjunta CNAS/CONANDA Nº 1, De 15 De Dezembro De 2016. Dispõe sobre o conceito e o atendimento de criança e adolescente em situação de rua e inclui o subitem 4.6, no item 4, do Capítulo III do documento Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Brasília, DF, 2016.

CARVALHO, M. A. C. Pedagogia de rua: princípios extraídos de uma análise da prática. In: Grossi, E. P., & Bordin, J. (orgs). Construtivismo pós-piagetiano: um novo paradigma sobre aprendizagem. Vozes, 1993.

CARVALHO, M. A. C. O desejo na pedagogia do desejo. In: Bianchi, A. (org). Plantando Axé: uma proposta pedagógica, São Paulo: Cortez Editora, 2000.

DUARTE JR, J. F. Por que arte-educação?. Papyrus Editora, 1988.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 18ª ed. Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, M. Educação popular, educação social, educação comunitária. In: Congresso Internacional de Pedagogia Social, 2012.

GRACIANI, M. S. S. Pedagogia social de rua: análise e sistematização de uma experiência vivida. Editora Cortez, 2001.

LA ROCCA, C. de F. Infância, Competência, Arteducação. In A. M. Bianchi dos Reis (Org.), Arteducação, Vida Cotidiana e Projeto Axé. EDUFBA, 2008.

MACHADO, E. R. A constituição da pedagogia social na realidade educacional brasileira. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-

Graduação em Educação, Florianópolis, 2010. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/93844/284248.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

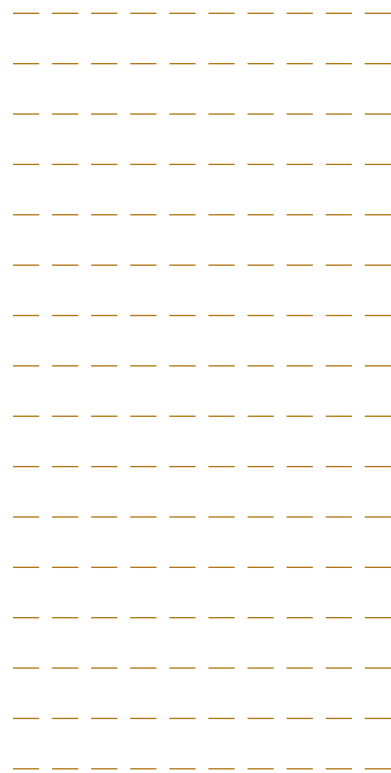
MARX, K. & ENGELS, F. Manifesto comunista. Boitempo Editorial, 2015. (Originalmente publicado em 1848).

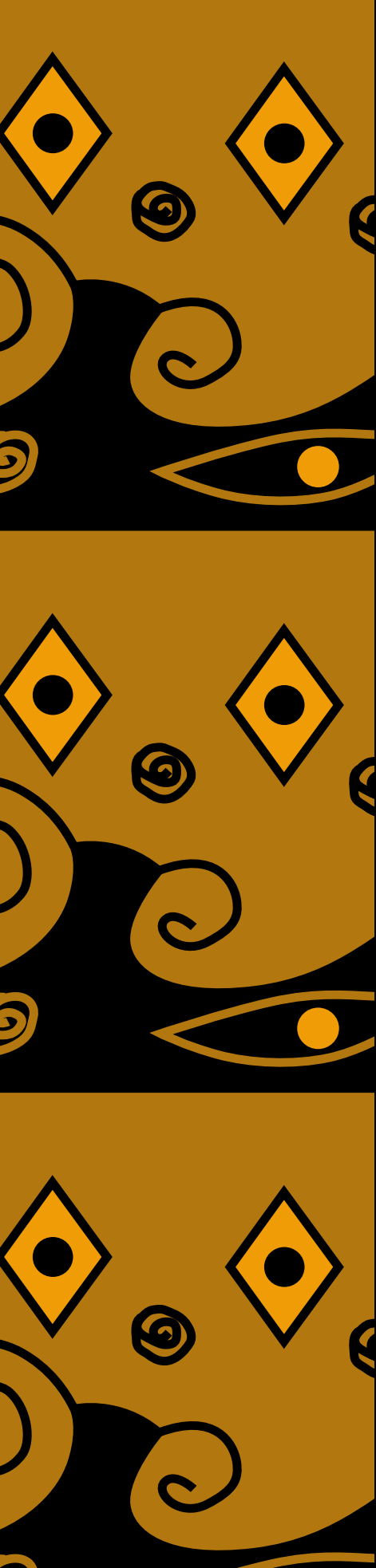
PRATES, J. C., PRATES, F. C. & MACHADO, S. Populações em situação de rua: os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados por esse segmento. *Temporalis*, v. 11, n. 22, p. 191-216, 2011.

RIO, J. do. A alma encantadora das ruas. Nova Fronteira, 2011.

ROMANS, M., PETRUS, A. & TRILLA, J. Profissão Educador Social. Tradução: Ernani Rosa. Artmed, 2003.

CAPÍTULO 3 . ENTRE VIELAS E ENCRUZILHADAS:
DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE EDUCAR NA RUA





[ENCRUZA 1]

Educador(a)

4

DE EDUCANDA À EDUCADORA:
RELATOS DE VIDA

Bel Nascimento

Olá, tudo bem?

Então, eu vim aqui contar um pouco da minha história de vida, minha trajetória. Chamo-me Bel Nascimento, tenho 33 anos e sou nascida em Salvador. Antes de entrar no Projeto Axé eu era moradora da comunidade da Saramandaia, residia em um barraco de madeira com minha mãe e meus quatros irmãos.

Meu irmão caçula, que vendia balas na rodoviária, conheceu uma das educadoras do Projeto Axé. Foi aí que conheci o Projeto no ano de 1996. Entrei para o Circo Picolino, unidade do Axé na época, onde fiquei por uns três anos. Quando acabou a parceria do Axé com o Circo tive que escolher uma das atividades disponíveis nas unidades arteducativas. Foi aí que, com 11 anos de idade, decidi entrar para a Dança. Foi lá onde me descobri e pude expressar meus sentimentos e os fatos que aconteciam comigo. Coisas que eu não tinha a confiança e nem a coragem de contar pra ninguém. Quando eu dançava era meu momento de colocar pra fora todas minhas angústias e alegrias.

Foi desse jeito que aprendi e cresci no meio da dança! Só através do Projeto Axé que pude conhecer e levar arte para vários lugares, como o Rio de Janeiro, São Paulo e ainda participei de uma turnê da cantora italiana, Fiorella Mannoia¹, em um dos festivais mais importantes da Itália, o *Umbria Jazz*, em 2010.

Voltando dessa viagem decidi sair da Dança, porque já estava com 23 anos e precisava trabalhar, vendo que a dança aqui no nosso país não é valorizada. Eu ainda não tinha concluído o ensino médio, mesmo assim, saí com o coração cheio de esperança em retornar um dia como professora de dança no Projeto Axé.

Durante o tempo que fiquei afastada, acabei me guardando no meu mundo e me distanciando do meio da dança. Meu desejo de retornar para o Projeto, onde cresci, falou mais alto. Foi com muito sacrifício que corri atrás de concluir o ensino médio e coloquei meu currículo. Aí em 2013 fui contratada para atuar como Arteducadora de Rua no Projeto Axé.

1. Alguns registros dessa experiência: <http://www.projetoaxe.org/brasil/axemedia/i-ra-gazzi-dellaxe-allumbria-jazz-festival/> ;

Hoje me vejo em muitas crianças e adolescentes com quem trabalho, já que até aos meus sete anos eu era uma menina esquecida pelo mundo, tendo os meus direitos negados. Através do Projeto Axé eu descobri o mundo e ver essa possibilidade para esses meninos e meninas, me deixa esperançosa, pois só assim eles e elas serão vistos e reconhecidos através da arte.

Agora estou aqui sendo uma trabalhadora e atuando com “aqueles e aquelas que ninguém quer”, como se diz no Axé, com a fala do nosso velho Cesare; contribuindo, principalmente, para que as crianças, adolescentes e suas famílias saibam e busquem seus direitos. Terminei de contar aqui esse pouquinho da minha história com uma pergunta pra vocês: **Para ser Educador(a) de Rua, o que é preciso?**

Para mim, que passei de Educanda à Educadora, na proteção de crianças e adolescentes me sinto responsável por contribuir na relação com o outro, no processo da escuta, do olhar e da aproximação cuidadosa com os sujeitos que atendemos nas ruas. Fico feliz em ver as respostas da maioria, quando falo que já fui educanda do Projeto Axé e hoje sou educadora”. Também é gratificante perceber a demonstração de confiança em mim e no meu trabalho.

É desafiador ser Educadora de Rua, sem dúvidas, ter a capacidade para saber encontrar e ajudar as pessoas a percorrer caminhos que vão no sentido do bem-estar e do cuidado de si e da sociedade.

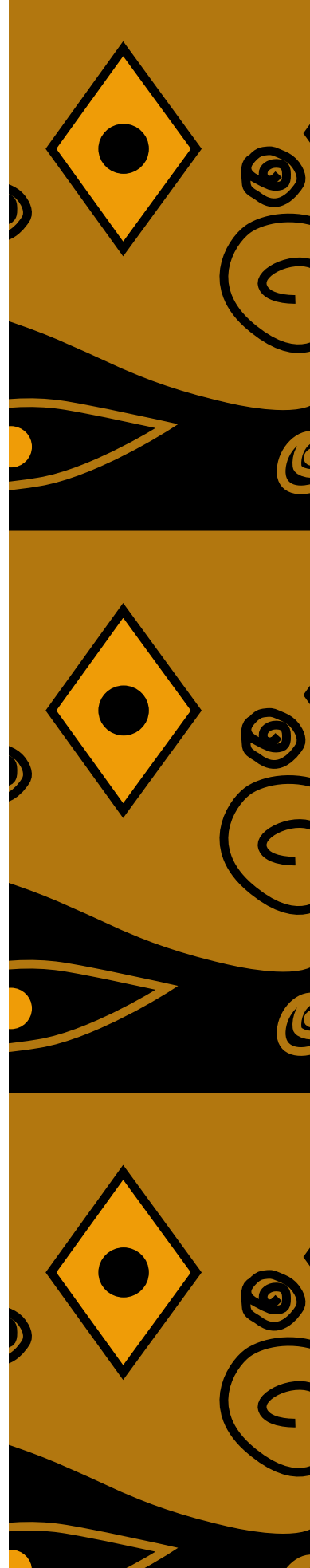
O que me deixa inquieta é ver que outros serviços que estão ali para atender e dar visibilidade aos sujeitos em situação de rua acabam fazendo uma forma de abordagem bruta com eles. E ainda tem uma parte da sociedade que julga essas pessoas em situação de rua com olhares de exclusão, de medo e rancor. No dia a dia eu ainda escuto as falas de pessoas dizendo que esses sujeitos estão ali na rua porque querem, mas, na verdade, não sabem os motivos que fizeram essas pessoas estarem nas ruas. E ainda têm as questões relacionadas à violação de direitos, abusos, violências diversas contra esses sujeitos. Toda essa exclusão por parte da sociedade me deixa angustiada. Cada entrada em becos e vielas me deixa triste diante das situações de riscos, exclusão e vulnerabilidades que essas pessoas passam.

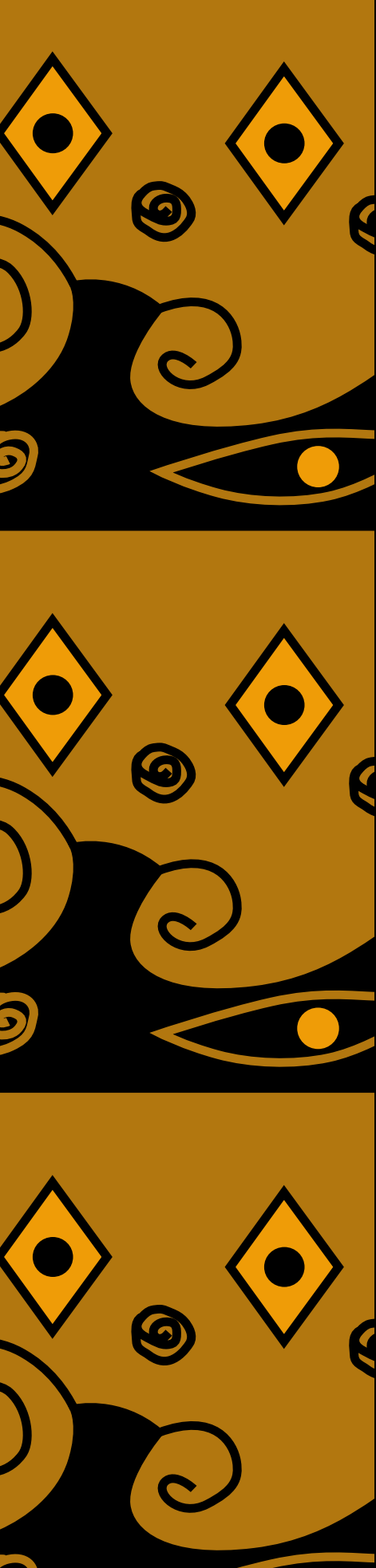
A felicidade em ser Educadora de Rua é quando vejo o sorriso estampado no rosto de todas as crianças e adolescentes quando fazemos Arteducação, lembrando brincadeiras que elas não brincam mais.

Acho valioso o Projeto Axé contratar para trabalhar como educadores(as) aqueles e aquelas que já foram educandos(as), porque acaba sendo uma forma de estimular e inspirar meninos e meninas que chegam ao Axé. Digo isso porque entrei no Projeto Axé com o desejo de me tornar uma professora de dança. Minha inspiração foi minha mãe, pois queria dar uma vida estruturada e melhor a ela, com casa digna, feita de blocos.

Hoje sou grata a Deus, primeiramente, a minha mãe e a essas pessoas que compõem o Axé: Cesare, Marcos, Ená e aqueles(as) que fizeram e fazem parte deste Projeto Axé, que me guiou no caminho da força, da resistência e da sabedoria para não desistir dos meus sonhos e lutar por uma sociedade mais justa e igualitária para “aqueles que ninguém quer”.

Vamos seguir, Axé! Axé! Axé!





[ENCRUZA 1]

Educador(a)

5

“DIGA AÍ, RESISTÊNCIA!”

Roger Alves Souza Batista dos Santos

[Vinheta "Diga aí, Resistência!" tocando]

Fabi Lacerda (FL): *Olá ouvintes! Hoje, nesta sexta-feira de Oxalá, temos o ilustre convidado, Roger Alves, Educador Social de Rua e percussionista, para falar de sua trajetória enquanto jovem periférico, preto, tatuado e formado pela rua. Eu sou a Fabi Lacerda, e começamos agora mais um programa, "Diga aí, Resistência!" da sua rádio RUA FM, estação 31.1. Chegue pra perto, ligue pra gente, disque 71 3242-5912 ou mande seu zap para o número 71 99159-5576 e faça a sua pergunta ao nosso convidado.*

... [HISTÓRIA DE VIDA]

FL: *Roger, que bom que você está aqui! Agradecemos muito a sua participação e por ter aceitado o convite para o nosso programa. É muito importante a gente receber alguém como você que teve aí, né? Uma trajetória de muitas dificuldades, mas que apesar disso, hoje ajuda a construir infâncias e adolescências, cidadanias pelas ruas de Salvador.*

Roger Alves (RA): *Ô Fabi... Eu é que agradeço o convite. É uma oportunidade muito grandiosa, poder dividir com vocês um pouco da minha caminhada, de antes, de todas as dificuldades. E falar disso agora no lugar de quem trabalha e de quem, de alguma forma, se faz como referência de futuro, sendo um rapaz preto e periférico. É de extrema importância. Agradeço, de verdade.*

FL: *A gente que agradece, Roger. Agora, entrando em nosso assunto, que é discutir sua trajetória enquanto homem, um jovem, né? Preto, periférico que luta para escapar das tristes estatísticas, como o extermínio da juventude negra, como denuncia o Atlas da Violência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o IPEA.*

RA: *É barril, Fabi... Vamo nessa.*

FL: *Conte pra gente um pouco da sua vida na infância.*

RA: *Sou nascido e criado no bairro do Alto das Pombas, aqui em Salvador.*

Eu, Roger, enquanto criança, preta, de sete anos de idade, sempre fui muito alegre e cheio de energia; adorava correr, fazer desafios, ouvir histórias dos mais velhos, e muitas outras coisas que toda criança adora.

FL: Eita! O bairro do Alto das Pombas, bairro bom, cheio de gente boa, tem um larguinho bom danado, espaçoso, bom de encontro. Tem a GRUMAP por lá também, o Grupo de Mulheres do Alto das Pombas, coletivo de resistência que parece atua desde a década de 80 na cidade. Conheço um pouco. Você esteve numa instituição não governamental, né isso? Foi a GRUMAP? Era de iniciativa desse grupo? De arte e educação, confere? Onde você aprendeu percussão? Quando que você entendeu que gostava de música e percussão?

RA: Não, eu estive num projeto, mas ele não era de iniciativa da GRUMAP que também conheço. Era, na verdade, financiado pelo governo do estado. Foi de arte educação sim, o projeto se chamava FATUMBI e era muito bom. Muito da minha história e mudanças de vida aconteceram por lá, lugar bom. Fabi, sou apaixonado pela música. Adorava fazer um samba com os instrumentos de trabalho que eram do meu tio, ele é músico. Ele me proibia de pegar, mas em qualquer saída dele, eu aproveitava para tocar e descobrir os instrumentos. Foi assim que eu fui descobrindo, aprendendo e reconhecendo meu desejo de tocar percussão.

FL: Com quem você viveu quando criança, Roger?

RA: Vivi aos cuidados da minha avó e do meu avô. Minha avó mais conhecida como “Tuca”, senhora de 54 anos de idade, mãe de três filhos e avó de 10 netos. E “Seu Lula”, 56 anos, meu avô.

FL: E como era a convivência entre vocês, a família?

RA: Morávamos na mesma casa, mas existia algo que me incomodava. A presença do meu avô ao chegar do trabalho, pois ele tinha sérios problemas com bebidas alcoólicas, e todas as noite eram horríveis porque eu presenciava as cenas terríveis de agressão psicológica, verbal e muitas vezes, físicas. E isso me machucava, eu chorava, ficava muito triste com a situação. Ver minha avó passando por tudo aquilo e não poder fazer nada era algo desesperador e eu tinha medo de ao reagir em defesa de minha avó, ele, meu avô, me machucar, caso eu interferisse em algo, né?

FL: Roger, diante da situação, você contava com a ajuda de alguém, tinha algum vizinho ou familiar que ajudava a sua avó?

RA: Teve situações em que comentei com alguns adultos e ouvi coisas do tipo: “sua vó está com ele porque ela quer”; “eu não posso fazer nada, ela está nessa situação porque quer”; “eu não vou nem me meter”. E isso só me causava revolta ao ponto de pensar em ir para o tráfico de drogas, pois achava que dessa forma meu avô me respeitaria. Mas preferi respirar e procurar saber mais sobre o assunto, lendo na internet, ouvia músicas de Alcione falando do valor da mulher e assim comecei a impor para o meu avô, o dever de respeito a minha vó, que é uma mulher preta, guerreira, dona de casa, que passou por muitas coisas. Disse a ele que eu não iria aceitar mais as atitudes horríveis dele com ela e que chamaria a polícia caso ele voltasse a fazer. Meu avô acabou conhecendo outra mulher e saiu de casa.

FL: É uma triste realidade essa, comum a muitas famílias que vivem em contextos de violência doméstica. Isso prejudica tanto a vida de crianças e adolescentes, de todos numa casa, na verdade. Estava consultando o Atlas da Violência de 2019 do IPEA e vi que sobre a violência contra mulheres nas residências, foram registrados 1.246 homicídios de mulheres nas residências, mas é claro que esse número ainda não reflete a realidade das mulheres brasileiras. É preciso combater a violência contra as mulheres todos os dias, pessoal. Em briga de marido e mulher, temos de meter a colher. Denunciem! Sim, Roger, conta pra gente, como era a sua vida na escola?

RA: Eu estudei em uma escola municipal, Tertuliano de Góes, que tem no meu bairro, território onde nasci e ainda hoje mantenho relação. Na escola, uma das professoras era patroa de minha avó e sabia dos acontecimentos dentro da minha casa. Ela decidiu me acolher e tinha um cuidado especial comigo. Era um cuidado tão expressivo que isso chegava a incomodar funcionários e colegas da escola que diziam coisas do tipo: “é vai o queridinho”; “esse aí ninguém mexe, porque a professora disse que é de ouro”; Entre outras piadas, e isso ficava em minha cabeça o porquê dessas piadas. Tive muitas dificuldades na escola, dificuldade no aprendizado, não tinha acompanhamento dos meus pais. Foi difícil.

FL: Eita que o povo na escola é danado pra isso, né? Olha aí, minha gente,

o bullying. Ouvintes queridos, queridas e querides, fiquem atentos à vida escolar dos seus filhos e filhas, as criaturinhas podem estar passando por situações parecidas e isso é outro grande problema na socialização das crianças e adolescentes. Segundo a ONU, o Brasil é um dos 30 países onde um terço de jovens já sofreram bullying na internet, isso em 2019. Se a gente for pensar a escola, a realidade deve ser bem pior, infelizmente. Conta aqui pra gente como era a atividade além da escola?

RA: No bairro existia um programa que se chamava Segundo Tempo, era criado pelo Governo do Estado, onde fazia parceria com uma instituição que trabalhava com crianças e adolescentes, o projeto se chamava FATUMBI, como já comentei. E olha que massa, FATUMBI em Iorubá significa “aquele que me faz renascer”. Era um espaço de esporte, cultura e lazer.

FL: O que você fazia no FATUMBI, quais eram suas atividades?

RA: O projeto funcionava de segunda a sexta nos dois turnos, de manhã e de tarde. Eu era da manhã e fazia diversas atividades como rodas de conversa, esportes, música, reforço escolar, artes, dança, entre outras. Isso em cada dia da semana. Era bom demais e já tive momentos que eu, várias vezes, matei aula só pra poder ir nos dois turnos. [Risos]

FL: Que trakina, você. Mas diga pra gente, como a experiência nessa instituição contribuiu para sua formação pensando o hoje, Roger?

RA: Dentro desse espaço “peguei a visão” sobre certas coisas e a minha mente foi se abrindo para diversos assuntos onde pra mim era complexo entender da forma explicada, mas que por entender da minha forma fazia todo o sentido. Inclusive, por um período de dois anos, esse espaço me deu a oportunidade de fazer estágio nele, e tive uma breve oportunidade de ser educador, isso com 16 anos de idade.

FL: Nossa, que interessante e legal essa iniciativa. Você mencionou antes que não teve acompanhamento dos seus pais quando pequeno, como foi isso?

RA: No dia dos professores, o diretor desse espaço pediu pra gente fazer uma carta para seu melhor professor e eu tive a oportunidade de falar sobre ele e como eu o via na minha vida; e na carta eu citava frases

como “obrigado por ser o pai que eu não tive” “sempre sonhei em ter um pai como você” entre outras coisas. A ausência de um pai me fez ter encanto por ele. Percebi ali uma referência do adulto que queria e ainda quero ser. Daí veio o vínculo de pai e filho. Nesse momento percebi que meu professor Igor também queria esse vínculo comigo, assumindo legalmente a paternidade. Desde então começou toda nossa história. Tentamos conversar com os meus pais, já que eu era menor de idade, então precisava das autorizações deles, mas foi tanta burocracia e enrolação deles nesse processo. Parecia que não queriam saber da minha vontade, e até mesmo respeitar e ouvir minha decisão. Foi aí que eu acabei esperando completar 18 anos e fiz isso por vontade própria. Hoje ele é meu pai socioafetivo. Alguns anos depois, decidi que queria ter o sobrenome dele no meu registro também e assim fiz.

FL: Que história, hein, Roger. E como é essa relação com seu pai socioafetivo? Conta um pouco mais pra gente!

RA: Meu pai me proporcionou os melhores momentos da minha infância, pois eu não tinha condições de ter antes o que estava tendo naquele momento. Eu estava muito feliz, mas não sabia nem imaginava as consequências que esse vínculo, essa harmonia de pai e filho iriam ter.

FL: Então foi como um sonho pra vocês. Que bonito isso. E de que consequências você está falando?

RA: Foi e não foi um sonho ao mesmo tempo. Eu não imaginava que iria ouvir coisas absurdas, muitos discursos homofóbicos e até perversos. Ouvia falas como, “tá comendo viado, né? “; “você namora com ele é?”; “oh o menino que pega o cara ali, ó!”; “ele te dá as coisas por interesse em outras, né?”. Entre outras coisas ainda mais absurdas. Eu debatia dizendo que não, pois ele estava ali sendo meu pai e fazendo mais do que o meu pai biológico fez e nem faria; que estava sendo presente e cuidadoso comigo. Mas mesmo assim, ninguém se convenciu. Tanto que até hoje eu escuto piadinhas de algumas pessoas imaturas e de mente maldosa.

FL: Roger, que difícil. Sentimos muito. E como você e o seu pai enfrentavam a situação, uma vez que se tratava de homofobia? Sobretudo, porque repercute nos processos de adoção, que por si só, são bastante complexos e difíceis no Brasil.

RA: Se tratando dos discursos homofóbicos diante de mim e do meu pai, ele sempre fazia questão de mostrar pra mim que existem pessoas com esses pensamentos pequenos, que para essas pessoas uma família tem que ser aquela tradicional entre homem e mulher. Mas não, existe família de várias formas, e a gente se encaixava em uma dessas famílias, família de dois homens, de pai e filho. E ele sempre fazia questão de dizer pra mim que diante dessas situações eu debatesse, que eu soubesse me impor e colocar quem quer que fosse no lugar dele, pois dessa forma a gente iria quebrando esses preconceitos e discursos imaturos de algumas pessoas.

FL: É, realmente o preconceito e a ignorância ainda são fortes, mas é assim mesmo, dialogando e mostrando as nossas diferenças, os diferentes modos de ser família que a gente vai vencendo. Agora, falando de educação ainda, hoje em dia, depois de terminar o ensino médio, você pensa em entrar na faculdade?

RA: Já maior de idade, com 18 anos, com ensino médio completo, decidi que abriria mão da minha ida pra faculdade e me joguei no mundo do trabalho pensando na minha independência e numa forma de ajudar a minha família, mas aí hoje eu vejo que não é algo simples assim.

FL: Como foi a sua busca por independência e sua primeira experiência de trabalho?

RA: É um caminho muito complicado para mim, jovem com 20 anos, preto, vindo da periferia e tatuado. Então os preconceitos começam a aparecer daí, pois, já fui confundido, já não me aceitaram por causa das tatuagens entre outras coisas. Até que consegui um “trampo” numa unidade de cuidado com pessoas com deficiência mental que não tinham família. Nesse trabalho não ensinavam como lidar com esses sujeitos com os quais eu iria trabalhar. Era algo complexo e perigoso. Então foi meio que um “se vire” e eu tive que me virar; fiquei por oito meses dentro da unidade, até que minha caminhada por lá terminou.

FL: E hoje? Você está trabalhando como educador em outro lugar, não é? Como tem sido pra você trabalhar como educador tendo sido um dia educando? Quais os desafios?

RA: É sim. Vou te contar. Passei meses colocando muitos currículos

nos lugares. Até que um fui chamado para uma seleção no Projeto Axé. Então eu fui. Eu já tinha ouvido falar do projeto, inclusive fiz parte por um curto período quando era mais novo. Eu fui selecionado e contratado. Voltar lá depois de um tempo e como um profissional foi algo estranho, pois eu nunca me vi sendo um educador ou algo do tipo, mas eu aceitei esse desafio mesmo estando um pouco confuso. Ser educador social era algo desafiador para mim, pois eu via as coisas que o meu pai passava e eu não queria aquilo pra mim. Hoje eu sou educador de rua do Projeto Axé, onde tenho também uma oportunidade de formação e muitas possibilidades.

... [ARTEEDUCAÇÃO]

FL: Conta pra gente, como a Arteducação foi apresentada durante o tempo de experiência nas instituições para você como possibilidade de entrada no mercado de trabalho?

RA: Não tinha conhecimento do dizer “Arteducação”, não sabia que poderia me “formar”, vamos dizer assim, através da arte, mas só de forma acadêmica. Sabe? E pela minha passagem nas instituições tive o conhecimento que posso sim me formar com a arte, e não só de uma forma acadêmica.

FL: Como ficava para você, assim em sua cabeça, o caminho para conseguir trabalho com a percussão?

RA: Eu sabia que nunca iria ser fácil para mim, pois eu não tinha uma formação acadêmica em música na bagagem, mas eu tinha a sabedoria do tambor, do atabaque, então pra isso já bastava, pois eu via muitos amigos, até adultos, sem formação acadêmica e eram músicos renomados. Eu me questionava “Se ele consegue dessa forma eu também consigo, será mais difícil? Sim, mas eu consigo!”

FL: Então você já pensava em ser percussionista e ganhar dinheiro com isso?

RA: Sempre sonhei em viver da música, pois é algo que eu amo fazer e é algo que vem de berço, de família. Eu sempre via meu tio e falava

“Eu quero ser que nem o senhor, eu quero tocar, fazer show, viajar e ganhar dinheiro”.

FL: Você se imaginava em qual lugar do mercado de trabalho, se não fosse na percussão?

RA: Eu tentava me ver em outros espaços de trabalho, caso a profissão de músico não desse certo, mas era algo meu. Caso minha profissão fosse outra eu achava que eu não seria feliz, que eu não iria me adaptar a outro espaço de trabalho.

FL: Faltou quem dissesse a você das possibilidades?

RA: Me falaram que era possível, mas que seria mais difícil se eu não estudasse. Sempre queriam me impor algo acadêmico para eu conseguir algo, mas eu não queria.

FL: Ambas as instituições tinham programas de preparação para o mercado de trabalho?

RA: Sim, as duas faziam essa preparação para lidar com esse mundo, inclusive com 16 anos fiz estágio em uma delas por dois anos, e através dela tive a oportunidade de trabalhar em uma unidade de acolhimento com a percussão.

FL: Do que sentia falta nesse aspecto?

RA: Quando eu consegui chegar no mercado de trabalho tive meio que uns sustos, pois muitas das coisas a mim faladas foram diferentes na prática. E eu tive que me virar sozinho, pois no momento que precisei de suporte para me manter lá, não tive. Claro que ninguém acha tudo de bandeja, mas eu senti falta de suporte para me manter no mercado de trabalho, precisei de dicas, pois tive poucas.

... [RACISMO]

FL: Nas instituições de experiência arteducativa você acessava o debate sobre racismo? Como era a tratativa de temas como esse?

RA: Apenas uma delas me mostrava isso de forma expressiva. Já a outra me mostrava de uma forma não muito clara, pois não tinha um momento específico pra falar da importância e valorização de nós pretos. E eu me perguntava o porquê, pois era um local onde a maioria dos funcionários eram negros e jovens. E não via isso na FATUMBI. No Projeto Axé, já como Educador de Rua pude perceber a importância desse debate diante das situações observadas na rua. Na minha vida, com o tempo, fui entendendo, do meu jeito, que muitas das vezes, nossos corpos pretos, em muitos lugares não são bem vindos, nossas vestimentas, cortes de cabelo, entre outras coisas.

FL: Falando disso, como você percebe o racismo no seu cotidiano? Você teve em suas experiências, espaços de construção de estratégias de enfrentamento ao racismo?

RA: Sobre o combate ao racismo, não. Eu não vejo muitos espaços para construir estratégias, pois muitas pessoas não tem o conhecimento ou até mesmo pelo sistema ser tão opressor a ponto de não deixar você falar sobre seus direitos, que são violados de várias formas brutais, violentas e agressivas. Eu já tive que combater atos racistas sofridos tanto pela minha cor quanto pela religião. Situações nas quais por ser preto eu era considerado ladrão, onde por eu andar atrás de alguém de cor mais clara eu estava seguindo; se eu andasse com roupas ou celulares caros era tido como traficante. Nesses momentos eu rebatia dizendo que eu tinha alguém que era por mim, nesse caso meu pai, que podia me dar, e eu também trabalhava, fazia meu estágio, mas muitas das vezes isso não era ouvido, pois quem é racista acredita que por ser um jovem preto e de periferia, eu não deveria ter nada disso. Eu nunca participei de espaços de construção de estratégias para o enfrentamento ao racismo quando fui educando, porque na imaginação de alguns educadores a gente não iria lidar com racismo ou, muita das vezes, a gente não passaria por situações assim.

FL: Roger, temos uma pergunta aqui feita pela Dandara Brasileiro, nossa ouvinte lá do bairro da Liberdade. Ela diz assim: "Roger, é muito bom ouvir sua história de vida. Eu queria saber como você acha que o negro é visto na sociedade hoje? E como você se vê?"

RA: Agradeço a pergunta Dandara. Olha, eu percebo que o negro é

visto num lugar de vulnerabilidade. Por ser um corpo preto, jovem, de periferia; que pra qualquer um de cor mais clara é ladrão; que pra polícia é ladrão só porque é preto; é um lugar de vulnerabilidade, de exposição. Eu me sinto em um lugar de vulnerabilidade, um corpo exposto. Mas sendo um jovem preto, com 21 anos, tatuado, Educador Social de Rua, me vejo como “referência” para os mais novos, que podem sim estar no mesmo lugar que o meu ou até melhor, pois nós pretos temos mentes pensantes e inteligentes e precisamos, de fato, ocupar os espaços, sejam na política, assistência social, música, espaços onde durante muito tempo “só branco” podia adentrar e fazer parte.

FL: Roger, quero muito te agradecer por compartilhar um pouco da sua história com a gente. Toda força e saúde para você continuar sendo Resistência. Tenho certeza que quem ouviu a gente hoje se inspirou com sua história. Um abraço carinhoso pra você.

RA: Eu que agradeço essa oportunidade incrível, Fabi. Quero mandar um abraço pro meu pai e para todos os jovens como eu, vamos seguir lutando por dias melhores sempre.

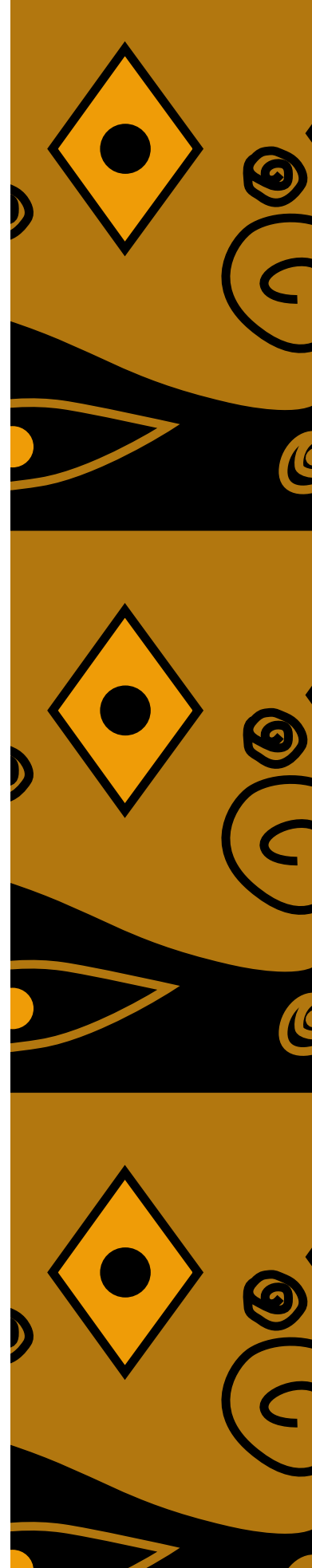
...

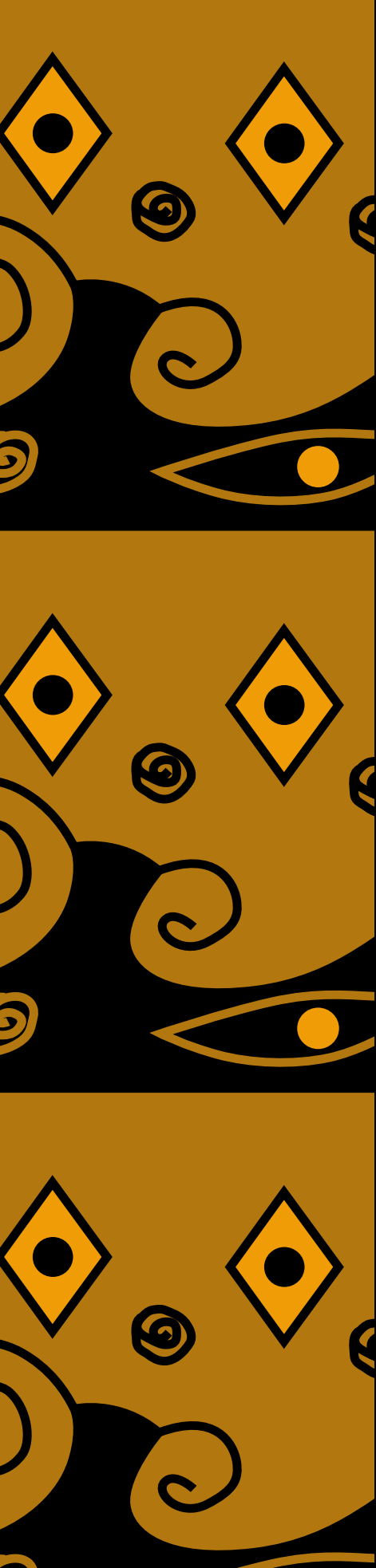
FL: E estamos chegando ao fim de mais um “Diga aí, Resistência!”, aqui na sua rádio favorita RUA FM, estação 31.1. Ouvintes amados, desejo uma ótima sexta-feira de sol. Vamos torcer para esse fim de semana dar praia, hein. Ah, a gente não poderia se despedir sem música boa, e vamos de Banho de Folhas, da maravilhosa Luedji Luna. [Cantarolando] “Oxalá quem guia, Epa babá”. [Risos] Beijo da Fabi. [Música tocando]

REFERÊNCIAS

BRASIL ENTRE 30 PAÍSES ONDE UM TERÇO DE JOVENS JÁ SOFREU BULLYING ONLINE. ONU News, 2019. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2019/09/1685602>>. Acesso em: 08 de dezembro de 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Atlas da violência 2019. IPEA; FBSP, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/relatorio_institucional/atlas_da_violencia_2019>. Acesso em: 08 de dezembro de 2021.





[ENCRUZA 1]

Educador(a)

6

AS ENCRUZILHADAS DE UMA
EDUCADORA DE RUA

Edenilda Rangel Costa

Fui provocada a refletir sobre a minha vida de Educadora. Sou Edenilda Rangel Costa, uma mulher preta e periférica. Sou filha de Odete Santos Cruz, uma mãe solo de cinco filhos.

Vivenciei muitas dificuldades, também vividas por algumas pessoas que conheci na minha caminhada de Educadora de Rua. Contudo, consegui concluir o segundo grau em magistério, aos dezessete anos. Foi durante os estágios em escolas de comunidades populares, que tive o desejo de mudar a forma de ensino que era aplicada ali. A maioria das professoras desconheciam ou não queriam compreender as dificuldades socioeconômicas, as características do local e o contexto de vida em que aquelas crianças estavam inseridas.

Refletindo sobre algumas dessas situações, após concluir o curso de magistério e estando desempregada, atuei durante quatro meses como professora voluntária em uma turma de alfabetização, em uma escola municipal da minha comunidade. O meu foco era trabalhar com crianças que tinham mais dificuldades de aprendizagem ou aquelas que, por algum motivo, não conseguiam se concentrar na aula.

Um dia, assistindo uma reportagem junto com alguns familiares, a respeito de uma instituição que apoiava pessoas em situação de rua a ter acesso a documentação pessoal, bem como outros direitos, acabei verbalizando o grande desejo de trabalhar daquele jeito, com aquelas pessoas. Algumas pessoas da minha família riram quando expressei esse desejo e me acharam “louca”. Algum tempo depois, fui informada por uma prima que é pedagoga, a respeito de uma seleção que estava acontecendo em uma Fundação e, para minha alegria, era exatamente para a qual eu havia comentado com ela. Meio descrente de ser escolhida, encaminhei o currículo e fui selecionada. Naquele momento não fazia ideia do que se tratava. Dias depois, recebi uma ligação informando que

fui selecionada e me convocando para comparecer à sede da Fundação Cidade Mãe (FCM) para uma reunião.

No local havia muitas pessoas. Quando foi informado que seria para trabalhar com crianças e adolescentes em situação de rua que estavam sofrendo com a exploração do trabalho infantil, algumas pessoas começaram a deixar o local. E o incrível, foi a sensação que senti, foi como uma explosão no meu coração nem conseguia acreditar, saí do local rindo de felicidade, como eu havia desejado aquele trabalho. E também, por estar passando uma situação difícil, por não conseguir me encaixar no mercado de trabalho, via naquele momento a oportunidade de poder ter acesso aos direitos trabalhistas.

Na semana seguinte, comecei a trabalhar na área da Pituba, sem nenhuma experiência e sozinha. Ao chegar no local me deparei com um grupo de crianças e adolescentes que discutiam e então prestei atenção aos nomes e apelidos de alguns deles. Precisava encontrar com outros colegas que estavam na área e não sabia onde, aproveitei que um dos adolescentes se afastou do grupo e o chamei pelo nome de Ailton, fingindo o conhecer. Ele atendeu e o indaguei: “Onde posso encontrar os colegas que usam esse uniforme?” E o adolescente pareceu não entender nada, mas me deu a informação e depois perguntou: “Como você sabe o meu nome?”. E estrategicamente respondi “Foi outro educador que mandou lhe procurar e disse que você é muito legal e que você me informaria onde encontrar eles”. E o adolescente muito surpreso me conduziu e me deixou junto com os colegas na Praça dos Correios na Avenida Paulo VI.

Após seis meses de funcionamento, o projeto chegou ao fim. Fiquei desempregada durante um bom tempo e a única oportunidade que surgiu foi para trabalhar em uma obra, para rejuntar os revestimentos. Certo dia quando retornei para casa encontrei minha mãe muito triste. Quando a questioneei o que havia ocorrido, ela desabafou dizendo: “Minha filha, foram tantas dificuldades para conseguir colocar um anel em seu dedo, para lhe ver morrer em um canteiro de obra”. E reforçou: “Todo trabalho é digno, mas daí você arriscar a sua vida”. Contudo, sem opções, continuei a trabalhar e via as torres crescendo. Lá do alto desejava voltar às ruas e voltar a trabalhar como Educadora. Um dia, enquanto trabalhava recebi uma ligação de minha prima, que novamente me informou sobre uma

seleção, só que dessa vez, era no Projeto Axé.

No dia seguinte, levei meu currículo na sede do Projeto Axé, onde fui informada que a seleção já havia sido encerrada. Contudo, fiz referência às minhas experiências anteriores e como a sensação era de frustração, terminei externando de forma bem explícita, além de exaltar o quanto eu valorizava o trabalho do Projeto Axé. Dois dias depois, recebi uma ligação da Coordenação de Arteducação do Projeto Axé, me convidando para participar de uma formação para educadores. Questionada se eu ainda tinha interesse na vaga, respondi positivamente na mesma hora.

Durante uma semana participamos de várias dinâmicas: com Lia Robatto no Campo Grande; contação de estórias com Valda Abud; Pedagogia do Desejo com Marcos Cândido e Marle Macedo; Eliane e Cida que nos orientou a respeito das anotações diárias; e, por fim, fomos dois dias na área observar e cartografar. A cada dia a minha curiosidade aumentava, porque não se falava das atividades que eram desenvolvidas no projeto Axé e na minha cabeça eu não fazia ideia que havia uma unidade física e que desenvolvia atividades.

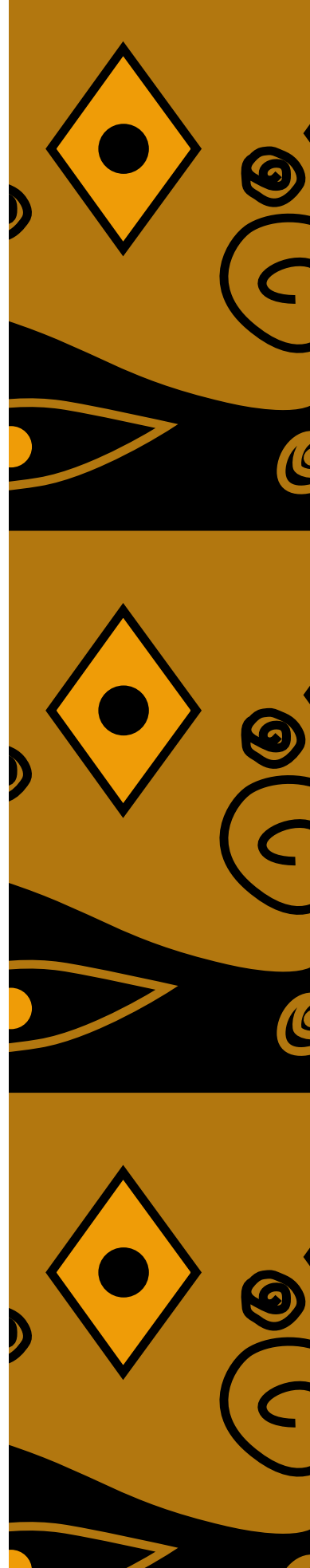
Logo no segundo mês de trabalho encontrei com os educadores antigos do Projeto Axé na Praça da Piedade, e iniciei minha atuação no Campo Grande. A nossa primeira intervenção foi com um adolescente que era da Massaranduba e estava novo na rua. O que mais me impressionou foi a perspicácia do educador em identificar que aquele menino estava recente em situação de rua. Durante o mês todo trabalhamos no Campo Grande, Passeio Público, Jardim Suspenso, Orixás Center, Piedade, Dois de Julho e região.

A minha caminhada no Projeto Axé continuou. Passei a trabalhar na área do Comércio e Pilar, depois no Pelourinho. Com a chegada de educadores novos outras áreas foram abertas e fui trabalhar na Calçada, onde realizei diversos encaminhamentos, e também denúncias de violação de direitos. Retornei para a área de atendimento do Comércio durante um tempo e depois fui para a área da Barra, onde trabalhei por seis meses. Depois fui para a Unidade de Arteducação Augusto Omolu de Dança e Capoeira, onde trabalhei com diversos educadores.

No período pandêmico, tivemos que atuar remotamente por um breve período. O Projeto Axé não parou o seu atendimento. Fui atuar no apoio aos Centros Pop e colaborar na distribuição de alimentação, bem como fazer estas distribuições em áreas do centro onde havia grandes concentrações de pessoas em situação de rua.

E enquanto eu descrevia a minha caminhada de quase onze anos de educadora de Rua do Projeto Axé, pude perceber o tamanho dos caminhos que percorri. Não consigo nem imaginar o total de encaminhamentos e atendimentos realizados durante estes anos. Certeza que foram muitos e diversos. Nessa escrita pude refletir sobre todas as informações e formações que recebi, todas as vidas que passaram pela minha caminhada de educadora de rua e pela imensa satisfação de ter conhecido o Projeto Axé e fazer parte desta imensa família.

Hoje sou muito grata ao Senhor Cesare de Florio La Rocca que sempre insistia que tivéssemos “Formação! Formação! Formação!”. Por todas as formações que passei, por todas as encruzilhadas dessa minha vida de educadora de rua e pela pessoa que me tornei. Muito Obrigado, Axé!





[ENCRUZA 2]

Rua

7

SALVADOR MULTICÊNTRICA:
O BAIRRO DA CALÇADA
COMO REDUTO DE VIDAS E
TERRITÓRIO DE RESISTÊNCIA
DA POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA

Edenilda Rangel Costa

Leomar Oliveira

Bruno Santos-Cerqueira

ONDE COMEÇA A RUA

Crentes como o poeta João do Rio (2011), entendemos que “a rua é agasalhadora da miséria”. E foi feita para ajuntamento. “(...) a rua é a nossa própria existência. Nela se fazem negócios, nela se fala mal do próximo, nela mudam as ideias e as convicções, nela surgem as dores e os desgostos, nela sente o homem a maior emoção” (RIO, 2011, p. 44).

Na rua é necessário perambular com inteligência para conseguir compreender todas as suas nuances. É preciso saber onde ela “termina”. Assim, a Educadora de Rua, de forma sensível, deve observar os seus eventos e teimar na busca do perceber e do descortinar da negligência, da exclusão, da precarização, do abandono, da situação de rua em seus variados tipos. Nela, aconchegamos, paqueramos e namoramos. Namoramos, aconchegamos e paqueramos. Paqueramos, namoramos e aconchegamos... E seguimos, dia após dia, a desbravar as histórias, fabricando encontros, produzindo vida em meio ao acinzentado poeirento.

NOSSAS INTENÇÕES RUEIRAS...

O ofício da Educadora de Rua não é um simples trabalho de atendimento ao cidadão e cidadã com direitos violados, vai além de todas as conjecturas que a teoria preconiza. É um trabalho que se enriquece em conhecimentos e práticas a cada dia que acontece; tem um quê de potencializador de vidas e busca, enquanto dever, construir acessos à mobilidade social através da garantia de direitos dos sujeitos, de maioria negra, de comunidades periféricas, em situação de rua, institucionalizadas e em outros contextos de vulneração e riscos sociais.

Este capítulo objetiva de modo poético e circular trazer a perspectiva da cartografia realizada no bairro da Calçada, através das andanças e encontros realizados pela equipe de Arteducadoras de Rua do Projeto Axé, que realizam atendimentos e acompanhamentos à população em situação de rua nessa área de abrangência. Assim, tem por intento também anunciar e denunciar um horizonte de arquitetura hostil e de urbanismo excludente perpetrados pelos atuais projetos de revitalização

da área que visam o atendimento de iniciativas de turismo religioso e a implantação do moderno e devastador projeto, justificado como progresso, do Veículo Leve sobre Trilho (VLT). O modal substituirá o antigo, democrático e barato trem que cruzava todo o subúrbio de Salvador até o bairro Paripe, que na língua tupi significa armadilha para peixes. Ao contrário do seu nome, Paripe não se faz armadilha como o futuro ferroviário da região, onde além de mais cara a passagem, deixará de atender a uma enorme parcela da população.

Sem mais delongas, convidamos-lhes para que lutemos e construamos as cartografias afetivas, ecologias de pertencimentos, geografias dos afetos e as poéticas de territórios para que possamos resistir com estratégias coletivas de cuidado às investidas da sociabilidade capitalista excludente, sobretudo, racista, como nos aponta Borges (2021). Somente assim construiremos liberdades e proteção às vidas eivadas de histórias, memórias e projetos nos espaços das ruas da cidade.

UM PROTESTO RIMADO

Olá, minha gente!

Uma história vou lhes contar;

Se ajeitem, pois tenho muito a lhes dizer;

Ao ler, lhes convido a imaginar, dessa forma mágica, viajar;

É do bairro Calçada que vou lhes falar;

Antes de ser como é, era só terra esverdeada;

Dizem que até a atual Nilo Peçanha tinha terra encharcada;

Hoje é área diferenciada no contexto comercial;

Pensem no que comprar e na Calçada de um pouco de tudo se achará;

Tem loja de peças automotivas, papelarias, lojas de roupas, posto de gasolina, oficinas, lojas de cosméticos e conveniências;

Tem feirinhas, mercado do vendedor ambulante, tem banca em tudo quanto é lugar, desde ali até acolá;

CAPÍTULO 7 . SALVADOR MULTICÊNTRICA: O BAIRRO DA CALÇADA COMO REDUTO DE VIDAS E TERRITÓRIO DE RESISTÊNCIA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Tem manga, uva, sapota, limão, cebola, tomate e pimentão, tem chuchu, batata, cenoura e couve, de legumes a verdura pode ir lá, você há de achar;

Tem grandes mercados, os chamados atacadões, pobres dos mercadinhos que perdem para esses vizinhos nada bonzinhos, mas isso é coisa do capital concorrencial. Depois podemos falar, mas precisaremos de mais uma oportunidade para prostrar.

Porém, de onde estávamos vou logo retomar;

Na Calçada faz-se chave, amola-se o alicate, faz-se a refeição, é um mundeiro de restaurantes, um dos últimos, se localiza sentido a feira de São Joaquim na área do Cantão;

Lá no Cantão, na antiga estação, tem gente em situação de rua, gentes boas acreditamos, mas que há tempo não conversamos;

E por isso danamos a paquerar e namorar, tudo pedagogicamente, para mais tarde, a gente o povo aconchegar e o direito acessar;

De lá, da Calçada, são ofertados meios de transportes para o subúrbio interligar;

Porém, minha gente, esse transporte dificulta o povo de trafegar, a povaria toda apertada no ônibus e nas vans já cansadas, mais parece sardinhas enlatadas;

E as compras tem de caber na condução, se não o povo não vai trabalhar, pois é no entorno da Calçada que tem lugar de comprar pra revender e tentar viver.

Mas hoje, já não se vê mais gente atolada de compras a carregar, pois as pessoas com mercadorias nos ônibus e nas vans, tem dificuldade de entrar.

Motorista vira a cara, na van não cabe mais ninguém e o Uber só de ver o lugar, já enfia o dedo no cancelar, para não atender e seu carro não estragar.

É o que se ouve comentar;

Ainda tem o peixe, que de almíscar é cheio e por conta disso, os passageiros começam a reclamar;

E não se engane, tudo mais que é grande o espaço ocupará e por tudo vão bradar;

Um dia desses num encontro com Deni, mulher preta e aguerrida, trabalhadora, marisqueira, tomada de justa raiva, me pus a ouvi-la reclamar;

Ela dizia que de denúncia tinha a me dizer e pôs-se a falar;

“Ouça bem o que vou lhe dizer, quando tinha o trem, todo mundo levava e trazia mercadorias deste lugar”;

“Dizem que o VLT, um tal de veículo leve sobre trilho, vai implantar, quando que isso vai chegar? Só Deus sabe quando será”;

“Lhe pergunto: e agora como faço para minhas mercadorias transportar?”;

“E agora que preciso chegar na Calçada e ruas transversais?”;

Atenta ela estava, o horizonte ela fitava e ao ver que um ônibus apontava disse pra mim: “Lá vem um ônibus ali”;

Abre-se a porta e Deni solicita: “Motorista, por favor me atenda. Me deixe levar as minhas vendas, para em São Joaquim o meu peixe comercializar”;

E seguiu clamando ao motorista: “Ô meu Deus! Sem os trens do subúrbio, na praia da Canta Galo tá difícil chegar e meus peixes fritos também ofertar”.

Esmorecido com a ladainha, o motorista bondoso a mandou entrar;

E lá se foi Deni, a marisqueira, com sua mercadoria para comercializar;

No entanto, quero mesmo é dizer de uma ideia de que começaram a tecer;

Fala-se de um território santo, um projeto dito qualificado, dizem que é até alinhado ao interesse do povo que mexe com o sagrado;

Não à toa tem na conversa, a implantação do VLT, caso tenha esquecido é só reler acima o que a Deni disse que vai acontecer;

Hunf! Quando falam de reforma e requalificação é o povo em situação de rua que sofre com a (des)arrumação;

Bem dizia meu Amigo Milton Santos, esse tipo de empreitada serve ao capital que se aproveita de uma implantação e revitalização para mover nichos de tipo comercial;

E assim faz-se rodar a economia para o bem do empresário, das esferas de governos, igrejas, universidades e instituições em geral tendo por

CAPÍTULO 7 . SALVADOR MULTICÊNTRICA: O BAIRRO DA CALÇADA COMO REDUTO DE VIDAS E TERRITÓRIO DE RESISTÊNCIA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

denominador comum do processo, o mal estar social;

Não se pensa emprego, oportunidade, respeito com essa gente que resiste a tantos desgovernos;

Urbanismo excludente e arquitetura hostil é o que mais se vê nessa Salvador, Bahia, Brasil;

Dizem que foi na década de 90 que tal conceito surgiu, mas foi em 2014 que no The Guardian, jornal dos estrangeiros, que se apareceu essa discussão;

Há uns tempos cortaram as árvores da Praça dos Mares e se quer pensaram que chovia chuva;

Não teve prece que fizessem pra parar e o pior é que depois da poda, sombra alguma ficou pra aproveitar;

Mais uma vez o povo da rua sol na cabeça ia levar;

Há quem diga que é melhor assim, pois a praça se iluminará;

A verdade é que tem gente incomodada e até abestalhada pra não dizer amedrontada;

Acham que se tudo reformar e como mais atualmente estão a dizer, tudo requalificar, a praça se embelezerá;

A Igreja dos Mares vai ficar segura para seus fiéis receber;

É importante dizer, que toda mudança na Calçada esteve voltada para o progresso crescer;

Pois tem sido assim, com a arquitetura hostil que tem servido para restringir e, principalmente, no caso da população em situação de rua, o objetivo é excluir;

Imagine pensar a arquitetura e o urbanismo que deveriam facilitar a vida cidadina pra na verdade afugentar;

Pobre desse povo arruaçado, uma vez escravizado e agora condenado a nem na Calçada ficar;

Que fiquemos avisados, dessa espécie de justiça espacial, que define quem é que fica e não fica no local;

Para quem está destinada a cidade?

Se de plantas espinhosas, bancos antimendigos, gradis grandes e mol-
dados, de um lado a outro lanças e pontas constituem a paisagem;

Chega de segregação espacial, gentrificação, racismo ambiental, isso
tudo é crueldade;

Façamos a luta do direito à cidade;

Para que todas nela convivam;

Preto, preta, velho, coroa, novo, adulto, criança, jovem e adolescente;

Pagante e não pagante, contribuinte e não contribuinte;

Pessoa em situação de rua, pessoa em situação de apartamento, em
situação de casa, em situação de ocupação, vítimas da gentrificação, da
segregação;

A Rua é de todo mundo e do dia de amanhã a gente não sabe não.

REFERÊNCIAS

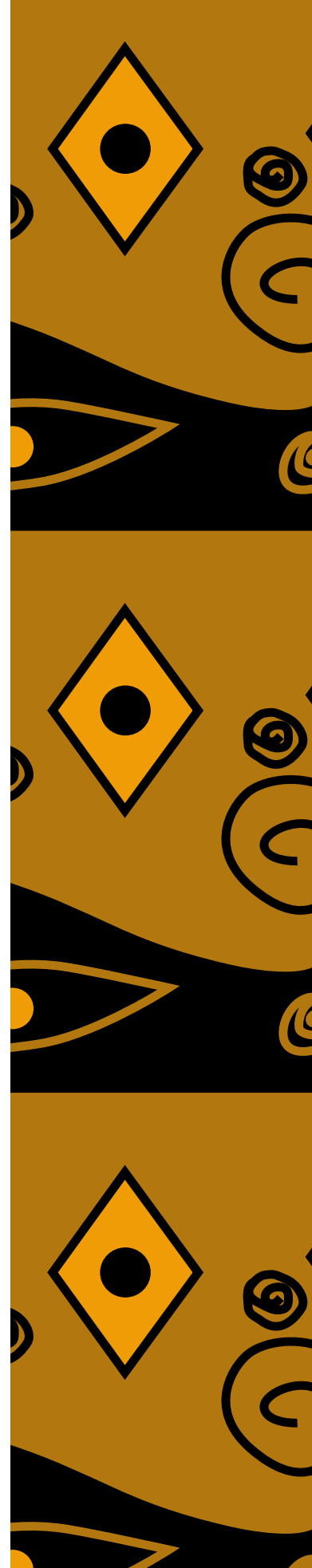
BORGES, J. Arquitetura hostil e cartografias afetivas. Disponível em: <https://youtu.be/IUkWXwSFGDM>. Acesso em: 25 de novembro de 2021.

LEFEBVRE. H. O direito à cidade. 5ª Edição, Editora Centauro, 2010. Disponível em: <https://monoskop.org/images/f/fc/Lefebvre_Henri_O_direito_a_cidade.pdf>. Acesso em: 25 de novembro de 2021.

RIO, J. do. A alma encantadora das ruas. Nova Fronteira, 2011.

SANTOS. M. A totalidade do diabo, 1977. Disponível em: http://miltonsantos.com.br/site/wp-content/uploads/2011/08/A-TOTALIDADE-DO-DIABO-como-as-formas-geograficas-difundem_MiltonSantos1977.pdf. Acesso em: 25 de novembro de 2021.

SAYURI, J. O que é arquitetura hostil. E quais suas implicações no Brasil. Nexo Jornal, 2021. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/2021/O-que-arquitetura-hostil.-E-quais-suas-implicacoes-no-Brasil>>. Acesso em: 25 de novembro de 2021.





[ENCRUZA 2]

Rua



CONTRIBUIÇÕES DA
EDUCAÇÃO DE RUA PARA
O FORTALECIMENTO DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS E
GARANTIA DE DIREITOS DA
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO
DE RUA

Lana Benevides Lee

Luísa Lopes Cardoso Lacerda

Lorena Silva Moreira

Rodrigo Caldas Pereira

Tatiana Sousa Vaz

“NO AXÉ A GENTE NÃO EXPULSA NINGUÉM”¹: CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO DE RUA PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO – POR UMA PEDAGOGIA DA DIFERENÇA E RESPEITO ÀS SUBJETIVIDADES.

Em face ao cenário da Pandemia da COVID19 e a retomada gradual da vida social na cidade, a equipe de Educadores(as) de Rua do Projeto Axé e os(as) educandos(as) tiveram que lidar com diversos desafios impostos pela Pandemia, seja nos aspectos materiais, como dificuldade de acesso à alimentação, o desemprego, seja nos aspectos subjetivos como o medo da morte, isolamento, distanciamento e pânico sociais. A equipe, desde o início da pandemia, teve que se reinventar para lidar com:

- a) Intensificação de cuidados com a saúde pessoal e coletiva, ansiedade e depressão de alguns educandos(as) e equipe;
- b) Aumento e aprofundamento das vulnerabilidades sociais, principalmente junto às pessoas que estão em situação de extrema pobreza, como famílias vivendo nas ruas, desemprego e subemprego, trabalho infantil, aumento da criminalidade e violência;
- c) Precariedade na educação pública, seja pelos reflexos da PEC do Teto (PEC 241 e PEC 55²) ou pela pobreza virtual, destacando a dificuldade de realização do acompanhamento remoto imposto pela pandemia da COVID19 e o aumento do analfabetismo e semianalfabetismo.

Durante este período de tensão, o Projeto Axé foi uma das poucas organizações que se manteve funcionando sistematicamente na proteção às crianças, adolescentes, jovens e famílias em situação de rua e/ou em estado de vulnerabilidade social no município de Salvador. Do início da pandemia até os dias atuais conseguimos fomentar através da Arteducação e da cultura o projeto pedagógico do Axé, com foco na promoção do exercício da cidadania destes sujeitos educados no dia a dia das ruas de Salvador, tendo como diretriz legal, principalmente, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990).

1. Trecho destacado de um diálogo pedagógico com educando atendido na rua no qual relatou uma experiência de expulsão escolar.

2. PEC 241 (OU PEC 55) são propostas de emenda constitucional que tem como objetivo congelar as despesas do governo federal com a educação e saúde por até 20 anos, sendo sancionado pelo presidente interino Michel Temer no ano de 2016.

O ECA reconhece a criança e o adolescente como sujeitos de direitos, implicando ao Estado, família e sociedade civil a responsabilidade de zelar pelo seu futuro. Referenciados por este documento, nós do Projeto Axé reconhecemos as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, conhecimento e desejo (LA ROCCA, 2000).

Olho de Lince – Waly Salomão

Nada que se aproxima me é estranho
fulano, sicrano, beltrano
seja pedra, seja planta
seja bicho, seja humano.

A partir dessa breve reflexão, apresentaremos a seguir, três histórias, ou melhor, três cartas elaboradas por nós, educadores(as) do Projeto Axé, a partir das nossas vivências nas ruas onde atuamos. Essas cartas evidenciam a complexidade que todo e qualquer ser humano apresenta, em contraponto às concepções simplistas, que estereotipam o sujeito em situação de rua e a sua condição de vulnerabilidade.

Entendemos que é um desafio produzir uma tecnologia de cuidado, a partir do entendimento de um sujeito que se forja e é também forjado historicamente numa sociedade cheia de contradições. Não obstante, é nesta encruzilhada em que se encontram o individual, o social, a história do Brasil, o racismo, a educação, a assistência social, a saúde, a diversidade, a beleza e tantas outras produções e possibilidades do humano. É nesta encruzilhada que juntamos nossos esforços para produzir uma tecnologia de cuidado integral e intersetorial.

Nós, educadores(as) do Projeto Axé, buscamos ofertar um cuidado que favoreça a autonomia dos sujeitos atendidos, a partir de sua complexidade histórica e social. Ofertamos cuidado a partir da compreensão sociodemográfica dos sujeitos com quem trabalhamos e então, disponibilizamo-nos ao encontro destes, caracterizamos sua situação de vulnerabilidade e/ou vulneração, planejamos e implementamos ações de

combate a essas situações, e, a partir disso, avaliamos nossas ações para, finalmente, retornarmos à compressão sociodemográfica, agora, com mais conhecimento de causa e assim, seguimos em espiral (SANTANA & VEZEDEK, 2020).

É fundamental ressaltar que, ainda reconhecendo a complexidade das pessoas, nós nos alinhamos ao princípio do Movimento Nacional da População de Rua que diz: “Moradia Primeiro!” Em se tratando de pessoas em situação de rua, a primeira pauta deve ser a viabilização de habitação condigna ao humano.

Nós escolhemos a carta porque entendemos que o modelo epistolar favorece a comunicação direta e ele respeita a tradição oral que tanto fornece insumos para o desenvolvimento de nosso trabalho com a Pedagogia do Desejo (CARVALHO, 1993; 2000) nas ruas de Salvador. Talvez a ferramenta mais potente de nosso trabalho, amparada pela relação pedagógica que criamos cotidianamente junto a nossos educandos(as), são os diálogos pedagógicos. Escolhemos criar três cartas que tiveram como base histórias de vidas dos sujeitos com quem nos encontramos nas encruzilhadas e então atendemos e acompanhamos.

CARTA 1: COSME E DAMIÃO

Pé de moleque – Sérgio Vaz

pé de moleque
precisa de meia
senão
dá chulé
frieira

Viva a Cosme e Damião! Rapaz, com alegria lhes escrevemos! Agora já deve estar fazendo alguns meses que vocês partiram para Ilhéus e nos deixaram aqui pra morrer de saudade! Ha-há-ha! Mas, tudo bem, estamos sabendo que vocês estão concluindo o curso técnico de enfermagem,

que maravilha! Cosme e Damião cumprem sua sina: assim como os santos médicos que sua mãe homenageou, ambos na área de saúde. A turma toda ficou feliz.

Nós estamos lhes escrevendo, como prometemos, para lhes informar sobre os acontecimentos dos últimos meses aqui na área, principalmente sobre o nosso querido casal, Daniel e Maria Clara, sobre dona Crispiniana e também sobre Ritinha, que completou 15 anos semana passada.

Bem, vamos começar pelo casal, nosso querido e jocoso casal Daniel e Maria Clara. Numa palavra, sem rodeios, meninos: o casal vai mal. Nós nos encontramos quase todos os dias, de segunda a sexta. Eles seguem perambulando pelo Comércio inteirinho, pedindo esmola, comida, bebendo cachaça e fumando cigarro pra valer. Você sabe que a gente não trabalha mensurando a quantidade de droga que as pessoas ingerem, nem julgando-as por isso. Vocês nos contam cotidianamente dos corres que têm que fazer para se manterem vivos nas ruas. Mas, o fato é que notamos que eles não estão bem. Sempre buscamos conversar com eles, nem sempre eles estão dispostos. Especialmente Daniel. Ultimamente ele tem andado muito ressentido e indignado com sua situação: não tem onde morar, não arruma oportunidade de trabalho, mesmo querendo tanto. Ele está completamente exausto dessa situação. Ficar exposto a sol e chuva, à "boa vontade" das pessoas que dão esmola, a inconstância dos dias. Ele conta como se uma grande arapuca estivesse, pouco a pouco, se armando em volta de si e agora não há movimento que ele possa fazer para sair. O Estado está encurralando-o.

Mês passado, encontramos com o casal esmolando na frente de uma farmácia, ele nos mostrou uma garrafinha, que parecia de água e perguntou "sabe o que é isso aqui?" E já arrematou em seguida "álcool 70%". Acredite, eles estavam bebendo álcool em gel. Bebiam como se estivessem dando o troco ao descaso da sociedade em geral. Alertamos que existe no álcool em gel uma substância para a higienização da pele, que não é apropriado para a ingestão. O fato é que eles sabiam de tudo isso. Continuaram bebendo e Daniel disse que conseguia álcool em gel sempre que pedia na farmácia, "já comida ou onde dormir, a gente tem que se virar todo santo dia", palavras dele.

Cosme e Damião vocês sabem que pautamos a autonomia do sujeito e também nossa ação é respaldada pela estratégia de redução de riscos e danos. Diante disso, falamos para eles que se cuidassem, que havia a possibilidade de tomar uma coisa menos agressiva, alguma coisa que fosse feita para o ser humano beber, quando eles escolhessem beber. Infelizmente, nesse dia eles continuaram a consumir álcool em gel e a falar sobre seu sentimento de revolta com o “sistema”. Acreditamos que esse diálogo pedagógico tenha sido muito importante, apesar de eles terem continuado a beber. Seguiremos acompanhando-os e mandaremos notícias, havendo novidades.

Em relação a Ritinha, Meninos, lembram dela né? Então, os últimos anos de vida dela e de sua mãe foram de muita agitação, preocupação e uma corrida contra o tempo. Pouco após a saída de vocês do Projeto Axé, Ritinha iniciou um processo investigativo sobre sua saúde, pois após um mal estar na frente do Mercado Modelo, ela foi atendida pelo Consultório na Rua e desconfiaram de que era o seu coração que não estava bem. Sua mãe, Dona Cacilda, pensou logo em como iriam conseguir fazer os exames, de como seria, caso constatado, o tratamento, o acompanhamento médico. Porque a gente bem sabe, né? O SUS muitas vezes nos deixou na mão, devido à alta demanda, com consultas para meses à frente e exames que nunca conseguíamos marcar. Mas Cacilda e Ritinha, com todas as questões objetivas e subjetivas existentes, foram atrás de seus direitos, nos ligaram pedindo para acompanhá-las ao posto e assim seguiram nos cuidados.

E aí, a partir disso, passamos a acompanhar o caso de perto, começaram as consultas e exames nos SUS e para o nosso alívio conseguimos todos os agendamentos de exames e consultas, batalhando. E logo se pode tirar do peito o medo de um problema de saúde, seu coração estava ótimo e ela bem e saudável. Foi tão maravilhoso, Cosme e Damião, ver o atendimento do SUS com respeito aos seus usuários, sem grandes demoras e dificuldade para marcar as consultas, mesmo que por parte, tenha sido por conta do acompanhamento (e pressão, ha-há-ha! pela garantia de direitos) da equipe de Educação de Rua. Infelizmente sabemos que não é sempre que isso acontece ou que conseguimos êxito, mas a cada vitória, a felicidade de ver o sistema público de saúde funcionando e tratando as pessoas com dignidade e cuidado, já nos traz alegria.

É, meninos, a vida de Ritinha não seguiu tão tranquila após esse susto com a saúde dela. Duas semanas depois, ela descobriu que estava grávida de um rapaz mais velho de sua comunidade e foi aí que tudo começou novamente. Mais uma vez nos deparamos com um caso de uma adolescente preta, que foi abandonada pelo companheiro estando grávida. Ainda é tudo muito naturalizado, Cosme e Damião, a situação dessas adolescentes, o machismo e o racismo estrutural enraizado na sociedade, o corpo dessa mulher colocado como reprodutor. Esse é um dos motivos pelo qual nós educadores(as) seguimos insistindo com o diálogo pedagógico, defendendo que os e as adolescentes precisam de educação sexual nas escolas e que a saúde e educação precisam ser garantidos para todos e todas.

Foram nove longos meses, idas e vindas de consultas, acompanhamento todo mês com a médica e ultrassonografias quando solicitadas. No início estava tudo muito bom para ser verdade, tudo corria como é de direito de Ritinha, até chegar próximo do sexto mês e acontecer a consulta de descoberta do sexo biológico, e o que não esperávamos aconteceu. A prática racista e machista foi explícita na sala, uma das poucas vezes que nossa equipe não a acompanhou e isso aconteceu. O “doutor” desprezível, se referiu ao sexo do bebê com palavras de baixo calão e de forma sarcástica. Estamos correndo atrás da denúncia e demais medidas cabíveis. Infelizmente, meninos, as colegas do Axé de vocês e muitas outras ainda sofrem com essas situações, ainda ouvem ofensas de médicos que acham que prestam favor ao atendê-los.

Mas é isso, a equipe se uniu e fortaleceu essa família que conseguiu em sua maioria ser acolhida e ter seus direitos atendidos no SUS. Ritinha deu à luz a uma linda menina, que nasce brilhante, resplandecente, mais um fruto da grandeza do Axé das mulheres de sua família.

Por fim, vamos lhe falar brevemente sobre a dona Crispiniana, sua tia de consideração. Ela, sim, está muito melhor. Conseguimos, finalmente, em articulação com um CAPS, o acompanhamento de sua saúde mental. Vitória! Depois de meses tentando vaga no serviço, que sempre alegava alta demanda e negava o atendimento. É verdade que o serviço é pensado prioritariamente para demandas causadas por transtornos mentais severos, mas, vocês bem sabem, sua tia quase não tinha ânimo para sair de casa. Meninos, vocês lembram quantas tardes passamos juntos escutando

dona Crispiniana? Voltávamos pra casa preocupados, especialmente com suas ideias suicidas. Seguimos firmes com o nosso trabalho, por um lado tentando seu atendimento e por outro estando disponíveis para a escuta, fortalecimento de seu laço conosco e, principalmente, com seus familiares e companheiros(as) de rua.

Ah! Fizemos com Dona Crispiniana e outros parceiros da rua, uma atividade arteducativa sobre saúde mental, em que expressamos o que pensávamos sobre o tema e também discutimos sobre a necessidade de respeitar a dor dos outros. Foi uma tarde importante para todos(as) nós. E a melhor notícia já anunciamos no início do parágrafo: ela está sendo acompanhada por uma equipe especializada! Sigamos!

Cosminho e Damião, nós, educandos(as) e educadores(as) estamos aqui mandando o melhor do Axé que nos guia para vocês. Vocês estão firmes na caminhada: formularam e agora estão indo atrás de seu desejo. Sustentem, estamos aqui! Sabemos que são várias fitas, batalhas, desafios... é isso, como disseram os Racionais “é o que mantém os irmãos vivos”. Estamos aqui, seu proceder é exemplo para os mais novos, estamos aí, tamo junto!

Mandem notícias,

Projeto Axé.

CARTA 2: SÃO FRANCISCO DE ASSIS

Querido Francisco, Paz e Bem!

Por aqui não está tão bem assim, ao trabalhar nas ruas de Salvador, temos visto a pobreza aumentando; o desemprego em índices alarmantes; famílias inteiras vieram morar debaixo de marquises, viadutos, prédios abandonados; indivíduos utilizando-se do lixo para matar a fome; crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil; corpos desnutridos e infâncias perdidas.

Sempre lembramos de você, Chico, da sua história e do quanto nos ensinou quando estive conosco, ao dizer que tudo está conectado, ser

humano e natureza. Mas os humanos têm agido de forma indiferente. Com certeza ao andar por nossas ruas, você ficaria revoltado, indignado com o tamanho da desigualdade social por conta da má distribuição de renda e de como os pobres estão sendo afetados; há uma verdadeira segregação, favelas se formam e falta à população água tratada, coleta de lixo, saneamento básico; são terríveis as condições de existência. Recordamos de suas palavras que sempre nos orientaram a cuidarmos da nossa casa comum.

Muitas pessoas, diante do contexto que estamos lhe falando, desenvolveram práticas baseadas na caridade, na solidariedade religiosa e de boa vontade, realizando doações. Mas percebeu-se que tais ações não tinham o poder de libertar o sujeito da situação de dependência. Essas práticas assistencialistas não eram capazes de tornar o homem e a mulher sujeitos da sua própria história, não era ofertado o poder da escolha. Muitas vezes nas nossas andanças, ouvíamos que a situação de miséria que viviam era porque “Deus permitiu que fosse assim”, as pessoas beneficiárias das ações não eram levadas a refletir sobre o contexto histórico que estava inserido, ao contrário, atribuem seu “fracasso” a uma possível falta de capacidade intelectual e que nada que fizessem mudaria sua realidade. Quantas vezes vimos pessoas, em troca de um benefício, passar por ações vexatórias, se submeterem a qualquer tipo de tratamento para receber auxílios?

Porém, para dar resposta à questão social, manifestada através da pobreza, miséria, alcoolismo, drogas, criminalidade, falta de estrutura urbana e crescimento de favelas foi necessária a implementação de políticas públicas, pois, como você bem sabe, Chico, as ações por mais bem intencionadas que sejam, não conseguem atender as grandes demandas apresentadas pela população.

Lembro que no filme que assistimos ao seu respeito, as pessoas em Assis, insistiram pra você escrever um programa, pois bem, aqui no Brasil também os movimentos sociais lutaram em prol da dignidade humana e o nosso Programa foi escrito através da Constituição Federal de 1988, que no Art. 194 traz o tripé da seguridade social. Foi a partir daí, que houve o reconhecimento da Política de Assistência Social, tornando-se uma política pública a ser prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição, conforme afirma o seu artigo 203.

A partir da Carta Magna foi promulgada a LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8742, de 07 de dezembro de 1993), que dispõe normas e critérios para a organização da assistência social, superando a lógica do favor e da caridade. Também com a resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) nº 145, de 15 de outubro de 2004, foi aprovada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a partir daí se construiu coletivamente o redesenho da assistência social no Brasil.

Ah! Conforme determina a LOAS, foi implementado também o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com o objetivo de garantir proteção social aos indivíduos, famílias e comunidades no enfrentamento de suas dificuldades. Nessa Lei, também há grupos específicos em situação de risco social, como quilombolas, indígenas, adolescentes em conflito com a lei, pessoas em situação de rua, além de diversos equipamentos e serviços, como o de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), os Serviços ofertados nos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Centros POP, Serviços de Acolhimento e Abordagem Social. Também os benefícios como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Benefícios Eventuais como Auxílio Natalidade, Auxílio Aluguel, dentre outros. Ah! Para o aprimoramento do SUAS, a NOB/SUAS, a NOB-RH (BRASIL, 2011) e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais foram e são fundamentais.

Obtivemos uma grande conquista, é verdade, tudo muito bem posto no papel, mas assim como você, Chico, que era um grande observador da vida, ao andar pelas encruzas, fomos fazendo algumas reflexões, vamos descrever abaixo e veja o que você acha. Sua opinião é muito importante para nós.

Chico, repare, tudo bem que são ofertados uma gama de serviços para garantir a proteção do indivíduo, mas o que temos identificado na nossa rotina diária é que a **população desconhece e não sabe como acessar seus direitos**; direitos esses ligados a subsistência, Proteção Social Básica e Especial. As pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade e risco social não sabem diferenciar o que é CRAS e CREAS, quais profissionais lá atuam. Se a Proteção Social Básica chegasse o quanto antes para os indivíduos, com certeza muitos laços não teriam se rompido. Lembra de Aninha, do quanto seus pais que viviam na extrema pobreza tinham

dificuldades de manter a casa e principalmente a alimentação? Diante das necessidades, a menina de doze anos, nos contou que foi necessário ir para as ruas vender amendoim torrado e a partir daí foi se encantando pelo mar, pela vida “sem regras”. Quando ficava tarde dormia em galpões com os amigos e o retorno pra casa foi ficando cada vez menos frequente, ao ponto de passar a viver em situação de rua sofrendo todo tipo de violações de direitos. Pense, se o CRAS tivesse acompanhado essa família em articulação com as demais políticas públicas, a história de Aninha e de sua família poderia ser contada de outra forma. É como você dizia, uma ferida tratada no início tem chances de cura mais rápida, mas se a descuidamos algum membro do corpo poderá ser amputado.

Outra coisa também que passamos a analisar foi a linguagem técnica. ***Ela comunica de verdade ou é um impedimento para o acesso aos direitos?***

Repare o que queremos dizer, com essa pergunta. No retorno de um atendimento no CRAS com a Senhora Creusa, falamos sobre o direito à moradia, foi então que a mesma perguntou: “O que é contemplado?”. Naquele instante buscamos saber sobre o contexto da palavra, a referida senhora nos disse que alguns anos atrás recebeu um documento referente ao Programa Minha Casa, Minha Vida e nele informava que ela havia sido contemplada, mas como não entendeu o significado da palavra, não deu prosseguimento e atenção ao processo. No momento, explicamos que ela havia sido beneficiada, selecionada, escolhida pelo Programa e nesse instante ficamos todos atônitos, nós e a Senhora Creusa, em perceber que um benefício havia sido perdido, por total falta de conhecimento e interpretação do texto, ou seja, na situação em questão, mais uma mulher preta, mãe solo, que luta diariamente para sobreviver, perdeu a oportunidade de ter uma casa e com ela toda possibilidade de uma moradia digna para ela e suas filhas. Nessa triste experiência que contamos aqui, pensamos que o problema do analfabetismo funcional deve ser levado a sério, pois a dificuldade de compreensão dos textos, da linguagem técnica como um todo, pode prejudicar o desenvolvimento pessoal do indivíduo. Acreditamos também que a linguagem deveria ser mais acessível e que o Estado precisa observar cuidadosamente as características das pessoas atendidas pelos programas sociais, ao emitir qualquer tipo de comunicado, porque a linguagem também pode gerar exclusão.

Outra questão, Chico, é que em nossas andanças encontramos Joaquim, que se aproximou e disse que estava numa Unidade de Acolhimento. Perguntamos se estava tudo bem, o mesmo disse que nos primeiros dias teve dificuldades com alguns profissionais, que olhavam pra ele e sua companheira dando risadas. É importante ressaltar que Joaquim é um homem transgênero. Ele disse pra gente, que isso pode ter relação com o fato de Maria, sua companheira, ter a pele preta retinta e ele ser mais claro, o que o fez chorar muito. Disse que conversou com Patrícia, técnica da Unidade, que o deixou mais tranquilo. Preciso te dizer Chico, que no momento que Joaquim nos contou essa experiência ele expressava muita angústia.

Aí ficamos aqui pensando, como um lugar de proteção social, pode violar de forma tão violenta os Direitos Humanos? Pessoas chegam para os serviços marcadas por perdas, violências, muitas vezes, impotentes perante a vida, com laços totalmente rompidos, comuns nas existências dos sujeitos LGBTIA+ e são tratados por muitos como uma piada. O trato com as pessoas requer de nós o respeito às diferenças. As pessoas precisam ser reconhecidas e respeitadas, seja pela cor, gênero, sexualidade e todas as singularidades que as constituem. O que você acha, Chico?

Ao conversar com nossos(as) companheiros(as) de luta sobre o ocorrido, eles(as) lembraram do que diz a NOB-RH/SUAS, Anotada e Comentada (BRASIL, 2011), já mencionada aqui pra você, no capítulo que trata sobre os Princípios Éticos para os trabalhadores da Assistência Social, fala de um direito fundamental que é a “Garantia do acesso da população à política de assistência social sem discriminação de qualquer natureza (gênero, raça/etnia, credo, orientação sexual, classe social, ou outras)” (BRASIL, 2011, p. 22).

E por fim, para não tomar tanto seu tempo com nossas questões, queremos compartilhar outra situação. Em acompanhamento a um determinado serviço, presenciamos uma cena, onde durante o atendimento, para acessar um auxílio, a pessoa em situação de extrema vulnerabilidade e risco não conseguia levantar a cabeça, ao menos abrir a boca. Em tom policalesco, o profissional fazia questionamentos, indagava sobre a falta de documentação. Diante de tal tratamento, depois de meses de espera, o sujeito saiu do atendimento sem êxito. Como não considerar durante o atendimento as especificidades dos sujeitos, sua história? Que valor

tem a fala desse sujeito para nós? Você bem sabe Chico, como Paulo Freire bem nos ensinou:

“Aceitar e respeitar a diferença é uma dessas virtudes sem o que a escuta não se pode dar. Se discrimino o menino ou menina pobre, a menina ou o menino negro, o menino índio, a menina rica; se discrimino a mulher, a camponesa, a operária, não posso evidentemente escutá-las e se não as escuto, não posso falar com eles, mas a eles, de cima para baixo. Sobretudo, me proíbo entendê-los. Se me sinto superior ao diferente, não importa quem seja, recuso-me escutá-lo ou escutá-la. O diferente não é o outro a merecer respeito é um isto ou aquilo, destratável ou desprezível”. (FREIRE, 1996, p. 136).

Há uma violência que se caracteriza pela ação de tratar o outro como coisa e não como sujeito no intuito de calar ou anular a sua voz, numa relação de poder desigual. No atendimento às pessoas, como afirmam nossos amigos Antônio Nery-Filho e Alessandra Tranquilli (TRANQUILLI & NERY-FILHO, 2020) é necessário disponibilidade e o devido cuidado com o Encontro, grafado por eles com “E” maiúsculo, para demarcar o Encontro genuíno (o bom encontro, produtor de afetos positivos), valorando o ser, como alguém que tem uma existência a ser respeitada. Por melhor que seja uma política de assistência social, se os indivíduos não forem vistos como sujeitos de direitos será ineficaz e fadada ao fracasso, não é? Pelo menos nós assim pensamos.

Corremos um sério risco, Francisco, se não tivermos cuidado, de mesmo dentro da política continuarmos com práticas assistencialistas e paternalistas, que tornam os sujeitos numa condição permanente de receptores. As políticas públicas não podem se resumir aos modelos assistencialistas, mas contribuir para que o cidadão e a cidadã sejam emancipados(as), fortalecidos(as), para que assim, encontrem uma porta de saída da pobreza. E isso só se dá através de políticas sociais eficazes, de tal forma que os beneficiados(as) não dependam indefinidamente desses programas. Uma Política direcionada pelas vias dos direitos e não da doação.

A reflexão que fazemos, Chico, é sobre a condução desses programas, que devem ser administrados eticamente, buscando o fortalecimento dos sujeitos; que as ações sejam planejadas no intuito de possibilitar

a emancipação, com incentivo à fala e ao exercício de uma cidadania plena. Na construção de um projeto de vida, o indivíduo deve ser o protagonista, sua visão de mundo, trajetórias, tudo deve ser levado em consideração pelo profissional que realiza o acompanhamento.

É imprescindível aos profissionais conhecer as Leis, Diretrizes, Resoluções e a Política voltada para a população em situação de rua, para que possam ofertar um atendimento cada vez mais qualificado e assim fornecer as orientações adequadas, que não podem ser passadas de forma bancária, conforme Freire discute (FREIRE, 1974; 1993; 1996). Precisamos saber quem são as pessoas em situação de rua. Quantas vezes tivemos o atendimento negado no momento da inclusão no Cadastro Único, porque o sujeito morava em ocupação e para o atendente isso não configurava situação de rua, o que fazia o mesmo requerer comprovação do referido endereço. É preciso avançar e avaliar constantemente as práticas, como diz Aldaíza Sposati “*Assistência Social é ato de direito e não ato de vontade ou liberdade*” (SPOSATI, 2007). Nesse processo de condução da política, a capacitação dos trabalhadores deve ser fundamentada numa educação permanente, pois os desafios cotidianos são muitos e quanto mais saberes, melhor, não é mesmo?

E aí Chico, no Projeto Axé temos muitas experiências exitosas, todas na perspectiva do direito que eu gostaria de compartilhar com você. Ah! *Eu te falei que aqui o(a) educando(a) é visto(a) como sujeito de direitos, de conhecimento e de desejo? Isso não é fascinante?* Vamos falar de coisa boa, falar das nossas ações: temos um bazar realizado para as famílias, onde os utensílios são adquiridos através de um dinheiro confeccionado para este fim. Lá cada um tem direito de escolher a cor, os modelos de roupas, sapatos, bolsas e acessórios que desejam comprar, algo fundamental para estimular o consumo consciente; outra iniciativa é o Auxílio Mobilidade Física e Social, que carinhosamente chamamos de AMO, que é pago através do cartão Vale Alimentação. Com ele as pessoas recebem o dinheiro para ir ao Mercado comprar os alimentos de seu gosto; e o que dizer da Escola de Mães? Mensalmente são discutidos diversos assuntos, sabe, falamos sobre a atual conjuntura política, racismo, educação, são temas muito interessantes e importantes que surgem mensalmente e conta com a participação de mais de duzentas mães, pais, avós, responsáveis legais e educandos(as) com mais de dezoito anos.

Aqui no Axé nós trabalhamos com a Pedagogia do Desejo (CARVALHO, 1993; 2000) e com Arteducação em todas as Unidades, pelas ruas, indo ao encontro dos meninos e meninas. Junto com a gente levamos o Axé In Itinere, “Arteducação em movimento”. Este é um equipamento pedagógico concebido na prática Arteducativa nas ruas, idealizado pela Equipe potente da Educação de Rua. Trata-se de um carrinho itinerante equipado com diversos materiais lúdicos com o propósito de qualificar nossos recursos de atendimento nas praças e ruas de Salvador. E deixa eu te contar, a ideia do nome veio do nosso mestre, fundador-presidente do Projeto Axé, Cesare de Florio La Rocca, que tanto aprendeu contigo. A expressão significa “no caminho”. Olha quanta criatividade! Enquanto caminhamos, levamos nesse carrinho tintas, pincéis, papéis, cordas, livros, lápis colorido, giz, tudo que leve a criança a brincar, se divertir, imaginar e pensar seu lugar no mundo de uma forma lúdica. Ah! E nem vou te falar muito do nosso Axébuzu, senão é arriscado não conseguir terminar essa carta. O Axébuzu é a Unidade Móvel de Atendimento da Educação de Rua, um ônibus adaptado equipado com biblioteca multimídia, brinquedos, jogos e materiais Arteducativos que viabilizam atividades de fruição e produção artística. Com ele saímos pelas ruas vivendo e fazendo Arteducação. É, Chico, há aqui um investimento na construção dos laços sociais e afetivos, produção de cuidado.

Olha, deixa a gente te contar mais uma coisa sobre a Arte e a Educação no Axé. Aqui a gente escreve e fala como uma só palavra e sentido: **ARTEDUCAÇÃO**, e sabe o porquê disso? Repare:

“Quando vimos na rua, as crianças dançarem a capoeira, tocarem a percussão no banco de madeira das praças de Salvador e cantarem as músicas brasileiras, entendemos que a arte é indispensável para que essas crianças, adolescentes e jovens sintam o prazer da educação, e juntamente a Coordenação Pedagógica colocamos também a Coordenação de Arte. Continuamos a caminhar, a percorrer a estrada da educação de um lado e da arte do outro, mas a um certo momento começamos a pensar: Por que arte e educação? As duas possuem a mesma missão, que é a transformação do ser humano. E então fundimos as duas Coordenações, tiramos o hífen e escrevemos Arteducação como uma única palavra” (ARTEDUCAÇÃO: A IDEIA. Trecho da entrevista de Cesare de Florio La Rocca extraído do site do Projeto Axé).

E é assim, Chico, nesse processo, como nos brinda com lucidez o nosso querido Cesare, quando diz que “são cada vez mais claros o conceito e a práxis de que arte é educação” (LA ROCCA, 2008, p. 18). Na Educação de Rua é preciso chegar devagarinho, sem pressa, conhecer e nos fazer conhecidos(as) como numa linda Paquera Pedagógica, respeitando o tempo de cada sujeito. As crianças e adolescentes ao nos verem passar, precisam desejar nossa chegada em suas vidas. Quando isso acontece o Namoro Pedagógico ali está estabelecido. É o momento do fazer pedagógico no qual juntas brincamos e dialogamos; é onde a relação educador(a) e educando(a) prossegue com mais confiança, maior conhecimento e acolhimento e num lindo entrelace aconchegamos. Nesse caminho também aprendemos a desenvolver um olhar e uma escuta mais atentas a todo e qualquer tipo de comunicação, seja verbal, gestual; quanta riqueza há nessa troca.

Temos também a nossa Análise da Prática, realizada mensalmente, e a Grande Formação, uma vez ao ano. Cesare sempre disse a nós educadores(as) do Axé: "**Formação! Formação! Formação!**" Com toda sua sabedoria e inteligência, sempre soube o quanto isso impactava de forma positiva o fazer profissional. O projeto Axé, sem dúvidas, representa uma das mais brilhantes propostas político-pedagógicas de atendimento a crianças, adolescentes e suas famílias.

Voltando a nossa conversa do início, nos diga, porque é tão difícil as pessoas entenderem que hoje tudo está conectado? Temos tecnologia, informação, vivemos num mundo globalizado, mas perdemos a capacidade de cuidar da nossa casa comum. O outro não pode ser uma coisa, mas sim um sujeito que precisa ser respeitado e tratado pela via do direito, juntamente com o meio ambiente que é o seu habitat, na perspectiva de uma ecologia integral e quando isso acontece, os resultados são extraordinários.

Dizemos que o trabalho é desafiador, reconhecemos e abraçamos todas as companheiras e companheiros que atuam na linha de frente. Várias vezes cometemos como se diz no Axé, “cagadas pedagógicas”, mas é porque estamos em construção, por sermos sujeitos inacabados que compartilhamos as experiências, pois, aprendemos uns com os outros.

Caro Francisco, ficamos por aqui com o coração cheio de esperança na

partilha realizada, desejando Paz e Bem para todos os humanos e que juntos(as) sigamos na construção de dias melhores, de uma prática que produza transformação social. Deixamos contigo as palavras do nosso mestre, o querido Paulo Freire:

“É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperançar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo” (FREIRE, 1992, p. 33)

CARTA 3: MARIINHA

“A busca de outros modos de subjetivação que rompam os paradigmas instituídos pelo dispositivo de racialidade situa-se como demanda para educação e para a produção de conhecimento. Aí se evidencia, ainda, a disputa da verdade histórica como um campo de batalha fundamental para alterar os pressupostos da dominação racial e viabilizar outra subjetivação.”

Sueli Carneiro

Salve, Mariinha, querida!

Gostamos de receber a sua carta e de estarmos sabidas da sua trajetória próspera e potente, deste seu momento, entre tantos outros, em que expressa transgressão, como conceitua a nossa inspiradora bell hooks, e a subversão à história única de caráter colonialista, racista, sexista, lgbti+fóbica e clasista, que nos contaram e tentam nos impor e que a Chimamanda Adichie desvelou para nós. É muito bom saber que escreveu outro destino para o seu corpo e então para outras, outros e outres tidos como seres abjetos.

Olha, Mariinha, o tempo passou e a vida mudou, mas não tudo, e ainda bem, pois, quando te lemos nesta carta, prontamente nos vem você quando criança na memória. Uma menina periférica, preta, pequenina, mas só em tamanho. A sua grandeza ecoava no Centro Histórico soteropolitano, no bairro do Julião, cuja estética é cravejada pelas extremas vulnerações sociais ganhavam cores afetadas pelo seu eu poético e belo.

É! Do Julião para o mundo. Moça, uma jovem agora, nas andanças em Benguela, em África. Uma estudiosa da educação, pós-graduanda, escritora, pesquisadora, professora e mais tudo que desejar e um dia desejou.

Então, viajante Maria, que toda comunidade conhece como “Mariinha”, uma criança inteligente, com os olhos grandes e belos, um olhar sonhador e determinado, como “*o negrume da noite que reluziu o dia*”, como canta o Ilê Aiyê. Os nossos últimos encontros foram enlaçados pela narrativa escrita e de ilustrações da história infantil sobre a vida da escritora solar, Carolina Maria de Jesus, lembra? Carolina teve seus caminhos atravessados pela situação de rua, assim como você.

Pois é, minha nega, lembra quando Spivak pergunta se pode o subalterno falar? Ela questiona quais são as possibilidades reais do subalterno falar: as mulheres, em várias partes do mundo impedidas de falar, as crianças pequenas, os considerados loucos ou estranhos. Entretanto, através da literatura também se forjam resistências, que escancaram as desigualdades, criam possibilidades e se recusam à homogeneização sutil que pretendem um(a) sujeito(a) genericado ou diversificado, num lugar em que as diferenças são apagadas ou subjugadas.

Rememoramos que na ocasião em que fizemos juntas a leitura, por alguns momentos a sensação foi de que o livro era como um oceano e estávamos nele como peixes submersos nas suas águas, no mar de outros caminhos, enquanto estávamos sentadas ao chão. Você estava envolvida na história, atenta, desejando através de perguntas saber mais sobre o que estava escrito e as imagens, ao tempo em que também apresentava as suas interpretações quando lia as ilustrações.

Dizemos isso, pois, na época quando dos nossos encontros, as investidas da Equipe com as *atividades* e os diálogos pedagógicos, a apresentação de livros que afirmavam a pluriversalidade das vidas, e as leituras de

rua, caminharam no sentido de contribuir com a relação e o fortalecimento dos laços com a leitura, para um elo de prazer com os livros. Buscamos ali um contra ponto, para além da obrigatoriedade enrijecida do letramento, do aprender a ler e a escrever, e das práticas autoritárias que buscam moldar os sujeitos aos valores burgueses, muito presentes nas instituições formais de ensino. Assim, priorizamos, sobretudo, o que entendemos que imprescindivelmente deve anteceder e idealizar o processo de aprendizagem, o desejar, esperar, tocar, brincar, sentir, reconhecer-se, pela e na literatura.

É Mariinha, como diz Emicida, “mas como o pensar infantil fascina”. Neste mesmo dia, você contou para outra educadora a história de Carolina Maria de Jesus à sua maneira e também fez uma outra no *freestyle*. Nos convidou a viajar aqui e acolá no avião desenhado em uma das páginas do livro, ficou fascinada por ele. Menina contadora de histórias, fazedora da própria história, orgulho dos seus ancestrais.

Precisamos lhe confessar uma coisa, os olhos ficaram marejados, quando te lemos contando sobre as resistências tecidas também em Benguela, frente a superioridade epistêmica do “sistema-mundo patriarcal, eurocêntrico, cristão, moderno e colonialista”. Mas nos alegra saber, que tem se alicerçado na decolonialidade epistêmica e no entendimento de que, embora as instituições formais de ensino foram em sua gênese e são ainda hoje, constituídas para manutenção do *status quo* dos que dominam, não são sistemas fechados e acabados, e, por isso, ainda possíveis de fazer lutas e a educação libertadora, como nos orienta bell hooks. Não esqueça de sempre caminhar para perto dos livros como fez Carolina Maria de Jesus e de recordar das escrevivências de Conceição Evaristo, pois “A leitura prepara pro mundo.”

Sobre nós aqui do Projeto Axé, Mariinha, como Arteducadoras de Rua, que compõem as trincheiras de lutas na defesa e proteção das crianças e adolescentes em situação de rua, seguimos acreditando em uma educação, nas salas de aula e nas encruzilhadas, como prática de liberdade, como ensina Paulo Freire. Continuamos a buscar tecer uma educação potencializadora e qualificada para acolher e construir com as diferentes sujeitas humanas, para que ela seja geradora de esperanças e (trans) formações, a partir das rasuras nas normativas colonialistas com uma deseducação das normas da educação dominadora e do dominador,

sobretudo, através da arte, com poesias, capoeira, teatro e toda manifestação cultural que contribua para a abertura ao desejar, como você um dia desejou através da leitura de um livro.

Assim, em oposição aos dispositivos de poder, que hierarquizam e ditam quem aprende e quem ensina, afirmamos que em nossas construções arteduchativas também sulleadas por Mãe Stella de Oxóssi, “Só levanta para ensinar quem senta pra aprender” e nós aprendemos imensamente contigo, somos agradecidas.

Voos altos e livres! Que você, *sujeita de direitos, conhecimento e desejo*, tenha “o direito de ser o que quiser” (Edson Gomes).

Grande Abraço da Equipe do Projeto Axé!

Meus Direitos

Edson Gomes

Ô Mamãe África ôa, Ô Mamãe África

Ô Mamãe África Êa, Ô Mamãe África

Tanto tempo que a gente está aqui (no Brasil)

Tanto tempo que a gente está assim (no Brasil)

Tanto tempo que a gente está aqui (no Brasil)

Tanto tempo que a gente está assim

Sem ter educação

Sem ter oportunidade

Sem ter habitação

Sem ser membro da sociedade

Somos alvos da incoerência

Vítimas da prepotência

Dos racistas(3x)

Quero o meu direito de crescer na vida (quero sim)

Quero o meu direito de vencer na vida
Quero o meu direito de crescer na vida (quero sim)
Quero o meu direito de vencer na vida
Ô Mamãe África ôa, Ô Mamãe África
Ô Mamãe África Êa, Ô Mamãe África, Ô Mamãe África
Quero ter o direito de ser o que eu quiser ser
Quero ter o direito de ser o que eu quiser
Quero ter o direito de ser o que eu quiser ser
Quero ter o direito de ser o que eu quiser
Somos alvos da incoerência
Vítimas da prepotência
Dos racistas(3x)
Quero o meu direito de crescer na vida (quero sim)
Quero o meu direito de vencer na vida
Quero o meu direito de crescer na vida (quero sim)
Quero o meu direito de vencer na vida
Ô Mamãe África ôa, Ô Mamãe África
Ô Mamãe África, Ô Mamãe África, Ô Mamãe África

REFERÊNCIAS E PROVOCAÇÕES DA INTELIGÊNCIA

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. Lei N.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1990.

BRASIL. Lei Orgânica da Assistência Social. Brasília, DF, Senado, 1993.

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília: 2004. 175p.

BRASIL. Norma Operativa Básica – NOB SUAS. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à fome. Conselho Nacional de Assistência Social -CNAS. Brasília: 2005. 95p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. NOB-RH/SUAS: anotada e comentada. Brasília, DF. Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

CARVALHO, M. A. C. Pedagogia de rua: princípios extraídos de uma análise da prática. In: Grossi, E. P., & Bordin, J. (orgs). Construtivismo pós-piagetiano: um novo paradigma sobre aprendizagem, Petrópolis, Rj: Vozes, 1993.

CARVALHO, M. A. C. O desejo na pedagogia do desejo. In: Bianchi, A. (org). Plantando Axé: uma proposta pedagógica, São Paulo: Cortez Editora, 2000.

CÁSSIO, F. (org.). Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019.

FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1974.

FREIRE, P. Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, P. Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Olho d'Água, 1993.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HOOKS, bell. Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

LA ROCCA, C. de F. É tempo de recordar. In: Bianchi, A. (org). Plantando Axé: uma proposta pedagógica, São Paulo: Cortez Editora, 2000.

LA ROCCA, C. de F. Infância, Competência, Arteducação. In A. M. Bianchi dos Reis (Org.), Arteducação, Vida Cotidiana e Projeto Axé. EDUFBA, 2008.

OXÓSSI, M. S. de. Ôwe/Provérbios. Salvador: Sociedade Cruz Santa do Ilê Axé Opô Afonjá, 2007.

PROJETO AXÉ. Arteducação: a ideia. Trecho de entrevista de Cesare de Florio La Rocca extraído do site do Projeto Axé. Disponível em < <http://www.projetoaxe.org/brasil/projeto-axe-brasil/>> Acesso em 08 de dezembro de 2021.

REIS, K. Marcos Normativos do SUAS. GESUAS. Viçosa, 2018. Disponível em: <<https://www.gesuas.com.br/blog/marcos-normativos-do-suas/>>. Acesso em 03 de dezembro de 2021.

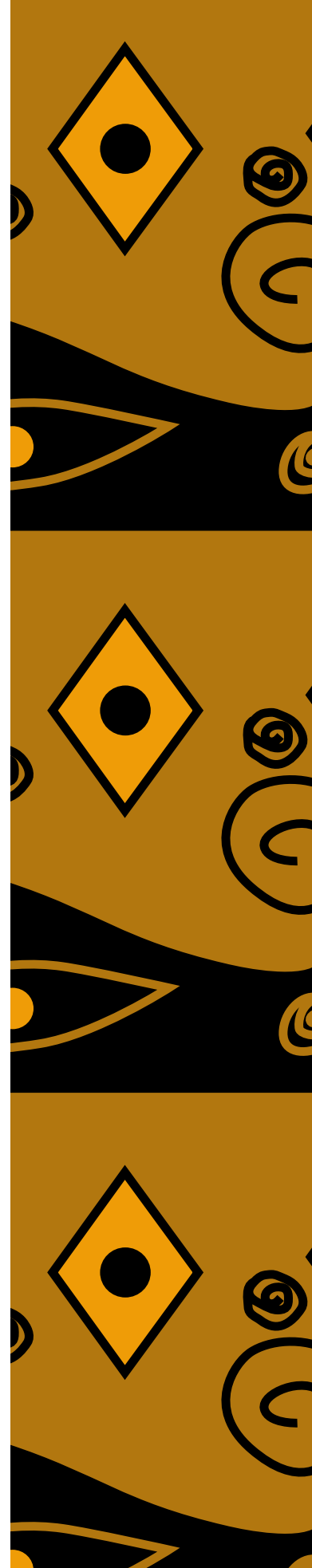
SALOMÃO, W. Poesia total. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

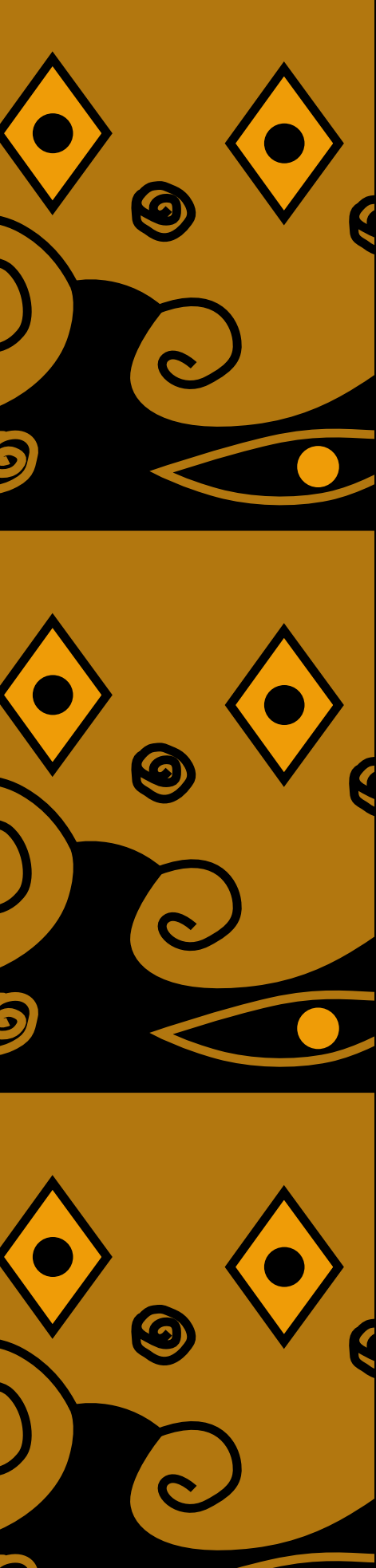
SANTANA, J. P., & VEZEDEK, L. Sistematizando tecnologias de cuidado: O acolhimento e acompanhamento da população em situação de rua. In A. M. Gonçalves, A. C. G. Bastos & L. Vezedek (Orgs.), Caderno de forma-ação e navegação social projeto Caboré: Diagnóstico, capacitação, assistência técnica, monitoramento e difusão de conhecimentos (1ª ed., pp. 110-143). Centro Projeto Axé, 2020.

SPOSATI, A. A menina LOAS: um processo de construção da assistência social. 3.ed. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

CAPÍTULO 8 . CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO DE RUA PARA O
FORTALECIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E GARANTIA
DE DIREITOS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

TRANQUILLI, A. & NERY-FILHO, A. Os encontros possíveis entre vulnerabilidades e sujeitos do cuidado. In A. M. Gonçalves, A. C. G. Bastos & L. Vezedek (Orgs.), Caderno de formação e navegação social projeto Caboré: Diagnóstico, capacitação, assistência técnica, monitoramento e difusão de conhecimentos (1ª ed., pp. 68-80). Centro Projeto Axé, 2020.





[ENCRUZA 2]

Rua

g

CAMINHOS COLETIVOS: UMA
LUTA EM MOVIMENTO

Maria Sueli Sobral Oliveira

A luta pela igualdade no Movimento Nacional da População de Rua da Bahia (MNPR-Bahia) nunca foi somente uma luta pelos direitos da população em situação de rua. Nossa luta busca o reconhecimento de que somos diferentes. Somente quando o Estado reconhecer esta diferença, começaremos a trilhar o caminho da igualdade e da justiça.

O Movimento Nacional da População de Rua da Bahia (MNPR-Bahia) tem seguido no fortalecimento dessa luta. Passamos por conquistas, retrocessos e desafios, mas seguimos acreditando que chegará o momento no qual não seremos mais necessários porque os direitos da Pop Rua serão reconhecidos. Nesse tempo de pandemia da COVID-19, as injustiças foram agravadas e esse tempo nos deu rumo e mais força para lutar. Lutar pelo mínimo como o direito à água, direito à saúde, direito a sermos vistos e vistas nas políticas públicas, já entendidas como conquistas pactuadas com as instâncias políticas, mesmo que haja uma urgência para serem tiradas do papel. Nesse caminho, precisamos também nos reencontrar enquanto coletivo, porque as nossas histórias individuais e coletivas se dividem em antes e depois de Maria Lúcia, nossa eterna coordenadora.

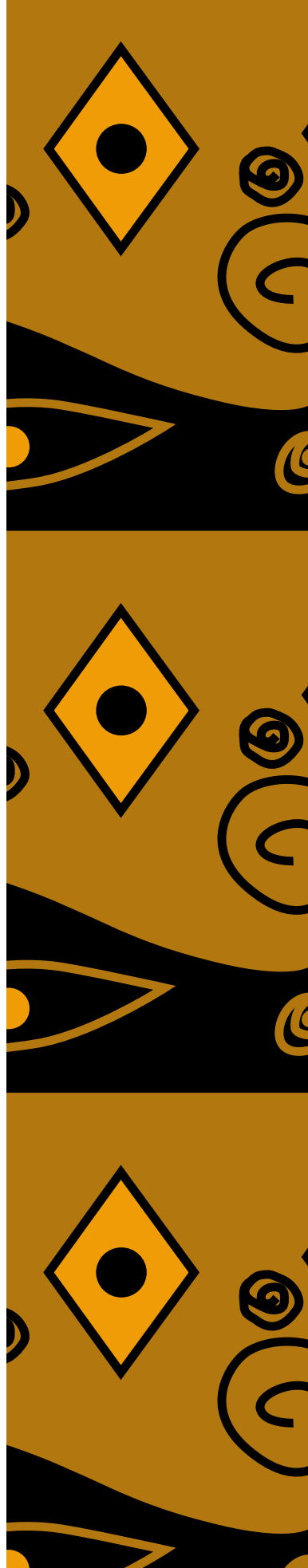
A história de luta do MNPR-Bahia se confunde com a trajetória de Maria Lúcia, que conseguiu projetar a discussão sobre a situação de rua do Brasil, dentro e fora do território nacional. Incansável na sua luta, Maria Lúcia, ou apenas Lúcia, como todos a chamavam, “era de verdade”, influenciava e dirigia processos e pessoas. Na minha trajetória de rua foi a única pessoa que acreditou em mim de verdade, me deu oportunidade, que disse que era possível. E foi. Consegui reverter a situação de rua. Ela nunca fechou as portas, sempre deixou as portas abertas e isso faz toda diferença. Lúcia não teve filhos, mas deixou muitos órfãos, muitos que tem orgulho de dizer: Sou filho(a) da Escola de Maria Lúcia, escola que conseguiu mudar a realidade de vida de muitos e muitas.

Toda essa verdade nos remete a uma reflexão, demandando ações responsáveis. Dessa forma, é fundamental a participação do poder público e da sociedade civil organizada nas ações de atendimento e também de defesa de direitos da população em situação de rua. Avançamos quando, por exemplo, a Prefeitura Municipal de Salvador estabelece uma parceria com o Projeto Axé para qualificar e formar educadores(as) do Serviço Especializado em Abordagem Social e outros profissionais da rede socio-

assistencial, além de ampliar o atendimento de crianças, adolescentes e jovens nas ruas com diversas atividades arteducativas e promovendo acesso a direitos básicos. Sabemos bem da necessidade dessa humanização da atenção à população em situação de rua e dos avanços cada vez mais indispensáveis para ampliar o acesso e a garantia de direitos.

Organizações como o Projeto Axé são somas valiosas nessa batalha diária por direitos das populações mais vulneráveis, sejam crianças e adolescentes, sejam adultos em situação de rua. O Axé tem sido fundamental para o avanço das discussões sobre a pop rua adulta e a integração das políticas de cuidado das infâncias e adolescências, como o trabalho com as famílias e pessoas idosas nas ruas. O Axé também foi responsável, esteve e está junto na formação das lideranças e forças políticas do Movimento, porque sempre fez uma opção por lutar com a população de rua. Em todos os momentos da nossa trajetória e nos mais difíceis para as pessoas em situação de rua em Salvador, sempre que olhamos para o lado, também nos momentos e espaços mais importantes de conquistas, encontramos o parceiro Axé, e por isso o Axé é merecedor de nosso reconhecimento e gratidão.

Lúcia Vive!





[ENCRUZA 3]

Educando(a)

10

“É TIRO?”

O IMPACTO DA GUERRA
ÀS DROGAS PARA AS
INFÂNCIAS, ADOLESCÊNCIAS E
JUVENTUDES:
RELATO DE EXPERIÊNCIA
NOS TERRITÓRIOS DE
ATUAÇÃO DO PROJETO AXÉ

Daniele da Silva Barreto

Caio Oliveira do Espírito Santo Mendonça

Neste capítulo, pretende-se fazer uma breve exposição do relato de experiência de uma situação ocorrida com uma das equipes da Educação de Rua do Projeto Axé ao longo dos atendimentos realizados com uma família. Em seguida, é apresentada parte da letra de uma música de Rap, “Favela Vive 2”. Cada uma dessas duas apresentações, tanto o relato de experiência, quanto a letra de música, são apresentadas como materiais seguidos respectivamente de comentários que se estabelecem como análises críticas do contexto social, histórico, econômico e político das famílias atendidas e/ou periféricas da cidade.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

Em uma manhã no mês de dezembro de 2020 soaram os fogos. Eram fogos de artifício “12 tiros”, um som rápido, sequenciado e forte “plá, plá plá”. Em um momento de escuta na praça, onde estavam presentes as educadoras do Projeto Axé e uma mulher, preta, 29 anos e seu filho, uma criança, preta, de seis anos, que identificaremos por “M” e “F”, respectivamente, o diálogo foi interrompido pela triste cena da criança se abaixar com as mãos nos ouvidos, e dizer: “é tiro mãe, é tiro”.

Num primeiro momento, como educadora, veio a sensação de anestesia. Tentei falar, mas a palavra não saía da boca. A mãe ao lado, carregou o seu filho e disse sorrindo “calma meu filho, não é tiro não, é bomba”. Ficamos por alguns momentos parados, olhando para os arredores da praça, para tentar entender de fato o que estava acontecendo e qual era a possível comemoração. Perguntei se a criança havia presenciado alguma situação de violência com arma de fogo. A mãe respondeu comentando, que o bairro em que moravam estava tendo “guerra de facção”, grupos rivais que disputam território para venda de drogas.

“M” relatou, que na semana anterior, de sexta a domingo, houve intenso tiroteio na comunidade, onde dois homens que pertenciam à rede do tráfico no bairro, em um dos dias de confrontos, pulou o muro da sua residência e se escondeu na cozinha da sua casa. Ela, seus filhos e seu companheiro ficaram escondidos no quarto e somente após quase uma hora de silêncio, os dois jovens homens, pretos, um aparentando ter 17 anos e o outro aparentando ter 22 anos fizeram um sinal de “legal” com

as mãos e saíram assustados, olhando muito nervosos para os lados. Segundo ela, um dos jovens começou na rede do tráfico aos 15 anos de idade, como “olheiro”, passou a ser “aviãozinho” e agora é soldado do tráfico. O pai dele está preso e a mãe tem mais quatro filhos, integrantes de uma família muito pobre da comunidade. Sobre o outro jovem, ela não tinha muitas informações, só sabia que a sua mãe é uma mulher preta, mãe solo, muito esforçada e que frequenta a igreja evangélica.

Ficamos conversando sobre esses confrontos no seu bairro. A mesma relatou que só anda assustada. Ultimamente ela tem sentido dor no estômago e acha que pode ser gastrite nervosa. Fica com medo de alguém invadir sua casa outra vez, qualquer zoada de coisas caindo, seus filhos acham que é tiro, e seu marido tem medo de visitar os familiares e amigos em outros bairros, por conta da rivalidade entre criminosos que habitam os diferentes locais, o que faz com que ele tenha medo de ser confundido como um de seus integrantes.

No bairro que mora, é comum os meninos brincarem de polícia e ladrão. Para seus filhos ela nunca comprou arma de brinquedo e contou que nunca comprará. Ela traz ainda, relatos de jovens do seu bairro portando armas e agredindo outros adolescentes do bairro. A mesma relatou sobre o desejo de se mudar do local, mas não tem outra opção. Apesar de não querer que seus filhos cresçam neste lugar, comprou a casa por um valor e por conta de o bairro ser conhecido como violento, não consegue nem a metade da renda que foi investida por ela e seus familiares que a ajudaram na compra.

“M” nos disse que apesar de ser uma pessoa otimista, a dura realidade do dia a dia deixa não só ela, como também seu companheiro tristes. A maior preocupação deles não é somente a fome porque estão desempregados, mas sim o medo de serem atingidos por uma “bala perdida”. Até o “bico” que seu marido conseguiu em outro bairro, ele desistiu, só pelo fato de que o bairro em que poderia estar trabalhando é dominado por uma facção rival do bairro em que eles moram. Após o acontecido, os mesmos sujeitos que invadiram sua residência, voltaram ao local alguns dias depois, lhe agradeceram, e disseram “qualquer coisa, tamo junto”, comunicando que caso tivessem alguma necessidade poderiam pedir ajuda a eles, ou seja, demandar “ajuda” à rede do tráfico. A cena de

invasão à residência já se repetiu depois dessa situação. No momento em que fugia da polícia, outro homem envolvido com a rede do tráfico de drogas “meteu o pé na porta” de alumínio, quebrando-a, e ao entrar no local, fez permanência e saiu somente num momento oportuno para ele.

COMENTÁRIOS SOBRE O RELATO DE EXPERIÊNCIA

A dinâmica de vivência da família de “M” e “F” não é planejada diretamente por eles, mas ditada, principalmente, pela dinâmica do seu bairro, da rede do tráfico de drogas e das ações policiais. Tudo é incerto, duvidoso. Quando “M” fala sobre o seu sentimento de esperança ela conta que só a tem quando olha para o céu, pois é na imensidão do azul que ela relata ter fé e, quem sabe, ter uma vida melhor. Talvez seja menos angustiante para ela, olhar para cima, evitar lidar com a sua realidade, pois se olhar ao redor, talvez ela veja apenas situações que lhe angustiam, que causem dor e sofrimento.

“F” também vive no cotidiano de confrontos armados, seja da polícia, seja da rede do tráfico de drogas e/ou de grupos rivais. Questões sociais de vulnerabilidade, a falta de políticas públicas e de uma vida digna, a curto e longo prazo, resultam em um processo de adoecimento, que traz danos irreparáveis para a saúde mental dessas crianças, adolescentes e de suas famílias. Ter no cotidiano das vivências os sentimentos de medo, angústia, estado permanente de alerta e atenção podem causar depressão, ansiedade, distúrbios alimentares, como perda de apetite, dor de cabeça constante, entre outros adoecimentos físicos, emocionais, psicológicos, dentre outros.

A adesão de jovens à rede do tráfico de drogas tem contexto histórico, político, econômico e social. Situação essa que pode estar relacionada com a falta de políticas públicas ativas e efetivas nas comunidades, principalmente, as periféricas; da falta de oportunidades, da presença perene da pobreza, da exclusão social que minam qualquer possibilidade de exercício da cidadania. A rede do tráfico de drogas, muitas vezes, parece ser um sistema que oferece um caminho no qual essas crianças e adolescentes conseguem ter oportunidades de ter uma “melhor” condição de vida. A maioria dessas crianças e adolescentes tem no seu

cotidiano de vivência, uma relação indireta e/ou direta com a rede do tráfico de drogas. Mesmo sendo uma oferta relacionada com atividades de violências, violações de direitos e riscos constantes às vidas desses próprios jovens, a atuação na rede do tráfico de drogas parece se mostrar como a alternativa de sobrevivência diante de um contexto marcado por tantas faltas.

É preciso discutir e refletir sobre a questão das violações relacionadas à raça/cor como um grande problema para o fator de negação de direitos da maioria dos jovens negros que sofrem uma série de riscos sociais, como a falta de acesso à educação, ou distorção do tempo adequado entre a série escolar e idade, evasão escolar, pobreza e extrema pobreza. As práticas racistas sistêmicas das instituições e da sociedade geram discriminação das pessoas pretas mais pobres. E essa desqualificação acaba barrando o acesso a oportunidades dignas, em relação à educação, saúde, moradia, direitos sociais mínimos e a própria dignidade humana. E falando de infância, adolescência e juventude, na periferia, esses sujeitos são lançados à rede do tráfico de drogas por conta das diversas negações e violações de direitos já mencionadas. Nesse sentido, observa-se que

“O racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo social ao qual pertençam. (...) A discriminação racial, por sua vez, é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados. Portanto, a discriminação tem como requisito fundamental o poder, ou seja, a possibilidade efetiva do uso da força, sem o qual não é possível atribuir vantagens ou desvantagens por conta da raça” (ALMEIDA, 2019, p. 32).

Dessa forma, o racismo não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça (ALMEIDA, 2019). Para Foucault (2010 apud ALMEIDA, 2019, p. 114), “o racismo é uma tecnologia de poder, mas que terá funções específicas, diferente das demais que dispõe o Estado. Foucault nos conta que, desde o século XIX, os sentidos da vida e da morte ganham um novo status.” As mudanças

socioeconômicas também influenciaram nas relações do controle do poder de suspensão da morte, de fazer viver e deixar morrer.

As violências vividas por crianças e adolescentes nos territórios da cidade de Salvador é algo que fere profundamente as vidas e o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990), bem como a Constituição Federal de 1988. Essa realidade precisa ser mudada, é necessário alterar o pensamento e as práticas punitivas, além de pararmos de violentar esses jovens. Pensar na rede do tráfico de drogas na vida de crianças e adolescentes, nas violências vivenciadas por esses sujeitos, exige um conjunto de ações efetivas que não só dependem da Segurança Pública. Trata-se de algo que vai muito além disso, que demanda o envolvimento intersetorial na construção de políticas públicas ativas e efetivas, ações que visem a prevenção, proteção e promoção da saúde, garantia de moradia, educação, boa convivência em comunidade, cultura, lazer, entre outros direitos.

O ECA ainda encontra muitos desafios no que se refere a sua plena e efetiva execução. Nesse aspecto, torna-se imprescindível que o Estado produza meios de garantia de aplicação, fiscalização, manutenção e potencialização dessa política pública fundamental que é o ECA. Para isso, o envolvimento de toda a sociedade também é necessário, conforme se destaca no Artigo 4º do ECA:

“É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária” (BRASIL, 1990, p. 1)

Nesse sentido, pode-se ressaltar também o Artigo 5º, onde se lê que “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.” (BRASIL, 1990, p. 1). Diante desse contexto apresentado e do marco legal supracitado, há um inimigo a ser enfrentado, o racismo. Já que este estabelece uma linha divisória entre superiores e inferiores, entre bons e maus, entre os grupos que merecem viver e os

que merecem morrer, entre os que terão vida prolongada e os que serão deixados para a morte, entre os que devem permanecer vivos e os que serão mortos (ALMEIDA, 2019).

Com a omissão por parte do Estado e a presença ativa da rede do tráfico de drogas, o uso problemático de substâncias psicoativas parece ser uma questão enfrentada por um viés da utilização da força repressora policial. A ausência do Estado ao não garantir todos os direitos assegurados pela Constituição de 1988 gera uma série de consequências danosas e, muitas vezes, irreversíveis, pois a carência dos direitos fundamentais implica em diversos fatores de risco e violações, o que só reforça o quanto que a sociedade e as famílias também devem ter sua responsabilidade reconhecida no que se refere à construção de condições melhores e mais dignas de vida para crianças, adolescentes e jovens.

A prematuridade em que as crianças e adolescentes acessam e tem contato com a rede do tráfico de drogas é algo preocupante e que demanda urgente articulação entre o poder público e a sociedade civil no sentido de mudar essa realidade. É importante destacar novamente o quanto essa experiência é fortemente influenciada pelas negações de direitos sociais, como à educação, saúde, alimentação, moradia, transporte, proteção à maternidade e infância, segurança, lazer, entre outros. Esses são fatores que, dentre outros, pressionam e empurram diariamente essas crianças e adolescentes para a criminalidade, o que, conseqüentemente, os expõe a violências diversas e ao risco iminente de morte. As faltas e negações de direitos empurram esses jovens periféricos às violências e a mortalidade, pois assim como eles praticam atos, também são mortos por seus próprios atos. Nossos jovens estão desacreditados, sem perspectivas de vida e de futuro.

O Estado deve assumir de fato a responsabilidade com as crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade e vulneração. Um esforço que deve apontar para a descriminalização desses sujeitos, sendo necessário criar políticas públicas efetivas para garantir direitos e qualidade de vida. Somente assim poderemos caminhar para a construção de alternativas mais potentes de cuidado e respeito à vida no enfrentamento às violências relacionadas à rede do tráfico de drogas, alternativas que envolvem estruturalmente as áreas da Política, do Direito, da Saúde, da

Assistência Social, Segurança Pública, dentre outras.

A escola e sociedade civil também devem ser responsabilizadas pelas violações às quais crianças e adolescentes são submetidos, pois a mesma sociedade que condena, criminaliza e exclui, também se ausenta das suas responsabilidades. Quando percebemos que alguns dos jovens que estão atuando na rede do tráfico de drogas tem em comum históricos de evasão, e porque não dizer expulsão escolar, nos acende um alerta. É preciso preparar as instituições escolares e seus colaboradores, gestores e professores entre outros, para trabalhar nos currículos e nas práticas diárias o combate ao racismo, o respeito aos sujeitos em suas manifestações de ser, considerando suas diversidades, diferenças, dentre tantos eixos estruturantes e estruturais.

Não adianta produzirmos textos, aulas e teorias para o corpo estudantil, jovens de um modo geral, somente com o título “O que é racismo?”. Isso os(as) jovens pretos(as), já sabem, porque sentem na pele, diariamente, sentem à noite também, quando muitas vezes não podem exercer tranquilamente o seu direito de ir e vir nas ruas, ao serem lidos como criminosos, ou por se sentirem tão inseguros o tempo inteiro com a preservação de suas próprias vidas por diversos motivos relacionados diretamente com a sua cor de pele. É necessário problematizar criticamente, promover a ação de práticas antirracistas efetivas, posicionar-se e agir contra ações de violências e discriminações diversas, garantindo também a identificação e enfrentamento jurídico, se preciso for, além das ações educativas.

Considerando que vivemos em uma sociedade de consumo, em que produtos e objetos diversos são associados diariamente com status social, bem-estar, poder, autonomia, pertencimento social, entre outros atributos considerados como desejáveis e/ou necessários, jovens que vivem em situação de vulnerabilidade social e extrema pobreza podem acabar capturados e seduzidos pelas possibilidades de vivência no mundo da rede do tráfico de drogas para serem reconhecidos como sujeitos. Esse fato se alimenta quando os jovens inseridos na rede do tráfico de drogas conseguem, a partir disso, dinheiro para comprar alimentos, roupas de marcas, acessórios da moda, realizar festas onde podem ostentar e que possam produzir formas de lazer, mesmo que sejam ilícitas.

As crianças e os adolescentes que atuam na rede do tráfico de drogas encontram nesse lugar de exploração e perigo, uma ascensão, visibilidade, relação de poder, sensação de serem respeitados pelas demais pessoas da comunidade e condições de gozar de um capital que possibilite garantia de alimentação, vestimentas, lazer e necessidades básicas. Esse jovem passa a ter visibilidade, relação de poder, acesso ao mercado de consumo, status, mesmo diante de tantas omissões e violências. Isso não pode ser ignorado, uma vez que para oferecer outras alternativas para construção de projetos de vida que não incluam essa exposição permanente à violência é preciso disputar com essa complexa dinâmica que, de um lado, violenta, expõe e pode matar, de outro, produz também acessos diversos (que deveriam ser direitos garantidos pelo Estado) e reconhecimento, ainda que pela via de estereótipos violentos de ameaça e problema social.

A violência urbana é algo que faz parte do cotidiano da vida das pessoas que moram nas periferias e comunidades de Salvador. A rede do tráfico de drogas e tudo mais em seu entorno (contexto de guerra às drogas, violência policial, dentre outros) impõe demarcações territoriais, dita a rotina dos moradores, produz segregação e impedimento de acesso de um lugar para o outro, impõe fronteiras geográficas e simbólicas. Trata-se aqui do controle dos corpos pretos, que já são estigmatizados pelo simples fato de habitar regiões periféricas, sendo que essas pessoas já vivem sob tensão, medo e incertezas, numa verdadeira cultura do medo e da violência.

A política do medo que é imposta pela rede do tráfico de drogas envolve uma complexa dinâmica relacional que cria regras de dominação no território, pois as violências verbais, corporais e o discurso do medo são explicitamente mediados por relações de poder, força e também uma espécie de “beleza”, ainda que suposta, que, por vezes, produz uma sedução nos jovens, sujeitos que se sentem ao longo da vida oprimidos, “sem nada na vida” e que vão em busca de ter e serem alguma coisa. Nesse sentido, a rede do tráfico de drogas consegue, através do império do medo, legitimar seu poder e apropriação sobre os corpos e o território. A rede do tráfico legitima seu poder e presença de forma muito articulada e cria suas regras e leis de punições violentas e, muitas das vezes, geram mortes simbólicas e reais em seus territórios de dominação.

Nascemos e crescemos familiarizados com o medo. Somos educados(as)

pelo medo, para o medo e com o medo, infelizmente. Desde pequenos(as), somos inculcados pelo medo do escuro, das pessoas desconhecidas, do “homem do saco”, do bicho papão, da perda, do terrorismo, do pecado, da inflação, medo de tudo. Numa perspectiva reflexiva e crítica, precisamos estar atentos(as) ao fato de que a cultura do medo tem sido e ainda é uma forma engenhosa de manipular pessoas e controlar massas, uma vez que uma pessoa com medo se torna obediente e incapaz de impor sua vontade (PEZZA, 2013).

FAVELA VIVE

(...) Favela vive, no coração de cada morador
Na lembrança de cada vida que a guerra levou
Somos a tribo perdida, trazida de longe
Somos filhos da lama, Brasil que a mídia esconde
Nos entopem de pólvora, coca, esgoto a céu aberto
E quilombos de madeirite e concreto
O futuro chegou e ainda usamos correntes
Escravidados através do tráfico de entorpecente
Nos empurram todo dia goela a abaixo
Ódio, medo, desespero e incentivo à violência
Dizem que somos bandidos
Mas quem mata usa farda e exala despreparo e truculência
Cada beco da cidade guarda um pouco da guerra
Um projétil que acerta, um projétil que erra
Parece cocaína, mas é só tristeza
Ódio nos olhos de quem só conheceu pobreza
Quem é o inimigo? Quem é você?
Nessa guerra sem motivos e sem vencedor
Quem é o inimigo? Quem é você?
A bala perdida acha o outro sofredor
Somos soldados pedindo esmolas

Crianças de pistola, jogando a infância fora
Ninguém incentiva um favelado a ler, escrever
Nós já nascemos preparados pra morrer
Nos proibiram de sonhar, se foderam
Somos o monstro que vocês criaram, seu pesadelo
Essa porra é um campo minado
PM aplica pena de morte com aval do Estado
Quem 'tá certo? Quem 'tá errado?
Só sei que o alvejado é sempre o favelado
Quantos irmãos tombaram, cedo demais
Favela vive sangrando implorando por paz, paz (...)

(Trecho da música *Favela Vive 2* – ADL MC's – Participação MV Bill, MC Funkero e B.K.)

COMENTÁRIOS SOBRE A MÚSICA FAVELA VIVE 2

Favela, aqui, é tomada como expressão que se refere a possíveis lugares, afinal cada favela representa espaços geográficos distintos, mas também com semelhanças, seja por sua localização, histórias, dinâmicas de funcionamento social, econômico, religioso, populacional entre outras possíveis características. Favela então é compreendida também como um lugar político, de pertencimento de seus habitantes, existência geracional de famílias, potência cultural e artística. Por outro lado, nesse espaço social podem existir vulnerabilidades e guerras diversas por sobrevivência.

Favelas, onde a história produziu frutos por conta da desigualdade social brasileira, com a intensificação do êxodo rural, onde principalmente a população preta mais pobre, inclusive escravizados, buscava nas grandes cidades oportunidades de sobrevivência, almejando oportunidades de trabalho e só tinham como locais de fazer morada, locais distantes do centro metropolitano, espaços como os conhecidos morros, sem infraestrutura adequada para construção de casas, afastados dos serviços públicos essenciais, escancarando a lógica da desigualdade de renda

e habitacional. Assim, esse contexto acaba por produzir em múltiplas manifestações, a guerra pela sobrevivência.

Filhos da lama. A natalidade que acontece de forma particular, nascidos em espaços sem condições mínimas de acesso aos serviços de direitos básicos, com casas feitas de materiais precários, em locais sem garantia de saneamento básico e com restrições diversas de mobilidade.

Apesar de aparentemente o centro da cidade continuar tendo o chamado crescimento econômico, carros mais tecnológicos, prédios cada vez maiores e chiques, as praças, orlas e outros espaços requalificados, obras e obras que visam a modernização, esses “avanços” não alcançam os sujeitos das favelas. Seja por seus habitantes não terem acesso a esses espaços, ou por sua locomoção muito limitada, ou antes, ainda continuam com o cenário de vulnerabilidade social e econômica inalterados. A favela continua acorrentada e impedida do seu direito de ser cidadã plena. Sem oportunidades de emprego, dificilmente é possível imaginar uma renda capaz de sustentar dignamente a família.

Tal cenário inevitavelmente continua por produzir sentimentos de ódio, medo, desespero e incentivo à violência aos seus habitantes, como parte dos versos da música expõe. A partir do momento em que o sujeito não tem acesso aos serviços básicos de direito, ele está fadado ao adoecimento, e à morte precoce.

Para o hipócrita e fantasiosamente “cidadão de bem”, esses sujeitos marginalizados são taxados como bandidos, criminosos e indesejáveis. E por outro lado, esses sujeitos marginalizados são os que sofrem com as ausências por parte Estado, quando este produz ausências e negligenciam o cuidado, a proteção, ao contrário do que deveria ser, conforme afirma a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 3º:

“Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.” (BRASIL, 1988, p. 1)

A letra da música também denuncia a manifestação da rede do tráfico de drogas, enquanto poder paralelo à Constituição Federal. A rede do tráfico aparenta ter se presentificado cada vez mais nas favelas, e em todos os outros espaços sociais, no entanto, é para as favelas que os holofotes carregados de sentimentos e ações de abominação, “justiça”, vingança e de destruição, estão apontados predominantemente. A rede do tráfico de drogas precisa ser desarticulada em todos os territórios, de modo estrutural e estratégico.

Comumente o corpo preto da favela, já visto preconceituosamente como suspeito, criminoso, sem valor, é “confundido”, como mostram diversas notícias; são alvos, em alguns (muitos) casos são assassinados enquanto tinham em mãos apenas guarda-chuva, tripé de instrumento musical, celular, ou bastando apenas serem jovens ou uma família dentro de um carro passeando pela cidade, fuzilados. O sangue é derramado diariamente e essas vidas ceifadas nessas “confusões” não se recuperam, ao contrário, produzem mais terror, sofrimento psicológico irreparável às famílias, entre tantas outras possíveis misérias incalculáveis em quantidade e complexidade. Ainda acaba tendo como efeito, o fortalecimento de algo que deveria ser trabalhado para ser extinto, a própria rede do tráfico de drogas, que tem relação direta com o “crime organizado”.

Importante pontuar que se considerarmos que criminosos de grande poder são também os que socialmente estão em lugares de privilégio econômico e político, então logicamente, esses não estão habitando as favelas. Provavelmente esses criminosos habitam as mansões luxuosas em bairros nobres das cidades, e até mesmo em locais fora do país, exercendo grande influência na dinâmica social, sem serem atingidos pela força repressiva a qual é direcionada às favelas, e quando atingidos, por seu status, poder, e ainda, quando são considerados privilegiados por sua branquitude, acabam tendo, por parte do Estado e da sociedade, tratamento diferenciado do jovem preto favelado.

Não é novidade a possibilidade de um investimento alternativo no enfrentamento à essa situação problemática. Investir em Segurança Pública pode ser um caminho para continuar apostando estrategicamente na desarticulação do “crime organizado”, a partir do concomitante investimento e articulação dos órgãos relacionados à Segurança, Saúde Pública,


Educação, Direito, Assistência Social, dentre outros. Isso, pensando na proteção das vidas dos sujeitos, na sua reestruturação para integração social digna, que talvez nunca tenha ocorrido, promoção e garantias de direitos para que o sujeito possa se tornar cidadão. Tudo isso integra o papel fundamental do Estado. A “guerra às drogas” dentro da lógica unicamente proibicionista, tem sucesso apenas no extermínio e encarceramento da população preta social e economicamente vulnerável.

Segundo o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), por meio do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN), com dados de 2020, referentes aos períodos de julho a dezembro, divulgou que o segundo maior índice (29,91%) das incidências penais, está relacionado às drogas. Em primeiro lugar, seriam os crimes contra o patrimônio. E ainda conforme o DEPEN, mais de 667 mil pessoas estavam encarceradas no Brasil naquele período. O país prende muito, mas não produz efetivamente medidas de reestruturação social que minimizem significativamente e desarticulem as causas que levam à reincidência de crimes relacionados às drogas, entre outros.

Conforme dados do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESEC), em 2017, as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo gastaram R\$5,2 bilhões, valor equivalente a um ano de auxílio emergencial de R\$600, para 728 mil famílias. Esse valor ainda seria suficiente, segundo a pesquisa, para pagar 108 milhões de doses de vacina contra COVID-19, suficiente para imunizar 85% das populações de ambos estados juntos. Dentre outras possíveis aplicações, percebe-se como o alto investimento do país na “guerra às drogas”, também não parece ter um retorno social efetivo esperado. É preciso viabilizar e potencializar também outras alternativas.

A Constituição Federal em seu artigo 6º afirma: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988, p. 2). Enquanto o Estado não for capaz de produzir efetivamente conforme seu dever constitucional de garantir os direitos sociais, a rede do tráfico de drogas vai continuar se mantendo ativa, captando e decapitando as pessoas.

As crianças, adolescentes e jovens precisam de perspectivas e projetos de vida que possam garantir a proteção do desenvolvimento pleno das suas infâncias e juventudes, com as garantias básicas estabelecidas no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), bem como no Estatuto da Juventude (2013). As pessoas, principalmente as que vivem em situação de vulnerabilidade, precisam urgentemente poder caminhar, metafórica e literalmente, sem serem perseguidas pelo sentimento de medo e de insegurança, de terem suas vidas ceifadas por serem “confundidas”, sendo alvejadas e exterminadas. Parem de nos matar!



REFERÊNCIAS E PROVOCAÇÕES DA INTELIGÊNCIA

ALMEIDA, S. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2019.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. Lei N.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1990.

BRASIL. Lei 12.852 de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE, 2013. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm. Acesso em 17 de novembro de 2021.

BUONO, R. & GUIMARÃES, H. O custo da guerra às drogas. Piauí, 2021. Disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/o-custo-da-guerra-as-drogas/>. Acesso em 17 de novembro de 2021.

CARVALHO, J. Conheça a história da 1ª favela do Rio, criada há quase 120 anos, 2015. Disponível em <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/rio-450-anos/noticia/2015/01/conheca-historia-da-1-favela-do-rio-criada-ha-quase-120-anos.html>. Acesso em 17 de novembro de 2021.

CENTRO DE ESTUDOS DE SEGURANÇA E CIDADANIA. Drogas: Quanto Custa Proibir, c2019. Quem somos. Disponível em: <https://drogas-quantocustaproibir.com.br/>. Acesso em 17 de novembro de 2021.

CENTRO DE ESTUDOS DE SEGURANÇA E CIDADANIA. Um tiro no pé. Impactos da proibição das drogas no orçamento do sistema de justiça criminal do Rio de Janeiro e São Paulo. Disponível em https://cesecseguranca.com.br/wp-content/uploads/2021/03/Um-Tiro-no-Pe_relatorio-completo.pdf. Acesso em 17 de novembro de 2021.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. SISDEPEN: Quantidade de Incidências por Tipo Penal, 2020. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMTdiMDc0MGMtNWl5My00Mj-c3LWE5OWItMGZhMTBlMzg3MGM4IiwidCI6ImViMDkwNDIwLT-Q0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9.>> Acesso em 17 de novembro de 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, c2021. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/>>. Acesso em 17 de novembro de 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Análise das Políticas Públicas sobre Drogas no Orçamento Federal – 2005 a 2019. IPEA; FBSP, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/pubpreliminar/210510_analise_das_politicas_publicas_sobre_drogras_no_orcamento_federa_2005_a_2019.pdf> Acesso em 08 de dezembro de 2021.

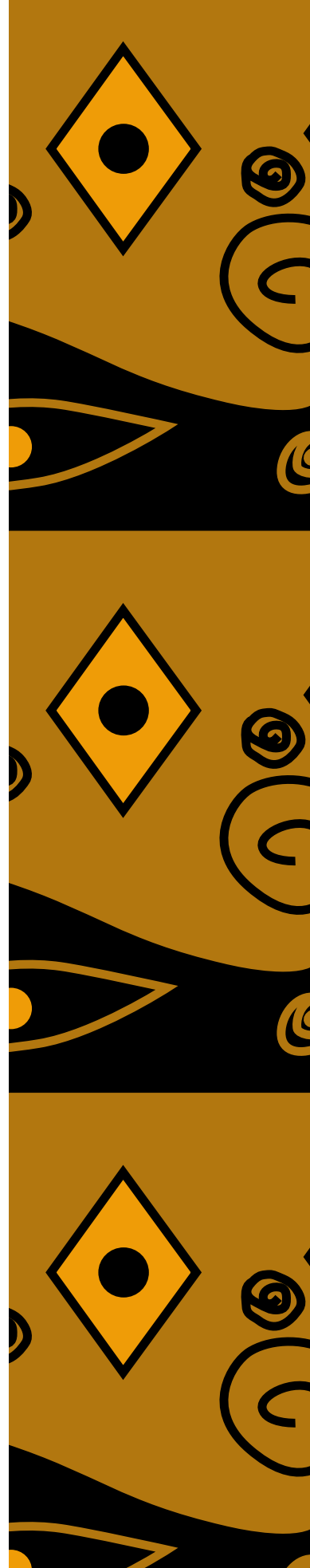
JUCÁ, B. Doze militares são denunciados por fuzilamento de músico e catador no Rio. El País, 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/11/politica/1557530968_201479.html. Acesso em 17 de novembro de 2021.

MOURA, C. PM confunde guarda-chuva com fuzil e mata garçom no Rio, afirmam testemunhas. El País, 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/19/politica/1537367458_048104.html> Acesso em 10 de novembro de 2021

PEZZA, C. A Cultura do Medo. Jornal do Tocantins, 2013. Disponível em <<https://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/opiniao/tend%C3%A2ncias-e-ideias-1.456291/a-cultura-do-medo-1.963126>> Acesso em 17 de novembro de 2021.

PUTTI, A. Gasto com ‘guerra às drogas’ em SP e RJ compraria 108 milhões de vacinas contra a Covid-19. Carta Capital, 2021. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/gasto-com-guerra-as-drogas-em-sp-e-rj-compraria-108-milhoes-de-vacinas-contr-a-covid-19/>>. Acesso em 17 de novembro de 2021.

CAPÍTULO 10 . “É TIRO?” - O IMPACTO DA GUERRA ÀS DROGAS PARA AS INFÂNCIAS, ADOLESCÊNCIAS E JUVENTUDES: RELATO DE EXPERIÊNCIA NOS TERRITÓRIOS DE ATUAÇÃO DO PROJETO AXÉ





[ENCRUZA 3]

Educando(a)

11

BRINCADEIRA COMO FORMA
DE ENFRENTAMENTO ÀS
VULNERABILIDADES E
VULNERAÇÕES DA RUA:
BREVES RELATOS DA
ATUAÇÃO COM PRÁTICAS
ARTEDUCATIVAS

Rodrigo Caldas Pereira

Naiara Lima Souza

*É preciso procurar um estado de infância
para que a vida seja mais brincante*

(Renato Nogueira)

Este capítulo pretende discutir o brincar na rua como uma estratégia de proteção e garantia do direito à infância digna para crianças expostas a vulnerabilidades e vulnerações inerentes à situação de rua. Para isso serão utilizadas referências bibliográficas e experienciais, tendo a brincadeira como produção cultural das crianças. Nosso texto é composto por esta introdução e cinco diários de campo, instrumento de registro do trabalho que nós da Educação de Rua do Projeto Axé utilizamos como espaço de reflexão crítica sobre os acontecimentos do dia a dia. Nesses diários traremos histórias que elucidam o papel protetivo, lúdico e encantador que a brincadeira traz no cotidiano do nosso trabalho. São frutos dos atendimentos às pessoas em situação de rua na área da Pituba, um bairro de classe média de Salvador, que tem intensa movimentação de pessoas na rua e tradição de donativos ligados à caridade católica, e, do outro lado, histórica concentração de pessoas esmolando e/ou vendendo diversos artigos de baixo custo, como jornais, balas, panos, dentre outros. Cabe destacar que todos os nomes utilizados no decorrer do texto são fictícios de modo a preservar os sujeitos com os quais trabalhamos.

Como vamos tratar de diversas cenas de exploração do trabalho infantil, é importante ressaltar que o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990) garante que crianças e adolescentes dispõem de todos os direitos fundamentais essenciais à pessoa humana, e todas as oportunidades e facilidades, para o seu desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, sendo estas em condições de liberdade e de dignidade. Tendo por direito à liberdade compreendido pelos aspectos de ir, vir e estar nos espaços públicos e comunitários; opinião e expressão; culto e crença religiosa; brincar, praticar esportes e divertir-se.

Então, como parte da comunidade e da sociedade que tem por dever assegurar a efetivação de tais direitos, por meio desta escrivência (EVARISTO, 2008; 2018), relataremos as nossas práticas educativas

brincantes que constituem também uma prática política de atuação para a garantia de direito e proteção, especificamente, às crianças e aos adolescentes em situação de rua, buscando atenuar os efeitos deletérios dessa situação.

As crianças e os adolescente que acompanhamos estão constantemente sofrendo vulnerações que afetam diretamente o seu desenvolvimento, tais como: exploração do trabalho infantil, a exposição intensa ao sol, insegurança alimentar, violência urbana, moradia precarizada, dentre outros. Renato Nogueira (2019) nos chama atenção, para dizer que a confiança que uma criança constrói no mundo, depende de suas relações familiares e de não estar exposta a riscos de vulnerabilidade emocional e social. Sendo assim, entendemos que com as práticas arteducativas do brincar na rua e com as interações propiciadas em cada brincadeira, é possível que estas crianças e adolescentes construam memórias, que promovam o fortalecimento da identidade e das relações com seus familiares e amigos. Assim, nossas atividades arteducativas se contrapõem à exposição dessas crianças em situação de rua, lugar em que boa parte de sua infância é marcada pelo racismo e pelas desigualdades sociais.

Como o patrono da educação brasileira, Paulo Freire, nos ensina em *Pedagogia da Autonomia* (1996), é importante ao educador(a) saber, além do conteúdo que está ensinando e “em favor de quê” ele serve; é fundamental saber “contra o quê” esse conhecimento se posiciona. Nós da Educação de Rua do Projeto Axé educamos a favor do fortalecimento dos laços familiares e contra a institucionalização leviana e precipitada de crianças e adolescentes. Educamos em favor da liberdade e contra o racismo e a miséria. Educamos em favor do amor e contra a barbárie da banalização da vida humana. Enfim, educamos em favor do direito de brincar e contra a exploração do trabalho infantil.

DIÁRIO I

Dia: 23 **Mês:** Fevereiro **Ano:** 2021

Área: Pituba **Turno:** Manhã **Educadores(as):** Naiara Lima e Rodrigo Caldas

Um carrinho chamado desejo!

Senti saudade de Ayo¹, apesar de não desejar que ela esteja em contexto de rua, tenho sentido falta dela bem como de suas irmãs, pois sei que as condições dessa saída não foram as mais coerentes. Escrevo este diário pensando nela e no quanto fico maravilhada com a sua existência. Gostaria muito que ela pudesse ler e compreender cada palavra dita aqui, mas sei que isso está longe de acontecer, tendo em vista que ainda não sabe decodificar as letras/palavras escritas no papel. Contudo, Ayo lê o mundo. Sobretudo o seu mundo, com um encantamento surpreendente. Dona de uma sagacidade única e genial, seu tamanho se expande com tanta generosidade.

O arquivo do meu celular trouxe à lembrança da primeira vez que brincamos com o carrinho *Axé in Itinere* (Arteducação em movimento), após as investidas de paquera pedagógica. Lembro-me bem daquele dia, seus olhinhos cheios de curiosidade para saber o que sairia daquele carrinho. E não deu outra, tivemos uma manhã encantadora de descobertas. Ela estava bem ansiosa para brincar com tudo que tinha à disposição. Será que ela lembra da nossa tentativa de fazer telefone com linha e copinho de *yakult*? Não deu muito certo, mas assumimos o compromisso de seguir testando outras formas, com outros materiais. E o pega varetas? Foram muito desafiadoras as tentativas de pegar as varetinhas que estavam espalhadas pela calçada. Ainda naquela manhã, às margens dos carros que paravam na sinaleira, usamos nossa imaginação e criatividade para desenhar. Dona Simone logo disse: “o desenho mais bonito é o de minha filha!”

Enquanto a gente brincava junto a Praça Belo Horizonte, Ayo me fez uma pergunta: “Pobre existe?” Demorei cinco segundos para responder essa pergunta, que atravessou minhas entranhas, e lembrei da fala de uma amiga em determinada ocasião, que não me recordo agora: “Ninguém

1. Nome usado tanto para meninas quanto meninos, de origem iorubá, da Nigéria. Significa “alegria”, “felicidade”.

pode ser criança quando se é pobre”. Talvez eu não pudesse te responder essa pergunta com toda explicação que ela exige. O que poderia te dizer? Como eu, enquanto arteducadora, poderia negar a existência de algo que grita diante dos nossos olhos? Então eu disse que sim, que existe gente pobre de alegria, de dinheiro, de amor, de inteligência. E inusitadamente você retrucou: “Eu não sou pobre não, pobre é o diabo!”

A hora de ir estava chegando e Ayo expressava com gestos e palavras o quanto desejava que nós continuássemos brincando. “Oh, Ayo! Nós também desejamos ficar, vamos fazer um acordo? A gente volta durante a semana e aí podemos brincar novamente, pode ser?” E com isso estabelecemos nossa relação com acordos possíveis.

A constância e disponibilidade para a relação é certamente uma vantagem de nossa estratégia de trabalho. Mais tempo, não pude ficar. Amanhã, estaremos lá.

DIÁRIO II

Dia: 20 **Mês:** Novembro **Ano:** 2020

Área: Pituba **Turno:** Tarde **Educadores:** Naiara Lima e Rodrigo Caldas

Estamos aqui lembrando da atividade arteducativa que fizemos ontem na Praça Marconi com o Axébuzu: exibimos o filme *Se a Rua Beale Falasse* (2018), que retrata as dificuldades que um casal preto americano tem para viver o amor que um sente pelo outro numa sociedade altamente desigual, violenta, racista e encarceradora. Como é difícil manter a ternura nessas condições, mas é possível, certamente. Foi o que contou Isaac, 17 anos, “Mesmo entre uma coisa e outra pra fazer, eu procuro ter meu tempo pra ficar com minha nega”.

Nós testemunhamos várias expressões de carinho, dedicação, companheirismo de casais que atendemos nas ruas. Frequentemente, é verdade, os gestos de amor aparecem em meio a palavras e gestos que nos soam violentos, por vezes monolíticos, ásperos, beirando a rudeza. Entretanto, o amor é evidente.

Começamos o dia de hoje, então, ainda na atmosfera do dia de ontem, que terminou um pouco melancólico porque, apesar de que a nossa ideia era tratar do amor a partir do romance do casal protagonista, nossa discussão acabou se estendendo sobre as dificuldades dos protagonistas, a saber, a sociedade altamente racista. O filme ainda trata de injustiça e violência policial, e a maior parte dos meninos tem memórias trágicas com a polícia e se puseram a falar sobre isso, histórias realmente revoltantes e escabrosas. Começamos o dia de trabalho, então, ainda sentindo resquícios da brutalidade dessas histórias.

Ainda pela manhã, ao nos sentarmos na praça Marconi, distinguimos a voz de Gilberto Gil vinda de uma banca de revistas cantando, “A felicidade do negro é uma felicidade guerreira”. Neste momento, se aproximou de nós, Larissa, oito anos, a quem estamos paquerando pedagogicamente há algumas semanas, em meio a sua rotina de trabalho (esmola e venda de doces) que lhe dá pouca trégua. Ela estava fazendo uma apresentação

de malabarismo na sinaleira e pedindo esmola. Suas irmãs e sua mãe não estavam por perto no momento, mas já havíamos nos encontrado com seus familiares mais cedo. Larissa parou um pouco para descansar e foi ao nosso encontro nos bancos da praça, nos cumprimentou e sentou ao nosso lado. Dissemos que o filme que passamos ontem tinha sido para os adolescentes e familiares, mas que a gente escolheria um outro filme bom para ver com ela e as crianças mais novas. Ela nos respondeu “Ah, tio, também ontem não iria rolar pra mim, foi dia bom pra tirar dinheiro aqui, tive que ficar na função”. Mesmo tendo ciência da condição de miséria a que pessoas são submetidas e também conhecendo algo sobre a incidência da exploração do trabalho infantil em Salvador, é sempre chocante ouvir isso de uma criança. Como uma criança de oito anos já vê seu tempo todo esquadrinhado com atividades que serão rentáveis para o seu próprio sustento e de seus familiares? “Triste Bahia, oh, quão dessemelhante!”, como diria Caetano.

Falamos um pouco sobre a atividade, mas quando a conversa morreu, Larissa, viu um taxista conhecido seu que havia acabado de sacar o seu Auxílio Emergencial e estava radiante e agradecido aos governantes. Larissa ficou absolutamente indignada, “600 reais é muito é pouco! eles têm muito mais [dinheiro] lá dentro!”, disse: “com 20 reais hoje a pessoa só sai do mercado com um pacote de arroz e uma calabresa”. Larissa está coberta de razão e pelo que vemos, ela ocupa a função de gestão econômica em sua família. Outro dia ela estava brincando com a gente e se aproximou dela um homem para oferecer esmola: uma salada de frutas. Ela aceitou, mas pediu que o homem lhe desse dinheiro, que era do que precisava. O rapaz perguntou para quê, ao que ela respondeu imediatamente que era para comprar fraldas para sua irmã.

A sua mãe, dona Lauriana, de 26 anos, temos paquerado pedagogicamente também; embora com ela tenhamos uma vantagem: ela já conhece o trabalho do Projeto Axé e parece confiar na gente. Em suma, sua situação é a seguinte: “mãe solo” (seu companheiro e pai de suas três filhas está preso), mora numa casa concedida pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, que fica afastada do centro da cidade (e das oportunidades de trabalho), está desempregada e o Bolsa Família não é suficiente para o sustento da família. Está dormindo na rua há mais de um mês, pois seu telhado desabou por conta de uma forte chuva e ela não tem mais

onde ficar, nem dinheiro para reparar. Situação complicada e os diálogos com os órgãos públicos que cuidam dessa problemática têm sido difíceis porque nos registros oficiais, “ela já foi contemplada com uma casa, além de ter acesso ao Bolsa Família”. Assim, a saída que a família achou foi a esmola.

Ainda nesta tarde, aproveitando a presença de Larissa, tiramos o pandeiro do *Axé in Itinere* e começamos a tocar as batidas básicas que tínhamos passado para ela outro dia. Oferecemos para ela, que não aceitou porque estava trabalhando. Entretanto, ela ficou perto da gente, reparando em tudo. Seguimos experimentando o instrumento, cantando cantigas populares e daí outras crianças interessadas se aproximaram. Oferecemos tamborim, triângulo e alguns galhos para batuque. Larissa, que estava “meio” trabalhando, “meio” paquerando o nosso movimento, se deteve risonha perto da gente. Reparamos que ela estava errante, batucando os quatro toques básicos do pandeiro com a palma de sua mão. Oferecemos novamente e dessa vez ela aceitou, guardando sua guia num cantinho para brincar e fazer um som conosco.

Até dona Lauriana sambou com a gente! Ela se aproximou porque era a única que lembrava a cantiga do “Samba Lelê tá doente...” do início ao fim. O encantamento com a brincadeira estava estampado em sua expressão e ela até nos contou que nem sabia que se lembrava da canção, que já não cantava há anos. Notamos, também, que Larissa “se liberou” mais de suas obrigações quando sua mãe participou de nossas atividades. Seguiremos atentos e nos aproximando dessa família.

DIÁRIO III

Dia: 27 **Mês:** Setembro **Ano:** 2021

Área: Pituba **Turno:** Tarde **Educadores:** Naiara Lima e Rodrigo Caldas

Infelizmente as medidas restritivas da pandemia da COVID19 ficaram mais endurecidas, devido ao recrudescimento do contágio pelo vírus. Já tínhamos alguns dias de desencontros com as pessoas atendidas na área e o local onde fica o *Axé In Itinere* estava fechado e aí não conseguimos realizar as atividades com os materiais do carrinho.

E o dia hoje estava bastante ensolarado, mas encontramos Ayo, que antes ficava menos exposta ao sol e ao trabalho, passou a esmolar de forma mais intensa. E como todas as vezes, em cada reencontro pudemos ver e ouvir os olhares e falas de Ayo que denunciam a falta e a saudade de brincar com o carrinho. Nos restou então o diálogo. Assim que possível a gente volta a brincar com o carrinho, tá bom? Mas quem disse que Ayo ficou satisfeita?! “Todo dia vocês dizem que vão trazer o carrinho e não trazem”. Essa fala soou como uma promessa não cumprida? Os educadores do lado de cá ficaram angustiados por não poderem cumprir com a palavra, embora a decisão quanto ao fechamento tenha sido tomada pelas autoridades competentes em epidemiologia. “A gente também sente saudade de brincar com o carrinho, assim que as coisas melhorarem voltamos a brincar com ele. Mas, vamos fazer assim, que tal se a gente brincasse com as folhas, sementes, pedrinhas?”, lhe dissemos. E mais uma vez com todo encantamento, o mesmo do primeiro dia ela aceitou brincar conosco e tratou logo de incluir as irmãs mais novas e os primos na brincadeira nos momentos no qual esteve “livre”. E assim foi, brincamos com o que tinha no caminho, à sombra de uma árvore entre o cruzamento da Avenida Paulo VI.

DIÁRIO IV

Dia: 12 **Mês:** Novembro **Ano:** 2021

Área: Pituba **Turno:** Tarde **Educadores:** Naiara Lima e Rodrigo Caldas

Agora, com mais de um ano frequentando diariamente a Pituba, concluimos que a família de Dandara sintetiza alguns “tipos” de situações de rua das crianças da Pituba. Quando usamos o termo “tipos”, queremos dizer que em cada categoria há características em comum, embora haja sempre diferenças entre as crianças de cada grupo. Notamos que há 1) bebês que esmolam no colo de suas mães e pais, 2) crianças de 3 a 6 anos que esmolam sozinhas, mas sem tanto compromisso ou metas estabelecidas e finalmente 3) as crianças mais velhas, geralmente a partir de 8 anos, que estão mais voltadas ao trabalho e pouco tempo dispõem para outras atividades. Examinemos, então, essas três categorias a partir da história da família de Dandara.

Dandara tem cinco anos e nunca morou numa casa por mais de seis meses seguidos. Ela e sua família sempre moraram de aluguel. Ela “faz o corre” junto com seus pais, desde que consegue se lembrar. Quando, num dia, pedimos para que ela fizesse um esforço para se lembrar de sua memória mais antiga, ela descreveu uma cena de quando ainda era um bebê de colo, estava toda de rosa nos braços de seu pai, mas neste dia choveu tanto, mas tanto, que complicou o trabalho da esmola. O que nossa educanda lembra bem é a expressão de preocupação no rosto de seu pai tentando ver meios de sustentá-la nos braços, na vida. Ao mesmo tempo que se preocupa em protegê-la da chuva e é, certamente, nesse momento que se sente a pior pessoa do mundo por ter “falhado”, em sua cabeça. Não conseguiu proteger sua criança da “luta brava da cidade”. É possível que nossa criança, ainda mais miúda em sua memória, não antecipe todos os complexos sentimentos que correm pelo corpo do pai. Mas essa memória, apesar de ser sua lembrança mais antiga, talvez seja a imagem mais viva em sua cabeça: a expressão preocupada do rosto do pai, observada a partir do seu colo. Ele apertava com carinho aquele pequeno corpo para protegê-lo do vento, da chuva, do mundo. Essa cena Dandara descreve com detalhes. Apenas um flagelo, embora vívido.

Hoje, pelo que percebemos da convivência, seu pai não é mais tão carinhoso nos gestos. Nesse um ano de convivência que temos, as preocupações, parece que foram ganhando espaço em seu rosto, a cada dia que passou e, num dado momento, ganharam seu rosto por completo, depois o resto do corpo. O amor pela filha é presente, ao nosso ver, mas o gesto público de carinho, só restou – vivaz – na memória de nossa criança.

Nós chamamos a “família de Dandara” porque foi ela que chegou para a gente primeiro. Nós a encontramos com alguma frequência na Praça Belo Horizonte e brincamos bastante, desde o primeiro dia. Ela gosta de brincar com a gente, é muito inteligente e inventiva. Tem um talento especial para inventar novas brincadeiras (algumas bem esquisitas e com regras confusas, é bem verdade) e criar letras de canções com palavras diferentes, causando sensações desconcertantes na plateia.

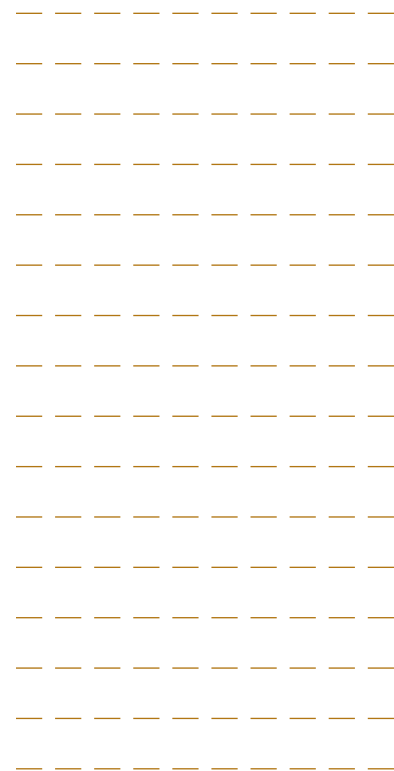
Ela tem uma irmã mais nova, Jaci (Jacira), que ainda não completou dois anos. Ela está sempre, sempre, sempre com sua mãe: no colo ou na barra da saia. E como sua mãe frequentemente está “no corre”, ela acompanha. A irmã mais nova está sempre sorrindo pra nós, brincando com alguns brinquedos nossos e sempre procurando a segurança de sua mãe para brincar e explorar os objetos que levamos no *Axé in Itinere*. Os brinquedos que levamos e as brincadeiras em si são excelentes instrumentos para o fortalecimento dos laços familiares das pessoas que atendemos. Temos a impressão que a brincadeira sobrepõe muita coisa e proporciona momentos que integram as famílias pela via do encanto.

Nessa família, há também um irmão mais velho, Julinho, que está sempre “no corre”, vendendo jujuba na sinaleira perto da praça. Quando a gente brinca, ele quase nunca pega nos brinquedos, embora sempre se aproxime, assista suas irmãs brincarem com curiosidade e interesse. Toda vez chamamos ele pra brincar, ele recusa, sempre com educação e o pacote de jujuba na mão. Um dia, no entanto, quando o convidamos, já sem muitas esperanças, para brincar conosco, sua mãe disse-lhe “Vá brincar um pouquinho, vá... com os meninos... se distrair um pouco...” e ele veio brincar com a gente. Lhe demos papel, lápis de cor, hidrocor e tinta. Ele desenhou uma chuteira linda, absoluta, numa folha enorme de cartolina. Era simplesmente *a* chuteira. Dimensionada na proporção de três vezes o tamanho normal. “Olhe, gente, o desenho de meu

CAPÍTULO 11 . BRINCADEIRA COMO FORMA DE ENFRENTAMENTO ÀS
VULNERABILIDADES E VULNERAÇÕES DA RUA: BREVES RELATOS DA
ATUAÇÃO COM PRÁTICAS ARTEDUCATIVAS

filho! Esse menino só pensa em bola... Ele tá treinando no Vitória, eu contei a vocês?! Seu “coisinho” conseguiu botar ele lá dentro, está indo toda semana”, disse sua mãe, orgulhosa. Disse que seu filho só recebia elogios da professora.

Então, na família de Dandara conseguimos localizar esses três tipos de situação de rua de crianças que apresentamos no início, sendo Dandara a criança que esmola, mas não tem tanto compromisso de renda e dispõe de tempo para brincar conosco, por exemplo. Jaci é a criança de colo que esmola sempre junto aos seus pais e Julinho é a criança mais velha que está imersa na lógica de produzir renda e compromissos adultos. Convém que pensemos em abordagens diferentes para atingir essas três situações.



DIÁRIO V

Dia: 30 **Mês:** Novembro **Ano:** 2021

Área: Pituba **Turno:** Tarde **Educadores:** Naiara Lima e Rodrigo Caldas

Estamos na última semana do mês e hoje, enquanto seguíamos olhei para o alto, despreziosamente, vi uma mulher preta de meia idade, pendurada limpando uma janela de um apartamento do 5º ou quem sabe do 7º andar na Rua Pará. Eu temi que seu corpo fraquejasse e tombasse do alto... E pensei: “Quanto vale uma vidraça lustrada?” Lembrei do dia em que Dandara desenhou um castelo com uma princesa e um príncipe e nos contou que aquele castelo era da princesa e que ela tinha vários empregados, depois contou que ela própria trabalhava para uma menina rica. Naquele momento não tive tempo suficiente para refletir sobre o que estava dizendo.

Mas hoje, enfim, com as medidas restritivas mais flexibilizadas, conseguimos resgatar o carrinho da Arteducação em movimento, o *Axé In Itinere*. Seguimos em direção à praça para encontrar as crianças. Quando nos avistou, Ayo não hesitou e veio ao nosso encontro com um enorme abraço. “Nossa! Eu estava pensando em vocês e vocês apareceram!!!” Disse ela maravilhada como se pudesse realizar um desejo com a força do pensamento. “Oxente! mas a gente não disse que ia voltar?” E na primeira oportunidade pudemos ouvir sua fala carregada de desejo, saudade e afeto: “Oh gente, pera aê! Eu tô ficando maluca ou tô vendo o carrinho?” Ela nos disse, ironicamente. Rimos por alguns segundos, pois afinal, se tínhamos alguma dúvida do quanto de desejo o carrinho, (quicá nós) carrega, já não temos mais.

REFERÊNCIAS E PROVOCAÇÕES DE INTELIGÊNCIA

BRASIL. Lei N.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1990.

EVARISTO, Conceição. Poemas da recordação e outros movimentos. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

EVARISTO, Conceição. Becos da Memória. Rio de Janeiro. Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2018.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GIL, G. Zumbi (A Felicidade Guerreira). Rio de Janeiro: Warner Music Brasil Ltda., 1984. Disponível em: <<https://open.spotify.com/track/3zD6X-6ZrD8WMUuTgnyR14W?si=3533c0054e044b94>.> Acesso em: 02 de dez. 2021.

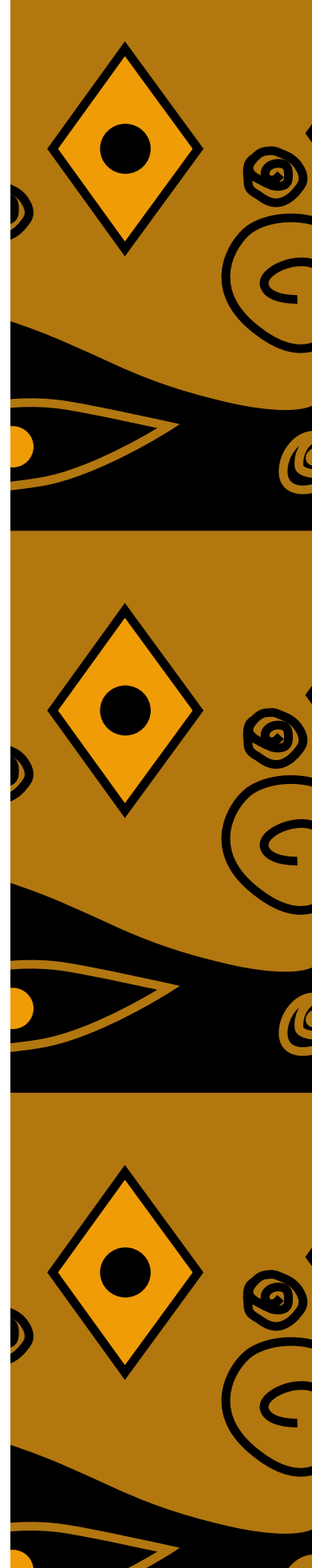
MC'S, Racionais. Mágico de Oz. São Paulo: Racionais Mc's, 1997. Disponível em: <https://open.spotify.com/track/6G6FR1CEiuwkEbp33ry-GAY?si=96ec79c782964d68&nd=1>. Acesso em: 02 de dez. 2021.

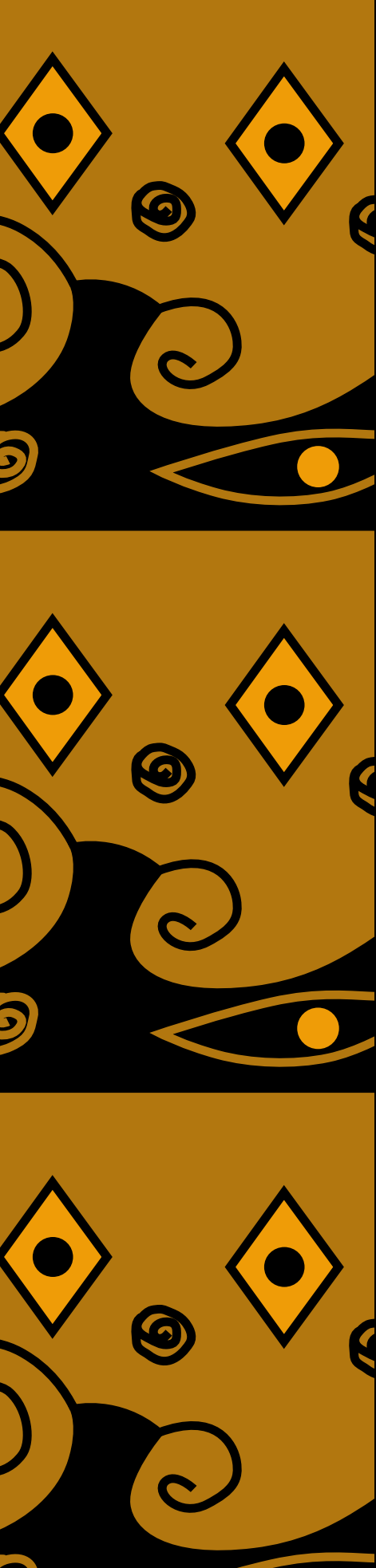
NOGUERA, R. O poder da infância: espiritualidade e política em afro-perspectiva. Momento - Diálogos em Educação, Rio Grande, v. 28, n. 1, p. 127-142, abr. 2019.

NOGUERA, R. & ALVES, L. P. Infâncias diante do racismo: teses para um bom combate. Rev. Educação e Realidade, Porto Alegre, v.44., n.2, e.88632, 2019.

SE A RUA BEALE FALASSE. Direção de Jerry Jenkins. Los Angeles: Plan B Entertainment, 2018. (119 min.).

VELOSO, C. Triste Bahia. Rio de Janeiro: Universal Music Ltda., 1972. Disponível em: <<https://open.spotify.com/track/6BdLjHFfB1qJULz76tDY-7D?si=58cff00b3eee40cd&nd=1>.> Acesso em: 02 de dez. 2021.





[ENCRUZA 3]

Educando(a)

12

MATERNIDADE E
MATERNAGEM EM
SITUAÇÃO DE RUA

Débora dos Santos de Jesus

PALAVRACORPO

Escrevo de um lugar em que vivi e senti, ainda que de outra perspectiva e condição. O que é estar na condição de situação de rua? Minha conversa parte de uma mulher, negra, que tem lucidez do lugar em que o corpo da mulher preta ocupa nessa sociedade e que vem apurando os olhares, os sentimentos, as sensações e, principalmente, as ausências nas vidas das mulheres atendidas diariamente no âmbito do trabalho da Educação de Rua do Projeto Axé.

É a ótica profissional que me permite olhar e analisar as interseccionalidades (AKOTIRENE, 2019) que atravessam essas mulheres, mas, principalmente, é o meu lugar de mulher preta, favelada, periférica e mãe solo, que me faz ter um sentimento de aproximação e empatia com essas mulheres. É preciso falar. E tem muito a ser dito.

A fome, a dor, o exercício da maternidade solo, a tristeza, a angústia e o medo da falta de alimentos para a prole. Tem ainda a solidão da mulher negra (CRUZ, 2021) e a sobrecarga do cuidado com todos que, muitas vezes, não cabe o cuidado de si. São nesses e em outros lugares onde sinto o cruzamento da minha vida pessoal, social, histórica e política com a vida dessas mulheres que fazem da rua um lugar de moradia, permanência e/ou palco principal das suas relações.

Sinto que as lágrimas dessas mulheres, muitas vezes, foram também minhas. As lágrimas da minha mãe, da minha avó e das mulheres que me antecederam. Olhar a dor e desespero das mulheres em situação de rua, especificamente, das mulheres que são mães, é refletir as minhas lágrimas também. Todas as vezes que as encontro e as vejo chorar, eu também choro. As lágrimas delas autorizam as minhas lágrimas, a minha dor, as angústias geradas, ainda que de densidades e de lugares diferentes.

A sensação que tenho é de cumprimento de uma obrigação política para além da atuação técnica, ao realizar acompanhamentos e atendimentos às mulheres que vivem em situação de rua. É um sentimento de responsabilidade pelo cuidado das pessoas, do meu povo, da minha família. Vendo o cenário da rua, as mães com suas crianças, só consigo pensar que eu poderia ser uma delas ou ainda uma dessas crianças e adoles-

centes. Contudo, acredito que sou o resultado do esforço e do cuidado das mulheres que me antecederam e me ajudam diariamente a escrever outra história. Afinal, se estamos falando de mulheres, pretas, estamos falando de um coletivo, uma comunidade, estamos falando também de mim, da minha história e de todas nós.

Vale ressaltar que os corpos de mulheres pretas, nossos corpos, são submetidos à cobrança e ao controle social de duas estruturas principais, o patriarcado e o racismo. Nesses sistemas de opressão esses corpos em questão parecem ter “funções” sociais compulsórias, que mais parecem destinos. E quando nossos corpos se reinventam por outros caminhos, quando se confrontam e rebelam-se contra essas regras sentem o peso do julgamento, do rebaixamento estrutural e sofrem a tentativa de anulamento e apagamento de sua autenticidade. Nessa perspectiva, cabe ainda falar sobre o lugar ocupado pelos corpos das mulheres pretas na estrutura social capitalista que cobra tributo pelas nossas existências. Para nós, basta existir para ter que pagar muito por isso. E em caso de dívida, relegam a nós a subalternização, a diminuição, a humilhação e a desumanização. Mas mesmo assim, resistimos, uma vez que como nos ensina Audre Lorde (2019) “Não sou livre enquanto outra mulher for prisioneira, mesmo que as correntes dela sejam diferentes das minhas” (p.132-133).

A proposta desse capítulo, dessa **palavracorpo**, é pensar e refletir sobre as condições de vida das mulheres negras e mães em situação de rua. O objetivo é fazer relações, possíveis comparações e diálogos sobre as condições de existência dessas mulheres que são vistas historicamente como “genitoras”, ou ainda, como “reprodutoras”, dentro de um olhar social e estrutural, que tem raízes profundas no racismo, principalmente, na herança do período escravagista (1535-1888), e do machismo que insiste em controlar e violar esses corpos. A essas mulheres nega-se a maternagem e a maternidade, nega-se a capacidade de gerir e cuidar de uma vida. Aqui defende-se o reconhecimento da capacidade afetiva dessas mulheres em estabelecer relações significativas e em promover cuidados diversos. Reflete-se sobre as circunstâncias nas quais possíveis maternidades e processos de maternagem ocorrem no contexto da rua.

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

A população em situação de rua vive uma segregação estrutural e conjuntural, ocupa um lugar de repúdio social, sente o peso de todos os estigmas. Os hábitos populares e de senso comum reproduzem as mais variadas imagens da população em situação de rua, disparam falácias que se propagam rapidamente, criando e reforçando preconceitos e discriminações de classe, raça, gênero, dentre outros. A Política Nacional para a População em Situação de Rua (BRASIL, 2009) define as pessoas em situação de rua como sendo um

“(…) grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.” (BRASIL, 2009, p.1).

É comum encontrar no cotidiano diferentes “opiniões” sobre a população em situação de rua. Nessa lógica, há pessoas que falam sobre, comentam e discriminam esses corpos que estão nas ruas sem nem mesmo conhecer as pluralidades de vidas e histórias desses sujeitos, sujeitas e sujeites. Isso nos faz refletir sobre outro ponto fundamental, que é o fato desses corpos de pessoas que ocupam as ruas públicas também se tornarem corpos públicos. Corpos que são invisibilizados das suas condições humanas e que ocupam a visibilidade em números estatísticos da violência, negação de direitos, negligência, desassistência e ausências de políticas públicas. Corpos que não possuem autonomia própria, que “devem” aceitar qualquer coisa, qualquer esmola, seja para comer, seja qualquer lugar para morar ou esmolar, essa última é uma das muitas possibilidades de acessar donativos que a população em situação de rua acessa. Contudo, cabe problematizar o significado dessa palavra e deste ato que envolve quem dá e quem recebe, numa relação de poder inegável. Algo que faz a pessoa em situação de rua ser tolhida em seu poder de escolha, de tomada de decisão.

Nessa perspectiva, a estrutura capitalista/racista estabelece moedas de

troca simbólicas e concretas que retroalimentam as relações de poder. A dignidade humana e a condição de ser cidadão estão, simbolicamente, associadas ao valor de mercadoria que cada pessoa passa a ter em termos de valores monetários, ou seja, “você vale o que você tem”.

MULHER, MÃE SOLO, EM SITUAÇÃO DE RUA

A maternidade como exercício de cuidado para as mulheres pretas sempre trouxe outros significados, diferentes do lugar bonito, romântico, branco e conservador, de formação de família e manutenção de lugar social e econômico.

“(…) a capacidade reprodutiva das escravas passou a ser valorizada. Nas décadas que precederam a Guerra Civil, as mulheres negras passaram a ser cada vez mais avaliadas em função de sua fertilidade (ou da falta dela): aquela com potencial para ter dez, doze, catorze ou mais filhos era cobiçada como um verdadeiro tesouro. Mas isso não significa que, como mães, as mulheres negras gozassem de uma condição mais respeitável do que a que tinham como trabalhadoras. A exaltação ideológica da maternidade – tão popular no século XIX – não se estendia às escravas. Na verdade, aos olhos de seus proprietários, elas não eram realmente mães, eram apenas instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho escrava. Elas eram “reprodutoras” – animais cujo valor monetário podia ser calculado com precisão a partir de sua capacidade de se multiplicar.” (DAVIS, 2016, p.19).

Há uma homogeneização do conceito de família, que é apresentada como única, universal e que não contempla as famílias em seus múltiplos formatos e cores. Isso colocado diante das realidades das ruas é uma discussão necessária que esperamos alcançar com o capítulo aqui proposto. Assim, fitamos apresentar as realidades de mulheres, pretas, em situação de rua, acompanhadas pela Educação de Rua do Projeto Axé no cotidiano dos atendimentos realizados *in loco*, ou seja, no chão da rua. Destaca-se o esforço aqui empreendido que se estabelece como

“uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanen-

te”, pois realiza uma atividade de aproximações sucessivas da realidade, sendo que esta apresenta “uma carga histórica” e reflete posições frente à realidade.” (MINAYO, 1994, p. 23 apud LIMA & MIOTO, 2007, p. 38).

Aqui interessa discutir uma perspectiva histórica do percurso da mulher negra na seara da família, maternidade e maternagem sem que percamos de vista os contextos que fazem o lastro da discussão aqui proposta como o da diáspora, que retrata o arrastar de corpos pretos atlântico adentro; o de escravidão, enquanto processo de se estabelecer das pessoas negras escravizadas, em especial, a mulher; e, o racismo estrutural e estruturante como contínuo.

“As mulheres negras escravizadas não eram compreendidas enquanto sujeitas humanas, tão pouco mulheres, eram animais, reprodutoras, que pariam crias para aumentar “o rebanho”, número de escravos para o trabalho, e a forma em que essa “procriação” acontecia, em muitos momentos não partiam de um ato sexual consentido. Como as mulheres negras eram mercadorias, pertencia aos seus senhores (e quem eram eles? Homens, brancos, heterossexuais, cristão e burgueses), elas podiam ter seus corpos invadido pelos seus “donos” da forma que eles queriam, assim a relação de estupro dos corpos femininos pretos era algo normal e permitido.” (DAVIS, 2018, p.36).

Nesse sentido, como afirma Angela Davis, o “estupro era uma arma de dominação, uma arma de repressão, cujo o objetivo oculto era aniquilar o desejo das escravas de resistir e, nesse processo, desmoralizar seus companheiros” (DAVIS, 2016, p. 36). E pensar a maternidade no cenário da rua é refletir sobre as possibilidades do surgimento de uma gestação na rua. Surgiu como? Através dos corpos se relacionando? Houve consentimento? Houve violência? Como gestar ou maternar com fome, com medo, com violência?

Ao observar o panorama sócio-histórico das mulheres pretas, o que decorreu e decorre nas intergerações, é explícita a naturalização da violência e animalização desses corpos. É esse caminho que vamos percorrer para entender o óbvio, que a mulher, preta, em situação de rua é um corpo animalizado e desumanizado, que sente todos os reflexos estruturais e estruturantes desse racismo que faz parte do concreto da

nossa formação nacional. As mulheres pretas de hoje, ainda que em um outro momento histórico, partilham de opressões comuns as quais suas ancestrais escravizadas vivenciaram, tornando evidente um projeto racista colonial de aniquilamento que se perpetua.

“Podemos dizer que o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam.” (ALMEIDA, 2019, p.22)

É nesse viés que caminharemos para entender o que é Maternagem, a qual grupo essa constituição de princípios e valores pertence. O olhar da romantização da maternidade (BADINTER, 1985) e seus impactos para as mulheres numa sociedade patriarcal e esses impactos interseccionais para a vida das mulheres negras, em situação de rua.

É importante ressaltar que, o “ser mãe” não é algo natural e necessário para as mulheres, pelo contrário, é um destino naturalizado e uma imposição machista e patriarcal. A maternidade não deve ser vista como boa ou ruim. É possível e não possível para quem quer e/ou aceita desenvolver e exercer esse papel social. Assim, ser mãe não deveria ser uma via única, deveria ser tudo que couber dentro das realidades e suas especificidades, não pode significar para a mulher uma parada na vida para ser mãe, mas sim ter uma vida na qual a maternidade pode ocorrer ou não.

Os papéis que são pré-definidos e compulsórios da maternidade são tão bem articulados e ornamentados que condicionam uma fiscalização por toda a sociedade. Assim, a própria sociedade aprova e desaprova, julga e não julga quem cumpre ou não os “papéis” das maternidades, sobretudo, das mães pretas, que proveem recursos materiais para subsistência própria e de seus filhos, o que não acontece em relação a paternidade, que não é algo exigido socialmente, e quando cumprido, é exaltado, elogiado e valorado positivamente.

O ponto de partida para expressar em algumas palavras e buscar descrever algumas das muitas dimensões da maternidade que acontece no espaço da rua – e se essa maternidade se relaciona com a maternagem, com os

afetos e construções de relações –, é, sobretudo, e antes de tudo, falar de uma quebra da romantização da maternidade (BADINTER, 1985). É refletir criticamente sobre essa romantização e lembrar dos instrumentos estruturais e estruturantes do racismo e patriarcado, assim como, de um lugar especificamente colonizador e conservador. Está tudo alinhado conforme uma centralidade que realça o de sempre, a permanência do controle do poder e da humanização brancocêntrica.

Notadamente essas são algumas das muitas extremidades e dimensões pouco discutidas quando se fala da mulher em situação de rua e na maternidade. É nesse lugar desumano, animalizado e desestruturado que também é cobrado um lugar exemplar e pleno de maternar. Nesse sentido, a mulher em situação de rua está imersa nas mais graves expressões da questão social (IAMAMOTO, 2008) e onde se encontra o racismo estrutural de maior densidade. É nesse lugar de abandono social, solidão da mulher negra, desassistência conjuntural/histórica/social, negação de direitos e falta de garantias mínimas de subsistência, violência doméstica e familiar no cenário da rua, tensão da fome e da pobreza, dentre as mais variáveis definições e conceitos que não dão conta de descrever as subjetividades dessas mulheres. É nesse lugar, com tudo e com a ausência de tudo, que a maternidade ainda acontece.

A seguir, serão narradas três histórias de mulheres, mães, que vivem e viveram em situação de rua com suas proles, cada uma com suas peculiaridades e singularidades. Mulheres que não terão seus nomes divulgados, mas o resumo de momentos das maternidades exercidas, bem como impedidas de exercer no espaço da rua, dentre as muitas outras facetas que encobrem as suas realidades. De modo a preservar as identidades e histórias de vida das mulheres acompanhadas pelo Projeto Axé, tomaremos como inspiração a utilização de nomes fictícios de personagens reais, mulheres aguerridas que marcaram a história, a militância e a luta do povo negro no Brasil: Dandara dos Palmares (?-1694), Luiza Mahin (possivelmente 1812-?) e Xica da Silva (1732-1796).

DANDARA DOS PALMARES

Mulher, preta e adolescente em situação de rua. Sua história nas ruas

tem um início geracional, começando pela avó, passando pela sua mãe e tendo continuidade com ela. Isso dentro do que conseguimos nos apropriar enquanto gerações de violência, negligência e situação de rua. Dandara faz acompanhamento e uso de medicação psiquiátrica que são desenvolvidos como estratégias de cuidado. A adolescente possui histórico variável de violência, dentre elas a violência e abuso sexual, tendo como um dos acusados de ser seu abusador, o companheiro da mãe. A menina ainda muito nova, no início da adolescência, passou por uma gestação, algo que foi compreendido como um dos motivos que agravou uma desordem mental nela, posto que a criança veio a óbito ainda bebê. Na segunda gestação a adolescente se encontrava com quinze anos, deu à luz a criança, sendo as duas encaminhadas para o acolhimento institucional. Na Unidade de Acolhimento, Dandara evadiu na mesma semana, posto que se encontrava sem fazer uso da medicação e sentia ainda abstinência por estar sem fazer uso das substâncias psicoativas. Assim, voltou para a rua deixando o filho na Unidade de Acolhimento.

Após alguns meses, retomou o acompanhamento psiquiátrico e uso de medicações e com o auxílio da sua mãe, a adolescente tentou retomar o contato e acesso ao filho. Esteve à procura da criança por dois anos, transitando pela cidade indo a vários lugares da Rede de Assistência. Retornou algumas vezes para a maternidade na qual a criança nasceu e para a Unidade de Acolhimento na qual deixara o menino. A aflição e desespero marcavam a sua procura pelo filho.

Quando atendida, em alguns momentos, fazia muitas perguntas sobre seu filho, por vezes perguntava se seu filho tinha sido adotado ou estava morto. Era nítido que a adolescente passava por mais uma conturbação e agravamento do transtorno mental, agora por não achar o seu segundo filho. O bebê havia sido direcionado para uma família substituta e, logo depois, encaminhado para adoção sem que ela mesma pudesse ter o direito de se pronunciar no processo de Destituição do Poder Familiar. Inclusive, esse e outros processos em desfavor dela foram movimentados e concluídos sem que ela e sua família fosse ouvida e seu histórico de vida e sua condição de saúde física e mental fossem avaliadas e acompanhadas devidamente.

LUIZA MAHIN

Luiza Mahin, mulher, preta, mãe de cinco filhos, estando sob seus cuidados e responsabilidade quatro crianças. Sua primeira gestação aconteceu ainda na adolescência e por motivos que a própria Luiza não consegue explicar, foi destituída do Poder Familiar resultando no encaminhamento de sua primeira filha para o sistema de adoção. Quando Luiza expõe essa parte da sua história demonstra muita aflição e tristeza. A jovem advém de uma relação familiar fragilizada e com rompimento de laços. Foi residente em um bairro periférico de Salvador e atualmente diz que, mesmo que a sua mãe consiga prestar alguma ajuda, ela possui restrições (rivalidade, risco de sofrer algum tipo de violência) no seu bairro de origem. Em resumo, a sua história atual é que ela é responsável por quatro crianças, sendo que apenas uma é filha de seu atual companheiro. Ela é vítima de violência doméstica. Seu companheiro além de cometer contra ela algumas das violências tipificadas na Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006) como violência física, violência psicológica, violência patrimonial e violência moral, ainda condiciona os filhos dela, enteados dele, a situação de exploração do trabalho infantil.

Ele também se apropria do benefício das crianças para fazer uso problemático de substâncias psicoativas, como ela já relatou em atendimento. A jovem apresenta muita dificuldade de compreensão e entendimento em relação a questões cotidianas. Ela não é alfabetizada e não sabe precisar o estado do tempo, como por exemplo, não sabe dizer o dia da semana, a precisão de horas marcadas no relógio, assim como não sabe precisar a própria idade e idade de seus filhos, datas de aniversário dela e das crianças. Já fez algumas tentativas de superar a situação de vulnerabilidade e vulneração, assim como, da situação de violência doméstica. Já foi institucionalizada e tem planos para alugar uma casa em separado do companheiro e passar a morar só com os filhos, porém, é notória a relação de dependência afetiva que ela estabelece com ele. Assim, entendendo a complexidade da solidão das mulheres negras que é o cruzamento do abandono social e sobrecarga social, existe muito trabalho a ser feito e potencializado em relação ao trabalho de autonomia, autoestima e conscientização dessa mulher.

XICA DA SILVA

Xica da Silva, mulher, parda, é encontrada por vezes na rua solicitando abrigo. O que foi contado por ela é que foi vítima de violência doméstica e vítima de tentativa de feminicídio, mas conseguiu fugir da casa que residia com o agressor e, até o momento, não pode mais retornar ao local. Com cicatrizes no corpo, resultado das violências que sofreu, Xica disse ser natural de outro município baiano e não possui relações familiares na cidade local. Tem dois filhos, mas não conversa sobre a possível paternidade das crianças. Em um determinado momento, quando ainda se encontrava em período gestacional da segunda criança, informou que não sabia quem poderia ser o genitor. Durante o acompanhamento de Xica da Silva foi observado o uso problemático de bebida alcoólica.

Por dois momentos pontuais e preocupantes foi realizada intervenção para que o direito de acolhimento de Xica fosse garantido. No primeiro momento ela chorava bastante, estava com uma criança com idade superior a um ano nos braços, estava em período gestacional e não sabia o tempo da gravidez. Dizia estar cansada de ficar na situação de rua com a filha, que desejava abrigo imediato e, caso não conseguisse, cometeria homicídio, findando a vida da filha, pois, diante da sua sensação de desespero, preferia ver a criança sem vida a vê-la com fome. A intervenção junto a um dispositivo que atua frente ao acolhimento, regulação e abrigo foi feita com bastante dificuldade e resistência por parte da equipe da instituição que compõe a Rede de Assistência. A alegação de não abrigo de Xica da Silva foi pelo motivo que a mãe estava sem a documentação da filha, sendo assim, não poderia provar que a criança seria dela e, diante de um protocolo que deve ser cumprido para a conclusão de abrigo, Xica se encontrava inapta para o acolhimento institucional¹. No segundo momento em que Xica da Silva foi encontrada e atendida ocorreu a mesma situação e negação de abrigo. Dessa vez ela já estava com duas crianças, uma de dois anos e outra de seis meses. O abrigo também foi negado pelo mesmo dispositivo que compõe a Rede de Assistência, sob a mesma alegação. Xica não estava com a documentação da criança mais nova, de seis meses, portanto não poderia ser abrigada.

1. A equipe de Educação de Rua tentou encaminhar Xica para regularizar a documentação dos filhos, mas a dificuldade de acesso à ela dificultou o processo. A equipe a referenciou no Conselho Tutelar o que resultou em seu acolhimento institucional depois da intervenção e acompanhamento da equipe. Contudo, isso não foi suficiente para o acolhimento no segundo momento.

INQUIETAÇÕES PERENES

As situações de vida das três mulheres relatadas neste capítulo destacam muitas questões sociais, históricas e ausência de recursos de subsistência. São mulheres que estão dentro de um cenário racializado, de ausência econômica e com histórico de abandono e sem referência familiar. Vale ressaltar que nos atendimentos que aconteceram na rua – ainda que em períodos de tempo que se demonstraram insuficientes para a realização de uma investigação social, histórica e geracional –, nota-se, a partir dos relatos, que se trata de uma reprodução de ciclos geracionais de violência e desamparo.

Através das análises das situações dessas mulheres e das suas angústias, entende-se que a maternagem se faz presente na realidade delas, sendo possível o cuidado e a provisão da proteção das suas crianças, ainda que reconhecidas as dimensões dos riscos e complexidades da vida na rua. Tratam-se de mulheres que exercem uma maternidade solo, sem qualquer suporte dos genitores das crianças e sem nenhum laço e suporte familiar. Além disso, a sensação diante do acompanhamento e assistência dessas mulheres é que a prática de acompanhamento da Rede de Assistência, proteção e superação das vulnerabilidades não têm sido suficientes para reverter as realidades de vida delas.

Quem são essas mulheres, de onde elas vem e o que entrelaçam as suas vidas nos direciona para alguns diagnósticos da complexidade estrutural racial e do sexismo. É nesse viés que podemos entender que aqui não se esgota a discussão e não se contempla as muitas facetas das vidas das mulheres, mães, solo, em situação de rua, mas, como nos diz Lélia Gonzalez “enquanto mulher negra, sentimos a necessidade de aprofundar nessa reflexão, ao invés de continuarmos na reprodução e repetição dos modelos que nos eram oferecidos pelo esforço da investigação das ciências sociais” (GONZALEZ, 1984, p. 225).

Outro ponto a destacar é a análise da prática das frentes de dispositivos que devem trazer uma atuação especializada. Falar de especialização é dizer de uma atuação sensível e entendida de um lugar de relação macro social e racial. O que foi interpretado nos acompanhamentos, tanto da Rede da Infância e Juventude em relação às determinações judiciais,

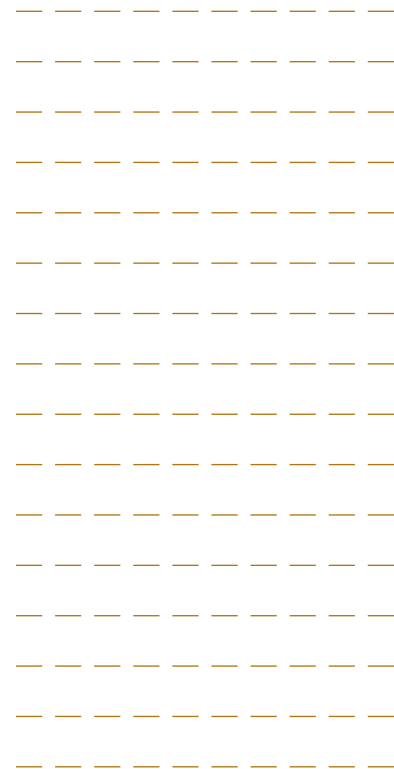
como da Rede de Assistência é que existe um posicionamento que individualiza e culpabiliza essas mulheres que são “mães” e não exercem a sua maternagem na rua, ignorando todos os impactos a elas acometidos, já mencionados aqui.

A evidência é que essa relação de mulheres, pretas, em situação de rua – tendo negados os seus direitos essenciais e fundamentais, ao passo que são cobradas de exercer um papel social romantizado da maternidade e maternagem –, é a reprodução e continuidade da realidade das mulheres que foram escravizadas, porém, com atuações e violências em outros formatos. As mulheres negras escravizadas não possuíam controle sobre suas vidas, seus corpos e suas escolhas, eram tratadas como animais que poderiam ter seus filhos retirados a qualquer momento, o que faz relação com uma legislação e atuação jurídica atual que sentença a retirada compulsória dos filhos dessas mulheres sem que uma investigação real e concreta seja feita, nada mais é, que o reflexo de um período escravagista.

“Uma vez que as escravas eram classificadas como “reprodutoras”, e não como mães, suas crianças poderiam ser vendidas e enviadas para longe, como bezerros separados das vacas. Um ano após a interrupção do tráfico de populações africanas, um tribunal da Carolina do Sul decidiu que as escravas não tinham nenhum direito legal sobre suas filhas e filhos. Assim, de acordo com essa medida, as crianças poderiam ser vendidas e separadas das mães em qualquer idade, porque “crianças escravas [...] estão no mesmo nível de outros animais.” (DAVIS, 2016, p. 19).

A tentativa de dar ponto de seguimento a essas análises, olhares e sensações aqui discorridas que aconteceram *in loco*, nos becos, vielas e encruzilhadas da rua é dizer que a vida dessas três mulheres são casos que representam, infelizmente, um número significativo de situações complexas de mulheres em situação de rua, seja em Salvador, seja no Brasil, porque não dizer? Vale ainda destacar que cada realidade da pessoa em situação de rua é uma vida com suas peculiaridades, diferente do que muito se lê, ouve, principalmente, nos noticiários, onde diferentes situações de vida são generalizadas, homogeneizadas e resumidas a uma única realidade parcial.

Cada uma dessas vidas possui em comum a presença, permanente ou intermitente, na rua, porém, há de se ter em vista que cada situação e contexto de vida desses sujeitos possui sua história, tempo e momento, sobretudo, para superar as próprias vulnerabilidades. Falar da população em situação de rua, da mulher e sua maternidade na rua é dialogar com as relações de vidas cruzadas respeitando e entendendo as individualidades de cada uma delas. Que a partilha dessa palavracôrpo possa contribuir para o processo fundamental de interrupção dos silêncios ensurdecadores do racismo, do patriarcado e do capitalismo, que possa provocar e projetar nossas inteligências, nossos corpos e nossas afetividades para frente, nos caminhos da humanidade, dignidade e cidadania.



REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. Interseccionalidade. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

ALMEIDA, S. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2019.

BADINTER, E. Um amor conquistado: o mito do amor materno. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BRASIL. Lei no 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2006. Disponível em: <<http://goo.gl/mRc75T>>.

BRASIL. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009 – instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua e o seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento. Brasília, DF, 2009.

CRUZ, M. R. da. Solidão da mulher negra: Uma história de invisibilidade afetiva. *Journal of Gender and Interdisciplinarity*, v. 2, n. 02, 2021.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. Boitempo Editorial, 2016.

DAVIS, Angela. A liberdade é uma luta constante. Boitempo Editorial, 2018.

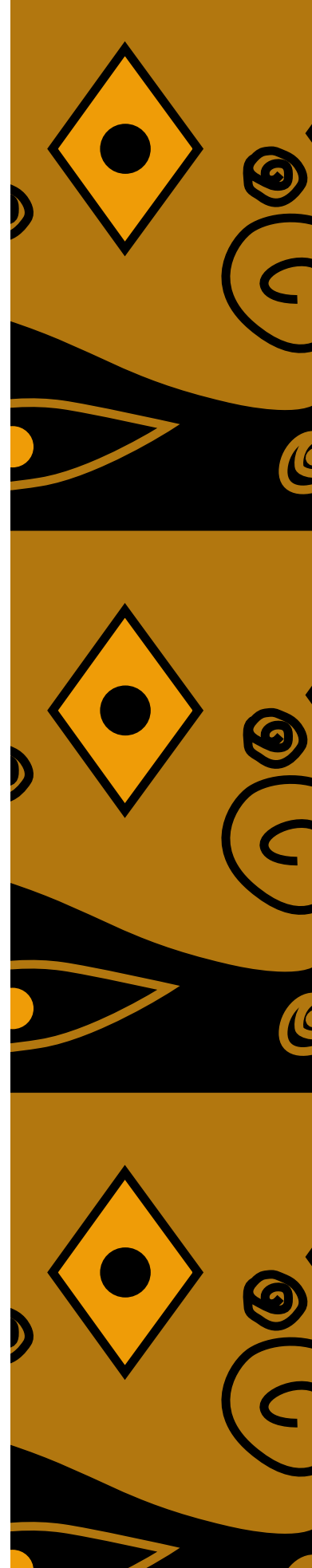
GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, São Paulo: Anpocs, 1984.

IAMAMOTO, M. V. Mundialização do capital, “questão social” e Serviço Social no Brasil. *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, n. 21, p. 117-140, 2008.

LIMA, T. C. S. de & MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. Revista Katálysis, v. 10, p. 37-45, 2007.

LORDE, A. Sister outsider: essays and speeches. Crossing Press, 2007.

MINAYO, M. C. C. O desafio do conhecimento. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1994.





[ENCRUZA 3]

Educando(a)

13

COLORINDO A RUA:
A VISIBILIZAÇÃO DAS
QUESTÕES DE GÊNERO
E SEXUALIDADES NO
TRABALHO DA EDUCAÇÃO
DE RUA

Luisa Lopes Cardoso Lacerda

Bruno Santos-Cerqueira

Lucas Vezedek

*(...) e quando falamos nós temos medo
nossas palavras não serão ouvidas nem bem vindas
mas quando estamos em silêncio
nós ainda temos medo
então é melhor falar
tendo em mente que não esperavam que sobrevivêssemos.*

(Audre Lorde)

INTRODUÇÃO

Colorir... verbo transitivo, necessário. Aqui, não como quem tem a qualidade de indispensável, mas de quem necessita de complemento, de quem sozinho não se estabelece com sentido. O ato de colorir, o que quer que seja, implica em conferir, ‘cobrir com’, dar cores e matizes. Assim, quanto mais cores presentes no processo de colorimento, mais diverso, multicolorido e harmônico ficará, a partir do desejo de quem o faz.

É partindo do ato de vontade, do desejo de “colorir”, que o capítulo aqui proposto pretende evidenciar, a partir das cartografias realizadas nas áreas de atendimento do Pelourinho e Pituba, aspectos da metodologia de atuação da Educação de Rua do Projeto Axé. Trata-se de um esforço de visibilizar questões da LGBTIA+fobia junto às crianças, adolescentes, jovens e seus familiares em situação de rua. Além disso, essa produção ainda tem o desejo de reafirmar o compromisso político-pedagógico construtor e fortalecedor de liberdades, dissidências e pluralidades sexuais e de gênero, na via de colaborar para o fortalecimento da produção de políticas públicas efetivas de cuidado compartilhado que atendam às necessidades das/os/es sujeitas/os/es em contextos de risco e vulnerabilidade social.

BALAIO DAS LETRAS: LINGUAGEM, DISPUTA

Antes de adentrarmos a fundo nas discussões que compõem o escopo deste capítulo, pretendemos fazer rasuras na sigla LGBTIA+, ao mesmo

tempo em que optamos pelo emprego desta ao invés do uso da tão (re)conhecida sigla, “LGBTQIA+”, que nomeia o movimento social de defesa das diversidades sexuais e de gênero, reunindo através de cada representação alfabética, o movimento de defesa e promoção de direitos específicos, sobretudo, humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais e de todas as demais possibilidades de orientações sexuais e gêneros ainda não nominados nas relações humanas, representados pelo sinal gráfico de “+”.

Entendemos ser fundamental colorir a escolha pelo uso da sigla LGBTIA+, uma vez que a decisão aqui defendida foi tomada como um ato de reconhecimento e de pertença a uma educação popular e social aproximada das populações em situação de vulnerabilidade extrema atendidas pelo Projeto Axé. Nesse sentido, por acreditarmos que o termo QUEER não se configura como uma identidade de gênero e sexualidade, sua utilização pode nos fazer incorrer no erro de invisibilizar as especificidades das/os/es Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros e Intersexos. Dessa forma, o termo QUEER, apesar de ainda ser comumente utilizado em variadas circunstâncias que respondem ou categorizam a população LGBTIA+, como dito, não nos parece adequado. Ademais, fazemos a aposta de que, na realidade brasileira, o sinal “+” pode evidenciar as demais possibilidades de dissidências de sexualidades e gêneros ainda não identificadas/desveladas frente à cisheteronormatividade.

Sobre essa discussão, destacamos algumas especificidades e resultados da pesquisa “Cartografias dos desejos e direitos: mapeamento, contagem, estimativa e caracterização da população em situação de rua na cidade de Salvador” realizada pelo Projeto Axé em 2016 e 2017, em parceria com o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) e o Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia (IPS/UFBA). A Etapa 1 da referida pesquisa teve o objetivo de realizar o mapeamento, contagem e estimativa da população em situação de rua (CARVALHO, SANTANA & VEZEDEK, 2017) e para tanto, se utilizou de um método observacional, com especificações próprias desenvolvidas e validadas pelo Projeto Axé (Intimidade do Olhar e Perambular com Inteligência)¹, visando a construção de uma estimativa da população pesquisada através do método de Captura e Recaptura (GOLD, Wibert, Bondartsova, Biroscak & Post, 2015).

1. Para mais detalhes consultar o Sumário Executivo da Etapa 1 da pesquisa.

Cabe destacar que um diferencial da pesquisa Cartografias dos Desejos e Direitos foi a consideração da variável “Gênero”, ao invés da variável “Sexo” comumente utilizada nas pesquisas dessa natureza e que se limitam as dimensões binárias de sexo/gênero, analisadas, inclusive, como sinônimos (feminino e masculino). Outras três variáveis foram investigadas no estudo: Cor/Raça, Idade (grupo geracional) e situação de rua observada. O Projeto Axé, nessa oportunidade, tomou a decisão política de incluir a variável “Gênero” nessa etapa de mapeamento e contagem, mesmo assumindo as limitações que surgiriam considerando a adoção de um método observacional. Dessa forma, justificou a adoção do termo “Queer” como uma forma possível, ainda que limitada e problematizável, de incluir e visibilizar “todas as possibilidades de corporalidades, abjeções, de dissidências e dos devires de gênero, sexualidade de pessoas que não se identificam/correspondem à matriz binária/heteronormativa e que (...) se encontram em situação de rua.” (CARVALHO, SANTANA & VEZEDEK, 2017, p. 8).

Assim sendo, o termo/sigla, “Queer” foi utilizado para identificar a população caracterizada/identificada através do método observacional como integrando o público LGBTIA+

“(...) foram utilizadas as categorias homem, mulher e Queer. Esta é uma palavra de língua inglesa usada para abarcar pessoas que não seguem o padrão da heterossexualidade e/ou do binarismo de gênero (feminino e masculino), a exemplo das travestis. O termo é usado para representar lésbicas, gays, bissexuais e também pessoas transgênero e/ou transexuais. Considerando que tanto as questões de gênero quanto de sexualidade partem do pressuposto da auto identificação, o que, de antemão, inviabiliza tratar tais temas a partir de uma metodologia observacional, é importante dizer que Queer não é uma categoria identitária, nem de gênero” (CARVALHO, SANTANA & VEZEDEK, 2017, p. 8).

Como já mencionado, a categoria em discussão não responde enquanto instrumento identitário e nem de gênero para classificação, isto mais uma vez reforçado pelo entendimento da referida pesquisa, além de demais estudos quanto aos gêneros e sexualidades. Apesar de termos aqui posições que convergem quanto ao lugar do termo, importa que digamos que se tratando de outras narrativas, o termo é utilizado de

acordo com a sua propriedade polissêmica e adesão aos contextos socio-políticos e culturais.

Ainda com base nas contribuições da pesquisa Cartografias dos Desejos e Direitos, outro fato merece destaque, sendo este o *pressuposto da auto identificação* para classificação dos gêneros, no caso das pessoas LGBTIA+ mapeadas e contadas no estudo. Isso considerando três aspectos: a dificuldade intrínseca à metodologia de tipo observacional e método de captura e recaptura; o interesse ético e político de visibilizar a existência de pessoas LGBTIA+ nas ruas; e, por último, o não interesse, a partir do dado produzido pelo estudo, de definir os gêneros dos sujeitos numa perspectiva de heteroidentificação/alteridentificação.

Dito isto, importa para este capítulo destacar os resultados apontados pela referida pesquisa a partir da metodologia observacional e suas especificidades já mencionadas, tendo assim, registrado as presenças de 216 pessoas em situação de rua, referidas como parte da população LGBTIA+, denominadas “Queer” no estudo, ou seja, sujeitos com dissidências de gênero, a partir apenas do que foi percebido em suas performatividades e expressões plurais de sexualidades e gêneros quando do ato de observação, a olho nu.

Ainda que pese a subnotificação, podemos afirmar que, com o método observacional, o quantitativo de 216 pessoas referidas como população LGBTIA+, justificaram-se a partir das performatividades dissidentes de gênero. Podemos elencar pelo menos duas hipóteses para tal fato: a primeira é que a LGBTIA+fobia e o apagamento das existências plurais também comprometem a condição de quem observa, o que nos indica a necessidade de formação continuada das/os/es pesquisadoras/os/es, entendendo que é um compromisso ético-político aprofundar as discussões sobre LGBTIA+, rompendo com as práticas universais de invisibilização; a segunda hipótese é que a heterossexualidade “vestia” a maioria das pessoas observadas, ou seja, a dissidência se apresenta como condição primeira da leitura de gênero e sexualidades nos olhos das/os/es pesquisadoras/os/es. Diante disso, podemos fazer a seguinte questão: se foi possível apenas através da observação identificar performatividades dissidentes e expressões plurais de sexualidades das pessoas em situação de rua, fica assim expresso que, além das/os pesquisadoras/es, outras pessoas nos espaços das ruas poderiam fazer o mesmo, ou seja,

perceber tais diferenças, ou melhor dizendo, dissidências?

Respondemos que sim. Isso só é possível, primeiro, pelo fato das performatividades dissidentes e pluralidades sexuais e de gênero fugirem à regra da heterossexualidade compulsória, visto que desde muito cedo, ela é ensinada e antes até esperada desde a gestação das sujeitas/os/es. Aqui está implicada a dimensão da já referida cisheteronormatividade, um processo complexo e estrutural de construção de sujeitos compulsoriamente heterossexuais, no qual a heterossexualidade é naturalizada como uma norma social (Butler, 2018). Dessa forma, todas as demais pluralidades de expressões sexuais e de gênero ganham o contorno e rótulo de “anormais”.

Consequentemente, é através desse olhar míope, mais precisamente, LGBTIA+fóbico da sociedade que violências históricas e políticas como agressões psicológicas, verbais e físicas desde a infância e presentes em todas as fases da vida humana, quando não ceifada em seu desenvolvimento, tem sido a tônica na vida das pessoas LGBTIA+, a exemplo do Brasil, um dos países com o maior número de registros de crimes letais contra esse público (MICHELS, 2019), sendo que podemos imaginar o quanto esse cenário pode ser ainda mais aterrorizante se considerarmos as realidades de vida de LGBTIA+ nos diferentes contextos da rua. E assim, a cisheteronormatividade vai justificando a LGBTIA+fobia a partir de um princípio de desumanização que marginaliza, constrange, ofende, ameaça, agride e, por vezes, mata lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros, intersexuais, assexuais e outros/as/es.

A RUA EM CORES: ARTEDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO DE RUA

A rua é esse espaço social complexo que ao mesmo tempo que comporta a produção de vida, relações, temporalidades, espacialidade, também pode ser território de vulnerabilidades, riscos e distintas violências. Uma vez que a população em situação de rua tem como principal característica a heterogeneidade (BRASIL, 2009), é fundamental destacar o reconhecimento do gênero e da sexualidade como sendo uma dessas faces da heterogeneidade, bem como a ratificação da LGBTIA+fobia como sendo um dos fatores de produção da situação de rua. Esses avanços podem ser

observados na Resolução Conjunta de Nº 01 de 15 de dezembro de 2016, produzida pelos Conselho Nacional de Assistência – CNAS e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, que conceitua as crianças e adolescentes em situação de rua como sendo

“(…) sujeitos em desenvolvimento com direitos violados, que utilizam logradouros públicos, áreas degradadas como espaço de moradia ou sobrevivência, de forma permanente e/ou intermitente, em situação de vulnerabilidade e/ou risco pessoal e social pelo rompimento ou fragilidade do cuidado e dos vínculos familiares e comunitários, prioritariamente situação de pobreza e/ou pobreza extrema, dificuldade de acesso e/ou permanência nas políticas públicas, sendo caracterizados por sua heterogeneidade, como gênero, orientação sexual, identidade de gênero, diversidade étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, de nacionalidade, de posição política, deficiência, entre outros”. (BRASIL, 2016, p. 1).

Para tanto, aqui interessa acentuar os fatores que são associados, de acordo com a Resolução Conjunta nº 01, a produção da situação de rua de crianças e adolescentes como o trabalho infantil; a mendicância; a violência sexual; o consumo de álcool e outras drogas; a violência intrafamiliar, institucional ou urbana; a ameaça de morte, sofrimento ou transtorno mental; a **LGBTIA+fobia, racismo, sexismo e misoginia**; o cumprimento de medidas socioeducativas ou medidas de proteção de acolhimento; e, o encarceramento dos pais (BRASIL, 2016). Nessa perspectiva, “tais características podem, facilmente, ser relacionadas também aos motivos de ida para rua da população adulta em situação de rua, explicitando mais pontos de aproximação do que pontos de distanciamento em termos geracionais.” (SANTANA & VEZEDEK, 2020, p. 118).

Isto exposto, temos expressa a partir daqui a importância de colorir com a visibilização de pessoas LGBTIA+, seja o trabalho de observação e cartografia dos modos de vida, seja a construção do atendimento de demandas dessas sujeitas/os/es. Nessa perspectiva, avançamos no entendimento de que quando nós, arteducadoras, observamos nas ruas as performatividades de gênero e sexualidades dissidentes, as corporeidades que divergem dos padrões normativos no que se refere ao gênero e as sexualidades, significa que similarmente os olhos da estrutura

opressora cisheteronormativa, que dita vigilâncias e punições para a sua manutenção, também as identificam, e estão com suas armas em punho apontadas para a condição de moldá-las, violentá-las e/ou matá-las.

Vale colorir também, isto é, afirmar categoricamente, que as performatividades dissidentes de gêneros e sexualidades aqui referenciadas, posicionam-se como uma afronta às normas estruturantes que ditam signos de feminilidade e masculinidade para todas as pessoas. As dissidências são um jeito de se comunicar com o mundo a partir das pluralidades de expressões humanas. Contudo, na estrutura social vigente, são alocadas no rol da estranheza e da repulsa social, pois destoam das expectativas de gênero e sexualidade alicerçadas na binaridade, em que homens e mulheres devem rigorosamente cumprir comportamentos da cisheteronormatividade, mímicas coloniais, expressões corporais, maneiras de ser, pensar e agir, que favorecem, sobretudo, a dominação dos homens sobre as mulheres.

Destaca-se que tais dissidências não se referem a fenômenos como os de homens heterossexuais que se “vestem de mulher” em um dia, a exemplo do carnaval, ou a ridicularização feita às sujeitas/os/es LGBTIA+ com fantasias e caricaturas em determinados contextos

“A sexualidade de Marilúcia sempre foi uma incógnita, embora parecesse tão escancarada. Ninguém, nem as amigas, conheceram uma única namorada dela. Ela nem falava de amores-mulheres, que eu me lembre. Era só aquele jeito de se vestir para se comunicar com o mundo, como esse pessoal que tatua vastas extensões do corpo.” (SILVA, 1967, p. 75).

Para as pessoas com performatividade e também sexualidades dissidentes, opressões se somam, fazendo com que sejam atravessadas por LGBTIA+fobias desde ofensas verbais, agressões físicas até a própria morte, sem que, necessariamente, estejam acompanhadas/es por uma pessoa com quem constrói relação afetivo sexual, seja em qualquer espaço que estejam presentes, como por exemplo, na relação com as instituições família, escolas, o mundo do trabalho e as ruas.

“Ela tinha família, trabalhava, embora fosse para ela mais difícil arrumar trabalho. Era a “sapatão” do bairro, se vestia como menino. Quando passava pelo ponto final do ônibus, cobradores

e motoristas cantavam o hit do Chacrinha, sucesso da época: Maria sapatão, sapatão, sapatão, de dia é Maria, de noite é João.” (SILVA, 1967, p.74).

O fato é que tais sujeitas/os/es, observadas e registradas nos instrumentos de trabalho da Educação de Rua como parte das comunidades LGBTIA+, por suas performatividades de gêneros e sexualidades dissidentes, não necessariamente se reconhecem enquanto lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais, travestis e intersexos, mas, factualmente, suas performatividades abrem a possibilidade de serem lidas socialmente com estas identidades. Se assim lidas, ainda que pelas lentes dos estigmas reducionistas opressores, seus corpos serão alvos das LGBTIA+fobias, afinal, não se espera a autodeclaração das sujeitas para condicioná-las às políticas de morte.

São exemplos de casos como os que descrevemos, o de Luana Barbosa, mulher preta lésbica, assassinada por policiais em Ribeirão Preto, no estado de São Paulo (WARKEN, 2021); o de Milene Pereira de Sousa, também mulher preta lésbica, que teve seu joelho fraturado por um homem quando tentava usar o banheiro feminino de um bar na cidade de Tauá, no Ceará (CETRONE, 2021); o de Dandara, mulher vítima de transfobia também no estado Ceará, na cidade de Trairi (BENEVIDES, 2018); e o dos irmãos gêmeos baianos vítimas de homofobia, espancados até a morte de um deles por serem vistos caminhando abraçados na praia em Camaçari, Bahia (LOPES, 2012). Considerando a realidade atual de tipo cisheteronormativa, machista, LGBTIA+fóbica, quando se tratando das pessoas LGBTIA+ podemos entender que os trânsitos destas no mundo são considerados incompatíveis, e portanto, elimináveis.

No processo de trabalho da Educação de Rua do Projeto Axé contabilizamos de modo aproximado os corpos em situação de rua que são alvos destas opressões, aproximadamente, não no sentido de estimar, mas de estar presente no espaço e tempo através da Paquera Pedagógica². Em verdade, só saberemos como se auto determinam as/os/es sujeitas/os/es observadas/os/es a partir dos nossos encontros e reencontros nas ruas, na tessitura das relações, construção de laços e desenvolvimento dos atendimentos e acompanhamentos. Dessa maneira, ensejando as demais etapas do trabalho, o Namoro Pedagógico³ e o Aconchego Pedagógico⁴.

2. Momento em que, através do olhar entrecruzado, um e outro, educando(a) e educador(a), percebem-se com suas presenças nos espaços divididos e também conflituos das ruas. Para mais detalhes sobre o método de trabalho da Educação de Rua ver Capítulo 1 – Educação de Rua, Arteducação e Projeto Axé: Relatos de uma Prática Cotidiana.

Somente assim, seremos tocadas e poderemos tocar essa dimensão importante das existências humanas e que é de nosso dever e competência reconhecer para legitimar e construir o cuidado para e com cada um e uma, a partir do seu complexo e histórico lugar social. Quando sabidas sobre como se reconhecem, de pronto este aspecto da identidade das sujeitas acompanhadas será contemplado nos nossos instrumentos fidedignamente, especificando a sua sexualidade e gênero. Nesse sentido, temos aqui validada a importância da Paquera, Namoro e Aconchego Pedagógicos tecidos nas ruas e nas relações como método de trabalho.

NAS ENCRUZILHADAS DA ARTE EDUCAÇÃO: NARRANDO ENCONTROS, COLORINDO VIAS

Uma vez expostos os argumentos do ato-dever de colorir tomado como “ação-limite” para as “situações-limites” LGBTIA+fóbicas no trabalho da Educação de Rua, como afirma Freire (1987), cada sujeita/o/e, a partir de sua experiência e propriedade desta, pode através de criatividade, esperança e, sobretudo, criticidade, construir ações-limites para a superação dos desafios postos pela realidade. Em suma, as situações limites que se configuram como obstáculos a princípio intransponíveis, ou insuperáveis.

Assim sendo, apresentaremos, a seguir, as narrativas de encontros que acreditamos que contribuirão para o desvelamento e anunciação de alguns dos lugares para onde somos convocados(as) a reconhecer e intervir nas demandas sociais e educativas, no que se refere às questões de gêneros e sexualidades existentes na situação de rua e que se apresentam no percurso do ofício de Educador(a) de Rua. Refletiremos as elaborações epistemológicas provocadas pelos casos, e assim, pretendemos fazer andanças lado a lado com quem nos lê, nas avenidas, vielas e encruzilhadas, visando aproximá-las/los do nosso cotidiano relacional. Propomos assim uma imersão com profundidade, contribuindo para a visibilidade das questões e nos enfrentamentos às LGBTIA+fobias.

Os Encontros são fundamentados na oposição à homogeneização das sujeitas/os/es em situação de rua e a tendência a uma "familiaridade" que pressupõe e impõe o vir a ser, que antecipa as sujeitas/os/es, as relações

3. Consiste necessariamente numa troca, num intercâmbio de informações, no diálogo, na “aproximação dos corpos” através do toque possível das mãos que se encontram na saudação, do abraço festejante do encontro, do cuidado. Nessa etapa, o laço está fortalecido pela confiança construída através de um processo de presença e encontro diários. Ver Capítulo 1.

4. Aconchegar pedagogicamente é, no Axé e a partir do desejo do(a) educando (a), o acontecimento de sua inserção numa das unidades arteducativas onde são apresentadas as linguagens artísticas. Na rua, essa dimensão ganha contornos inscritos nas ações de acompanhamento, encaminhamentos e demais atendimentos necessários à manutenção da vida e das relações das sujeitas/os/es com a sociedade em geral. Ver Capítulo 1.

e questões que se apresentam a partir delas. Estes também pretendem a compreensão das especificidades e pluralidades de cada sujeita/o/e, e acontecem construtivamente para o cuidado com estas que são também marcadas pela invisibilidade, negligências e solidões (COSTA, 1991).

Serão compartilhados aqui três encontros com a população em situação de rua, sujeitas/os/es LGBTIA+, crianças, familiares e cuidadoras(es), que apresentam questões relacionadas aos gêneros e sexualidades no decorrer do desenvolvimento do trabalho. As narrativas foram extraídas dos registros do trabalho da Educação de Rua de 2021, onde foram aglutinados dados diversos e estratégicos para o atendimento da população em situação de rua. São fragmentos oriundos dos instrumentos – relatórios mensais e escutas – com as alterações inerentes ao sigilo das/os/es sujeitas/os/es acompanhadas/os/es.

Plantar uma semente é ativar os mistérios do universo

Possibilitar, hermosos encuentros

Encontros são feitos de vento

Então, fique atento, porque pode ser sutil

(Encontros – Dandara Manoela)

ENCONTRO 1: A INSTITUIÇÃO FAMÍLIA E A TAREFA IMPOSTA DE TORNÁ-LO UM “MENINO DE VERDADE”

Na realização de uma oficina arteducativa com as crianças, numa encruzilhada no bairro da Pituba, sob o sombreado de um prédio, carros passavam à margem da calçada. Estávamos na companhia de *Jean*, criança em situação de rua. Logo após a orientação e distribuição dos materiais para a *atividade*, sentado sobre o papelão disposto no chão, *Jean* posicionou a parte superior do corpo, inclinando-a para frente e debruçando-se com sua bunda erguida, uma posição que pareceu mais confortável para desenhar, e, assim, iniciou a sua arte. Ainda nos seus primeiros rabiscos no papel, o *Elton*, um adulto/cuidador de referência, de forma impositiva disse ao menino para sentar-se de outro jeito, pois, aquela não era uma posição de homem. Em seguida, enquanto *Jean*

coloria, sua tia, *Bitá*, uma mãe também acompanhada pela Educação de Rua, chamou-o atenção quanto ao uso da cor rosa no desenho, com uma evidente estranheza e recusa, a tia buscou regular o menino para o uso das ditas “*cores dos meninos*”.

Ainda nesta ocasião percebemos *Audre*, sujeita lésbica acompanhada pela equipe, reproduzindo LGBTIA+fobias com os seus sobrinhos, *Lúcio Danilo*, *Jean* e *Micael*. *Audre* insistiu em chamar, *Lúcio de Lúcia*, ainda o garoto reafirmando algumas vezes o seu nome de registro. *Audre* o “pirraçava”. O feito indicava que era ruim, por exemplo, tornar-se *Lúcia*. Também com *Jean*, chamou-o de *Jeaninha*, ato acompanhado de risos, como quem fazia chacota. Com *Micael*, em uma situação quando uma moça o pintava dizendo fazer referências às pinturas corporais indígenas, ela disse enfática, interrogando-a retoricamente: “*Está querendo tirar meu sobrinho de viado, é? Deixa Marcos ver isso...*”. Fazendo assim alusão a possível repreensão que faria o pai do garoto. De imediato *Audre* limpou o rosto da criança.

ENCONTRO 2: A INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO FORMAL É UMA DEMANDA URGENTE DAS LGBTIA+ EM SITUAÇÃO DE RUA!

O mês foi frutífero quanto ao fortalecimento da relação com *Audre*, 21 anos, em situação de rua. Trata-se de uma jovem preta e lésbica com uma performatividade de gênero dissidente, acompanhada pela equipe. O progresso na paquera se deu partindo da sua busca por regularizar suas documentações (Título de Eleitoral, Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e Carteira de Trabalho) para dar entrada nos benefícios socioassistenciais de seu direito e “adiantar o corre de trampo”. Para isso, foram necessários sucessivos encontros com a mesma, nos quais observamos o exponencial desenvolvimento da confiança na relação com a equipe.

Audre passou a compartilhar mais sobre sua história de vida, suas vivências na relação com outra mulher, sobre a família, a ligação que outrora vivenciou com a rede do tráfico de drogas, e recorrentemente vêm sinalizando com mais ênfase o desejo de ocupar espaços antes não vivenciados, como o do mundo do trabalho formal.

Encontramos *Audre* em uma praça na Pituba para darmos continuidade ao acompanhamento as suas demandas de documentação. Era uma tarde ensolarada e nos olhamos ainda longe uma das outras. A sua maneira de olhar fez parecer que estava contente com o nosso reencontro, já tinha alguns dias em que não nos víamos na área. Logo após os primeiros cumprimentos, fomos nos sentar em um banco na praça, e no entremeio dos diálogos pedagógicos, enquanto a gente fotografava os documentos necessários a partir da demanda, perguntamos como haviam sido os últimos dias dela. *Audre* respondeu de pronto “Foram tensos” em decorrência da proximidade do fim do mês e a latente necessidade de levantar uma grana para pagar o aluguel. Disse também que retornaria para a rua com esse objetivo, visto que está desempregada e sem perspectiva de um emprego formal, restando apenas o trabalho de esmolar. Contou que está preocupada e com medo, pois não deseja retornar ao trabalho na rede do tráfico de drogas, mas que esta parece ser a única porta que se abre, uma oportunidade condicionada.

Na ocasião, *Audre* rememorou o tempo de trabalho na rede do tráfico de drogas e fez referência às ameaças de morte vividas, na relação com a polícia e as facções rivais, e que por pouco não precisou amputar as pernas. Mostrou-me três marcas de tiros nas pernas e disse “Eu já fui grande no tráfico lá, mas não quero mais isso pra mim não”. Contou para nós que já esteve encarcerada por três vezes, duas nas Comunidades de Atendimento Socioeducativo (CASES) e uma na penitenciária, lugares onde vivenciou momentos de demasiado sofrimento.

Entre as narrativas das violências vividas nas instituições citadas, contou ter sido impedida de ter visitas e realizar ligações aos familiares. Em contraponto à solidão e fragilização dos laços impostas pela instituição total, lembrou do acolhimento de uma assistente social de um Programa da rede de proteção e também da sua companheira *Ochy*, com quem tem cinco anos de relação e que não a abandonou. Sempre que possível mandava mantimentos e lhe fazia visitas.

Após uma pausa silente, *Audre* retomou a questão do trabalho, agora dizendo que *Ochy*, com quem vive, trabalha no bairro como manicure, mas que tem sido cada vez menos requisitada por clientes e que isso impactou negativamente a renda mensal conjunta. Trouxe ainda, que o principal motivo da busca por regularizar as suas documentações, tem

relação com a inserção no mundo do trabalho formal e que “A vida está difícil”, mas que sempre que pode, contribui com a família, principalmente, com as/os sobrinhas/os.

Audre falou que sabe que será uma jornada árdua a inserção no mundo do trabalho formal, sobretudo, por ser quem é. Parecia se referir a aspectos da sua identidade forjada por toda uma história de vida marginalizada, complexa e coletiva, sua e de outras/os/es como ela que são tidas como abjetas/os. Reconheceu questões relacionadas a sua escolaridade, tendo sido expulsa da escola desde o ensino fundamental, e da pobreza extrema em que vive, mas ressaltou que está desejosa de se fazer por outro caminho no que diz respeito, em especial, a este âmbito da vida.

ENCONTRO 3: RECONHECIMENTO E REPRESENTATIVIDADE COMO PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Encontramos com *Luana* em companhia de sua mãe, *Elisa*, nas encruzilhadas do Pelourinho. *Luana* é uma jovem negra e lésbica que foi educanda do Projeto Axé quando criança e adolescente. Hoje, junto com sua mãe, participa dos movimentos sociais que estão na luta por direitos da População em Situação de Rua. Nós educadoras/es, acabávamos de sair de uma reunião em um equipamento da rede de proteção, que pensa as especificidades das LGBTIA+ do Estado, e na ocasião, estávamos em três educadoras/es parte das comunidades LGBTIA+, duas mulheres, sendo uma lésbica e outra bissexual e um homem gay.

Caminhávamos, nós educadoras/es, a mãe e a filha, em direções contrárias, portanto, estávamos de frente umas para as outras quando nos vimos, trocamos olhares e cumprimentos e fomos nos encaminhando para um canto onde poderíamos trocar algumas ideias antes de seguirmos as andanças. Ali, em um determinado momento dos diálogos pedagógicos que tecemos, *Luana* fez referência ao Projeto Axé como uma organização que acolhe sujeitas/os/es LGBTIA+, não apenas como educandas/os, mas também em seu corpo de trabalhadoras/es e que, para ela, isso sempre foi um aspecto importante para o laço que se estabeleceu e que perpetua. Contou que era e é sobre poder se ver, se reconhecer, sentir-se acolhida e respeitada.

Também nos disse que está na correria atrás de um trabalho e que recentemente organizou o currículo e imprimiu alguns para distribuir. Perguntou para nós se o Projeto Axé estava em busca de trabalhadoras ou se havia um banco de currículos em que ela pudesse incluir o dela. Antes de nos despedirmos, depois de algum tempo em que já tínhamos sinalizado uma das unidades como um local para realizar a entrega do currículo, caso demorasse a nos encontrar nas ruas, *Luana* disse que se sentiria especialmente mais segura e com confiança se entregasse diretamente a um dos educadores(as), parte das comunidades LGBTIA+ como ela, e com quem faz relação de longas datas. Nos despedimos com boas aspirações para o dia que seguia e com votos de um reencontro com o máximo de brevidade.

ANDANÇAS TEÓRICAS E ENCONTROS FACTUAIS: TEORIA E PRÁTICA COMO INSTRUMENTOS DE ANÁLISE E CONSTRUÇÃO DE CUIDADOS NAS RELAÇÕES

No primeiro encontro, temos como afirmativa que, “quando a educação não é libertadora” (FREIRE, 1987) a reprodução das opressões são ainda mais presentes nas relações sociais. As atitudes – enquadramentos nas normativas de gênero – de Elton, Bitá e Audre na relação com as crianças da família, reforçaram para elas que as dissidências de gêneros e/ou as expressões plurais de sexualidade, figuram ações de quem são o que não se deve/pode ser e/ou ao que não se deve/pode pertencer, às comunidades de LGBTIA+. Outra questão também está em para onde e a quem os familiares e demais pessoas direcionam a LGBTIA+fobia. No caso, não à toa, as reproduções são direcionadas às crianças, que na relação com os adultos e familiares estão em uma condição subordinada, de subalternidade nas relações de poder. As crianças são entendidas como moldáveis, e, portanto, submetidas a regramentos da binaridade de gênero e heterossexualidade compulsória no interior da instituição família, que dita um dever ser normativo.

“Na medida em que crescemos, começamos a ser criados/educados e violentados para nos comportar como meninos ou como meninas “de verdade”. Caso não sigamos as normas começamos a sofrer violências verbais e/ou físicas. Ou seja,

a violência sofrida por aqueles que não seguem as normas comprova que a norma não é natural e normal.” (COLLING & NOGUEIRA, 2019, p. 12)

A binaridade busca excluir/expurgar qualquer identidade que construa dissidências às normas da cisheterossexualidade compulsória. A reprodução das opressões reconhecidas no encontro, estavam todas relacionadas à não resposta às expectativas de gênero, o que de certo modo, diremos de imediato, ditava a sexualidade das crianças, transformadas, a partir da leitura dos familiares, em “crianças viadas”, muito antes de se auto determinarem na via de se reconhecerem ou mesmo de aferir sobre suas sexualidades tendo por parâmetro o exercício concreto das mesmas.

As expectativas de gênero também definem cores para meninos e para meninas, posicionamento este reforçado por Damares Alves, ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, ao dizer “meninos vestem azul e meninas vestem rosa”, afirmação veiculada em várias matérias em 2019 (REVISTA FÓRUM, 2019). Entretanto, ao consultarmos a história, descobriremos que as cores rosa e azul nem sempre seguiram tal tendência, sendo uma imposição dos tempos atuais como um reforço às opressões de gêneros e sexualidades.

Segundo a escritora e professora norte-americana, autora do livro “Rosa e Azul: diferenciando meninos e meninas nos Estados Unidos”, Jo B. Paoletti, retratado numa matéria do El País Brasil (HANCOCK, 2014), até a Segunda Guerra Mundial usavam-se muito os tons pastéis para os bebês em substituição ao branco. Ademais, ainda na matéria, a teórica incrementa que, “(...) naquela época o rosa era a cor dos meninos, por ser “mais decidido e forte”, ao passo que as meninas deviam vestir azul, “mais delicado e amável”. (...) o rosa estava associado ao vermelho, a cor do sangue e do vigor” (HANCOCK, 2014, p.1).

Tais eventos e as observações, assim como estudos empreendidos, nos mobilizaram a refletir e desejar saber, em especial, sobre como foi a socialização de *Audre*, jovem lésbica e com uma performatividade de gênero dissidente, que faz parte de uma família com seis irmãos homens cisgênero, inserida em uma sociedade estruturalmente LGBTIA+fóbica, porém que exteriorizava em suas atitudes reproduções de opressões do tipo. Reforçaram a busca outro fato em que ouvimos *Bento*, irmão de

Audre, se referir à mesma como "roçona". Como mais um desdobramento também observamos que no caso de *Micael*, uma das crianças, vítima da LGBTIA+fobia, *Marcos*, pai da criança e irmão de *Audre*, apareceu como alguém que reprovaria o filho com pinturas.

No posicionamento de *Elton* pudemos perceber que o enquadramento objetivado em "conformar a postura para uma equivalente à de homens", tratou-se de uma opressão resultado da estrutura social sexista, binária e cisheteronormativa, que regula as expressões corpóreas e atribui sentidos sexualizados distantes da espontaneidade das expressões plurais das crianças. As expectativas de performatividade de gênero, definem inclusive as posições sexuais no ato sexual, quais são próprias aos homens e as mulheres, e determinantemente a "bunda erguida", como se posicionou *Jean*, jamais deve estar para os homens heterossexuais seja em qualquer contexto.

"Nesse jogo disciplinar e de controle que produz o sujeito pedagógico, das políticas da sexualidade, contidas por uma lógica que nega o devir humano, as crianças pequenas eram/são convidadas a ocupar desde o seu nascimento, quiçá antes disso, um lugar fixo e determinante no enquadramento de gêneros (...) A própria condição resulta de uma condição cultural sobre os sexos, em que se determinam suas atribuições, lugares, performances, possibilidades e desigualdades. Ainda na infância eu descobri que se fazia necessário ocupar um lugar identitário nos limites do gênero e aprender bravamente a me posicionar e a defender esse lugar como questão de honra e até mesmo de sobrevivência." (RODRIGUES, 2021, p.95).

Aqui importa dizer, que ainda tendo elas, as questões de gênero e sexualidades que reconhecemos, se desveladas no espaço das relações familiares, isto não apaga o entendimento do fundamental direito à família e da importância de laços familiares fortalecidos e saudáveis para a condição especial de desenvolvimento, seja da criança, que detém o foco principal das políticas e atenção, seja para seus familiares, pessoas de direitos. A família que defendemos está localizada em uma arena de disputas, em que são apresentadas pluralidades de modos de ser que subvertem e são contrários "às normas sexuais e de gênero que eles mesmos aprenderam dolorosamente, através de um sistema educativo e social que castigava qualquer forma de dissidência com ameaça, intimidação e até a morte"

(PRECIADO, 2020. P. 72).

“O que é preciso defender é o direito de todo corpo - independentemente de sua idade, de seus órgãos sexuais ou genitais, de seus fluidos reprodutivos e de seus órgãos gestacionais - à autodeterminação de gênero e sexual. O direito de todo corpo de não ser educado para transformar-se exclusivamente em força de trabalho ou força de reprodução. É preciso defender o direito das crianças, de todas as crianças, de serem consideradas como subjetividades políticas irreduzíveis a uma identidade de gênero, de sexo ou de raça.” (PRECIADO, 2020, p.73).

Assim, na relação com as famílias, as LGBTIA+fobias, reconhecidas como tecnologias de normatização de gêneros e sexualidades, inscrevem-se em demandas para o trabalho dos Arteducadores de Rua. Desta maneira, buscamos nos encontros contribuir para abertura dos familiares e cuidadores/as, através dos diálogos pedagógicos e *artividades*, à autodeterminação de gênero e sexual das crianças e adolescentes, como contribuições para a tessitura da família enquanto rede de apoio, cuidado e proteção.

Já no segundo encontro apresentado, com *Audre*, sujeita preta lésbica com performatividade de gênero dissidente, para refletir as questões apresentadas tomamos como referência os estudos da professora, Simone Brandão Souza (2020), em seu livro “O amor e o Erótico entre mulheres na prisão subvertendo normas de gênero e sexualidades”. O livro apresenta questões de uma estrutura racista e cisheteropatriarcal, que atravessam mulheres negras que se relacionam afetiva e sexualmente com outras mulheres e que estão inseridas no sistema prisional. Questões comuns as que envolvem *Audre*, e que a tornam alvo de um destino traçado que não deságua apenas na miserabilidade, mas também na condição de encarceramento.

Audre não é a única mulher na sua faixa etária em território baiano com uma trajetória de privação de liberdade. Os dados demonstrados pela pesquisadora em sua obra, informam que ao analisar as Unidades da Federação, na Bahia, as mulheres com idades entre 18 e 29 anos representavam 56%. O que de pronto, revela uma escancarada exclusão social e a falta de oportunidades direcionadas ao público em questão. Reforçam a necessidade de colorir a rua e fazer a defesa das mulheres

LGBTIA+, e em especial, as mulheres negras, pois:

“Segundo os dados do INFOPEN Mulheres em 2014, essa prevalência está presente também nos dados agregados para todo o Brasil, onde, de acordo tais dados, 68% das mulheres presas são negras, 31% são brancas e 1% amarelas. Essa correlação se repete em todas as regiões do país, com exceção da Região Sul, que, como sabemos, é composta majoritariamente de pessoas brancas. Na Bahia, o percentual de mulheres negras em privação de liberdade, registrado em 2014, por esse mesmo levantamento, é de 92%. Esse fenômeno de encarceramento majoritário da população negra remete-nos ao racismo ainda presente nas relações e nas práticas sociais, reproduzidas nas ações institucionais, estas que não só encarceram mais pessoas negras e pardas, mas também a subordinam e excluem.” (SOUZA, 2020 p. 213).

Outrossim, é grave o indicador, escolaridade, que também aparece nas narrativas da educanda em nosso encontro, e que são afirmadas ao considerarmos o resultado da pesquisa da autora citada, onde temos relacionado que:

“A baixa escolaridade é também uma realidade para a maioria das mulheres entrevistadas, na medida em que apenas “L” concluiu o ensino médio e, não por acaso, foi a que teve melhores inserções no mercado de trabalho. “K” abandonou os estudos no 1º ano do ensino médio, por ter sofrido lesbofobia na escola, e as demais não chegaram a concluir o ensino fundamental, porque passaram por situações de ruptura na infância ou adolescência em um processo de transição precoce para a vida adulta, motivada pela inserção em atividades laborativas, gravidez na adolescência ou ainda pela saída da casa dos pais ou responsáveis.” (SOUZA, 2020, p.209)

Fica evidente que as vulnerações e vulnerabilidades sociais que abarcam a infância, adolescência e juventude em seus processos de escolarização, trata-se de intolerância, preconceito, violência, naturalização da heterossexualidade, somado à lesbofobia e mais amplamente a LGBTIA+fobia. Souza (2020) classifica as situações vivenciadas como “ruptura” e, no caso do trabalho desenvolvido pelo Projeto Axé, reconhecemos as situações como proponentes da situação de rua e do asseveramento consequente

da pobreza na vida das sujeitas/os/es.

Precisamente no caso de *Audre*, evidenciam-se os desafios para a inserção no mundo do trabalho formal que está como demanda urgente para a população de mulheres lésbicas, pretas, periféricas e de performatividade dissidente e das demais pessoas da comunidade LGBTIA+. Para fundamentar a afirmativa, temos como dado o relatório oficial do ano de 2016, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que assinala como as questões que impedem acesso ao direito do trabalho e renda, relacionam-se com a discriminação, o assédio e a exclusão da força de trabalho decorrentes da não conformidade com a heteronormatividade percebida nos locais de trabalho (OIT, 2016).

Para além disso, segundo aponta uma pesquisa do Coletivo VoteLGBT, aproximadamente 42% da população LGBTIA+ ou estão desempregados ou não possuem qualquer renda (VOTELGBT, 2020). Estas são ainda mais preteridas quando suas corporeidades anunciam performatividades dissidentes de gênero e sexualidades, assim, vivenciando LGBTIA+fobias antes mesmo de se autodeclararem enquanto.

“Assim, é que LGBTQI+ em geral, mas particular, as bichas femininas, as sapatões masculinos, as pessoas não-binárias, travestis e transexuais, são cada vez mais inseridas nas relações precárias de trabalho, embarreiradas nos serviços de saúde, excluídas nas escolas, expulsas de casa etc., em virtude da discriminação, preconceito e inconformidade face aos padrões hegemônicos binários impostos pelas normas socialmente estabelecidas para os gêneros e sexualidades.” (DUARTE, 2020, p.3)

Apesar de inseridas no mundo trabalho formal, a pesquisa intitulada "Demitindo Preconceitos: Porque as empresas precisam sair do armário", realizada em 2015 pela consultoria Santo Caos, aponta que 40% dos entrevistados sofreram discriminação por orientação sexual no trabalho e que 38% das empresas brasileiras têm restrições para a contratação de LGBTIs (SANTO CAOS, 2015). São dados alarmantes, e que se aprofundam em contexto pandêmico vigente

“Hoje com a pandemia do coronavírus (COVID-19) (...) esses sujeitos têm suas vidas e corpos muito mais propensos e com maior probabilidade de entrar em crise, seja ela de que matriz

for, social, econômica, trabalhista etc." (DUARTE, 2020, p.4)

Os dados apresentados reafirmam a necessidade de enfrentamentos à realidade de negação do direito à empregabilidade e renda às comunidades LGBTIA+. Frente a esta realidade, nós Arteducadoras do Projeto Axé, desenvolvemos diagnósticos, tecemos diálogos/colóquios, realizamos acompanhamentos e encaminhamentos à rede de proteção e garantias, e sistematizamos em dados as realidades observadas, a fim de contribuir com a formulação de políticas públicas que respondam efetivamente às necessidades da comunidade em questão. Importa dizer, que anterior a contribuição quanto às políticas públicas em sua eficácia e eficiência, é na relação cotidiana que provocamos com as sujeitas (re)atualizações dos seus projetos de vida e outras estratégias para o bem viver.

Em relação ao terceiro encontro, compreendemos que as Arteducadoras(es) de Rua conjuntamente a *Luana*, contribuíram com o questionamento ao “destino” estruturado pelo racismo, sexismo e a LGBTIA+fobia, que condiciona as sujeitas LGBTIA+ à subalternização e negação dos direitos sociais. Como evidência, no encontro com Arteducadoras(es) de Rua LGBTIA+ negros/as com performatividades de gênero dissidentes, que tem semelhanças com ela, porém, diferentemente da maioria das LGBTIA+, tiveram a oportunidade de estar inseridas no mundo do trabalho formal. *Luana* acrescenta ao seu repertório de construção dos desejos, a possibilidade de projeção destes outros lugares subversivos à norma LGBTIA+fóbica.

A subjetivação de *Luana* também é afetada de tal modo, que, em nosso encontro, a mesma busca saber sobre a oportunidade de trabalhar conosco, e se direciona para a possibilidade corporificada em nós. A pluralidade, a estética e a beleza dissidentes, presentes no corpo das Arteducadoras(es) de Rua é imbuída de uma linguagem que aproxima e favorece o estabelecimento de elos, propicia o ver-se no outro, o reconhecimento.

A relação e o laço estabelecido entre os Arteducadores LGBTIA+ e às sujeitos/as LGBTIA+ em situação de rua, dar-se-á na encruzilhada de um lugar social comum, onde experienciamos vivências com especificidades por sermos LGBTIA+ em uma sociedade cisheteronormativa.

Aqui, reafirmamos a ideia da feminista negra, filósofa e escritora Djamila Ribeiro (2019), quando diz que “o lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar. Porém, o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas.” (RIBEIRO, 2019, p.28).

Luana, em nosso encontro, também expressou maior confiabilidade na relação com o educador negro gay. A questão evidenciada é afirmada quando a tecitura de resistências da comunidade para visibilidade/garantia das suas existências, historicamente são forjadas pela auto organização, pois sabemos que se não falarmos de nós, ninguém mais falará.

Vale ressaltar que os mecanismos da estrutura capitalista, que se apropriam e esvaziam a representatividade, estabelecem relações precarizadas para exploração de mão de obra barata ao mesmo tempo em que coercitivamente toma para si este mesmo público para manutenção do sistema vigente. A luta é pela oportunidade de inserção e pertença em qualquer espaço sócio ocupacional desejado, inclusive e prioritariamente àqueles com maiores salários e alargados direitos trabalhistas.

O Encontro evidencia as vulnerabilidades de uma jovem negra lésbica em situação de rua decorrente da lesbofobia, do racismo, machismo, classismo e de tantos outros preconceitos agregados que constroem o perfil e o sentido do descaso com estas pessoas no Brasil e no mundo. Por outro lado, também ressalta a importância e as potencialidades do Outsider (LORDE, 2019) e da identificação transformadora para o processo Arteducativo.

ando pelas ruas

(...)

ando pelas ruas

aflita

tantos corpos

tantos espaços

em que não me reconheço

afeita

aos menores detalhes
busco em unhas cortadas,
cabeças raspadas
a resposta da minha aflição
me pergunto
se elas estarão à procura de mim
[...]
ando pelas ruas
à procura
das minhas iguais
vejo em qualquer uma delas
uma parte de mim
e espero que
a vida
ou os homens
- principalmente eles -
não nos impeçam de chegar.

(Sarah Sanches, Novembro/2018)

**NÃO NOS IMPEDIRÃO DE CHEGAR: ALGUMAS PALAVRAS
PARA FALAR DA INTERMINÁVEL BUSCA POR NOSSO BEM
VIVER EM UM "MUNDO ONDE SEJAMOS SOCIALMENTE
IGUAIS, HUMANAMENTE DIFERENTES E TOTALMENTE
LIVRES" (Rosa Luxemburgo, 1800)**

Assim, com base no exposto até aqui, fica evidente que colorir a rua para visibilização das pessoas LGBTIA+ e as questões iminentes a uma sociedade LGBTIA+fóbica e de demais marcadores de opressão, racista, sexista e classista, deve fundamentar a atuação profissional, compor as ações e os projetos de vida a serem construídos com as sujeitas/os/es em situação de rua para a mobilidade social na contramão do projeto societário de morte em curso.

Em tempo, trazer para a roda o debate das performatividades dissidentes e das pluralidades sexuais e de gênero cumpre a atualização das estratégias de enfrentamento à opressão de gênero e de sexualidade. Há que se dizer também que igualmente enfrenta-se o histórico e deliberado apagamento das existências LGBTIA+.

A Educação de Rua, ao mesmo tempo que representa e comunica com presença nas ruas e encruzilhadas a pluralidade sexual e de gênero e suas variadas performatividades dissidentes, realiza uma educação social que respeita o desejo e o tempo dos sujeitos/as/es, com compromisso de construir liberdades e cidadania, e, sobretudo, fazer existir possibilidades concretas nos processos de construção de políticas públicas efetivas e maneiras dignas de resistir e reinventar o mundo. Sigamos esperando (FREIRE, 1992), vislumbrando e construindo, a cada encontro, contextos sociais e culturais acolhedores que ofertem proteção e respeito às diferenças, de modo a possibilitar a vivência das sexualidades e gêneros de modo mais autônomo, com respeito e produção de cuidado de si e do outro.

“Não aceito mais as coisas que não posso mudar, estou mudando as coisas que não posso aceitar.”

Angela Davis

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, B. Dandara e a transfobia omitida pelo Estado. ANTRA BRASIL, 2018. Disponível em: <<https://antrabrasil.org/2018/05/02/dandara-e-a-transfobia-omitida-pelo-estado/>>. Acesso em 26 de novembro 2021.

BRASIL. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009 – instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua e o seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Resolução Conjunta CNAS/CONANDA Nº 1, De 15 De Dezembro De 2016. Dispõe sobre o conceito e o atendimento de criança e adolescente em situação de rua e inclui o subitem 4.6, no item 4, do Capítulo III do documento Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Brasília, DF, 2016.

BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Editora José Olympio, 2018 (Publicado originalmente em 1990).

CARVALHO, M. A. C., SANTANA, J. P. S. & VEZEDEK, L. Sumário Executivo da Pesquisa Cartografias dos Desejos e dos Direitos: Mapeamento e Contagem da População em Situação de Rua na Cidade do Salvador, Bahia, Brasil. P. Axé, 2017. Disponível em http://www.projetoaxe.org/brasil/wp-content/uploads/2020/09/carvalho-santana-e-vezedek_2017_sum%C3%A1rio-executivo-etapa-1-_pesquisa-cartografias-dos-desejos.pdf

CARVALHO, M. A. C., SANTANA, J. P., PEREIRA, M. L. S. & VEZEDEK, L. Cartografias dos desejos e direitos: Quem são as pessoas em situação de rua, afinal? – Sumário Executivo da Pesquisa-ação Caracterização das situações de violações de direitos vividas pela população em situação de rua – crianças, adolescentes, jovens e famílias – na cidade do Salvador. P. Axé, 2017. Disponível em http://www.projetoaxe.org/brasil/wp-content/uploads/2020/09/carvalho-santana-pereira-e-vezedek_2017_sumario-executivo-etapa-2-_pesq.-cartografias-dos-desejos-e-direitos.pdf

CETRONE, C. Mulher lésbica tem joelho quebrado após tentar entrar em banheiro feminino. IG QUEER, 2021. Disponível em: <<https://queer.ig.com.br/2021-11-26/lesbica-joelho-quebrado-tentar-usar-banheiro-feminino-ceara.html>>. Acesso em 26 de novembro 2021.

COLLING, L. & NOGUEIRA, G. Crônicas do CUS – Cultura, sexo e gênero. Salvador. Editora Devires, 2019.

COSTA. A. C. G. da. Por uma pedagogia da presença. Ministério da Ação Social. Centro Brasileiro para Infância e Adolescência, 1991. Disponível em: <<https://arquivosgeo.files.wordpress.com/2018/01/por-uma-pedagogia-da-presenc3a7a-antc3b4nio-carlos.rotated.pdf>>. Acesso em 19 de outubro 2021.

DUARTE, M. J. O. Vidas precárias e lgbtqifobia no contexto da pandemia: a necropolítica das sexualidades dissidentes. APES/ANDES, 2020.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Gold, S. J., Wibert, W. N., Bondartsova, V., Biroscak, B. J., & Post, L. A. (2015). A Capture–Recapture Approach to Estimation of Refugee Populations. *International Migration*, 53(5), 3-25.

HANCOCK, J. R. “Por que rosa é de menina e azul é de menino? Não há raízes ancestrais ou razões genéticas que justifiquem tais preferências”. *Jornal El Pais Brasil*, 2014. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2014/11/18/ciencia/1416328918_518343.html>. Acesso em 24 de novembro 2021.

LOPES, M. Irmãos gêmeos são alvo de atentado motivado por homofobia em Camaçari. *CORREIO 24 HORAS*, 2012. Disponível em: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/irmaos-gemeos-sao-alvo-de-atentado-motivado-por-homofobia-em-camacari/>>. Acesso em 26 de novembro 2021.

LORDE, A. Irmã outsider: ensaios e conferências. Autêntica Editora, 2019.

MICHELS. E. Mortes violentas de LGBTQ+ no Brasil - Relatório 2018. Site Homofobia Mata – HM, 2019. Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2020/02/relatorio.2018.2docx-2.pdf>> Acesso em 24 de novembro 2021.

Organização Internacional do Trabalho (OIT). Panorama laboral 2016 – a América Latina y el Caribe. OIT. Disponível em < https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms_537803.pdf>. Acesso em 24 de novembro 2021.

PRECIADO, P. B. Um apartamento em Urano: crônicas da travessia/ Paul B. Preciado; tradução Eliana Aguiar; prefácio Virginie Despentes - 1ª ed. - Rio de Janeiro. Zahar, 2020.

REVISTA FÓRUM. Damares se reúne com "ex-gays" e psicólogos que pregam "cura LGBT". REVISTA FÓRUM, 2019. Disponível em: < <https://revistaforum.com.br/politica/governo-bolsonaro/2019/8/8/damares-se-reune-com-ex-gays-psicologos-que-pregam-cura-lgbt-59729.html>>. Acesso em 24 de novembro 2021.

RIBEIRO, D. Lugar de fala. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

RODRIGUES, A. Crianças em dissidências: Narrativas desobedientes da infância. Salvador. Editora Devires, 2021.

SANTANA, J. P., & VEZEDEK, L. Sistematizando tecnologias de cuidado: O acolhimento e acompanhamento da população em situação de rua. In A. M. Gonçalves, A. C. G. Bastos & L. Vezedek (Orgs.), Caderno de forma-ação e navegação social projeto Caboré: Diagnóstico, capacitação, assistência técnica, monitoramento e difusão de conhecimentos (1ª ed., pp. 110-143). Centro Projeto Axé, 2020.

SANTO CAOS. Demitindo preconceitos: porque empresas precisam sair do armário. SANTO CAOS, 2015. Disponível em < <https://ac-landing-pages-user-uploads-production.s3.amazonaws.com/0000061489/c6a8e4cc-8591-4e-08-a0a4-8e17c2f95685.pdf>> Acesso em 30 de novembro 2021.

SILVA, C. da. Oh, margem! Reinventa os rios!/ Cidinha da Silva. Rio de Janeiro. Oficina Raquel, 1967.

SOUZA, S. B. O amor e o Erótico entre mulheres na prisão subvertendo normas de gênero e sexualidades. Editora Devires, 2020.

VOTELGBT. Diagnóstico LGBT+ na Pandemia. Junho de 2020, Coletivo #VoteLGBT, Box1824, Pesquisa M@n@s (UFMG/UNICAMP). Disponível em <https://votelgbt.org/s/vote-lgbt-box1824-diagnostico-LGBT-apandemia_completo.pdf> Acesso em 24 de novembro 2021.

WARKEN, J. Negra, lésbica, periférica: morte de Luana Barbosa faz 5 anos sem resolução. PORTAL GELEDÉS, 2021. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/negra-lesbica-periferica-morte-de-luana-barbosa-faz-5-anos-sem-resolucao/>. Acesso em 24 de novembro 2021.

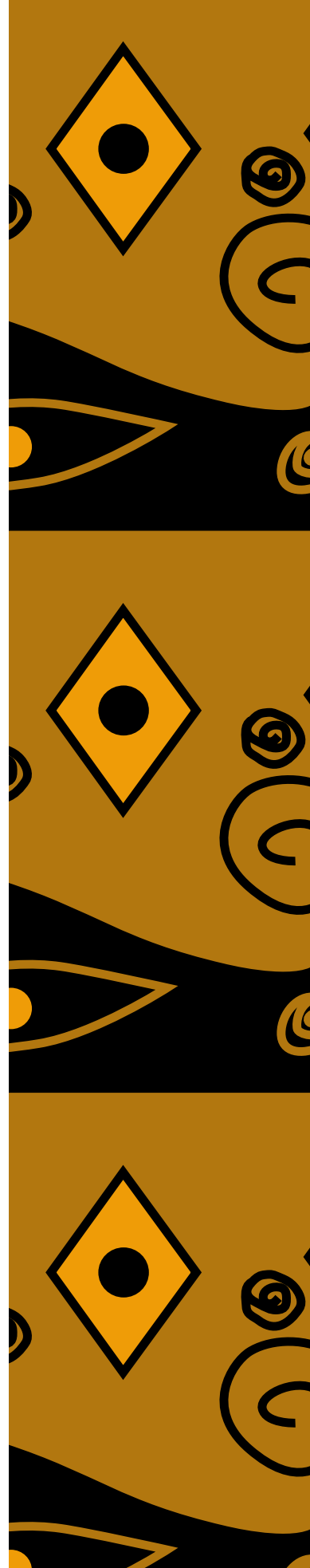
PARA PROVOCAR AS INTELIGÊNCIAS

FILMES E SÉRIES

- Eu sou a próxima (Direção/Realização: Coletiva Luana Barbosa, 2017)
- Moonlight: Sob a Luz do Luar (Direção: Barry Jenkins, 2016)
- Rafiki (Direção: Wanuri Kahiu, 2018)
- Heartstopper (Direção: Euros Lyn, 2022)
- Tatuagem (Direção: Hilton Lacerda, 2013)
- Pariah (Direção: Dee Rees, 2011)
- Hoje Eu Quero Voltar Sozinho (Direção: Daniel Ribeiro, 2014)
- Priscila: a Rainha do Deserto (Direção: Stephan Elliott, 1994)
- Pose (Direção: Ryan Murphy, 2018)
- Meninos não choram (Direção: Kimberly Peirce, 1999)
- The Rocky Horror Picture Show (Direção: Jim Sharman, 1975)
- Sócrates (Direção: Alexandre Moratto, 2019)
- Piedade (Direção: Claudio Assis, 2019)
- Bixa, Travesti (Direção: Claudia Priscilla, Kiko Goifman, 2019)
- Laerte-se (Direção: Eliane Brum, 2017)
- Madame Satã (Karim Aïnouz, 2002)

CURTAS (YOUTUBE)

- É PECADO SER LGBT? (Tempero Drag, 2021)
Link: <https://www.youtube.com/watch?v=fQNJ-BD8A18>
- Saúde Mental, sexualidade, homofobia e suicídio LGBTQIA+.
É preciso falar.
Link: <https://www.youtube.com/watch?v=8lzxxnTmFbY>
- Um banheiro para TRans? (Tempero Drag, 2020)
Link: https://www.youtube.com/watch?v=t_5O4AbzBZk
- Pensamento Binário (Tempero Drag, 2018)
Link: <https://www.youtube.com/watch?v=PX4Ee8BFZXA>
- Sobre Vivências (Tecnopoéticas, 2018)
Link: <https://www.youtube.com/watch?v=3HpfrWEYVqM>
- Homofobia e transfobia na escola (2018)
Link: https://www.youtube.com/watch?v=g_RAbnK61N8
- Bichas (2016)
Link: <https://www.youtube.com/watch?v=0cik7j-0cVU&t=1s>
- Além de PRETO, VIADO (2020)
Link: <https://www.youtube.com/watch?v=BDglGIUgF2g>





[ENCRUZA 3]

Educando(a)

14

A PESSOA IDOSA EM SITUAÇÃO
DE RUA E SUA CONTRIBUIÇÃO
NO FORTALECIMENTO E NA
PROTEÇÃO DAS INFÂNCIAS
E ADOLESCÊNCIAS NA RUA:
CONTOS DE RUA

Lana Benevides Lee

Daniele da Silva Barreto

Caio Oliveira do Espírito Santo Mendonça

Vivendo nesse lugar

Oxe, quando eu cheguei aqui era tudo mato
Vivendo nesse lugar
Contava nos dedos, era um aqui, outro lá
Hoje em dia, tanta gente
Vivendo nesse lugar

Papelão, vidro, alumínio o que tiver eu cato
Mas na minha idade, nessa cidade, é fato
Ando mais cansado
Vivendo nesse lugar

Já ri, briguei, chorei e até me apaixonei
Vivendo nesse lugar
Nem penso mais em dinheiro
Só queria um teto inteiro
Pra poder descansar

Já vi de tudo um pouco
Mulher parindo, gente morrendo,
Vivendo nesse lugar
E tem tanta coisa que nem posso nem lhe contar

Roubar eu nunca roubei,
Mas pensar eu já pensei
Vivendo nesse lugar
É muito vergonhoso ter que pedir dinheiro,
A qualquer um que passar

Me olham com cara de nojo, medo
Tô calejado isso é normal
Vocês não entendem que quando a fome bate
Todo mundo é igual

E nem é porque eu quero
Mas é difícil do zero fazer dinheiro
Vivendo nesse lugar

Vai trabalhar vagabundo, já cansei de escutar
Mas trabalho desde os 14, já fiz de tudo um pouco
Vivendo nesse lugar

Todo dia é um desafio, não sei se você me entende
Sou preto velho, mas não tô doído
Só Oxalá pra me ajudar
Sobrevivendo nesse lugar

**(Vivendo nesse lugar, poema de autoria de
Caio Oliveira do Espírito Santo Mendonça)**

A Resolução nº 40, de 13 de outubro de 2020, que dispõe sobre as diretrizes para promoção, proteção e defesa dos direitos humanos das pessoas em situação de rua, de acordo com a Política Nacional para População em Situação de Rua, afirma que

"O processo sócio-histórico que permeia a situação de rua não pode ser ignorado pela ótica da formulação de políticas públicas. Após a abolição da escravatura, não foi destinada à população escravizada quaisquer meios de reparação ou assistência, em decorrência do trabalho forçoso e degradação da dignidade humana. O Estado brasileiro adotou uma postura de completa omissão e descaso em relação aos negros alforriados, substituindo a extinta mão de obra escrava pela força de trabalho europeia, por meio de reserva de vagas e garantia de permanência no Brasil. Devido a isso, os negros foram colocados à margem da sociedade, restando-lhes escassas alternativas de restituir a vida, como: os empregos precarizados; as moradias irregulares nos grandes centros que deram origem às favelas; o encarceramento e o uso das ruas como meio de moradia, trabalho e sobrevivência (BRASIL, 2020, p.146).

O documento acrescenta ainda que

"A constituição da população em situação de rua se compõe pela grande maioria negra e o racismo estrutural impera diante da estratificação do poder que reordena a sociedade entre superiores e inferiores, sendo no topo da pirâmide o grupo racial branco, rico e de origens europeias e no alicerce a camada da população negra, pobre e de origem africana." (BRASIL, 2020, p.146).

Nessa perspectiva, Silvio Almeida (2019) afirma que "o racismo é estrutural, e se expressa concretamente como desigualdade política, econômica e jurídica" (ALMEIDA, 2019, p. 55). Essas desigualdades podem se intensificar para pessoas em situação de rua, que são extremamente vulnerabilizadas pelo Estado e pela sociedade como um todo. Com isso, compreendemos que é a população preta, o grupo de pessoas que é mais atingido histórica, política e culturalmente pela vivência existencial de situações de vulnerabilidades sociais no Brasil. Essa realidade, principalmente em referência às pessoas em situação de rua, é também identificada na cidade de Salvador, tendo se modificado, tornado mais complexa e intensa devido ao contexto da Pandemia da COVID-19, deflagrado em março de 2020, além das falhas e ausências do Estado em relação à garantia de direitos básicos.

Em seu artigo 1º, a Resolução nº 40 reafirma a conceituação da população em situação de rua, definindo-a como um

"(...) grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória." (BRASIL, 2020, p. 145)

O poema "Vivendo nesse lugar" retrata possíveis realidades de pessoas pretas idosas que se encontram em situação de rua, inclusive desde sua infância, integrando, assim, a heterogeneidade dessa população indicada pela conceituação descrita na Resolução nº 40. Algumas vulnerabilidades vivenciais podem ser percebidas ao longo da narrativa do poema, como

os longos anos de exposição aos riscos de viver em situação de rua. Tal fato pode ser marcado por estigmas, discriminações e pela ausência de condições básicas de existência digna nos campos da saúde, assistência social, trabalho, educação, moradia, entre outros, apresentando vulnerações, como a insegurança alimentar, da integridade física, psicológica, emocional, sexual, ausência de condições mínimas de sustento financeiro, entre outras situações.

Vale ressaltar que, segundo a Lei no 10.741 de 01 de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, em seu Art. 3 afirma que

“É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.”. E ainda, no art. 9, “É obrigação do Estado, garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade.” (BRASIL, 2003, p. 1)

Tendo isto em vista, e considerando o texto poético que abre este capítulo, tem-se retratado, assim, um recorte representativo das narrativas produzidas com sujeitos idosos em Situação de Rua atendidos pelos Arteducadores(as) de Rua do Projeto Axé na cidade de Salvador. Algumas reflexões e questionamentos foram produzidos ao longo dos trabalhos realizados, sejam a partir de escutas das histórias de vidas relatadas pelos próprios sujeitos, seja pelas observações de seu cotidiano e análises críticas dos seus contextos de vida.

Como garantir uma vida digna para pessoas idosas em Situação de Rua e que vivem em condição de vulnerabilidade social? Como reconhecer e potencializar as pessoas idosas em Situação de Rua como personagens reais de saberes intelectual e de referência no processo de defesa dos direitos de crianças, adolescentes e famílias, em sua comunidade e território? Não se pretende neste capítulo responder inteiramente essas perguntas, mas, sobretudo, fazer borda em alguns pontos que podemos considerar basilares na construção de possíveis encaminhamentos, o que

demanda um comprometimento contínuo de cada cidadão, das famílias, das comunidades, da sociedade e do Poder Público.

As pessoas idosas são sujeitos de grande importância para formação da sociedade, tanto por continuarem sendo cidadãos de direitos, a despeito de narrativas etaristas do senso comum, quanto pela possibilidade de colaborarem com suas experiências, sabedorias e grandezas que beneficiam e proporcionam processos humanitários para as comunidades. No trabalho com as crianças e adolescentes atendidos pelo Projeto Axé, os socialmente ditos “mais velhos”, sem dúvida, têm grande relevância para o processo de construção e de formação cidadã, seja para os jovens da família, rua, comunidade, como também para todo o território.

Para os povos Akan¹, por exemplo, todo ser humano possui em si a “centelha divina” (chamada de kra), emanada do Ser Supremo, originador e provedor do ser humano. Nesse sentido, toda pessoa é útil e valiosa na sua comunidade, do nascimento até a morte. (LOPES & SIMAS, 2020). Dessa forma, podemos considerar a impossibilidade de garantia da proteção de direitos das pessoas em situação de rua sem a construção, efetivação e fiscalização da execução de políticas públicas, considerando suas especificidades e particularidades, no tempo em que seguem as mais diversas transformações sociais. Faz-se necessária ainda a articulação de toda a rede de cuidado, que vise a prevenção de doenças, a promoção e recuperação de saúde, entre outros aspectos que potencializem a qualidade de vida dos sujeitos em questão, sobretudo a parcela das pessoas idosas em situação de rua.

Esse processo está, então, diretamente ligado a uma qualificação continuada de profissionais do setor de Saúde, Direito, Psicologia, Assistência Social, dentre outros, que lidam diretamente com o público idoso. De modo geral, essa rede precisa priorizar a sensibilização para com o cuidado, respeito ao sujeito e suas especificidades, bem como a fiscalização de órgãos de proteção, da sociedade contra situações de violência, negligência, maus tratos e explorações diversas.

A população idosa em Situação de Rua sofre um processo violento de negação existencial em relação à garantia e proteção de seus direitos sociais e individuais, são vistos pelos “olhos do mundo”, com sintomas de “miopia e astigmatismo social”, distanciados não enxergam bem, e ainda

1. Denominação de um conjunto de povos da África Ocidental que se estendem hoje, sobretudo, entre os países de Gana e Costa do Marfim.

apresentam uma vista turva. Evidenciamos ainda esses “olhos capitais”, que enxergam apenas como objeto, mercadoria, aquelas pessoas que são compreendidas como úteis, onde suas vidas estão voltadas apenas para alimentar a engrenagem do capitalismo, pessoas jovens, preferencialmente homens, que estão inseridos no mercado de trabalho formal, de um modo geral, pessoas que possuem dinheiro.

Compreender alguns mecanismos de manifestações das opressões dessa sociedade capitalista, sexista, racista, patriarcal, LGBTIA+fóbica, intolerante com a diversidade religiosa, dentre tantas outras formas de violência, é fundamental para fazer disputas políticas, sociais, individuais, para alcançar uma transformação social baseada na garantia de direitos, dignidade e equidade para todas as pessoas que estão em situação de vulnerabilidade.

Como sinaliza Silvio Almeida (2019), “a escravidão e o racismo são elementos constitutivos tanto da modernidade, quanto do capitalismo, de tal modo que não há como desassociar um do outro.” (ALMEIDA, 2019, p. 29). Quando afirmamos que o país é vivido, e sustentado pela lógica do racismo estrutural, vale pontuar que parte considerável das pessoas atendidas em situação de rua são pretas e, historicamente, é para esses corpos que são destinados de forma forçada a miséria, a negligência, a negação de direitos e de ter uma vida digna, sendo assim, essas violências ocorrem de forma muito específica e intensificada com a população preta idosa em situação de rua.

O Racismo é incompatível com a Democracia. Portanto, compreendemos que por outro lado do que aponta o texto, “Vivendo nesse lugar”, a fome não atinge toda a população de forma igual. As pessoas em situação de rua são as mais vulnerabilizadas também nesse aspecto, seja por não causarem comoção, sensibilização na demanda do atendimento de suas necessidades básicas e/ou por serem interpretados social, e institucionalmente como “corpos suspeitos”, que causam repulsa, medo, por serem associados com a criminalidade, perigo, com o que é indesejável.

Essas vulnerabilidades se intensificaram ao longo do período de pandemia da COVID-19 (GAMEIRO, 2021; IPEA, 2020). De acordo com Caroline de Almeida, Assistente Social, Coordenadora do Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS), serviço que compõe um conjunto de ações da



Diretoria de Proteção Social Especial da Secretaria de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esportes e Lazer (SEMPRE) de Salvador, em 2020, ao conceder uma entrevista divulgada pela Defensoria Pública da Bahia (CORES, 2020), afirmou que houve o aumento significativo do número de pessoas em situação de rua em decorrência do desemprego, conflitos familiares, ausência de recursos financeiros e intensificação do uso de substâncias psicoativas. E, como consequência dos impactos dessas mudanças, segundo ela, os assistidos buscaram o atendimento, sendo as solicitações demandadas realizadas por eles pelo medo do contágio do vírus e suas consequências.

As pessoas idosas em situação de rua, por vezes, são as únicas que possuem laços familiares e enquanto pessoas de referência e cuidado com as crianças e adolescentes que são atendidas no Projeto Axé, podem, por isso, acabar tendo uma sobrecarga de responsabilidade no cuidado e proteção desses sujeitos. Assim, é fundamental que tenham acesso à proteção social por meio do bom convívio familiar, comunitário e de políticas públicas eficazes. Dessa forma podem ter condições de desenvolver suas vidas dignamente e também contribuírem com qualidade e ativamente no cuidado e atenção às crianças e adolescentes em sua comunidade.

Essa situação demanda também da equipe de Educação de Rua do Axé um olhar atento voltado às práticas arteducativas que acolhem, orientam, encaminham e bem acompanham as pessoas envolvidas em cada atendimento realizado de acordo com suas demandas, e em paralelo, endereçando a quem também tem a responsabilidade e dever de viabilizar a defesa de direitos sociais, como o Estado, sociedade e as famílias. Portanto, é necessária a manutenção de investimentos que de maneira gradual, contínua, como por exemplo, no contexto de construções políticas que culminem em respostas sociais justas ao envelhecimento populacional em situação de vulnerabilidade social. Os gestores públicos devem ter atenção a esse público, respeitar suas particularidades, criar e efetivar ações preventivas, de cuidado, garantias de direitos e dignidade humana.

É fundamental compreender política, histórica, social, e culturalmente, como o racismo estrutural se manifesta através das instituições, do aparato político, das pessoas enquanto lógica de controle populacional, gerando

o genocídio das populações mais vulneráveis, considerando e pensando criticamente as realidades a partir das complexidades dos marcadores sociais também estruturais e estruturantes, como as questões de raça, gênero, sexualidades, geração, etc. Os idosos são as histórias vivas dos territórios, comunidades e sociedade, são sujeitos de direitos, devem ter garantido acesso prioritário aos serviços de direito, saúde, assistência, educação, lazer, garantia de vida digna, conforme estabelecem as legislações vigentes.



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2019.

BRASIL. Lei Nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, 2003. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm> Acesso em: 17 de novembro de 2021.

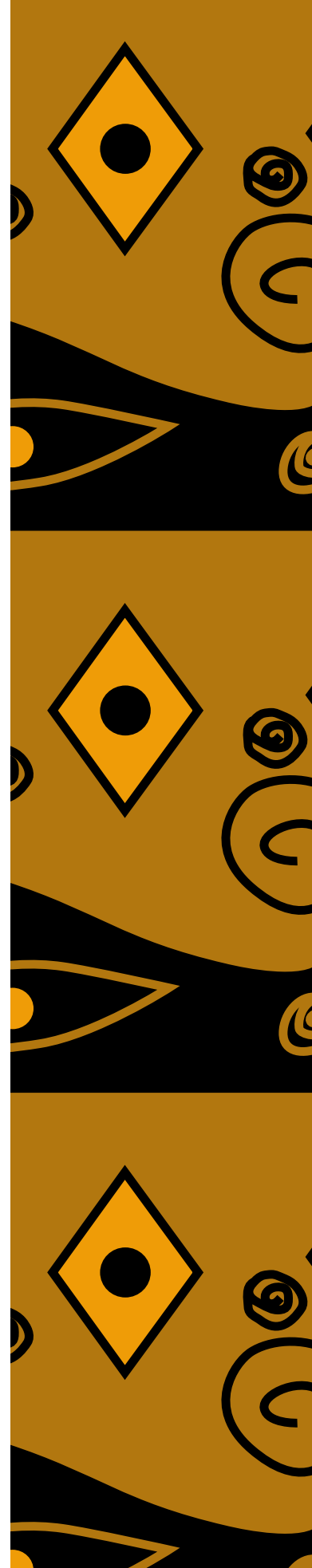
BRASIL. Resolução nº 40, de 13 de outubro de 2020. Dispõe sobre as diretrizes para promoção, proteção e defesa dos direitos humanos das pessoas em situação de rua, de acordo com a Política Nacional para População em Situação de Rua, 2020. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-40-de-13-de-outubro-de-2020-286409284>.> Acesso em: 17 de novembro de 2021.

CORES, T. VOZES POP RUA – Crescente número de pessoas em situação de rua leva Seas a realizar mais de 110 mil abordagens nos últimos meses. Disponível em: <https://www.defensoria.ba.def.br/noticias/crescente-numero-de-pessoas-em-situacao-de-rua-leva-seas-a-realizar-mais-de-110-mil-abordagens-nos-ultimos-meses/>. Acesso em: 10 de novembro de 2021.

GAMEIRO, N. População em situação de rua aumentou durante a pandemia. FIOCRUZ, 2021. Disponível em: <https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/populacao-em-situacao-de-rua-aumentou-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 10 de novembro de 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. População em situação de rua cresce e fica mais exposta à Covid-19. IPEA, 2020 Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=35811. Acesso em: 10 de novembro de 2021.

LOPES, N. & SIMAS, L. A. Filosofias africanas: uma introdução. 1a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.





SOBRE OS(AS)
AUTORES(AS)



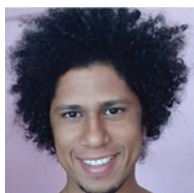
ANGELA MARIA GONÇALVES

Psicóloga pela Universidade Santa Úrsula. Fez Especialização em Epidemiologia aplicada aos Programas de Saúde da Criança e do Adolescente pela Escola Nacional de Saúde Pública do Ministério da Saúde e Especialização em Gestão Social para o Desenvolvimento (EAUFBA). Atua como Assistente da Coordenação de Arteducação do Projeto Axé desde 2016, com foco em gestão estratégica, projetos e articulação institucional.



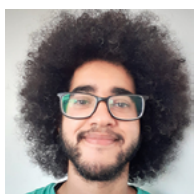
BEL NASCIMENTO

Filha de Eduarda Gonçalves. Fui educanda do Projeto Axé e atuei como bailarina profissional na Gicá (que significa gíngado dos ombros), Companhia Jovem de Dança do Projeto Axé, participando de apresentações em São Paulo, Rio de Janeiro e Itália. Também me apresentei no Criança Esperança, num espetáculo da cantora Daniela Mercury. Atuo há sete anos como Arteducadora de Rua no Projeto Axé.



BRUNO SANTOS-CERQUEIRA

Filho de doméstica e pedreiro. Gay, preto, cis, irmão, tio, assistente social, especializado em Arteducação. Arteducador de rua e gerente da Educação de Rua do Projeto Axé. Brincante, capricorniano, aspirante a artista na arte de viver, encharcado de justa raiva do capital e sonhador de novos mundos.



CAIO OLIVEIRA DO ESPÍRITO SANTO MENDONÇA

De 1993, soteropolitano, preto, periférico, psicólogo, arte-educador de rua. Afeto, desejo, psicanálise, textos, contextos, política, música, rap, arte, rimas. Um sujeito que se repete, mas nunca da mesma forma, um vir a ser.



CARINA DE SANTANA ALVES

Tem 30 anos. É Assistente Social formada pela UFBA (2014), especialista em assistência técnica para habitação e direito à cidade pela Faculdade de Arquitetura da UFBA (2016) e mestra em Serviço Social pela UFS (2020). É servidora pública municipal atuando como supervisora técnica do Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS) ligado à Secretaria Municipal de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esporte e Lazer (SEMPRE).



DANIELE DA SILVA BARRETO

Mulher preta, feminista, mãe de Gabrielle. Assistente Social e Especialista em Saúde Mental, Dependência Química e Comunidade. Arteducadora de Rua do Projeto Axé, Poetisa e Trancista.



DÉBORA DOS SANTOS DE JESUS

Filha de Delza, mãe de Isa. Mulher, feminista preta, assistente social, insubmissa. “Não serei livre enquanto alguma mulher for prisioneira, mesmo que as correntes dela sejam diferentes das minhas” (Audre Lorde).



DRIELE AMUNÃ

Pedagoga, Educadora Social de Rua, Redutora de Danos, Ativista pelos Direitos Humanos e Pesquisadora no âmbito do Feminismo Antiproibicionista e Política de Drogas.



EDENILDA RANGEL COSTA

Professora, Arteducadora de Rua do Projeto Axé. Mãe, Mulher, avó, insistente e persistente nos meus objetivos, futura psicóloga. Uma eterna caminhante. E acredita que "Uma caminhada de mil léguas começa sempre com o primeiro passo" (Buda).



EMANUELLE SANTOS SILVA

Feminista negra, ativista da luta antirracista, doutoranda em Saúde Coletiva (ISC/UFBA), com pesquisa sobre a retirada compulsória de filhos de mulheres negras que vivem em situação de rua e fazem uso de crack. É mestre em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Possui experiência em gestão do terceiro setor e de políticas públicas. Foi Gestora do Programa Corra pro Abraço e atualmente é Coordenadora Geral do Conselho Federal de Psicologia (CFP).



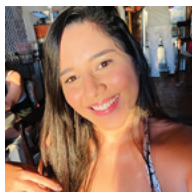
ENÁ PINTO BENEVIDES

É Bacharel em Direito pela Universidade Católica do Salvador (1977). Atuou como Coordenadora Geral do Projeto Axé entre 1990 e 2010, tendo sido funcionária cedida pela Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial (SUDIC), na função de Procuradora Jurídica. Entre 2019 e 2021 atuou como Presidente do Conselho de Administração do Projeto Axé. Atualmente ocupa o cargo de Presidente do Projeto Axé, sendo também uma de suas fundadoras.



KIKI BISPO

Advogado. Eleito para a Câmara Municipal de Salvador em 2013, exercendo a presidência da Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final (CCJ). Em 2016 se reelegeu, exercendo o cargo de 2º vice-presidente da Câmara Municipal de Salvador para o biênio 2017/2018. Em 2021 assumiu a Secretaria Municipal de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esporte e Lazer (SEMPRE).



LANA BENEVIDES LEE

Uma menina, hoje já mulher com a certeza de que o trabalho social me escolheu e eu o escolhi. Com a avó que dedicou a vida ao meio social, de muitas vivências e já realizada com minha vida. Estar na rua me preenche e realiza. Acompanhar esses sujeitos foi o que escolhi para meu futuro. Tenho sede de viver, paixão pelos livros, cheia de teimosia, mas sem medo de me posicionar, sem tolerância para esse mundo cheio de intolerantes, racistas e homofóbicos.



LEOMAR OLIVEIRA

Arteeducador de Rua, tem 38 anos e atua no Projeto Axé há 11 anos. Eterno rueiro, um caminhante inteligente e brincante irremediável.



LÍVIA MENDES

É graduada em Administração pela UNIME (2009) e faz Especialização em Serviço Social e Gestão de Projetos Sociais pela Universidade Salvador (UNIFACS). Atuou como Especialista em Projetos, na Fundação Luís Eduardo Magalhães e na Superintendência de Assistência Social (SAS/BA), como Coordenadora Técnica. Atualmente integra a equipe da Coordenação de Arteducação, atuando como Técnica em Atividades Educacionais.



LORENA SILVA MOREIRA

É Assistente Social, sendo egressa da Escola de Serviço Social da Universidade Católica do Salvador (ESSUCSAL). Atualmente está cursando uma pós-graduação em Serviço Social e Saúde Coletiva pela Faculdade Estratego. Praticante e amante da Capoeira Angola e outras culturas populares como Samba de Roda, Lundu e Coco.



LUCAS VEZEDEK

Arteeducador, Pesquisador e de Candomblé. Psicólogo pela UFBA (2017). Faz formação em Psicanálise, tendo experiência clínica com crianças e famílias. Estuda Artes (IHAC/UFBA), integra o Grupo de Estudos Interdisciplinares Infâncias, Crianças e Contextos (GEIC/UFBA) e faz mestrado em Psicologia do Desenvolvimento (PPGPSI-UFBA). Atua como Técnico em Atividades Educacionais na Coordenação de Arteeducação do Projeto Axé desde 2018.



LUIZA LOPES CARDOSO LACERDA

Mulher lésbica, Umbandista, Arteeducadora de Rua do Projeto Axé, Graduada em Serviço Social pela Universidade Católica do Salvador (ESSUCSAL/UCSAL). Pós graduanda do Mestrado em Políticas Sociais e Territórios da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (POSTERR/UFRB) e Pesquisadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Lesbianidades, Gênero, Raça e Sexualidades da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (LES/UFRB).



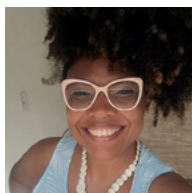
MARCOS ANTONIO CANDIDO CARVALHO

É Psicanalista e Arteeducador. Graduado em Letras pela Universidade Católica do Salvador (1995). É cofundador e Coordenador de Arteeducação do Centro Projeto Axé de Defesa e Proteção à Criança e ao Adolescente, fundado em 1990. É um dos idealizadores da Pedagogia do Desejo, princípio fundante do trabalho do Axé, que entende as crianças, adolescentes, jovens e suas famílias como sujeitos de direitos, conhecimento e desejo.



MARIA SUELI SOBRAL OLIVEIRA

Mulher, preta, lésbica, com trajetória de rua. Coordenadora do Movimento Nacional da População de Rua - Bahia e Região Nordeste. Educadora de Rua do Projeto Axé. Conselheira nos conselhos municipais de saúde, assistência social, direitos humanos e entidades negras. Coordenadora do Fórum Estadual da População em Situação de Rua – Bahia. Membro do CIAMP-Rua Estadual e Municipal; do Fórum Nacional da PSR. Ariana. Sonho em um dia cursar Serviço Social.



NAIARA LIMA SOUZA

Mulher da diáspora africana, filha de Silvania e Natanael, e irmã de muitos. Feita de águas calmas e profundas. Professora-arteducadora-contadora de história. Formação acadêmica em Letras Vernáculas pela Universidade Católica do Salvador.



RODRIGO CALDAS PEREIRA

Psicólogo formado no campus de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (2018). É psicoterapeuta embasado em terapias contextuais e arteducador de rua no Centro Projeto Axé de Defesa e Proteção à Criança e ao Adolescente. Possui experiência de tirocínio docente na Universidade do Estado da Bahia (2020) e também ministrando disciplinas em cursos de nível técnico.



ROGER ALVES SOUZA BATISTA DOS SANTOS

Jovem preto de 21 anos, com trajetória de rua. Percussionista, candomblecista, criado por minha avó e formado pela rua, pois é deles que vim. Hoje é Educador Social de Rua do Projeto Axé.



TATIANA SOUSA VAZ

Filha de Conceição Lima, casada com o professor Magno Santana, mãe da carinhosa Ana Júlia. Assistente Social formada pela Universidade Católica de Salvador (2010), Especialista em Trabalho Social com Famílias e Comunidades pelo Instituto Aleixo/RJ (2011), Arteducadora de Rua do Projeto Axé, com experiência em Gestão na Política de Assistência Social no município de Salvador. Tomada de amorosidade pela causa que trata dos direitos da criança e do adolescente, encantada por gente e amante do saber.

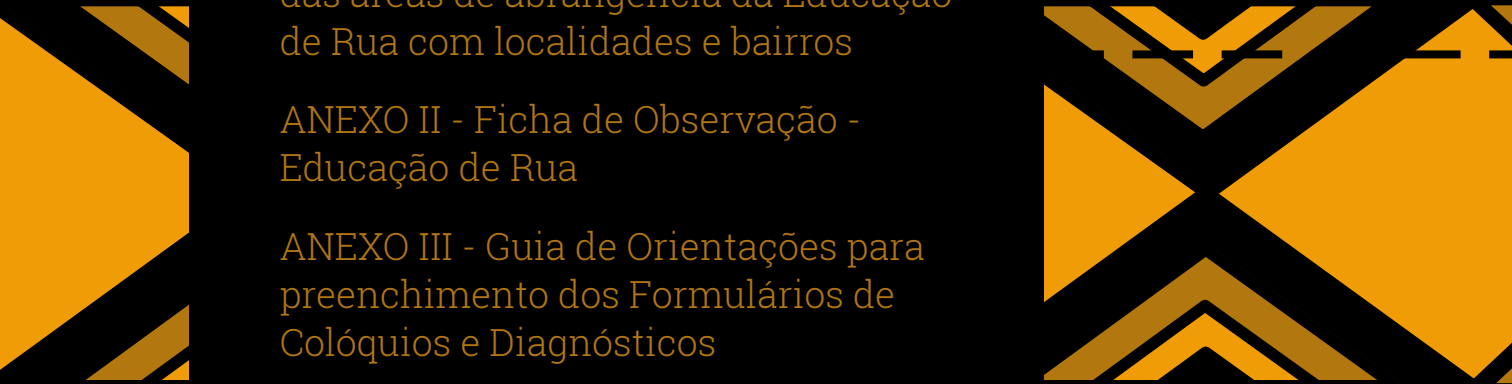


ANEXOS

ANEXO I - Descrição dos itinerários das áreas de abrangência da Educação de Rua com localidades e bairros

ANEXO II - Ficha de Observação - Educação de Rua

ANEXO III - Guia de Orientações para preenchimento dos Formulários de Colóquios e Diagnósticos



ANEXO I

DESCRIÇÃO DOS ITINERÁRIOS DAS ÁREAS DE ABRANGÊNCIA DA EDUCAÇÃO DE RUA COM LOCALIDADES E BAIROS

ÁREA: Barra / Rio Vermelho

ITINERÁRIOS (Localidades/Bairros/Pontos De Referência)

LIMITES: Farol da Barra; Calçadão; Porto da Barra – Pç Nossa Senhora da Luz Pituba – (Barra) Shopping Barra; Avenida Centenário; Calabar; Chame-Chame, Rua Airosa Galvão; Avenida Oceânica; Rua Leoni Ramos; Calabar, Ondina, Rua Prof. Fernando Luz; Rua Francisco Otaviano; Praia Farol da Barra; Largo do Farol da Barra; Avenida Almirante Marques de Leão; Travessa Marquês de Leão; Rua Afonso Celso; Rua Miguel Burnier; Rua Marquês de Caravelas; Rua Greenfeld; Rua César Zama; Rua Barão de Sergy; Avenida Princesa Isabel; Avenida Sete de Setembro; Porto da Barra. (Rio Vermelho) - Paciência, Orla do Rio Vermelho (entre Paciência e Largo da Dinha, Largo da Dinha/Santana, Rua João Taboada Vidal, Rua conselheiro Pedro Luís, Largo da Mariquita; Rua do Meio e Mercado do Peixe, Rua Dr. Odilon Santos, Shopping Yemanjá, Rua da Fonte do Boi, Rua Dr. Odilon Santos, Buracão, Rua Osvaldo Cruz, Macdonald, Macaúbas do Rio Vermelho, Rua Belmonte, Rua do Canal; Rua Juazeiro, Rua Alagoinhas; Parque Cruz Aguiar, Lucaia, Avenida Juracy Magalhães, Av. do Vale das Pedrinhas.

ÁREA: Calçada / Água de Meninos / Mares

ITINERÁRIOS (Localidades/Bairros/Pontos De Referência)

LIMITES: Feira de São Joaquim à Praça Irmã Dulce – Largo dos Mares; Avenida Fernandes da Cunha (sentido Praça Irmã Dulce); Areal, San Martin, Fonte do Capim, Largo do Tanque, Largo de Roma, Rua Barão de Cotegipe; “Orla”; ruas transversais; Rua do Canta Galo; Travessa dos Mares; Largo da Calçada; Água de Meninos, Avenida Engenheiro Oscar Pontes (entra na

ANEXO I . DESCRIÇÃO DOS ITINERÁRIOS DAS ÁREAS DE ABRANGÊNCIA DA
EDUCAÇÃO DE RUA COM LOCALIDADES E BAIROS

Feira de São Joaquim e vai até o Ferry boat); Avenida Jequitaia; Rua Elias Nazaré; Travessa Bom Gosto da Calçada; Rua Nilo Peçanha; Travessa Cabo Bartolomeu (acesso à comunidade aos pés do Plano Inclinado Liberdade); Beco do Sabão; Rua Artur Catrambi (rua do Atacado Centro Sul); Rua Fernandes Vieira; Rua José Martins Tourinho; Rua Luiz Maia (Atacadão Assaí); retorna ao Largo dos Mares.

ÁREA: Comércio / Pilar / Gamboa / Mercado do Peixe

ITINERÁRIOS (Localidades/Bairros/Pontos De Referência)

LIMITES: Gamboa ao Mercado do Peixe – (Gamboa) Avenida Lafayette Coutinho (Avenida Contorno); Acesso ao MAM; Rua Desembargador Castelo Branco de Baixo; Comunidade Solar do Unhão; Gamboa de Baixo. Mercado Modelo: Praça Visconde de Cayru; Rampa; Elevador Lacerda (Cidade Baixa); Marina; Praia da Preguiça; Ladeira da Preguiça; Rua Luiz Murat; Rua Manoel Vitorino; Rua da Conceição da Praia; Rua da Bélgica; Praça do Mercado Modelo. (Comércio/Pilar) Avenida da França; Rua da Bélgica, Av. Estados Unidos; transversais: Praça da Inglaterra (Unidade Central do Projeto Axé); Rua da Polônia, Rua Noruega; Rua da Grécia; Rua da Holanda; Rua da Argentina. Rua Suécia; Avenida Jequitaia; Praça Marechal Deodoro da Fonseca (Praça das Mãos); Rua Riachuelo (rua da feirinha); Praça Riachuelo; Rua Torquato Bahia (rua da Le Biscuit); Praça Conde dos Arcos; Rua Miguel Calmon; Rua Portugal; Rua Santos Dumont; Rua Frederico Costa Rabelo; Rua Lauro Muller; Rua do Corpo Santo; Rua do São João; Rua Pinto Martins; Rua Conselheiro Saraiva; Rua dos Algibebes; Rua dos Ourives; Rua Álvares Cabral; Rua Conselheiro Dantas; Rua Rodrigues Alves; Rua Guindaste dos Padres; Rua Conselheiro Lafaiete; Rua Conde D’Eu (acesso a Ladeira do Taboão); Rua do Taboão; Rua Cruz Machado; Rua do Julião; Rua do Pilar; Comunidade do Pilar (Conjunto Habitacional Nossa Senhora do Pilar); Mercado do Peixe / Ladeira da Água Brusca.

ÁREA: Pelourinho / Centro Histórico / Barroquinha / Gravatá / Campo da Pólvora

ITINERÁRIOS (Localidades/Bairros/Pontos De Referência)

LIMITES: Mosteiro de São Bento ao Aquidabã – Praça Castro Alves; Rua do Curriachito; Rua Ruy Barbosa; Rua Chile; Rua da Ajuda; Rua José Gonçalves;

Rua da Oração; Rua do Tijolo; Rua do Bispo; Praça dos Veteranos; Praça da Sé; Elevador Lacerda (Cidade Alta); Rua Chile; Cruz Caída; Praça da Sé; Largo Terreiro de Jesus; Rua do Brito; Largo do Pelourinho; Baixa de Sapateiro; Barroquinha (Até o terminal – PONTO DE ALIMENTAÇÃO PMS PARA POP RUA BARROQUINHA); Gravatá; Aquidabã – 7 portas – PONTO DE ALIMENTAÇÃO DJALMA DUTRA. Campo da Pólvora.

ÁREA: Piedade / Dois de Julho / Orixás Center / Barris / Av. 7 de Setembro / Campo Grande

ITINERÁRIOS (Localidades/Bairros/Pontos De Referência)

LIMITES: Av. 7 de Setembro (Ed. Sulacap) à Praça do Campo Grande – Av. 7 de Setembro (Ed. Sulacap; Igreja de São Bento); Relógio de São Pedro (ruas transversais); Avenida Joana Angélica (Colégio Central); Praça da Piedade; Largo da Piedade; Rua Portão da Piedade; Barris (Biblioteca); Ladeira dos Barris; Rua da Alegria; Shopping Piedade; Rua Conselheiro Junqueira Ayres e Center Lapa; Rua Coqueiros da Piedade; Rua do Salete; Rua do Rosário; Igreja de São Raimundo; PONTO DE ALIMENTAÇÃO PMS PARA POP RUA, Orixás Center: Rua Clóvis Spínola; Rua Politeama; Rua Politeama de Cima; Rua Carlos Gomes; Largo Dois de Julho; CENTRO POP DOIS DE JULHO, Largo dos Aflitos: Rua Gamboa de Cima; ; Casa d'Itália; Passeio Público; Praça Dois de Julho; Campo Grande: Rua Forte de São Pedro; Largo do Campo Grande - TCA.

ÁREA: Pituba

ITINERÁRIOS (Localidades/Bairros/Pontos De Referência)

LIMITES: Av. Paulo VI, Rua das Dálias, Rua das Acácias, Rua das Angélicas, Rua das Rosas. Praça dos Correios, Praça Marconi. Avenida Otávio. Praça Nossa Senhora da Luz, Rua Minas Gerais, Rua Sergipe, Avenida Manoel Dias, Rua Espírito Santo, Rua Pernambuco, Rua Goiás, Rua Ceará, Rua Rio Grande do Sul, Avenida Otávio Mangabeira, Avenida Professor Magalhães

ANEXO I . DESCRIÇÃO DOS ITINERÁRIOS DAS ÁREAS DE ABRANGÊNCIA DA
EDUCAÇÃO DE RUA COM LOCALIDADES E BAIRROS

Neto, Itaigara, Rua Edmar Guimarães, Rua Rubem Berta, Rua Fernando Menezes Góes, Rua Amazonas e retorna para a Avenida Paulo VI.

ÁREA: Boca do Rio / Itapuã


ITINERÁRIOS (Localidades/Bairros/Pontos De Referência)

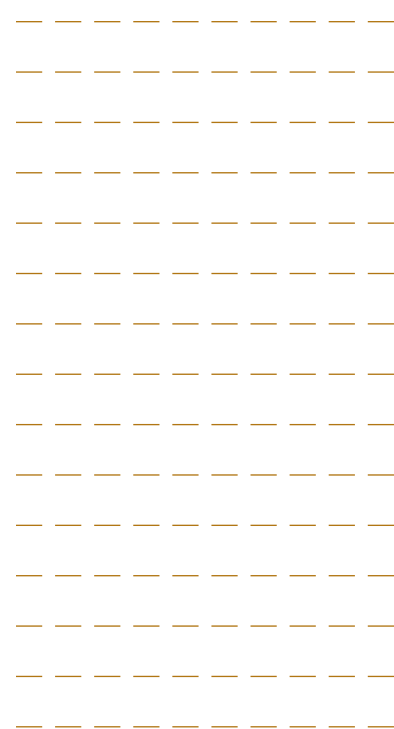
LIMITES: Centro de Convenções (Antigo Aeroclube) à Acarajé da Cira/ Lagoa de Abaeté – (Boca do Rio) - Partindo do Centro de Convenções (Antigo Aeroclube), Rua Dom Eugênio Sales, Rua Jaime Loureiro, Rua Orlando Moscoso, Avenida Otávio Mangabeira, entrar no acesso da Boca do Rio, Rua Abelardo Andrade de Carvalho, Rua Emiliano Galiza, Rua Job Magalhães, Rua Lineu Lapa Barreto, Rua do Caxundé, Rua Luisa Mahin, Rua Simões Filho, Rua Abelardo Andrade de Carvalho, Avenida Otávio Mangabeira, seguir até a terceira entrada da Boca do Rio, Avenida Iemanjá, Rua Virgildásio Sena, Rua Heitor Dias, Rua Novo Paraíso, Rua do Caxundé, Estrada do Curralinho e Rua Jayme Sapolnik em direção ao Imbuí. (Itapuã) – Avenida Dorival Caymmi vai até o final e retorna para Itapuã e entra na Rua 7 de Setembro de Itapuã, Primeira Travessa 7 de Setembro, Travessa Genebaldo Figueiredo, Praça Dorival Caymmi, Avenida Engenheiro M. da Silveira, Acarajé da Cira. CENTRO POP ITAPUÃ, vai até a Lagoa do Abaeté, Rua Professor Souza Brito em direção Stella Maris e Rua Palma de Monte Santo.



ANEXO II

FICHA DE OBSERVAÇÃO - EDUCAÇÃO DE RUA

		FICHA DE OBSERVAÇÃO – EDUCAÇÃO DE RUA				DIAS DE OBS: Seg:	Sex:
ÁREA:		EDUCADORES(AS):					
N.	Dia/Mês	Gênero	Cor Alterada/diária	Idade Aproximada	Situação de Rua Observada	Observações (Incluir qualquer informação relevante sobre a pessoa observada)	Repetição (S/N)
1							
2							
3							
4							
5							
6							
7							
8							
9							
10							
L		COR/ALTERDECLARADA		*SITUAÇÃO DE RUA OBSERVADA			
E		GÊNERO		OCUPAÇÃO		CUIDAR DE SI	
G	M = Mulher	B = Branca	6 = Vendedor (ambulante, de jornal, na sinaleira, de rifa, de drogas, baleiro(a), etc.	1 = Reciclando	6 = Vendedor (ambulante, de jornal, na sinaleira, de rifa, de drogas, baleiro(a), etc.	9 = Domingo	12 = Perambulando
H	H = Homem	P = Parda	7 = Guardador de carro	2 = Esmolando	10 = Higiene pessoal	10 = Domingo	13 = Hanging out
N	Q = Queer*	PTA = Preta	8 = Limpando parabrisa	3 = Artista de Rua	11 = Comida (Comendo, cozinhando, "Boca de Rango", mexendo no lixo e/ou lixeira)	11 = Domingo	14 = Brincando
D	(T = Travesti;	IND = Indígena	5 = Carga de materiais	4 = Prostituição			15 = Usando de drogas
A	HT = Homem Trans;	AMA = Amarela		5 = Carga de materiais			16 = OUTRA_ QUAL?
S	MT = Mulher Trans)						





ANEXO III

GUIA DE ORIENTAÇÕES PARA PREENCHIMENTO DOS FORMULÁRIOS DE COLÓQUIOS E DIAGNÓSTICOS¹

O presente documento tem por finalidade orientar a equipe de Educação de Rua do Projeto Axé para o correto preenchimento dos Formulários de Colóquios e Diagnósticos, instrumentos de registro que compõem o conjunto de documentos referentes aos relatórios mensais. Nesse sentido, o presente guia deve ser consultado por toda a equipe e avaliado junto à gerência de Educação de Rua e Coordenação de Arteducação, responsáveis pela formulação do mesmo. Salienta-se que se pretende, após o manuseio por parte da equipe, validar o presente instrumento, sobretudo as categorias construídas para as diferentes situações relatadas nesses dois instrumentos de registro. Os formulários foram reproduzidos neste documento e descritos minuciosamente de modo a elucidar possíveis dúvidas referentes ao preenchimento dos mesmos.

FORMULÁRIO DE COLÓQUIOS

Os colóquios são sistematizados pela via dos “e espaços – conversas”, das escutas, diálogos pedagógicos realizados a cada encontro diário/atendimento. Aqui deve-se registrar uma síntese qualificada de intervenções/escutas, diálogos, etc. realizadas com crianças/adolescentes/famílias no mês. Um colóquio é compreendido como uma sistematização, um estrato amostral das escutas, diálogos e conversas realizadas com os sujeitos atendidos.

1. ÁREA DE ABRANGÊNCIA [Permite a marcação de apenas uma alternativa]

() R1 - CALÇADA () R2 - COMÉRCIO () R3 - PELOURINHO ()
R4 - PIEDADE () R5 - PITUBA () R6 - BARRA-RIO VERMELHO ()
R7 - ITAPUÃ-BOCA DO RIO

2. DUPLA/TRIO DE EDUCADORAS(ES)

[Resposta cursiva curta com NOME e SOBRENOME dos educadores]

1. Todo o conteúdo deste documento é uma produção do Projeto Axé e a reprodução do mesmo em qualquer plataforma ou modalidade deve ser previamente consultada e autorizada. Trata-se de um documento de referência da Educação de Rua construído e sistematizado pela Coordenação de Arteducação junto à gerência de Educação de Rua e educadoras(es) da equipe.

3. CATEGORIZAÇÃO DO COLÓQUIO

[Permite a marcação de mais de uma alternativa]

3.1 Vulneração, Risco e Violações de direitos relacionadas à Pandemia da Covid-19

[Marcar este item quando se tratar das vulnerações, riscos e violações de direitos que se acentuam com o cenário de pandemia.]

3.2 Ações de enfrentamento à Pandemia da Covid-19

[Todas as ações, intervenções, orientações, articulações que visam o enfrentamento dos agravamentos, violações de direitos no decorrer da pandemia, e que se comprometem com a produção de cuidado e defesa da vida.]

3.3 Questões/discussões sobre gêneros e sexualidades

[Quando as temáticas e discussões referentes a gêneros e sexualidades são tratadas nos diálogos, conversas, escutas, etc. Em termos de orientações, informações e partilhas de saberes.]

3.4 Violências de gênero

[Violências de qualquer natureza que se baseie na hierarquização de gênero, comumente, na normativa do patriarcado, cisgeneridade, machismo e sexismo. Inclui qualquer violência contra qualquer sujeito que não pertença ao grupo que tem o gênero tido como normativo. Exemplos: violência contra a mulher, seja cis ou trans, contra travestis, homens trans, pessoas que performam papéis de gênero não normativos, entre outros.]

3.5 LGBTIA+fobia

[Violência de qualquer natureza contra qualquer pessoa que seja Lésbica, Gay, Bissexual, Travesti, Transsexual, Intersexual (pessoas que nascem com características típicas das genitálias masculina e feminina), assexual e outras dissidências a partir do parâmetro da heteronormatividade.]

3.6 Questões/discussões sobre raça/etnia

[Quando as temáticas e discussões referentes à cor/raça e etnias são tratadas nos diálogos, conversas, escutas, etc. Em termos de orientações, informações e partilhas de saberes.]

3.7 Racismos (raça/ etnia, ambiental, institucional, religioso e outros)

[Todas as situações em que forem identificadas pelo menos um tipo de racismo conforme descrição e referências que utilizamos para o trabalho. Exemplos: a violência policial quando identificada como racismo institucional; intolerância religiosa como racismo religioso, etc.]

3.8 Violência geracional / Adultocentrismo / Capacitismo

[Todas as situações em que forem identificadas pelo menos um tipo de violência de qualquer natureza contra crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, dentre outros. Neste caso o adulto tido como “normal” se coloca numa posição de privilégio agindo de modo a tutelar e controlar esses grupos etários tidos como “incapazes”, imaturos, dentre outros.]

3.9 Violências diversas no contexto da rua (violência física, psicológica, etc.)

[Inclui aqui todas as violências às quais os sujeitos em situação de rua são submetidos.]

3.10 Violências diversas em contextos institucionais (violência física, psicológica, etc.)

[Inclui-se violências que ocorrem em unidades de acolhimentos, serviços, dispositivos e equipamentos da rede de atendimento da saúde, assistência social, educação e sistema de garantia de direitos, dentre outros.]

3.11 Questões/discussões sobre saúde e/ou autocuidado

[Quando as temáticas e discussões referentes à saúde e autocuidado são tratadas nos diálogos, conversas, escutas, etc. Em termos de orientações, informações e partilhas de saberes. Inclui-se aqui ações de educação em saúde, redução de danos, dentre outros. Também se incluem as discussões e situações relacionadas à saúde mental.]

3.12 Questões/discussões sobre direitos, deveres e navegação social

[Quando as temáticas e discussões referentes aos direitos (acessos, funcionamentos da rede e sistema de garantia de direitos, previsões e garantias, etc.), deveres e navegação social são tratadas nos diálogos, conversas, escutas, etc. Em termos de orientações, informações e partilhas de saberes. Inclui-se aqui ações de educação em direitos humanos fundamentais, dignidade humana, cidadania, dentre outros.]

3.13 Questões/discussões sobre Educação, Aprendizagem e Formação

[Quando são tratadas nos diálogos, conversas, escutas, etc., questões relacionadas à educação (de maneira ampla), seja inclusão na rede formal e/ou não formal de ensino, seja no processo de educação e formação de cada sujeito, reconhecimento de potências e fragilidades. Também se incluem as questões concernentes à aprendizagem, quando relacionadas aos diferentes modos de aprender, partilhar saberes, dificuldades e condições especiais de aprendizagem, dentre outros. Aqui podem ser consideradas situações em termos de orientações, informações e partilhas de saberes entre educadores(as), sujeitos atendidos, instituições, redes, etc.]

3.14 Substâncias Psicoativas (SPAs)

[Qualquer situação que envolva questões relacionadas a SPAs: uso, seja abusivo ou não; iniciativas de cuidados em saúde; redução de danos; questões relacionais; adoecimentos e problemas de saúde; qualidade de vida; exposição a violências; fatores de risco e proteção relacionados ao uso; fatores macro e micropolíticos (trata-se dos fatores, elementos que têm importância e densidade considerável na influência das situações relacionadas à SPAs, como por exemplo, “a política de drogas no Brasil” (fator macropolítico) e/ou, “o uso de cola num determinado território” (fator micropolítico, inscrito num limite)), etc.]

3.15 Rede do Tráfico de Drogas

[Qualquer situação que envolva questões relacionadas à Rede do Tráfico de Drogas em toda sua complexidade: fatores de risco e proteção para os sujeitos afetados direta, ou indiretamente; violências diversas, internas à Rede e institucional, na relação com as forças de controle do Estado; aliciamento de crianças, adolescentes e jovens; questões territoriais relacionadas à entrada, saída e a circulação de pessoas em diferentes territórios e áreas; atuação e organização de pessoas em facções e suas consequências.]

3.16 Processos de trabalho

[Aqui se incluem todas as questões relacionadas a procedimentos e instrumentos de trabalho; orientações técnicas; dispositivos de formação (Análise da Prática; Ciranda Literária; Supervisões Individuais e Coletivas; Construção/Discussão de Casos; Reuniões Técnicas e/ou de Articulações Institucionais, dentre outros); condições de trabalho; organização do tempo e das duplas/trios; planejamento, execução e acompanhamento; interface e relações com pares, internamente e externamente ao Axé, dentre outros.]

3.17 Questões metodológicas, princípios e natureza do trabalho do Projeto Axé

[Aqui se incluem todas as questões, discussões e tensionamentos relacionados aos aspectos metodológicos da Educação Social de Rua no que se refere tanto ao atendimento realizado no encontro com os sujeitos na rua, quanto nas relações estabelecidas entre os diferentes sujeitos implicados na produção do cuidado. Também se incluem aspectos teóricos e procedimentais que se referem a princípios teóricos, procedimentais, atitudinais, bem como aspectos concernentes à natureza do trabalho do Projeto Axé, a Pedagogia do Desejo, a Arteducação e a Educação Social de Rua.]

3.18 Famílias: composições e qualidade das relações

[Quando se tratar de questões e situações diversas onde sejam abarcadas as diferentes composições e conceitos de família; a qualidade das relações estabelecidas entre os sujeitos; fatores de risco e proteção envolvidos na produção de cuidado e também vulnerabilidades e violações de direitos (conflitos, dentre outros).]

3.19 Cartografias, dinâmicas de ocupação dos espaços da rua e produção de vida na rua

[Incluem-se questões e temáticas relacionadas às cartografias produzidas pela Educação de Rua que se atualizam continuamente. Aspectos relacionados às dinâmicas de ocupação dos espaços da rua (sejam eles físicos - praças, becos, esquinas, etc. -, sejam eles simbólicos - relações afetivas, geracionais e históricas com determinados espaços, etc.) por parte dos sujeitos atendidos, bem como as estratégias e modos de produção de vida na rua.]

3.20 História de Vida e modos de conexão/relação com a rua

[Situações que abarcam dimensões da história de vida de cada sujeito e as relações estabelecidas com pares, familiares, instituições e organizações, bem como a historicidade da relação estabelecida com a rua, modos de ocupação e conexão com a rua, permanência, tempo e experiência de rua, motivos de ida para a rua, violências sofridas e/ou perpetradas, dentre outros.]

3.21 Infâncias, Adolescências e Juventudes

[Questões que tratam das especificidades de cada um desses momentos e dimensões do desenvolvimento humano, em toda a sua complexidade, isto é, as diferentes formas e experiências de ser criança, adolescente e jovem, em diferentes contextos, com diferentes características sociais, de gênero, cor/raça/etnia, de saúde, educação, etc.]

3.22 Geopolítica, Direito à Cidade e à Moradia Digna

[Inclui questões relacionadas aos modos de ocupação do espaço público e privado, as relações entre a política e o direito ao espaço público e a moradia digna. Questões relacionadas a condições de moradia no espaço urbano e rural, seja ele no centro ou na periferia, condições de acesso a direitos, serviços, políticas, dentre outros.]

4. DATA DA ESCUTA (Resposta em dia mês e ano)

5. CONTEXTO DA ESCUTA (Permite a marcação de apenas uma alternativa)

Na Praça (Rua) Sentado na calçada (Rua) Em pé (Rua)
Em local mais reservado (protegido do sol, em algum estabelecimento, etc.)
(Contexto “fechado”) Outro:

6. TEMA(S) ABORDADO(S) NO COLÓQUIO (Resposta cursiva curta)²

7. SUJEITO(A) (Nome completo)

8. PÚBLICO (Permite a marcação de apenas uma alternativa)

Criança, Adolescente ou Jovem (Educando(a)) Familiar Responsável
 Sujeito(a) adulto(a) de referência

9. GÊNERO (Permite a marcação de apenas uma alternativa)

Homem Cis Mulher Cis Homem Trans Mulher Trans/
Travesti Outro:

10. SEXUALIDADE (Permite a marcação de apenas uma alternativa)

Heteroafetivo/Heterossexual Lésbica/Sapatão Gay/Homoafetivo/
Homossexual Bissexual NÃO INFORMADO Outro:

11. COR/ETNIA (Permite a marcação de apenas uma alternativa)

Preta Parda Branca Indígena Amarela

12. GRUPO ETÁRIO (Permite a marcação de apenas uma alternativa)

CRIANÇA (0 à 11 anos) ADOLESCENTE (12 à 17 anos) JOVEM
(18 à 25 anos) ADULTO JOVEM (26 à 29 anos) ADULTO (30 à 59
anos) IDOSO (60 anos ou mais)

13. IDADE (Resposta curta. APENAS NÚMEROS)

2. Como um modo de verificar a validação da própria categorização, exercitar e posteriormente avaliar o fluxo de indicação de “temas” para os colóquios. Se os temas refletirem a categorização proposta, futuramente não será necessário identificar um “Tema”.

14. SÍNTESE DO QUE FOI RELATADO PELO(A) SUJEITO(A) (Resposta cursiva)

15. INTERVENÇÕES E ENCAMINHAMENTOS PROPOSTOS/ REALIZADOS PELA EQUIPE (Resposta cursiva)

DIAGNÓSTICOS

Trata-se de uma ferramenta que permite conhecer os problemas e as necessidades sociais como: necessidade de saída da rua, de aproximação familiar, de acesso à saúde, à educação e tantas outras relacionadas com as políticas públicas. O diagnóstico permite conhecer a situação vivida e como trabalhar com os problemas. Trata-se de identificar demandas, problemas, questões, violações de direitos, bem como possíveis encaminhamentos, estratégias de enfrentamento. As situações impactam a dinâmica da área, a atuação da equipe, a relação com sujeitos e instituições. Também podem ser incluídas as intervenções e experiências exitosas.

1. ÁREA DE ABRANGÊNCIA [Permite a marcação de apenas uma alternativa]

() R1 - CALÇADA () R2 - COMÉRCIO () R3 - PELOURINHO ()
R4 - PIEDADE () R5 - PITUBA () R6 - BARRA-RIO VERMELHO ()
R7 - ITAPUÃ-BOCA DO RIO

2. DUPLA/TRIO DE EDUCADORAS(ES) [Resposta cursiva curta com NOME e SOBRENOME dos educadores]

3. CATEGORIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO³ [Permite a marcação de mais de uma alternativa]

3.1 Vulneração, Risco e Violações de direitos relacionadas à Pandemia da Covid-19

3.2 Ações de enfrentamento à Pandemia da Covid-19

3.3 Questões/discussões sobre gêneros e sexualidades

3.4 Violências de gênero

3.5 LGBTIA+fobia

3. As descrições de cada categoria foram suprimidas para evitar a repetição desnecessária, pois já se encontram descritas na seção do Formulário de Colóquio. Dessa forma, optou-se por repetir apenas os nomes das categorias.

- 3.6 Questões/discussões sobre raça/etnia
- 3.7 Racismos (raça/ etnia, ambiental, institucional, religioso e outros)
- 3.8 Violência geracional / Adultocentrismo / Capacitismo
- 3.9 Violências diversas no contexto da rua (violência física, psicológica, etc.)
- 3.10 Violências diversas em contextos institucionais (violência física, psicológica, etc.)
- 3.11 Questões/discussões sobre saúde e/ou autocuidado
- 3.12 Questões/discussões sobre direitos, deveres e navegação social
- 3.13 Questões/discussões sobre Educação, Aprendizagem e Formação
- 3.14 Substâncias Psicoativas (SPAs)
- 3.15 Rede do Tráfico de Drogas
- 3.16 Processos de trabalho
- 3.17 Questões metodológicas, princípios e natureza do trabalho do Projeto Axé
- 3.18 Famílias: composições e qualidade das relações
- 3.19 Cartografias, dinâmicas de ocupação dos espaços da rua e produção de vida na rua
- 3.20 História de Vida e modos de conexão/relação com a rua
- 3.21 Infâncias, Adolescências e Juventudes
- 3.22 Geopolítica, Direito à Cidade e à Moradia Digna
- 4. TEMA(S) ABORDADO(S) NO DIAGNÓSTICO (Resposta cursiva curta)
- 5. DATA DO DIAGNÓSTICO (Resposta em dia mês e ano)
- 6. DESCRIÇÃO DO DIAGNÓSTICO (Resposta cursiva)

Salvador, 18 de março de 2021

Gerência de Educação de Rua

Coordenação de Arteducação

Centro Projeto Axé de Defesa e Proteção à Criança e ao Adolescente



Formato 200 x 260 mm

Tipologia Roboto Slab
Minion Pro

Papel Alcalino 75g/m² (miolo)
Cartão Supremo 300g/m² (capa)

Impressão e Acabamento Gráfica Qualigraf

Tiragem 600 exemplares



Caboré é a alcunha de uma pequena coruja amarronzada encontrada por todo o sertão brasileiro, compreendido entre a Bahia e o Ceará. Caboré também designa um antigo coador de café feito de pano-de-saco-de-açúcar, que com o tempo adquire a cor da coruja, assim como os mestiços de indígenas com negros costumam ter a tez da cor da pequena coruja, além de nos remeter para o livro “Mar Morto” de Jorge Amado, o nome que a personagem Lívia deu ao saveiro de mestre Guna.

Nomear este projeto de Caboré nos remete a uma coruja, ao ato do cafezinho, aos mestiços, a um apelido, nome de saveiro, enfim, símbolos do desejo de que este projeto que, como na tradição filosófica toma a coruja como o símbolo do conhecimento, possa ser um espaço de construção de saberes que valorizem, respeitem e reconheçam o cotidiano e a cultura local. Saberes que sejam, como o nome do saveiro de Guna, frutos de amorosidade, de uma ética do bem-dizer nossas teorias de cada dia, a fim de que na prática possamos saber fazer cada vez melhor o nosso trabalho.

Este caderno é o resultado da parceria do Centro Projeto Axé com a Secretaria Municipal de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esportes e Lazer (SEMPRE). Trata-se do **Caderno de Formação e Navegação Social Projeto Caboré Volume II: ESCRITOS DE RUA**, que apresenta os principais resultados dos Termos de Colaboração Nº 022/2018 e seu Aditivo, além dos dois primeiros anos do Termo Nº 009/2020. Comprovando a potência dessa importante parceria entre o Poder Público e a Sociedade Civil Organizada no atendimento à população em situação de rua de Salvador, esta publicação cumpre também o seu papel de difundir conhecimentos e experiências exitosas de tecnologias sociais de produção de cuidados. Educadoras(es) se lançam nos mais diversos gêneros literários, como “palavreiras” e “palavreiros” do Desejo.

ISBN: 978-65-992797-1-3

